

25/1

revista do centro de estudos humanísticos  
série ciências da linguagem  
2011

# diacrítica

húmus



Universidade do Minho  
Centro de Estudos Humanísticos

**25/1**

revista do centro de estudos humanísticos  
série ciências da linguagem  
2011

# diacrítica

**hhuus**



**Universidade do Minho**  
Centro de Estudos Humanísticos

**Título: DIACRÍTICA (N.º 25/1 – 2011)**  
**Série Ciências da Linguagem**

**Directora: Ana Gabriela Macedo**

**Directores-Adjuntos: Carlos Mendes de Sousa; Vítor Moura**

**Comissão Editorial:** Maria do Pilar Barbosa (U. do Minho), Cristina Maria Flores (U. do Minho) e José de Sousa Teixeira (U. do Minho)

**Comissão Científica:** Jorge Morais Barbosa (U. Coimbra); António Branco (U. Lisboa); Ana Brito (U. Porto); Ivo Castro (U. Lisboa); Antónia Coutinho (U. Nova de Lisboa); Maria João Freitas (U. Lisboa); Jürgen M. Meisel (U. Hamburgo / U. Calgary); José Luís Cifuentes Honrubia (U. Alicante); Mary Kato (U. Campinas); Rui Marques (U. Lisboa); Fátima Oliveira (U. Porto); Amadeu Torres (U. Católica Portuguesa); Graça Rio-Torto (U. Coimbra); José Luís Rodrigues (U. Santiago de Compostela); Eduardo Paiva Raposo (U. da Califórnia, Sta. Bárbara); Conceição Paiva (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Augusto Soares da Silva (U. Católica Portuguesa).

**Avaliadores deste volume:** Anabela Leal de Barros (U. Minho); Maria Clara Barros (U. Porto); Jorge Morais Barbosa (U. Coimbra); Ivo Castro (U. Lisboa); Clara Nunes Correia (U. Nova de Lisboa); Antónia Coutinho (U. Nova de Lisboa); Luís Cunha (U. Porto); Isabel Cristina Costa Alves Ermida (U. Minho); Maria João Freitas (U. Lisboa); Filomena Gonçalves (U. Évora); José Luís Cifuentes Honrubia (U. Alicante); Ana Maria Madeira (U. Nova de Lisboa); Catarina Magro (Centro de Linguística da U. Lisboa); Maria Aldina Marques (U. Minho); Rui Marques (U. Lisboa); Cristina Martins (U. Coimbra); Maria Antónia Mota (U. Lisboa); Maria da Conceição Paiva (U. Federal do Rio de Janeiro); José Luís Rodrigues (U. Santiago de Compostela); Augusto Soares da Silva (U. Católica Portuguesa); Amadeu Torres (U. Católica Portuguesa).

**Edição:** Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho em colaboração com Edições Húmus – V.N. Famalicão. *E-mail:* humus@humus.com.pt

Publicação subsidiada por  
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

ISSN: 0807-8967

**Depósito Legal:** 18084/87

**Composição e impressão:** Papelmunde – V.N. Famalicão

## ÍNDICE

- 5 ***Depuis, il y a e il y a... que* em francês contemporâneo**  
Sílvia Lima Gonçalves Araújo
- 39 **História e filologia no resgate da memória linguística e literária**  
Ana Paula Banza
- 47 **A colocação dos pronomes átonos em orações infinitivas no português europeu**  
Pilar Barbosa | Olga Rodygina
- 73 **Da variação e mudança na história do português: um dicionário manuscrito setecentista**  
Anabela Leal de Barros
- 109 **Lopo Lias: entre Orzelhão e Compostela**  
José António Souto Cabo
- 135 **On verbal agreement variation in european portuguese: syntactic conditions for the 3SG/3PL alternation**  
Adriana Cardoso | Ernestina Carrilho | Sandra Pereira
- 159 **A gestão de turnos em reuniões de docentes**  
Elvira Fernandes
- 187 ***Teer/aver* + participio passado no 'Livro dos Ofícios' do Infante D. Pedro**  
Mafalda Frade
- 203 **Um manual de ensino primário esquecido em finais do Antigo Regime: a *Eschola Popular das Primeiras Letras*, de Jerónimo Soares Barbosa (1796)\*\***  
Rolf Kemmler\*
- 229 **Léxico e adaptação textual na produção de material de leitura extensiva em PL2**  
Ana Martins

- 259 **Construções modais com *ter*: gramaticalização e variação**  
Maria da Conceição de Paiva | Elzimar de Castro M. de Barros
- 283 **Futebol, inferno, jogo e guerra: as realizações linguísticas do jogo como metáfora nas capas dos jornais desportivos portugueses**  
José Teixeira
- 319 **Normas para apresentação de originais**

# DEPUIS, IL Y A E IL Y A... QUE EM FRANCÊS CONTEMPORÂNEO

Sílvia Lima Gonçalves Araújo  
saraujo@ilch.uminho.pt

Realizado no âmbito da Teoria Formal Enunciativa de Antoine Culioli, o estudo que propomos visa analisar contrastivamente o comportamento sintáctico-semântico dos adverbiais temporo-aspectuais *depuis, il y a e il y a... que* em francês, pondo em destaque o que os aproxima e o que os diferencia, a partir de enunciados que iremos sucessivamente manipulando. Para demonstrar a especificidade de cada um destes adverbiais, servir-nos-emos da tipologia de ocorrência linguísticas ‘discreto-denso-compacto’ e de uma topologia elementar de intervalos que nos permitirá representar, sobre uma recta contínua cronologicamente orientada, os valores aspectuo-temporais subjacentes aos enunciados em que ocorrem os três adverbiais acima mencionados.

**Palavras-chave:** discreto, denso, adverbiais temporo-aspectuais, representações topológicas

Based on the enunciative theory of Antoine Culioli, this study aims to analyse under a contrastive perspective the syntactic-semantic behaviour of the temporal/aspectual adverbials *depuis, il y a, il y a... que* in French, highlighting their points of convergence and divergence with recourse to a number of examples that will be successively manipulated. In order to demonstrate the specificity of each of these adverbials, we will use the linguistic occurrence typology ‘discrete-dense-compact’ and an elementary interval topology, which will allow us to represent on a chronological continuum the temporal/aspectual values underlying the examples in which the aforementioned adverbials appear.

**Keywords:** discrete, dense, temporal/aspectual adverbials, topological representation

---

\* Universidade do Minho, Departamento de Estudos Românicos, Braga, Portugal.

## 1. Introdução

Tendo observado que os estudantes de “Humanidades” que chegam à Universidade ignoram – na sua grande maioria, para não dizer totalidade – a categoria ‘aspecto’, pareceu-nos oportuno percorrer, em traços largos, alguns dos problemas que se levantam à volta desta categoria gramatical. De entre os marcadores que realizam, em francês, esta categoria, seleccionámos, para objecto de estudo, os adverbiais temporo-aspectuais *depuis, il y a e il y a... que*, uma vez que a oposição temporal e aspectual entre estes marcadores é das que maior dificuldade apresentam ao aluno lusófono que começa a aprender o francês. De facto, em português, existe um só marcador que reúne as interpretações dos dois marcadores franceses acima mencionados. Importa referir que a estas interpretações correspondem traduções diferentes para francês<sup>1</sup>. Os dois pares de exemplos que se seguem:

- (1a) ele *está* doente **há cinco dias**  
 (1b) ele *esteve* doente **há cinco dias**  
 (exs de Campos, 1997: 119-120)

- (2a) ele *vai* a Bruxelas **há muitos meses**  
 (2b) ele *foi* a Bruxelas **há muitos meses**  
 (exs de Campos, 1997: 119-120).

são, como se pode ver pelos exemplos abaixo, traduzidos por:

- (1a') il *est* malade **depuis cinq jours** e  
 (1b') il *a été* malade **il y a cinq jours**  
 (2a') il *va* à Bruxelles **depuis plusieurs mois**  
 (2b') il *est allé* à Bruxelles **il y a plusieurs mois**

respectivamente. Como vemos, os enunciados (1a)-(1b) e (2a)-(2b) são perfeitamente aceitáveis quer a natureza aspectual da relação predicativa seja estativa ou não-estativa. Em contrapartida, qualquer falante nativo do francês saberá emitir juízos sobre a inaceitabilidade de (3a) e (4b):

- (3a) \*il *est* malade **il y a cinq jours**  
 (3b) \*il *va* à Bruxelles **il y a plusieurs mois**

1 Em inglês, também teríamos traduções diferentes: (1a'') he *has been sick for* five days; (1b'') he *was sick five days ago*.

Aparentemente, o problema reside na ambiguidade dos advérbios introduzidos, em português, pelo marcador *há*. Os exemplos dados em português mostram que, contrariamente ao marcador francês *il y a*, o advérbio correspondente em português *há Q N de T*, em que 'Q' é um quantificador, não se combina só com tempos gramaticais marcadores de um acontecimento linguístico localizado num T anterior a T<sub>0</sub>. Não é pois de estranhar que um aluno lusófono apresente, com notável regularidade, falhas na realização linguística de oposições temporo-aspectuais, como a que existe, em francês, entre *depuis* e o *il y a*. Por isso mesmo, torna-se necessário analisar contrastivamente o comportamento semântico destes dois advérbios, recorrendo, se possível, a um instrumento de trabalho que permita ao aluno uma maior reflexão sobre a sua própria língua e que favoreça e facilite a aprendizagem de uma língua estrangeira<sup>[2]</sup>.

Para demonstrar o que releva das propriedades primitivas de cada um dos advérbios em causa e averiguar qual o papel dos contextos linguísticos em que surgem, servir-nos-emos da tipologia 'discreto-denso-compacto' pensada inicialmente para propriedades semânticas de nominais (Culioli, 1973, 1974) e alargada posteriormente a valores de determinação verbal (Franckel *et al.*, 1988; Vogüé, 1989; Franckel & Paillard, 1991; Culioli, 1991-92) e de uma tipologia elementar de intervalos (Desclés & Guentchéva, 1980; Cintas & Desclés, 1988) que nos permitirá representar, na sucessão ordenada da classe de instantes, os valores aspectuo-temporais subjacentes aos enunciados em que ocorrem os três marcadores acima mencionados.

## 2. Breve apresentação da tipologia 'discreto-denso-compacto'

Tendo em vista o ouvinte menos familiarizado com o aparelho conceptual introduzido pela tipologia ternária acima mencionada, construímos alguns exemplos de ocorrências da noção predicativa lexicalizada /boire/, para vermos, de forma necessariamente breve e esquemática, como funciona

2 Apesar de iniciarmos este trabalho com a questão da aprendizagem dos advérbios em causa por parte de alunos de Francês falantes do Português, optámos por não desenvolver, no âmbito deste estudo, a comparação entre os mecanismos semânticos envolvidos nestas duas línguas. Convém salientar que a presente abordagem constitui uma proposta a ser aperfeiçoada e completada: (i) com a comparação de *depuis/il y a/il y a...que* com outras formas que lhe são complementares: *ça fait ... que, voici/voilà ... que* e (ii) com um contraste mais aprofundado com o português de forma a tornar mais claro o que aproxima e diferencia estas duas línguas no que diz respeito ao modo de funcionamento de todos estes advérbios.



esta tipologia no domínio verbal. Observemos então os três exemplos que se seguem:

- (4a) ça y est, il a *bu* sa bière  
 (4b) hier soir, il a dansé, chanté, il a *bu* et péroré...  
 (4c) autrefois il a beaucoup *bu*, mais il a su se ressaisir

No enunciado em (4a), é construído um processo cuja descontinuidade corresponde ao atingir do seu termo natural. De facto, o objecto interno<sup>[3]</sup> de *boire* é aqui construído como esgotado (Paillard, 1992; Franckel & Paillard, 1992; Campos, 1997): é ele que delimita e quantifica intrinsecamente o processo (este termina quando acaba a cerveja). A delimitação natural e intrínseca deste processo (que envolve, como vemos, a transposição de um limiar semântico a partir do qual o processo é considerado terminado<sup>[4]</sup>, ou seja, validado) corresponde a uma ocorrência de /boire/ com propriedades do **discreto**.

No enunciado em (4b), o processo é construído como uma sucessão de eventos prolongados que decorre de forma homogénea durante um determinado período de tempo especificado pelo adverbial *hier soir*. A homogeneidade deste processo corresponde à construção de uma ocorrência de /boire/ com as propriedades do **denso**. Ao contrário do que acontece em (4a), é a duração marcada pelo adverbial que quantifica o processo e o delimita extrinsecamente, construindo assim a sua descontinuidade. Ainda que o objecto directo «de la bière» seja realizado linguisticamente, esse objecto funcionaria apenas como *especificador*<sup>[5]</sup>, entre outros possíveis (*thé, vin, eau, etc.*), do objecto interno de *boire*.

3 Repare-se, no entanto, que no exemplo (4d) *Ma parole, il a bu, il dit n'importe quoi!*, assiste-se a uma discretização de *boire*, independentemente da construção de um complemento (C1) determinado. Existe uma correlação entre a construção de um estado resultante e a discretização do processo. Os exemplos (4a)-(4c) foram retirados de Franckel (1989: 47).

4 De acordo com Franckel & Paillard (1992: 31), «il y a achèvement et état résultant», quando «l'issue du procès est directement liée au mode d'affectation de l'objet par le procès (*la lettre est écrite*)».

5 Admitindo, na sequência de Paillard (1992), que a distinção discreto-denso-compacto é formulável em termos de *construção-especificação*, pode definir-se, de acordo com este critério, cada tipo de comportamento aspectual. Assim, quando o objecto (que designaremos por 'complemento de grau 1' = C1) é *construtor e especificador* do predicado verbal, a ocorrência construída apresenta um funcionamento discreto e corresponde a uma *ocorrência nocional* da noção (delimitação QLT). Em (4a) por exemplo, a ocorrência da noção /boire/ é delimitada e quantificada nocionalmente a partir de C1 *sa bière* que tem, de facto, uma influência na definição da quantidade ou extensidade daquela actividade: os limites de C1 determinam os limites da actividade. Quando C1 não contribui para a construção e quantificação do predicado verbal, a

No enunciado em (4c), a não explicitação do objecto resulta na construção de uma situação estativa que corresponde a uma propriedade: ‘il a été buveur, mais il ne l’est plus’. A situação construída tem as características do **compacto**<sup>[6]</sup>.

Como vemos, esta tipologia não incide sobre os itens lexicais isoladamente, mas no seu funcionamento, isto é no e pelo funcionamento<sup>[7]</sup> linguístico no qual interagem elementos de diversas categorias gramaticais, o que prova bem que não encara o léxico como «um material estável e independente das operações sintáticas»<sup>[8]</sup> (Campos, 1999: 14). Como acabámos de demonstrar, as propriedades semânticas do item lexical *boire* permitem que, consoante as operações de que resulta a determinação (do objecto), as ocorrências construídas sejam de tipo discreto, de tipo denso ou de tipo compacto.

ocorrência construída apresenta um funcionamento denso, correspondendo a uma *ocorrência situacional* da noção (delimitação QNT), i.e. a situação é delimitada em relação às coordenadas espaço-temporais, marcando uma duração. Se o objecto interno (*de la bière*) de /boire/ fosse especificado em (4b), esse não seria construtor, mas apenas especificador (do *bebível* do processo), sendo Sit o localizador construtor.

- 6 Esta propriedade só se pode fixar (“s’ancrer”) no tempo(-espaço) com a ajuda de um sujeito suporte da predicação no qual se incarna: «le sujet (syntaxique) localise ou ne localise pas la propriété à un moment donné («le boubou est/n’est pas joli»)» (Robert, 1991: 60). De facto, segundo Franckel *et al.* (1992) são exemplares no funcionamento de tipo compacto os predicados estativos constituídos por ‘être + adjectivo’.
- 7 A tipologia ternária acima descrita pretende, sem dúvida, estabelecer distinções entre comportamentos, em vez de estabelecer uma categorização propriamente lexical, uma categorização «net[te] et figé[é]» para retomar as palavras de Vogüé (1989: 3). De facto, diversas operações podem incidir sobre os itens lexicais, provocando alterações nas suas propriedades básicas e nas localizações enunciativas que lhes são subjacentes, determinando um tipo de funcionamento diferente (aquilo a que, no quadro de uma tipologia lexical, se chamaria “fenómenos de *recategorização*”). Note-se, por exemplo, que alguns dos predicados compactos podem ser ‘discretizados’ pela introdução de uma forma de agentividade, com a ajuda da perífrase aspectual *être en train de + inf.* em francês (exs: *il est en train d’être franchement désagréable* ou ainda *il est en train de se montrer désagréable* (exs de Franckel, 1989: 77)) ou de um advérbio de modo (ex.: *il a été étonnamment sage*). Inversamente, bastantes outros verbos *a priori* não compactos podem sofrer uma ‘compactização’. Note-se que qualquer predicado pode ser interpretado como /compacto/ desde que lhe seja atribuído uma estrutura enunciativa do tipo: por ex., *Pierre, il ment* [= ‘c’est quelqu’un dont la propriété est de toujours mentir, c’est son habitude’]. Como faz notar Campos (1999: 17), «as determinações gramaticais construídas, quer a nível predicativo [...], quer a nível enunciativo [...], seleccionam, para a representação construída, algumas das propriedades definitórias da noção [que subjaz a uma unidade lexical], favorecendo o apagamento de outras».
- 8 Como refere Campos (1997: 193), é o que torna complexa a aplicação desta tipologia ternária ao domínio verbal. No domínio nominal, em princípio, só estão em causa as propriedades da noção e a determinação da ocorrência. No domínio verbal, porém, é necessário articular as propriedades do predicado verbal com vários elementos da relação predicativa (tempo verbal, argumentos do verbo e sua quantificação, natureza sintáctica do sujeito, adverbais, ...).

A título de ilustração e de recapitulação, pareceu-nos oportuno representar topologicamente<sup>9</sup> os três tipos de funcionamentos na figura que se segue:

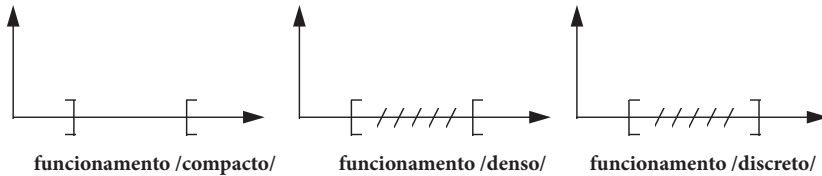


Fig. 1

Como se pode ver pelas representações diagramáticas acima:

- uma situação **compacta** é representável por um **intervalo aberto** ([ ]), já que, neste caso, estamos perante uma situação estativa;
- uma situação **densa** não é delimitada intrinsecamente mas deixa-se delimitar<sup>[10]</sup>, pelo que é representável, como vemos, por um **intervalo se-**

9 Culioli (1968: 106-117) foi, sem dúvida, um dos primeiros linguistas a propor a *topologia* como instrumento de análise da categoria aspectual. As suas primeiras análises foram rapidamente sistematizadas e aplicadas ao francês, ao inglês e ao búlgaro (ver, por ex., Fuchs & Léonard, 1979; Desclés & Guentchéva, 1980; Guentchéva, 1990). Recorde-se que a topologia “est une branche des mathématiques. Elle traite des relations de déformation qualitative entre figures” (Cintas & Desclés, 1988: 54). Como veremos, estas figuras, e mais especificamente essas representações diagramáticas, são elaboradas com a ajuda de conceitos topológicos simples como: os conceitos de *intervalo*, de *limitador* (de “borne”), aberto ou fechado e o de orientação. Apesar de mantermos todos estes conceitos para distinguir, de um ponto de vista puramente nocional, os diferentes tipos de predicados, não perdemos de vista que é nas diferentes etapas da determinação da noção (tudo depende, de facto, da localização de P na classe dos instantes, da relação entre o operador de predicção e o seu argumento de grau 0 ou de grau 1, etc.,) que os limitadores revestem a sua pertinência, pois, como vimos, a construção dos valores referenciais de aspecto não dependem exclusivamente das propriedades nocionais dos predicados.

10 Por exemplo, num enunciado do tipo: (1a) *correu durante duas horas*, o verbo *correr*, intrinsecamente não é delimitado, pertence à classe aspectual actividades e, como tal, coocorre, sem qualquer incompatibilidade, com o adverbial *durante N de T* que confirma o carácter [+homogéneo], [-transicional] do verbo. Mas atentemos no comportamento de predicado *correr* quando coocorre, por exemplo, com um objecto directo: (1b) *ele correu cem metros em dois minutos*. Neste exemplo, o objecto *cem metros* delimita o verbo, intervém na estruturação da situação, impondo-lhe um ponto terminal. Como refere, a este propósito, Vogüé (1989: 28), “la détermination de l’objet suffit à doter le procès d’une borne d’accomplissement (externe), et donc d’un format (extrinsèque)”. É de acrescentar que a combinação de *depuis* com predicadores densos discretizados mediante uma formatação extrínseca feita através de um objecto directo (cf. *supra*, ex. (1b)) precedido de um artigo definido ou de um demonstrativo não é muito natural nem em francês, nem em português: (1) a. \**Marie a écrit l’cet article depuis le début de l’année*; (2) a. \**A Maria escreveu o/este artigo desde o início do ano*. Estas duas sequências só passam a ser aceitáveis se nelas houver uma operação de quantificação prévia sobre o argumento que, na

**mi-aberto (ou aberto à direita);**

- ao passo que a situação **discreta** opõe-se às situações densas e compactas por, intrinsecamente, ser delimitada, por ser constituída por um limiar semântico que lhe permite marcar a transição de um estado de coisas para um outro estado de coisas, pelo que é representável por um intervalo fechado cujas **fronteiras de abertura e fechamento podem ser temporalmente disjuntas ou não** (tudo depende se o processo expresso no enunciado corresponde a um evento prolongado ou instantâneo)<sup>[11]</sup>.

### 3. Tratamento distribucional: estabelecimento de restrições de coocorrência

Num enunciado, a referência temporal manifesta-se fundamentalmente através do tempo gramatical do verbo, que permite calcular a localização do acontecimento linguístico em relação ao localizador, quer este seja o localizador origem  $T_0$ , quer seja um localizador intermédio  $T_3$ . Convém referir, desde já, que todo o nosso estudo recorre a parâmetros enunciativos que são parâmetros teóricos. Ao observarmos diferentes enunciados em francês (e certamente na maior parte das línguas), verificamos que a esses enunciados correspondem diferentes tipos de acontecimentos linguísticos, aos quais se associa um tempo abstracto  $T_2$  e que os valores referenciais de tempo desses mesmos enunciados resultam da relação entre  $T_2$  e o tempo  $T_0$  da enunciação que é o localizador origem de todas as localizações. Como veremos, o acontecimento também pode ser construído a partir de um ponto, que designaremos por  $T_3$  (segundo de perto Campos & Xavier, 1991: 303): é um localizador intermédio entre  $T_2$  e  $T_0$  que pode corresponder a diversos tipos de realização linguística: um SN (*deux jours, la semaine dernière*), um SP (*à deux heures*), um Adv (*hier*), um sintagma de natureza proposicional (*quand je l'ai rencontré*).

---

relação predicativa, tem função de 'objecto'. Esta operação permite a construção de uma classe de situações correspondente a uma sucessão de  $n$  eventos instantâneos, representável por um intervalo semi-aberto que contém  $n$  intervalos pontuais que se sucedem: (1) b. *Marie a écrit trois/quelques/plusieurs articles depuis le début de l'année*; (2) b. *A Maria escreveu três/alguns/vários/muitos artigos desde o início do ano*.

- 11 Pode, então, dizer-se que as situações que exprimem eventos instantâneos (ilustrados por enunciados do tipo: «o Pedro desmaiou») e **eventos prolongados** (ilustrados por: «o Pedro escreveu a carta») incluem, na sua definição, um limiar semântico. Neste tipo de situações, a mudança de estado implica que se atinja um ponto terminal, envolvendo, necessariamente, a construção de um **estado resultante**. «Estar desmaiado» é, de facto, o estado resultante do evento **instantâneo** expresso por *desmaiar*. Da mesma forma, «a carta estar escrita» é o estado resultante do evento **prolongado** expresso pelo *escrever a carta*.

Em interação com o tempo gramatical outros marcadores podem coocorrer, determinando mais especificamente essa referência. *Depuis* e *il y a* comportam-se diferentemente, quer em relação aos tempos gramaticais com que se combinam, quer em relação aos outros marcadores com que coocorrem.

### 3.1. Tempos gramaticais que se combinam com *depuis* et *il y a*

- (5a) nous *habitons* dans ce quartier **depuis** cinq ans
- (5b) \*nous *habitons* dans ce quartier **il y a** cinq ans
- (5c) nous *avons habité* dans ce quartier **il y a** cinq ans<sup>[12]</sup>
- (5d) \*nous *avons habité* dans ce quartier **depuis** cinq ans
- (5e) il *habitait* là **depuis** dix ans quand je l'ai rencontré
  
- (6a) il *pleut/pleuvait* **depuis** deux jours
- (6b) ?il *a plu* **depuis** deux jours
- (6c) ?**depuis** deux jours, il *a plu*
  
- (7a) \***il y a** trois jours, il *achète* une cravate rouge
  
- (8a) \*il *arrive* **depuis** huit jours
- (8b) il *est arrivé* **depuis** huit jours
- (9a) \*je *suis venu* **depuis** dix minutes
- (10a) ?**depuis** le mois dernier, il *part*
- (10b) \*il *partit* au Japon **depuis** dix ans
- (10c) \***il y a** dix ans, il *partit* au Japon

Estes exemplos ilustram a constatação de que o valor aspectual inerente a um predicado verbal pode ser compatível (convergência) ou, pelo contrário, incompatível (divergência) com os restantes elementos contidos no enunciado, nomeadamente com os adverbiais aspectuo-temporais e os tempos gramaticais. Note-se, desde já, que *depuis* e *il y a* correspondem ambos a marcadores déicticos, pois, como vemos, só se combinam com tempos gramaticais que são marcadores de operações que incluem necessariamente a construção de um localizador temporal, implícito ou explícito:

12 Nas construções com o adverbial *il y a* ou *il y a ... que*, a supressão do pronome «il» é bastante frequente em francês coloquial (ex. *Y'a dix ans, je chantais partout* → ex. extraído de uma música de François Béranger).

- (11a) \***depuis**, il *fait* beau  
 (11b) il *est arrivé* le 1<sup>er</sup> mai. **Depuis** il *fait* beau

Importa salientar, de facto, que *depuis* não pode ocorrer sozinho (em contexto vazio), pois obtemos sequências do tipo: (11a) \***depuis**, il *fait* beau em que o adverbial em questão não é suficiente para estabelecermos a referência temporal. Se esta sequência encontrar, num contexto próximo, a especificação de localização que necessita poderá ser aceitável em francês, como se pode ver em (11b) il *est arrivé* le 1<sup>er</sup> mai. **Depuis** il *fait* beau. Neste enunciado, a forma *depuis* tem como localizador a expressão *le 1<sup>er</sup> mai*, presente no contexto linguístico. Neste caso, *depuis* é um adverbial **anafórico**. Como vemos, *depuis* pode funcionar como **deíctico** (é o caso no exemplo (5a) nous *habitons* dans ce quartier **depuis** cinq ans) ou como anafórico, dependendo do localizador em relação ao qual marca a construção da referência: momento da enunciação  $T_0$  ou localizador intermédio  $T_3$ . Pode-se, por conseguinte, dizer que se trata de um adverbial **polivalente** (cf. Campos & Xavier, 1991: 311).

Enquanto que o presente simples e o ‘passé composé’ (PC) têm como localizador, implícito, o tempo  $T_0$  da enunciação (cf. *supra*, exs (5a), (5c), (6a) ou (8b)), o ‘imparfait’ exige a construção de um localizador intratextual  $T_3$  (cf. «*quand...*» no ex. (5e)). Não é pois de estranhar que os adverbiais em questão sejam incompatíveis com o ‘passé simple’ (PS) (cf. *supra*, exs (10b) e (10c)) que marca sempre, em francês, uma operação de ruptura em relação ao momento da enunciação (Touratier, 1996: 148). Note-se, contudo, que pode desaparecer a incompatibilidade que, em (10c), encontramos entre *il y a* e o PS, se introduzirmos um novo termo localizador, como exemplificado abaixo:

- (10c') **il y a** dix ans **de cela**, il *partit* au Japon

Contrariamente ao que acontece, por ex., no enunciado (5c) acima transcrito, o adverbial *il y a dix ans* marca, em (10c'), a referência independentemente do momento da enunciação, o que significa que, do ponto de vista do cálculo da referência, não é, neste caso, deíctico. De facto, ao associarmos a este adverbial o marcador *de cela* «[qui] est la reprise de la construction du plan construit par *il y a dix ans* à partir duquel on va re-compter les dix ans» (Rivière, 1993: 172), estamos perante uma localização no interior de um novo sistema referencial que é não localizado em relação ao

sistema referencial origem definido por  $Sit(S_0, T_0)$ , o que torna possível a coocorrência de *il y a* com o PS.

Há, contudo, entre *depuis* e *il y a*, uma diferença que é de origem aspectual e temporal. O processo expresso pelos enunciados com *il y a* é construído simultaneamente com as suas fronteiras inicial e final, e situa-se num ponto anterior a  $T_0$ . A impossibilidade de ocorrência desse mesmo adverbial nas sequências (5b) \**nous habitons dans ce quartier il y a cinq ans* ou (7a) \**il y a trois jours, il achète une cravate rouge* justifica-se precisamente pelo facto do presente simples não distinguir qualquer  $t^{[13]}$ , dentro da classe de instantes sobre a qual opera, o que o torna obviamente incompatível com *il y a* «[qui] pose un point distant de  $T_0$ » (Rivière, 1993: 186). Há, portanto, incompatibilidade entre a referência temporal marcada no tempo gramatical presente simples e a especificidade dessa referência através daquele tipo de adverbial. Note-se, contudo, que a agramaticalidade de (7a) desaparece se o presente simples que coocorre com o adverbial *il y a dix ans* marcar a construção de um conjunto de processos que se sucedem, como acontece na cadeia de acontecimentos descrita no exemplo (7b) abaixo:

(7b) *il y a dix ans, Jean achète une cravate rouge, l'emballe dans un papier avec de la poudre à éternuer et l'offre à son patron. Là aussi, ça a fait une de ces histoires!* (ex. de Rivière, 1993: 171).

Neste caso, o ponto de referência que localiza o evento construído por *il y a* deixa de ser  $T_0$ , o que significa que estamos perante o presente de narração ou, segundo terminologia de Culioli 1980, o presente aorístico. Dado que este deixa de coincidir com o tempo de enunciação, a sua coocorrência com *il y a* torna-se possível, pois este último exige também, como vimos, «que le temps introduise un décalage temporel avec  $T_0$ » (Berthonneau, 1993: 11). Se combinarmos, pelo contrário, esse mesmo adverbial com o PC que se distingue do presente gramatical pelo facto de estruturar a classe dos  $t$ , obtemos obviamente enunciados bem-formados do tipo de: (5c) *nous avons habité dans ce quartier il y a cinq ans*, pois tanto o tempo verbal com o adverbial constroem, em (5c), a situação descrita como anterior a  $T_0$ . A gramaticalidade deste último enunciado é obviamente eliminada se

13 De fato, o presente gramatical não implica a fixação em relação a uma situação particular: «[...] la relation établie entre sujet et base verbale est construite comme valide non seulement em  $Sit1=Sit0$ , mais aussi en quelque situation que ce soit» (Gilbert, 1993: 80). Como refere Franckel (1989: 83), este tempo apresenta, no que diz respeito às determinações temporais e aspectuais, um grau de indeterminação comparável ao do infinitivo.

*il y a* for substituído por *depuis*, como exemplificado em ((5d) \**nous avons habité dans ce quartier depuis cinq ans*) ao passo que essa mesma substituição restaura a aceitabilidade da sequência (5b) acima transcrita, como se observa em (5a) *nous habitons dans ce quartier depuis cinq ans*. Note-se que a duração do acontecimento linguístico descrito, em (5a), coincide com a duração expressa pelo adverbial *depuis cinq ans*. A observação já realizada até aqui parece sugerir que *depuis* revela, contrariamente ao adverbial *il y a*, afinidades particulares com os tempos gramaticais que marcam imperfectividade<sup>[14]</sup>. Mas, como refere, a este propósito, Salins (1996: 145), «parfois, les règles données sont trop généralisantes. Par exemple, celle qui consiste à dire que «depuis» [...] se construit avec le présent. [...] Par suite des règles trop générales données en début d'apprentissage, les apprenants produiront des phrases du type» de (8a) que voltamos a transcrever ou de (12)-(14):

- (8a) \**il arrive depuis huit jours*<sup>[15]</sup>  
 (12) \**il y a huit jours que j'arrive en France*  
 (13) \**je trouve un appartement depuis trois jours*  
 (14) \**depuis le mois dernier, il part*

Mas como dar conta, por exemplo, da fraca aceitabilidade do enunciado (8a) acima apresentado, ao lado de (15) perfeitamente aceitável?

Aliado a lexemas verbais sem delimitação intrínseca, o presente torna-se perfeitamente compatível com *depuis*, como se observa em:

- (15) *il pleut depuis mardi*

Como vemos, neste enunciado, o adverbial *depuis mardi* confirma não só o carácter [+homogéneo], [-transicional] do verbo *pleuvoir* como também o carácter imperfectivo do presente. O contraste de aceitabilidade entre (8a)-(14) e (15) faz ressaltar mais uma vez a relação privilegiada que se estabelece entre *depuis* e todas as formas verbais caracterizadas aspectualmente como [-télicas]. A relação predicativa *pleuvoir depuis mardi* é representada por um intervalo aberto à direita (Borillo, 1988: 153; Berthonneau, 1993: 35), já que a situação que introduz *depuis* é construída sem limites, como o ilustra o diagrama abaixo:

14 Para uma definição dos conceitos de perfectividade, imperfectividade e (a)telicidade adoptados no presente estudo, ver Araújo (2010: 396-399).

15 O exemplo (8a) *il arrive depuis huit jours* só é possível se lhe atribuirmos uma leitura intencional ('*il y a 10 jours qu'il dit qu'il arrive, mais il n'arrive pas*'), o que faz entrar em cena a habitualidade de uma outra maneira, não pela repetição de *arriver*, mas pela reiteração do *dizer*.



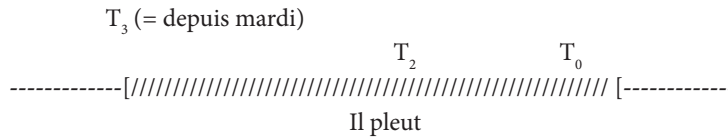


Fig.2

Concluimos assim que, não há, com *depuis*, construção de uma fronteira de fechamento do intervalo por ele construído e o acontecimento está em curso em T<sub>0</sub> ou em T<sub>3</sub>, como é o caso no exemplo (5e) *il habitait là depuis dix ans quand je l'ai rencontré...* cujo valor temporal e aspectual pode ser dado pelo diagrama da figura 3:

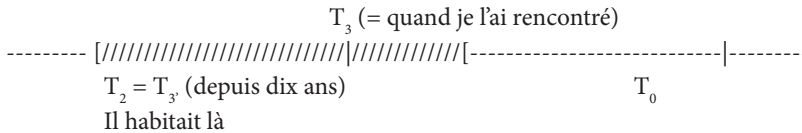


Fig.3

Como se verifica neste diagrama, o acontecimento *il habitait là* é perspectivado e apresentado como um processo não delimitado que é apreendido no seu desenrolar a partir do processo localizador especificado pelo adverbial proposicional *quand je l'ai rencontré*. E, como vemos, é da intersecção do intervalo associado a T<sub>2</sub> com o intervalo associado a T<sub>3</sub> que resulta o carácter aberto de T<sub>2</sub> (Sousa, 2007: 74). E é precisamente o carácter aberto de T<sub>2</sub> que torna o 'imparfait' compatível com o valor de duração veiculado pelo adverbial T<sub>3</sub>.

Na figura 2 acima apresentada, o intervalo associado a T<sub>2</sub> é «preenchido» por um acontecimento linguístico único, que se desenrola homogeneamente a partir de um ponto inicial construído pelo adverbial *depuis mardi* (que identificamos temporalmente com T<sub>3</sub>) e que se prolonga até T<sub>0</sub> ao passo que na figura 4 que se segue, esse mesmo intervalo contém uma sucessão de intervalos fechados que se seguem, sem se intersectarem (Culioli, 1980: 187), cada um dos quais corresponde a uma das ocorrências do acontecimento descrito em (16) *j'achète Le Monde depuis trois mois*:



possíveis de (17a). Em contrapartida, qualquer falante nativo do francês saberá emitir juízos de inaceitabilidade de:

- (18a) \*Anne *s'est mariée* **depuis** 1980  
 (18b) Anne *s'est mariée* **il y a** huit jours  
 (18c) **il y a** huit jours, Anne *s'est mariée*

Neste caso, teríamos que recorrer obviamente ao adverbial *il y a*, como exemplificado acima (18b). Note-se que o adverbial pode ocorrer numa posição pré-verbal, como evidencia a gramaticalidade de (18c). Um contexto em que *depuis* pode ser combinado com predicados pronominais deste tipo é aquele em que surgem, por exemplo, marcadores de operações de quantificação do tipo *n* de vezes<sup>[16]</sup> (em que *n* representa um quantificador de tipo cardinal):

- (18a') Anne *s'est mariée* deux fois **depuis** 1980

Parece-nos pertinente assinalar que a combinação de *depuis* com predicados caracterizados aspectualmente como [+télicos] [+pontuais] no presente simples só é possível na presença destes quantificadores de eventos. Vejamos os dois pares de exemplos que se seguem cuja aceitabilidade ou não aceitabilidade deve-se à compatibilidade/incompatibilidade dos valores aspectuais das diversas formas em coocorrência:

- (8a) \*il *arrive* **depuis** huit jours  
 (8a') il *arrive* en retard/par le train de 8 h **depuis** huit jours  
 (10a) \***depuis** le mois dernier, il *part*  
 (10a') **depuis** le mois dernier, il *part* tous les jours à cinq heures

Note-se, desde já, que apesar dos verbos *arriver* e *partir* serem, intrinsecamente, delimitados, coocorrem ambos, em (8a') e (10a'), com *depuis* ao qual associámos um intervalo aberto (à direita) que inclui T<sub>0</sub>. Mas para que estes verbos nocionalmente definidos como télicos pontuais possam surgir no presente simples, temos, mais uma vez, de introduzir nas sequências (8a) e (10a), um adverbial que actue sobre a quantificação do predicado. De facto, a adjunção de quantificadores temporo-aspectuais (*par le train de 8h/*

16 A combinação em análise pressupõe obviamente eventos instantâneos repetíveis, não podendo por isso envolver predicados como *se suicider*: \*Marie *s'est suicidée* **depuis** le début de l'année ou \*A Maria *morreu* **desde** o início do mês (cf. Mória, 1995: 346).

*tous les jours/à cinq heures, etc.*.) permite a construção de um número indefinido de eventos instantâneos que se vão sucedendo, homoganeamente, ao longo dos oito dias ou do mês, o que permite conferir um estatuto a cada um dos pontos da subclasse de *t* delimitada por *depuis*. Como o acontecimento linguístico descrito em (8a') ou em (10a') não é reconstruído como único, mas como múltiplo, os enunciados em questão satisfazem a «condition du remplissage» (para retomar a terminologia de Franckel, 1993: 142) que subjaz ao marcador *depuis*. A reduzida aceitabilidade das sequências (6b) e (6c) que apresentámos acima e que voltamos a transcrever por comodidade de exposição:

- (6b) ?il *a plu* **depuis** deux jours  
 (6c) ?**depuis** deux jours, il *a plu*

decorre precisamente do facto desta condição não ser satisfeita. De facto, se aceitarmos, uma vez mais, que «à la différence du présent simple, le passé composé structure la classe des instants [...] [en ce sens qu'] il a pour propriété de discrétiser et de singulariser un ou des instants relativement à la localisation de P» (Franckel, 1993: 145), então não é de estranhar que o exemplo (6a) abaixo repetido (com o mesmo número) nos pareça mais de acordo com a intuição linguística dos falantes do francês do que as sequências (6b) e (6c):

- (6a) il *pleut/pleuvait* **depuis** deux jours

No entanto, a marginalidade das sequências (6b) e (6c) desaparece se nelas procedermos a uma operação de «raboutage» (*id.*, *ibid.*, p. 144) que neutralize, de certa forma, o valor aspectual perfectivo do PC e marque, deste modo, um tratamento exaustivo da zona delimitada por *depuis*. Para assinalarmos explicitamente tal tratamento, podemos obviamente recorrer à negação:

- (6d) il n'a pas plu **depuis** deux jours  
 (6e) il ne pleut pas **depuis** deux jours

- (19a) je n'ai pas mangé **depuis** deux jours  
 (19b) je ne mange pas **depuis** deux jours

- (6f) ?**depuis** deux jours, il n'a pas plu  
 (6g) **depuis** deux jours, il n'a pas plu une seule fois

- (19c) ?**depuis** deux jours, je n'ai pas mangé  
 (19d) **depuis** deux jours, je n'ai strictement rien mangé  
 (19e) **depuis** deux jours, je n'ai pas mangé le moindre morceau  
 (8c) \*il n'est pas arrivé depuis huit jours (a comparar com (8b): *il est arrivé depuis* huit jours)  
 (8d) il n'était pas arrivé depuis dix minutes que sa mère l'appelait au téléphone!  
 (8e) il *était arrivé* **depuis moins de** dix minutes (**depuis** dix minutes **à peine**) et sa mère l'appelait déjà au téléphone!  
 (8f) il n'y avait pas dix minutes **qu'il était arrivé** que sa mère l'appelait au téléphone!

Note-se que as partículas negativas sublinhadas, por exemplo em (6d) il n'a pas plu **depuis** deux jours, recuperam a sequência (6b) ?*il a plu* **depuis** deux jours ao permitir que o acontecimento descrito nesta sequência possa realmente ocupar, em (6d), todo o intervalo delimitado por *depuis*, de uma forma homogénea. De facto, como todos os instantes que representam a subclasse de instantes associada a *depuis* se identificam entre si pelo facto de não validarem P, essa mesma subclasse é configurada como homogénea, bloqueando, deste modo, qualquer singularização de um instante (por parte do PC). Por outras palavras, podemos dizer que, em (6d), todos os instantes desta subclasse se encontram caracterizados pela ausência de (localização de) P<sup>[17]</sup> até T<sub>0</sub>, pelo que estamos, de uma certa maneira, a proceder a uma «densificação» do PC. Note-se, com efeito, que uma construção do tipo de (6d) pressupõe forçosamente, apesar de estar no PC, uma continuidade no presente que pode ser glosada por: (6e) il ne pleut pas **depuis** deux jours. Da mesma forma, o enunciado (19a) je n'ai pas mangé **depuis** deux jours pressupõe que: (19b) je ne mange pas **depuis** deux jours. Todas estas construções negativas conduzem, por conseguinte, à construção do complementar p' que marca, como vemos, a construção da situação descrita, em (6d) ou (19a), como vazia da actividade *pleuvoir* ou *manger*.

É de acrescentar que se tentarmos mover, em (6d) ou em (19a), o adverbial *depuis deux jours* para a posição inicial, obtemos sequências pouco naturais (cf., *supra*, exs (6f) ?**depuis** deux jours, il n'a pas plu ou (19c) ?**depuis** deux jours, je n'ai pas mangé). Assim, e de acordo com Franckel (1989: 200), poder-se-á dizer que a anteposição de *depuis* impõe «une construction donnant «en plein» un statut à la zone qu'il délimite». É por isso

17 Esta ausência de localização de P transforma obviamente o PC num tempo que corresponde à construção de uma classe aberta dos t, pois ao aplicarmos a este tempo uma forma negativa, estamos de uma certa forma a «densificá-lo», a «desdiscretizá-lo».

mesmo que (6f) nos parece menos natural que: (6g) **depuis** deux jours, il n'a pas plu une seule fois e que (19c) ?**depuis** deux jours, je n'ai pas mangé nos parece menos aceitável que: (19d) **depuis** deux jours, je n'ai strictement rien mangé ou (19e) **depuis** deux jours, je n'ai pas mangé le moindre morceau. De facto, todos estes marcadores sublinhados melhoram sensivelmente a aceitabilidade de (6f) e de (19c), uma vez que assinalam explicitamente o tratamento ponto por ponto da subclasse delimitada por *depuis*, «chacun [de ces points] se trouvant qualifié et positif comme susceptible de localiser P et ne le localisant pas» (Franckel, 1989: 1999).

Repare-se, finalmente, que a introdução de marcadores negativos gera automaticamente agramaticalidade se tentarmos combinar estes últimos com predicados que exprimem «une action ponctuelle qui se termine en se faisant» (Callamand, 1987: 169), como mostra o seguinte exemplo (cf. L'Huillier, 1999: 6): (8c) \*il n'est pas arrivé **depuis** huit jours<sup>[18]</sup> (a comparar com (8b): *il est arrivé* **depuis** huit jours que é, como já vimos, perfeitamente natural). De facto, neste caso, a negação nega quer o evento, quer o estado resultante da realização desse evento que são inerentes ao próprio lexema verbal *arriver*, o que impossibilita o preenchimento do intervalo delimitado por *depuis*.

Note-se, contudo, que a sequência (8c) \*il n'est pas arrivé **depuis** huit jours pode passar a ser aceitável se o acontecimento nela descrito entrar em relação com outro acontecimento, mas essa relação acarreta automaticamente uma mudança do tempo verbal (o 'passé composé' é substituído pelo pretérito-mais-que-perfeito) e uma mudança de sentido, como se pode ver a seguir: (8d) il n'était pas arrivé **depuis** dix minutes que sa mère l'appelait au téléphone! que pode ser parafraseado por: (8e) il *était arrivé* **depuis** moins de dix minutes (depuis dix minutes **à peine**) et sa mère l'appelait déjà au téléphone! ou ainda por: (8f) il *n'y avait pas* dix minutes **qu'il était arrivé** que sa mère l'appelait au téléphone! Como vemos, o operador de negação, em (8d), não nega P (a chegada ocorreu realmente), mas provoca apenas uma modificação da duração especificada por *depuis dix minutes*: é este adverbial que está colocado sob o escopo da negação, como o revela clara-

18 A mesma incompatibilidade surge com *il y a* em: \*il *n'est pas parti* *il y a* huit jours. De facto, se *il y a* é visto como um ponto associado à realização integral de um acontecimento, anterior a T0, não podemos combiná-lo com uma forma verbal negativa que nega precisamente a realização desse mesmo acontecimento. É de notar, contudo, que se a negação incidir não sobre P (*partir*) mas sobre *il y a*: *il n'est pas parti il y a* huit jours, *mais dix*, o enunciado torna-se perfeitamente aceitável, pois o que é posto em questão, neste caso, não é acontecimento (de *partir*) em si (houve, de facto, partida), mas a duração do próprio intervalo construído por *depuis* (afinal, não partiu há oito, mas sim há dez dias).

mente a paráfrase (8f), cujo adverbial *il y a... que* não precisa de transferir os marcadores negativos para o verbo *arriver*, dado que possui, ao contrário de *depuis*, uma forma verbal que está disponível para os receber.

Mas também podemos recorrer, para assinalar esse tratamento exaustivo da zona delimitada por *depuis*, a marcadores suplementares do tipo *cesser de/arrêter de + inf* ou *ne ... que/une seule fois, en tout et pour tout*:

- (6h) il n'a pas cessé/arrêté de pleuvoir **depuis** deux jours  
 (6i) **depuis** deux jours, il a plu sans arrêt/sans cesse  
 (6j) **depuis** deux jours, il n'a plu que deux fois  
 (6k) **depuis** deux jours, il a plu une seule fois en tout et pour tout  
 (6l) ?? **depuis** deux jours, il ne pleut qu'une seule fois  
 (6m) **depuis** deux jours, il a plu sans arrêt/sans cesse  
 (6n) **depuis** deux jours, il pleut sans arrêt/sans cesse.  
 (6c) ??**depuis** deux jours, il a plu  
 (6o) ??**depuis** deux jours, il pleut  
 (6a) il pleut **depuis** deux jours  
 (6b) ??il a plu **depuis** deux jours
- (20a) Luc *est parti* **depuis** le mois dernier  
 (20b) ?**depuis** le mois dernier, Luc *est parti*

Note-se que se, em (6j) **depuis** deux jours, il n'a plu que deux fois, se substituísse o PC pelo presente simples, o enunciado passaria a ser bizarro: (6l) ?? *depuis deux jours, il ne pleut qu'une seule fois* ao passo que essa mesma comutação é possível em (6i) por exemplo: **depuis** deux jours, il a plu sans arrêt/sans cesse, como evidencia a gramaticalidade do exemplo (6n) **depuis** deux jours, il pleut sans arrêt/sans cesse. Se retirarmos as expressões sublinhadas nos exemplos que acabámos de transcrever, obtemos automaticamente sequências pouco naturais do tipo: (6c) ??**depuis** deux jours, il a plu ou (6o) ??**depuis** deux jours, il pleut. Enquanto que a aceitabilidade desta última sequência pode facilmente ser restaurada se colocarmos *depuis* em posição final ((6a) il pleut **depuis** deux jours), o mesmo não acontece, como vimos, com a sequência (6b) ??il a plu **depuis** deux jours que permanece mal formada em resultado da incompatibilidade aspectual entre *depuis* e *il a plu*.

Como podemos constatar, a posição de *depuis* no enunciado implica variações no grau de aceitabilidade e na construção da significação. Vemos, desde já, que *depuis* pode ser anteposto ou posposto ao verbo (Franckel, 1993: 142), dependendo da distribuição da informação. Se o adverbial

contém uma informação nova, ele ocupa então uma posição final (ex: il *paraît* très déprimé **depuis** deux jours) para especificar apenas o localizador temporal de um P pré-construído na enunciação em curso; se esse mesmo adverbial contém uma informação conhecida, ele ocupa, pelo contrário, uma posição inicial num enunciado que inclui uma pausa na fala ou um sinal de pontuação (vírgula) na escrita (ex: **depuis** deux jours, il *paraît* très déprimé), pois funciona, neste caso, como ponto de partida para a progressão informativa. Neste último exemplo, podemos dizer que a classe de instantes definida por *depuis* tem uma função temática que nem sempre é possível em todos os enunciados. De facto, se tentarmos, por exemplo, colocar em posição temática o adverbial que se encontra na posição final no enunciado seguinte: (20a) Luc *est parti* **depuis** le mois dernier, obtemos imediatamente uma sequência muito menos natural: (20b) ?**depuis** le mois dernier, Luc *est parti*<sup>[19]</sup> que impossibilita, ao contrário do enunciado anterior, a construção de um estado resultante («Luc n'est pas/plus là») e a consequente compatibilidade com *depuis*<sup>[20]</sup>.

Ao bloquear «la construction de procès correspondant à un état» (Franckel, 1993: 151) que representaremos a seguir (cf., *infra*, fig. 5) por um intervalo não nulo P', adjacente a P, e contendo o localizador T<sub>0</sub>, a anteposição do adverbial *depuis* impede que haja, em (20b), preenchimento da zona por ele delimitada. Para que P (*Luc est parti*) possa ocupar, em (20b), essa zona, podemos, contudo, inscrevê-lo numa espécie de «chronique dont les étapes sont ponctuées et qualifiées par un localisateur temporel» (Franckel, 1989: 31), como mostra o exemplo abaixo:

(20c) **depuis** le mois dernier, Luc *est parti*, le village *s'est vidé*, les volets *se sont fermés* et tout *paraît* sinistre (ex. de Franckel, 1989: 195)

Como vemos, a enumeração de todos estes eventos, que vai pautando o “desenrolar” da história, parece melhorar sensivelmente a aceitabilidade de (20b). De facto, é esta sucessão de eventos cuja ordem cronológica é

19 A localização de *partir* num t distinguido pelo PC implica, devido às propriedades desse verbo, a construção de uma ocorrência singularizada do processo. Fora desse ponto de localização, a sub-classe de t delimitada por *depuis* em posição temática não tem nenhum estatuto relativamente a P, daí a incompatibilidade observada.

20 Podemos então dizer que, em enunciados do tipo de (20a), o PC é marcador de dois valores que se combinam: o valor perfectivo do evento (Luc *est parti*: valor não perfeito do PC) e o valor imperfeito do estado resultante (Luc *n'est plus là depuis ce moment-là jusqu'au moment repère* (au présent)). E, portanto, sendo T<sub>0</sub> localizador, o valor aspectual construído é imperfeito.



marcada pela ordem linear, a partir de uma primeira referência temporal, especificada pelo adverbial *depuis le mois dernier*, que permite, tal como o fariam, por exemplo, as expressões *sans arrêt/sans cesse* em (6m), o preenchimento ponto por ponto da zona delimitada por *depuis*. Note-se que ao concluir esta sucessão de eventos por um P que marca um estado («*tout paraît sinistre*») introduzido pela conjunção de coordenação *et*, o enunciado opera facilmente esse preenchimento. O que faz o adverbial *depuis le mois dernier* é precisamente proceder a uma operação de «raboutage» de todos estes P para que cada um dos instantes da classe por ele delimitada tenha um estatuto relativamente à construção de cada P. Note-se que estamos aqui perante um PC com valor aorístico, «celui-là même qui s'impose avec un adverbe en position thématique» (Franckel, 1989: 194).

Para satisfazer esta condição do “remplissage” (Franckel, 1993: 142) inerente a *depuis*, podemos ainda inserir o enunciado num contexto prosódico adequado:

(6p) ce qu'il a pu pleuvoir, depuis deux jours!

(21a) ?j'ai travaillé **depuis** deux heures

(21b) j'ai travaillé depuis deux heures!

(21c) pour ce qui est de travailler, depuis deux jours, j'ai vraiment travaillé pour de bon, j'ai travaillé quelque chose de bien!

(22a) il y a (mieux: **bien**) dix ans que je l'ai vu, **ce film!**

(22b) ?il y a dix ans **que** j'ai vu ce film

O uso do ponto de exclamação, no exemplo (6p), pretende indicar graficamente essa curva melódica particular que caracteriza as construções exclamativas com valor de alto-grau. A construção deste valor mostra-se, por vezes, suficiente para recuperar sequências do tipo de: (21a) ?j'ai travaillé *depuis deux heures*. Podemos, de facto, passar de uma aceitabilidade duvidosa em (21a) para uma total aceitabilidade se acrescentarmos um mero ponto de exclamação, como o prova o exemplo (21b) *j'ai travaillé depuis deux heures!* Ao marcar aqui a alta intensidade do trabalho produzido (o enunciado exclamativo (21b) pode, de facto, ser glosado por: (21c) *pour ce qui est de travailler, depuis deux jours, j'ai vraiment travaillé pour de bon, j'ai travaillé quelque chose de bien!*), a entoação (marcada na escrita pelo ponto de exclamação) permite, de facto, uma homogeneização da subclasse de t delimitada por *depuis*.

Como vemos, é impossível descurar, neste estudo, o papel da prosódia, sobretudo quando lidamos com estruturas contendo constituintes topicali-

zados do tipo: (22a) **il y a** (mieux: **bien**<sup>[21]</sup>) dix ans **que** je l'**ai vu**, ce film! que são sentidas como mais naturais que as suas equivalentes sem topicalização e sem entoação especial, estabelecendo-se assim um contraste claro entre (22a) e a sequência (22b) ?*il y a dix ans que j'ai vu ce film.*

### 3.3. Dois valores diferentes associados a *il y a... que*

Há enunciados que parecem funcionar como contra-exemplos ao que acabámos de expor. Vejamos o exemplo que se segue:

(23a) *il est sorti depuis* une demi-heure

Nestes enunciados, predicados de tipo *sortir* coocorrem, sem incompatibilidade, com o adverbial *depuis*, apesar de surgirem, tal como no exemplo (6b) ?*il a plu depuis* deux jours, no PC. Tal compatibilidade prende-se com o facto de o verbo *sortir* pertencer, ao contrário do que acontece com o verbo atélico *pleuvoir*, à classe aspectual eventos instantâneos, a cuja passagem de fronteira está associado um efeito persistente<sup>[22]</sup>. O que é quanti-

21 Com *il y a, bien* garante/confirma a verdade de P se ele figura antes do predicado: (1a) *il est bien venu ici il y a deux ans* (*bien* significa 'il est effectivement venu ici il y a deux ans'). Integrado no adverbial: (1b) *il est venu ici il y a bien deux ans* (*bien* significa 'il y a au moins deux ans'). O mesmo acontece se acrescentamos *que* antes de P: (1c) *il y a bien deux ans qu'il est venu*, mas não podemos dizer: (1d) \**il y a deux ans qu'il est bien venu ici*.

22 É assim que predicados que sendo eventos instantâneos, mas aos quais não está associado tal estado resultante, geram agramaticalidade nas mesmas condições. É o que acontece, por ex., na sequência (9a) \**je suis venu depuis* dix minutes em que o verbo *venir* «n'exprime pas un état résultatif de type continu comme le fait, par exemple, un verbe comme «se marier», dont l'état résultatif est «être marié»» (Salins, 1996: 138). Assim sendo, esta sequência nunca poderá ter o valor que muitos alunos não francófonos lhe atribuem erroneamente, a saber: 'je suis arrivé il y a dix minutes et je suis encore là. Se, como vemos, «l'état résultatif de «venir» [est] tout simplement «être arrivé»» (*id., ibid.*, p. 138), não é de estranhar que *depuis* coocorra, tão naturalmente, em enunciados do tipo de (8b) *il est arrivé depuis* huit jours em que é construído, não só um evento instantâneo, mas também uma situação que corresponde ao estado resultante desse evento, e que está em curso em T0. A agramaticalidade da sequência (9a) pode desaparecer se a mesma sequência for integrada num contexto do tipo: (9b) *il est venu souvent ici depuis dix ans* em que o adverbial de frequência *souvent* intervém na estruturação da situação impondo-lhe um valor iterativo que permite recuperar «des verbes inacceptables pour un procès unique en répartissant les occurrences du procès dans l'intervalle» (Berthonneau, 1993: 41). Uma outra estratégia que permite recuperar a aceitabilidade de (9a) consiste em substituir *depuis* por *il y a* (cf. *infra*, ex.: (9c)) ou por um outro adverbial aspectuo-temporal que não estabeleça aquilo que Franckel (1989: 210) chama «une mesure "en plein", de gauche à droite», como exemplificado em (9d): (9c) *je suis venu il y a dix minutes*; (9d) *il y a dix minutes que je suis venu* (ex. de Berthonneau, 1993: 13). De acordo com os nossos próprios juízos (9c) é melhor do que (9d), apesar deste último ter sido proposto por uma linguista e ser também aceite por alguns locu-

ficado pelo adverbial *depuis une demi-heure* não é o acontecimento em si, mas o estado resultante que lhe está associado, como o ilustra o diagrama seguinte:

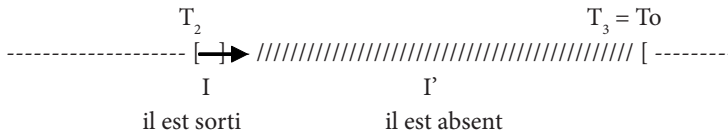


Fig.5

O evento instantâneo — que representamos acima por um intervalo pontual **I** — constitui a passagem da fronteira de entrada numa situação estativa que representamos por um intervalo não nulo **I'**, adjacente a **I**, e contendo o localizador  $T_0$ . O intervalo **I'** é, portanto, delimitado à esquerda pela fronteira constituída pelo evento que esteve na origem do estado resultante, e aberto a direita. A situação associada a este intervalo mantém-se qualitativamente inalterada ao longo de todo o intervalo. Isto é, a situação, em  $T_0$ , tem de ser idêntica ao que era no início de **I'** (ou seja, ele está ausente). O nosso sentimento de estranheza perante a sequência que se segue:

(23a') \**il est sorti depuis une demi-heure, mais il est rentré il y a dix minutes*

resulta, precisamente, de sabermos que, neste caso, a situação em  $T_0$  é qualitativamente diferente da situação no início de **I'**: não podemos validar, em  $T_0$ , a «presença de uma pessoa que ainda está ausente», «que esteve ausente durante todo o intervalo **I'**» e que, por conseguinte, não pode ter «regressado durante qualquer subintervalo de **I'**». A construção do estado resultante associado ao intervalo **I'** que se prolonga até  $T_0$  bloqueia obviamente a realização do acontecimento linguístico descrito no segundo membro da sequência (23a'). Parece-nos importante sublinhar que a agramaticalidade de (23a') não desaparece se substituirmos *depuis* por *il y a... que*, como o mostra o exemplo (23b'):

(23b') \**il y a une demi-heure qu'il est sorti, mais il est rentré il y a dix minutes*

o que parece indicar que no enunciado:

tores nativos franceses que o interpretam da seguinte maneira: «il y a dix minutes que je venu, mais je ne suis pas resté parce que vous n'étiez dans votre bureau, mais je reviens à présent».

(23b) **il y a** une demi-heure **qu'il est sorti**

a realização do evento instantâneo marcado pela forma verbal *est sorti* é construída, tal como em (23a) *il est sorti depuis* une demi-heure, como prolongando-se, nos seus efeitos, até ao ponto localizador  $T_0$  (cf. *supra*, fig. 5). Mas é interessante notar que a aceitabilidade de (23b') passa a ser boa se o adverbial *il y a... que* for, pelo contrário, substituído por *il y a*, como evidencia a gramaticalidade de:

(23c') *il est sorti il y a* une demi-heure, mais *il est revenu il y a* dix minutes

o que mostra bem que o enunciado:

(23c) *il est sorti il y a* une demi-heure

marca a construção, não de um estado resultante, mas a de um acontecimento linguístico representável por um ponto, anterior a  $T_0$  que pode perfeitamente coocorrer com o acontecimento descrito no segundo membro do enunciado (23c') acima. Parece-nos pertinente assinalar que a mesma forma verbal *est sorti* torna visível, de acordo com o contexto, a representação ora de um evento instantâneo (cf. *supra*, ex. (23c)), ora do estado resultante da realização desse evento (cf. *supra*, exs. (23a)-(23b)). E, como vemos, parece haver uma estreita relação entre *depuis* e *il y a... que*: tanto em (23a) *il est sorti depuis* une demi-heure como em (23b) **il y a** une demi-heure **qu'il est sorti**, assume-se que a realização do acontecimento linguístico é construída como prolongando-se até  $T_0$ , pelo que esse acontecimento parece preencher todo o espaço que vai de **de a puis** (em (23a)) e de **il y a a que** (em (23b)).

De facto, é tentador dar, para *il y a... que*, a mesma explicação que Franckel (1993: 141) deu para *depuis*<sup>[23]</sup>. Ou seja, parece-nos oportuno considerar que *il y a... que* também se pode prestar a uma decomposição em

23 Se é verdade que *depuis* e *il y a... que* «parlent, chacun à leur manière, d'un procès vrai entre un moment du passé et  $T_0$ » (Berthonneau, 1993: 15), também é verdade «qu'il s'en faut en effet de beaucoup que ces deux adverbiaux exercent les mêmes contraintes combinatoires et interprétatives sur les temps et sur les procès» (*id.*, *ibid.*, p. 13). Como veremos já a seguir, *il y a... que* nem sempre comuta com *depuis* na medida em que se distingue de *depuis* por não impor aos verbos com os quais coocorre o preenchimento da zona que se situa entre esse momento do passado (ti) e  $T_0$ .

*il y a* e em *que*<sup>[24]</sup>. Tal como a partícula **de** em *depuis* que «distingue um primeiro ponto sobre um segmento de tempo, marcando assim uma descontinuidade» (*idem*), **il y a** projectaria o acontecimento no passado, e **que** faria com que esse mesmo acontecimento seja coextensivo a  $T_0$ , tal como a partícula **puis** em *depuis* que «introduz uma sequência e uma forma de continuidade temporal a partir desta descontinuidade primeira»<sup>[25]</sup> (*idem*).

Poderá então dizer-se que *depuis* e *il y a... que* são mutuamente substituíveis em todos os contextos<sup>[26]</sup>? A resposta parece ser negativa se analisarmos o exemplo (24a) que irei sucessivamente manipulando:

(24a) ??**il y a** une heure **qu'il a lu**

Note-se que a fraca aceitabilidade desta sequência é tanto mais surpreendente quanto vemos que um exemplo como (23b) **il y a** une heure **qu'il est sorti** analisado há pouco é perfeitamente gramatical em francês. Repare-se que a única diferença entre (24a) e a estrutura bem formada (23b) reside no facto de em (24a) o verbo *lire* ser nocionalmente definido como denso. De facto, não se pode considerar que haja, em (24a), a existência de um limiar semântico atingido e subsequente passagem a um estado resultante. Apenas, podemos afirmar que houve leitura, mas não uma ocorrência de leitura individuável e distinta, pelo que a única significação que pode ser reconstruída é a seguinte: *il y a une heure qu'il a passé son temps à lire* (isto

24 É de estranhar que Franckel (1989, 1993) compare directamente *depuis* e *il y a... que* sem clarificar o papel de *que* (em *il y a... que*).

25 Não é pois de estranhar que *il y a*, desprovido de qualquer partícula deste tipo, funcione mais concretamente como um adverbial pontual, que apenas se limita a fixar, sobre a sequência de instantes, um momento equivalente a um ponto, anterior a  $T_0$  (Rivière, 1993: 186; L'Huillier, 1999: 5).

26 Ao consultar algumas gramáticas francesas que procuram propor uma abordagem comparativa dos três adverbais em questão, apercebemo-nos, de facto, que colocam quase sempre em paralelo os adverbais *il y a... que* e *depuis*, por um lado, e *il y a... que* e *il y a*, por outro lado. Em *La grammaire des premier temps*, por exemplo, Chalaron & Abry (1996: 246) referem que ««*il y a... que* [...] remplace «*il y a*» et «*depuis*», si l'on veut mettre en relief la durée». De facto, o que parece acontecer é que a presença de *il y a... que* no início dos exemplos que se seguem introduz um foco discursivo que faz com que a informação saliente, nestes enunciados, seja a medição temporal explicitada pelos adverbais que neles ocorrem: (1a) *il y a vingt-cinq ans que nous nous sommes rencontrés pour la première fois*; (2a) *il y a une heure qu'il attend*. Em (1a), *il y a... que* pode obviamente comutar com *il y a*, como se pode ver no exemplo a seguir: *nous nous sommes rencontrés il y a 25 ans* ao passo que em (2a), *il y a... que* só pode ser substituído por *depuis*: *il attend depuis une heure* ou ainda pelo adverbial *ça fait... que*: *ça fait une heure qu'il attend* que parece ter (cf. *infra*, nota 34) afinidades particulares com o presente simples.

é, durante uma hora, ele esteve ocupado a ler). O que torna pouco natural (24a) é precisamente o facto de estarmos perante um acontecimento que parece decorrer de forma homogénea durante todo o período de tempo especificado pelo adverbial.

Para que a aceitabilidade de (24a) possa ser restaurada, temos precisamente de localizar este acontecimento no ponto  $T_2$  (isto é, temos de especificar o seu carácter pontual) de forma a que *il y a... que* possa introduzir a devida distância que separa esse mesmo ponto de  $T_0$ . Para tal, podemos, por exemplo, recorrer a um objecto directo que determine os limites em que se inscreve a actividade de *ler*, como exemplificado abaixo:

(24b) **il y a** une heure qu'il *a lu* ce paragraphe

pelo que se pode dizer que é construída uma ocorrência discreta do predicado verbal em causa. A ocorrência de *ler* é construída e delimitada em função da quantidade e qualidade do que é lido. O acontecimento assim delimitado é então localizado temporalmente em  $T_2$ . E podemos marcar mais explicitamente ainda a distância entre esse acontecimento localizado em  $T_2$  e  $T_0$  se explicitarmos linguisticamente este último parâmetro (recorrendo, por exemplo, à oração sublinhada em (24c)):

(24c) **il y a** une heure **qu'il** *a lu* ce paragraphe, et il ne s'en souvient déjà plus

Como vemos, é a conjunção **et** que constrói explicitamente um outro momento, simultaneamente ligado e disjunto do momento anterior (em que se procede à leitura do parágrafo), numa relação de anterioridade/posterioridade. Note-se que *il y a... que* não equivale aqui ao adverbial *depuis* (como era o caso em (23a)-(23b)), mas aproxima-se claramente de *il y a*, pelo que (24c) pode perfeitamente ser glosado por:

(24c') *a lu* ce paragraphe **il y a** (tout juste/à peine) une heure et il ne s'en souvient déjà plus

mas não por:

(24c'') *a lu* ce paragraphe **depuis** une heure et il ne s'en souvient déjà plus

Mas é interessante notar que o simples facto de alterar, em (24c'), o tempo gramatical do verbo *a lu* (para o presente do indicativo) restabelece

a relação de equivalência que parecia existir, em (23a)-(23b), entre *depuis* e *il y a... que*, como o mostra o exemplo:

(25a) **il y a** une heure **qu'**il *lit* ce paragraphe, et il n'a toujours pas réussi à en dégager l'idée principale

em que o adverbial *il y a... que* só pode, de facto, comutar com *depuis*, não com *il y a*:

(25b) *il lit* ce paragraphe **depuis** une heure, et il n'a toujours pas réussi à en dégager l'idée principale

e

(25c) \**il lit* ce paragraphe **il y a** une heure, et il n'a toujours pas réussi à en dégager l'idée principale

Em (24c), *il y a... que* mede apenas a distância que separa a localização do acontecimento em  $T_2$  de  $T_0$ , sem que esse acontecimento ocupe a zona delimitada por esses dois pontos, ao passo que em (25a), *il y a... que* está associado à construção de um acontecimento linguístico que se prolonga até  $T_0$ , isto é a um acontecimento que parece preencher «em cheio» toda a distância que separa o ponto  $T_2$  do ponto  $T_0$ . Em (23b) **il y a** une demi-heure **qu'**il *est sorti*, este preenchimento também se verifica porque a realização do evento instantâneo expresso pelo verbo télico *sortir* implica a passagem de um limiar semântico, a partir da qual se entra no estado resultante «ne plus être là».

Claro que a questão que imediatamente se nos coloca é a de saber em que consiste exactamente a diferença entre **puis** e **que**. Se é verdade que **de** parece operar, tal como **il y a**, uma partição sobre a classe dos t (ambos delimitam uma zona a partir de um primeiro ponto  $T_2$  que é anterior a  $T_0$ ), também é verdade que **que** não marca necessariamente um valor de **continuidade passado-presente**, tipicamente associado à expressão da duração. De facto, como vimos, a partícula **que** em *il y a... que* nem sempre garante, ao contrário da partícula **puis** em *depuis*, a construção de um P «valide pendant tout l'intervalle mesuré entre [l]e point [ $T_2$ ] et  $T_0$ » (Rivière, 1993: 186). Constatamos que *il y a... que* pode, de facto, ocorrer em enunciados em que o acontecimento linguístico descrito apenas se localiza no início desse intervalo (cf. *supra*, exs (23c) *il est sorti il y a* une demi-heure ou (24c) **il y a** une heure **qu'**il *a lu* ce paragraphe, et il ne s'en souvient déjà

*plus*, deixando assim este último completamente vazio, o que é totalmente impossível com *depuis*. Adoptaremos, por conseguinte, a posição defendida por Berthonneau (1993: 14), segundo a qual *il y a... que* não implica verdadeiramente a construção de um intervalo, pelo que o acontecimento não tem obrigatoriamente de o preencher.

Com este adverbial, o ponto  $T_2$  (que localiza o acontecimento) é então determinado independentemente da zona que se encontra à sua direita. Entre esse ponto e essa zona que inclui  $T_0$ , há uma clara distância que *il y a... que* se encarrega apenas de medir, quer haja ou não preenchimento total da zona delimitada por estes dois parâmetros enunciativos<sup>[27]</sup>.

Entendemos agora a razão por que *il y a... que* é tão maleável: dado que, em *il y a... que*, **il y a** é relativamente autónomo em relação a **que** (assimilável, para simplificar, a um relativo), esta não retoma necessariamente o ponto construído por **il y a** de forma a que o acontecimento linguístico descrito se prolongue forçosamente até  $T_0$ . Essa retoma (de **il y a** por **que**) verifica-se ou não em função do contexto em que ocorre o adverbial *il y a... que*. Tudo depende, como vimos, das propriedades aspectuais primitivas do predicado verbal e do tipo de situação construída no processo enunciativo.

Também compreendemos melhor a exigência de preenchimento que caracteriza *depuis*: ao contrário de **il y a** em *il y a... que*, **de** em *depuis* não é determinado independentemente de **puis** que marca necessariamente uma forma de continuidade temporal até  $T_0$  ou  $T_3$ . Ao contrário de *depuis* que estabelece «une mesure “en plein”, de gauche à droite, à partir d’un premier point qu’il construit», isto é a partir de  $T_2$ , o adverbial *il y a... que* estabelece aqui aquilo que Franckel (1989: 210) chama «une mesure “en creux”»<sup>[28]</sup>, isto é uma medida que separa  $T_0$  de um ponto  $T_2$  que localiza P.

27 Para Berthonneau (1993: 55-57) *il y a... que* estabelece distingue-se claramente de *il y a* por estabelecer uma relação motivada entre o estado de coisas localizado em  $T_0$  e o acontecimento localizado em  $T_2$ . Não é pois de estranhar que a resposta mais lógica/legítima à observação *qu’est-ce que tu es bronzée! seja, il y a trois semaines que je suis là e não je suis là il y a trois semaines*. De facto, só (*il y a*) *que* faz da duração da minha estadia uma explicação sobre a qualidade do meu “bronzage”, constatado em  $T_0$ . Ou seja, mesmo quando pode comutar com *il y a, il y a... que* manifesta, como refere Berthonneau (id., p. 59), uma função de coesão discursiva «dont *depuis*, qui ne parle que du temps, est totalement dépourvu» (id., *ibid.*, p. 59).

28 Importa salientar que se tentarmos explicitar o preenchimento dessa medida «oca» por outros marcadores além do tempo gramatical e do próprio predicado verbal, obtemos frequentemente sequências pouco naturais. É o que acontece quando combinamos, por exemplo, este último: (i) com adverbiais que marcam um valor iterativo, como exemplificado abaixo: (a) *\*il y a deux jours qu’il a téléphoné trois fois*; (b) *\*il y a dix ans que je suis souvent venue ici*; (ii) com perífrases aspectuais do tipo de *cesser de/arrêter de* que correspondem, como dissemos atrás, ao tratamento «point par point d’une sous-classe de t» (Franckel, 1989: 211): (c) *?? il y a deux jours qu’il n’a pas cessé de pleuvoir*; (iii) ou se combinarmos ainda *il y a... que* com predicados



É, sem dúvida, o que torna possível, como vimos, a coocorrência de *il y a...* *que* com predicados télicos do tipo de *trouver*<sup>[29]</sup> que não preenchem toda a zona situada entre  $T_2$  e  $T_0$ :

(26a) \*Paul a connu sa femme **depuis** dix ans<sup>[30]</sup>

que exprimem uma progressão: (d) ??*il y a six mois que mon fils a beaucoup grandi*. Mais uma vez, a ideia de que só *depuis* implica verdadeiramente a construção de um intervalo que tem forçosamente de ser ocupado pelo acontecimento linguístico descrito parece ser confirmada pela gramaticalidade dos exemplos (a')-(d') abaixo, que contrasta claramente com a fraca ou nenhuma aceitabilidade de (a)-(d) acima: (a') *il a téléphoné trois fois depuis une heure*; (b') *je suis souvent venu ici depuis dix ans*; (c') *il n'a pas cessé de pleuvoir depuis deux jours*; (d') *mon fils a beaucoup grandi depuis six mois*.

29 Muitos outros exemplos poderiam ser propostos para dar conta da relação *il y a... que* = *il y a ≠ depuis*: (1a) *il y a deux jours que j'ai vu/rencontré Paul*; (1b) *j'ai vu/rencontré Paul il y a deux jours*; (1c) *?j'ai vu/rencontré Paul depuis deux jours*; (2a) *il y a un mois que Paul est passé à la télévision*; (2b) *Paul est passé à la télévision il y a un mois*; (2c) *?Paul est passé à la télévision depuis un mois* (a comparar com: *Paul n'est pas passé à la télévision depuis un mois*). Convém salientar, contudo, que *il y a... que* distingue-se claramente de *il y a* por poder comutar, por exemplo, com *il y avait... que*: *il y a dix ans que Nathalie chante / il y avait dix ans que Nathalie chantait*. De facto, essa comutação não é possível com *il y a*: *il y a dix ans/\*il y avait dix ans, Paul se fournissait chez Fauchon* (exs de Rivière, 1993: 157). Como vemos, ao contrário de *il y a* cujo valor referencial só pode ser reconstruído a partir do conhecimento de  $T_0$  (*il y a* é um deíctico que não pode assumir a forma do 'imparfait' – \**il y avait* é impossível), *il y a... que* permite a construção de um novo sistema de coordenadas temporais, em que o ponto de partida do cálculo da duração especificada pelo adverbial em questão não é localizado, com valor de identificação, em relação ao localizador origem  $T_0$ . É essa não identificação entre esse ponto de partida e  $T_0$  que está na origem de enunciados do tipo: *il y aura seulement trois jours qu'il sera installé à Paris, quand il commencera à travailler* (ex. Salins, 1996: 144), em que o futuro que incide sobre *avoir* mostra que o adverbial *il y aura... que* marca a referência independentemente do momento da enunciação. Para que *il y a* possa marcar essa mesma não identificação, temos de o combinar necessariamente com outros adverbiais do tipo *hier* ou *demain* que implicam necessariamente uma mudança da forma verbal, como exemplificamos abaixo: *il y a eu dix ans hier/il y aura dix ans demain, Paul partait pour l'Afrique* (ex. de Rivière, 1993: 158). Neste caso, é a coordenada temporal marcada por *hier* ou *demain* que serve de termo localizador ao evento: *partir pour l'Afrique*. Note-se que estes mesmos adverbiais (*hier/demain*) também podem coocorrer com *il y a...* que em enunciados do tipo: *il y a eu deux ans hier que je travaille ici/j'ai rencontré Luc; il y aura deux ans demain que je travaille ici/j'ai rencontré Luc* (exs de Callamand, 1987: 172), isto em enunciados em que «le verbe de la phrase qui suit ne peut être qu'au présent ou au passé composé» (idem).

30 Por não denotar uma situação passada que tenha relevância no presente, o verbo *connaître* apresentado em (26a) é, por conseguinte, incapaz de preencher o intervalo, o segmento temporal delimitado pelo adverbial com o qual coocorre. A aceitabilidade da sequência (26a) pode, no entanto, ser restaurada se o verbo *connaître* coocorrer, por exemplo, com um objecto não único/plural (em vez de «sa femme», teríamos, por exemplo, «des filles»), como o exemplo abaixo mostra: (26a') *Paul a connu bien des filles qui lui plaisaient, depuis dix ans, mais il n'en a épousé aucune*. No plural, as ocorrências de *P* são construídas como distintas entre si, mas é precisamente essa descontinuidade que permite uma repartição dessas ocorrências ao longo de todo o intervalo definido por *depuis dix ans*.

- (26b) Paul *a connu* sa femme **il y a** dix ans  
 (26c) **il y a** dix ans **que** Paul *a connu* sa femme

- (27a) \*?elles *ont trouvé* la solution **depuis** trois heures  
 (27b) elles *ont trouvé* la solution **il y a** trois heures  
 (27c) **il y a** trois heures **qu'**elles *ont trouvé* la solution

O que está na origem da má formação das sequências (26a)-(27a) é uma vez mais a incompatibilidade entre o verbo, no PC, que delimita a fronteira final do processo num T anterior a T<sub>0</sub> e o adverbial *depuis* que só define a fronteira inicial. O predicado *a connu* no ex. (26a) significa «faire connaissance: connaître (qqn) pour la première fois» (Micro Robert, 1976: 214), e remete, tal como *a trouvé* em (27a), para um processo que pode ser representado por um ponto<sup>[31]</sup>, isto é para um processo que é incapaz de preencher o intervalo delimitado pelo adverbial com o qual coocorre. Como no exemplo (9a) \**je suis venu depuis* dix minutes acima analisado<sup>[32]</sup>, esta incompatibilidade pode desaparecer se recorrermos a *il y a* ((26b)-(27b)) ou a *il y a... que* ((26c)-(27c)). Como vemos, a inaceitabilidade das sequências (26a) e (27a) face à aceitabilidade dos enunciados (26c) e (27c) ilustram a constatação de que «pour *il y a... que*, aucun intervalle n'est en réalité en jeu, même quand le procès semble occuper la période dénotée par la mesure» (*id.*, *ibid.*, p. 14), como acontece, por exemplo, nos enunciados:

- (28a) **il y a** maintenant dix ans **qu'**on le *connait*<sup>[33]</sup>

31 *Il y a... que* implica a construção de um primeiro ponto (ti) que é distinto de T<sub>0</sub> e autónomo em relação a este último. É, sem dúvida, o que torna possível a coocorrência deste adverbial com predicados do tipo *venir* ou *connaître* ((*qqn*) *pour la première fois*) que entram em contradição com *depuis* (cf. *supra*, exs (26a)-(27a)), porque exprimem situações situadas inteiramente à esquerda de T<sub>0</sub> (na representação convencional que situa o passado à esquerda do momento da enunciação, na recta que representa a sucessão contínua dos tt). Como vemos, torna-se necessário distinguir, em francês, estruturas que veiculam estados resultativos (cf. *infra*, ex. (23)) daquelas (cf. *infra*, exs (26)-(27)) que não os contemplam, apesar de se tratar, em ambos casos, de estruturas que envolvem predicados télicos pontuais. Borillo (1984: 64) designa os predicados que, sendo eventos instantâneos, têm uma interpretação “durativa-contínua” por “achèvement-état” (evento instantâneo-estado).

32 cf. *supra*, nota 23.

33 Note-se que *il y a... que* é, muito naturalmente, substituído pelo adverbial *ça fait ... que* em construções que envolvem um tempo verbal «(qui) a pour propriété de ne construire aucune hétérogénéité sur la classe des t» (Franckel, 1993: 220), e que não pode por conseguinte funcionar por si só como agente de uma qualquer descontinuidade entre T<sub>i</sub> e T<sub>0</sub>, como o exige *il y a ... que*. Estamos obviamente a pensar no presentes simples que parece ter maiores afinidades com o adverbial *ça fait ... que* em enunciados do tipo: (1a) *ça fait deux jours qu'il est malade*; (1b) *ça fait une semaine qu'il est absent*; (1c) *ça fait huit jours qu'il pleut*, apesar destes serem

(ex. de Berthonneau, 1993: 11)

(29a) **il y a** trois heures **qu'**elles *cherchent* la solution

em que o adverbial *il y a... que* já não pode comutar com *il y a... que* é, como vimos, incompatível com uma forma de presente simples que exprime o presente actual (ou simultaneidade com  $T_0$ ). Daí o contraste de gramaticalidade entre (28b) e (28c):

(28b) on le *connaît* **depuis** dix ans

(28c) \*on le *connaît* **il y a** maintenant dix ans

e entre (29b) e (29c):

(29b) elles *cherchent* la solution **depuis** trois heures

(29c) \*elles *cherchent* la solution **il y a** trois heures

É interessante notar que o simples facto de alterar, em (28a)-(28c) ou em (29a)-(29c), o tempo gramatical do predicado<sup>[34]</sup> (que aparece agora no presente e não no PC, como acontecia em (26a)-(26c) ou em (27a)-(27c)), neutraliza a relação de equivalência que parecia existir, nestes dois últimos pares de exemplos, entre *il y a* e *il y a... que*. Constatamos, de facto, que, nos enunciados que envolvem o presente simples ((28a)-(28b)) ou (29a)-(29b)), *il y a... que* já não comuta com *il y a*, mas com *depuis*. Em todos eles, assume-se, de facto, que a realização do acontecimento linguístico (expresso pelo presente simples do verbo *connaître* ou *chercher*) é construída como prolongando-se até  $T_0$ , pelo que esse acontecimento parece preencher todo o espaço que vai de **il y a** a **que** (em (28a)-(29a)) e **de a puis** (em (28b)-(29b)).

frequentemente colocados em paralelo com as construções com *il y a ... que*: (1a') *il y a deux jours qu'il est malade*; (1b') *il y a une semaine qu'il est absent*; (1c') *il y a huit jours qu'il pleut*. Na nossa opinião, ambas as construções são aceitáveis, embora admitamos que se possa preferir as construções apresentadas em (1a)-(1c'), se pensarmos que *ça fait ... que* é de todos os advérbiais mencionados neste trabalho o que menos resistência oferece a «toutes les formes correspondant à un ouvert» (Franckel, 1993: 206). De facto, este adverbial exclui, ao contrário de *il y a ... que*, toda e qualquer construção estabelecida a partir de um primeiro ponto singular  $T_i$ , distinto de  $T_0$ . Introduz pura e simplesmente uma duração estabelecida a partir de  $T_0$ , que é calculada da direita para a esquerda, sem que nenhum ponto inicial seja considerado.

34 Em (29a)-(29c), não mudámos apenas o tempo gramatical, mas também o próprio predicado. Substituímos o verbo télico *trouver* dos exemplos (27a)-(27c) por um verbo atélico (optámos por: *chercher*) para não obtermos seqüências inaceitáveis do tipo: \**elles trouvent une solution depuis trois heures* cuja agramaticalidade já foi explicada acima, quando comentámos o exemplo (8 a) \**il arrive depuis huit jours*.

#### 4. Considerações finais

O interesse que pode apresentar o estudo que agora termina reside, em parte, no facto de nele se propor uma tipologia que, associada a um investimento pedagogicamente adequado, pode revelar-se vantajosa no ensino do francês como língua estrangeira, nomeadamente na abordagem semântico-enunciativa de alguns marcadores de que esta se serve para falar «d'un procès vrai entre un moment du passé et  $T_0$ » (Berthonneau, 1993: 15)

Ao confrontarmos agora as três representações topológicas com que iniciámos esta reflexão com a análise que brevemente fizemos de *depuis, il y a e il y a... que*, parece-nos legítimo concluir que estes adverbais permitem, tal como os nomes ou os verbos, uma caracterização semântica através das propriedades discreto-denso-compacto.

Como tentámos demonstrar com diferentes exemplos sucessivamente manipulados e comparados entre si, a diferença essencial entre *depuis e il y a* reside no facto de, subjacente ao *depuis*, estar a construção de um evento que é representável por um intervalo aberto à direita a que pertence  $T_0$  ou  $T_3$ , ao passo que *il y a* corresponde a um evento, situado em  $T_2$  e anterior a  $T_0$ , que é construído simultaneamente com as suas fronteiras inicial e final. Vimos que os enunciados em que ocorre *depuis* podem descrever um processo único ou múltiplo graças a operadores suplementares de determinação. No primeiro caso, o valor aspectuo-temporal subjacente aos enunciados é representável por um intervalo semiaberto, limitado à esquerda em  $T_2$  e aberto à direita; no segundo caso,  $T_0$  situa-se no interior desse intervalo semi-aberto que engloba uma sucessão indefinida de intervalos fechados. Em ambos os casos, o adverbial *depuis* ocorre, contrariamente a *il y a* cujo funcionamento é claramente discreto, em enunciados cujo acontecimento linguístico construído tem as características do denso, quer se trate de um acontecimento único, quer de um acontecimento múltiplo.

Ao contrário de *depuis e de il y a, il y a... que* é passível de duas interpretações, pois está, como vimos, «tantôt du côté de *depuis*, tantôt du côté de *il y a*» (Berthonneau 1993: 11): em certos contextos, distingue-se de *depuis* (e aproxima-se de *il y a*) por poder coocorrer com tempos perfectivos que expressam eventos instantâneos aos quais não está associada uma interpretação “durativa-contínua” (cf. *supra*, exs (24c)-(24c’)); noutros contextos, pode parafrasear *depuis* (e, neste caso, distingue-se de *il y a*) por poder coocorrer com tempos imperfectivos representáveis, como se viu atrás, por um intervalo aberto que inclui  $T_0$  (cf. *supra*, exs (25a)-(25c)) ou com predicados télicos (cf. *supra*, exs (23b)-(23b’)) que marcam a construção de um

estado resultante. Este adverbial distingue-se, por conseguinte, de *depuis* e de *il y a* por permitir a construção de um acontecimento linguístico que tem as propriedades ora do discreto, ora do denso, em função dos contextos em que ocorre.

### Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, S. (2010), “Le passé simple/l'imparfait et leur co-texte: examen de quelques éléments co(n)textuels demandeurs de perfectivité ou d'imperfectivité”, *Revista Diacrítica* 24/1, revista do centro de estudos humanísticos, série ciências da linguagem, pp. 395-430.
- BERTHONNEAU, A.-M. (1993), “*Depuis* vs *il y a* que, référence temporelle vs cohésion discursive”, in C. Vettiers (ed), *Le temps, de la phrase au texte*, Lille, Presses Universitaires de Lille, pp. 8-83.
- BORILLO, A. (1988), “Durée et fréquence en français”, in N. Tersis & A. Khim (eds), *Temps et aspects*, Paris, Peeters/Selaf, pp. 149-162.
- CALLAMAND, M. (1987), *Grammaire vivante du français*, Paris, Larousse.
- CAMPOS, M. H. C. (1997), “Para uma reinterpretação de alguns fenómenos aspectuais”, in *Tempo, aspecto e modalidade. Estudos de linguística portuguesa*, Porto, Porto Editora, pp. 183-196.
- CAMPOS, M. H. C. (1999), “São as representações cognitivas primitivas ou construídas?”, *Revista Portuguesa de Humanidades*, vol. 3, pp. 11-23.
- CAMPOS, M. H. C.; XAVIER, M. F. (1991), *Sintaxe e Semântica do Português*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- CINTAS, P. F. & DESCLÉS, J.-P. (1988), “Signification des temps grammaticaux”, *Le Français dans le monde* 214, pp. 54-59.
- CULIOLI, A. (1968), “La formalisation en linguistique”, *Cahiers pour l'analyse* 9, Paris, Seuil, pp. 106-117.
- CULIOLI, A. (1973), “Sur quelques contradictions en linguistique”, *Communications* 20, Paris, Seuil, pp. 83-91.
- CULIOLI, A. (1974), “A propos des énoncés exclamatifs”, *Langue française* 22, pp. 6-15.
- CULIOLI, A. (1980), “Valeurs aspectuelles et opérations énonciatives”, in *La notion d'aspect*, Recherches linguistiques 5, Université de Metz, pp. 182-193.
- CULIOLI, A. (1991-92), “Structuration d'une notion et typologie lexicale. A propos de la distinction 'dense', 'discret', 'compact'”, *BULAG* 17, pp. 7-12.
- DESCLÉS, J.-P.; GUENTCHÉVA, Z. (1980), “Construction formelle de la catégorie grammaticale de l'aspect”, in J. David e R. Martin (éds.) *La Notion d'Aspect*, Paris, Klincksieck, pp. 195-237.

- FRANCKEL, J.-J. (1989), *Étude de quelques marqueurs aspectuels en français*, Genève-Paris, Librairie Droz.
- FRANCKEL, J.-J. (1993), “Depuis”, *Cahiers de grammaire* 6, pp. 141-152.
- FRANCKEL, J.-J., PAILLARD, D.; DE VOGÜÉ, S. (1988), “Extension de la distinction discret, dense, compact au domaine verbal”, in J. David et G. Kleiber (éds.), *Termes massifs et termes comptables*, Acte du colloque de Metz, Nov. 1987, Recherches Linguistiques, Metz, Klincksieck, pp. 239-247.
- FRANCKEL, J.-J. & PAILLARD, D. (1992), “Objet: construction et spécification d'occurrences”, *Le Gré des Langues* 4, pp. 29-43.
- FRANCKEL, J.-J. & PAILLARD, D. (1991), “Discret-dense-compact; vers une typologie opératoire”, in Fuchs (éd.) *Les typologies de procès*, Paris, Klincksieck, pp. 103-136.
- FUCHS, C., LÉONARD, A.-M. (1979), *Vers une théorie des aspects: le système du français et de l'anglais*, Paris, Mouton, EHESS.
- GILBERT, E. (1993), “La théorie des opérations énonciatives d'Antoine Culioli”, in *Les Théories de la Grammaire Anglaise en France*, Paris, Hachette Supérieur, pp. 63-96.
- GUENTCHÉVA, Z. (1990), *Temps et aspect: l'exemple du bulgare contemporain*, Paris, Éditions du CNRS.
- L'HUILIER, M. (1999), “«les temps» après depuis (que), il y a ... que, cela fait ... que, voilà ... que: quelques problèmes pour l'apprenant”, *L'information grammaticale*, n° 80, pp. 3-7.
- MÓIA, T. (1995), “Aspectos da semântica das expressões temporais com desde e até – Questões de Aktionsart”, *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Colibri, pp. 341-358.
- PAILLARD, D. (1992), “Repérage: construction et spécification”, in *La théorie D'Antoine Culioli. Ouvertures et incidences*, Paris, Ophrys, 75-88.
- RIVIÈRE, N. (1993), “Un repère temporel méconnu: il y a (dix ans), ...”, *Cahiers de grammaire* 6, pp. 155-189.
- ROBERT, S. (1991), *Approche énonciative du système verbal: le cas du wolof*. Paris, Editions du CNRS Sciences du langage.
- SOUSA, O. (2007), *Tempo e aspecto: o imperfeito num corpus de aquisição*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto Politécnico de Lisboa.
- SALINS, G.-D. DE (1996), *Grammaire pour l'enseignement/apprentissage du FLE*, Paris, Les Éditions Didier.
- TOURATIER, C. (1996), *Le système verbal français*, Paris, Armand Colin.
- VOGÜÉ, S. DE (1989), “Discret, dense, compact: les enjeux énonciatifs d'une typologie lexicale”, in J.-J. Franckel (éd.), *La notion de prédicat*, Paris, Collection ERA 642, pp. 1-38.



# HISTÓRIA E FILOGIA NO RESGATE DA MEMÓRIA LINGUÍSTICA E LITERÁRIA\*

HISTORY AND PHILOLOGY: RESCUING THE LINGUISTIC AND LITERARY MEMORY

Ana Paula Banza\*\*  
anabanza@uevora.pt

O presente artigo aborda a relação da História com a Linguística e com a Literatura, com destaque para o papel do trabalho filológico na recuperação da memória linguística e literária e na constituição da base de outros saberes.

**Palavras-chave:** História, Filologia, Memória, Crítica Textual.

The present paper deals with the relation between History and Linguistics and Literature, with emphasis on the role of the philological work on the recovery of the linguistic and literary memory and on the constitution of the background for other knowledge.

**Key Words:** History, Philology, Memory, Textual Criticism.

---

\* O presente artigo tem por base a comunicação oral apresentada, a convite dos organizadores, ao IV Encontro Nacional de Estudantes de História – Diálogos com a História, que teve lugar na Universidade do Minho de 5 a 8 de Março de 2009..

\*\*Universidade de Évora – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS); Évora – Portugal.



“(...) a chamada história-ciência só será socialmente útil se radicar na história viva tecida pela tensão entre memória, esquecimento e expectativa.”

Fernando Catroga.

## 1. Um pouco de História

A antiga Filologia, cuja história na civilização Ocidental remonta à Antiguidade Clássica, com os Filólogos gregos da escola alexandrina dos sécs. III-I a.C., englobava, como é sabido, todas as áreas do conhecimento relacionadas com o “amor pela palavra”. Assim, tradicionalmente, foram consideradas filológicas as disciplinas relacionadas com a Linguagem e com a Literatura, particularmente quando encaradas numa perspectiva diacrónica. Com o correr do tempo, porém, estas disciplinas foram evoluindo no sentido de se constituírem como tais, com objectos e métodos autónomos. Sirvam de exemplo a Linguística e os Estudos Literários, *lato sensu*, que viriam ainda a desdobrar-se noutras de recorte mais específico, também com objecto e método próprios. Tal não alterou, no entanto, a relação matricial que sempre tiveram e têm ainda hoje, em parte, com a História.

Antes de mais, convirá começar por lembrar que a Linguística e a História, como ciências, nascem juntas no séc. XIX, embora as suas raízes se encontrem, como já referimos, na Antiguidade Clássica. Assim, a Linguística como ciência é, na sua origem, histórica, e assim permaneceria durante todo o séc. XIX. Nem poderia ser de outra forma, ou não fosse o séc. XIX o século da História. Efectivamente, terá pesado sobremaneira nas teorias comparativistas e neo-gramáticas que marcam esta época o clima intelectual que então se vivia, com destaque para a publicação, em meados do séc. XIX, do tratado *A origem das espécies*, de Darwin. A teoria da evolução das espécies fazia, então, parecer natural que também a evolução das línguas seguisse os mesmos princípios, acentuando assim a ênfase na mudança, que caracteriza todo o séc. XIX na Linguística.

Também a Literatura ganha, no séc. XIX, os seus actuais contornos científicos.<sup>[1]</sup> Neste caso, o triunfo do Romantismo, que se estendeu por todo o séc. XIX e ainda por parte do séc. XX, foi o responsável pelo entusiasmo historicista que caracteriza a Literatura da época.

1 Até esta altura, o termo fazia referência a um facto subjectivo, o conhecimento dos letrados e não a um objecto de conhecimento passível de ser estudado e analisado.

Efectivamente, o séc. XIX foi o século em que a História esteve mais intimamente ligada a todas as outras ciências que, na altura, nasciam também como tais, com êxitos assinaláveis nas áreas da Linguística e da Literatura, por exemplo, no estabelecimento de uma genealogia das línguas ou de uma doutrina geral das épocas literárias; mas sobretudo na crítica textual e na crítica literária, ambas fortemente devedoras da investigação histórico-comparativa oitocentista.

As primeiras décadas do séc. XX marcam, em ambos os casos, o abandono da perspectiva historicista, que se torna, então, objecto de fortes críticas e mesmo de rejeição. Na Linguística, a escola francesa de Saussure e a escola estruturalista americana favorecem a perspectiva sincrónica sobre a diacrónica, separando a Linguística da História e da Literatura e o Linguista do Filólogo, na medida em que isolam o estudo das línguas do estudo global dos textos, centrando-se na sua forma falada contemporânea. Na Literatura, escolas como o *New Criticism* ou o Formalismo Russo deslocam também a ênfase da perspectiva histórica, a que não eram alheias as problemáticas psicológicas, filosóficas e sociais ligadas ao facto literário, para a estrutura material e para o “modo de ser”, primeiro, e, mais tarde, para o “modo de significar” da obra literária, configurando assim a passagem de uma abordagem extrínseca a uma abordagem intrínseca da obra.

## 2. História e Filologia hoje

Assim, em meados do séc. XX, a História parecia definitivamente isolada das antigas disciplinas filológicas que, aparentemente, haviam dado lugar a novas disciplinas e a novas perspectivas, objectos e métodos nos quais a História não tinha qualquer papel.

O tempo, no entanto, como bom mestre, encarregar-se-ia de repor o equilíbrio justo entre as correntes tradicionais e as novas correntes, devolvendo à História um papel importante, visto essencialmente hoje como complementar, na construção dos saberes linguístico e literário.

Na Linguística, a abordagem histórica das línguas conseguiu, aos poucos, o seu lugar através da afirmação da importância do conhecimento do processo de evolução diacrónica para a adequada descrição e compreensão da língua na sincronia actual. Um bom exemplo da relevância adquirida (ou, melhor dizendo, re-adquirida) pelo estudo histórico das línguas encontra-se na organização dos *curricula* da maior parte dos cursos de Línguas e Literaturas, onde a História da Língua, colocada nos últimos anos destas

licenciaturas, assume o lugar de complemento e, em simultâneo, de súpula das disciplinas linguísticas de carácter sincrónico. Partindo, regra geral, da realidade actual, nomeadamente da relação do Português com as restantes línguas românicas e da distribuição geográfica e variedade dialectal da língua tal como ela é observável na actualidade, mostra-se, depois, como o estudo da sua História é uma necessidade incontornável para compreender adequadamente a realidade abordada nas disciplinas sincrónicas. Afinal, a sincronia actual, cuja descrição, na sua vertente oral, absorve quase completamente as principais correntes da Linguística moderna, não deixa de ser apenas uma peça num processo histórico do qual é o resultado.

De qualquer forma, não é possível negar que, ainda assim, num meio onde a prioridade é o estudo dos fenómenos da oralidade, a História da Língua continua a ser vista por muitos como excessivamente filológica, na medida em que depende de textos escritos do passado, que só de forma indirecta e secundária representam a oralidade da sua época. Não são, por isso, poucos os que tendem a estabelecer uma distinção entre o Linguista e o Filólogo em função da sua matéria de estudo, o texto oral ou o escrito, e do seu objecto de estudo, o momento actual ou fases pretéritas da língua. Mas esta distinção há muito que deixou de fazer sentido. Na verdade, se entendermos a Filologia em sentido estrito, como o estudo das línguas através de textos escritos, fica claro que o Linguista nasce do Filólogo e não é, por isso, na sua essência, diferente dele. A área de intervenção deste, no entanto, é, ou deve ser, mais lata, porque abarca, além da língua, a literatura e a cultura do povo que a usa (cf. Castro, 1995: 511- 520).

Por outro lado, a actividade filológica de fixação de textos e do seu comentário linguístico e histórico-cultural, apesar do seu inequívoco interesse, não se esgota em si própria, porque, ao fornecer documentos e dados fiáveis para o conhecimento da língua em fases pretéritas, onde a oralidade não é directamente acessível, fornece ainda dados determinantes para um conhecimento e compreensão cabais dos fenómenos da oralidade actual. Na verdade, superada a oposição radical postulada por Saussure, no início do séc. XX<sup>[2]</sup>, entre Sincronia e Diacronia, não há hoje, de facto, razões científicas para não encarar estas duas perspectivas linguísticas, a histórica ou diacrónica e a sincrónica, como equivalentes e complementares entre si no estudo de um mesmo objecto: a língua.

---

2 Estes e outros conceitos-chave foram pela primeira vez definidos por Ferdinand de Saussure no Curso de Linguística Geral que deu na Universidade de Genebra entre os anos de 1906 e 1911 e que seria posteriormente publicado pelos seus discípulos Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger, em 1916.

Assim, sobretudo para aqueles que hoje se ocupam do estudo de fases pretéritas da língua, mas também para os que se ocupam do estudo da sincronia actual, o trabalho filológico é parte integrante, prévia ao seu trabalho linguístico, da mesma forma que o trabalho linguístico está também necessariamente presente no trabalho filológico.

Uma das áreas de intervenção privilegiadas da História no trabalho filológico com textos antigos situa-se ao nível da contextualização e tratamento das fontes. Estas dividem-se fundamentalmente em textos literários e textos não literários, assumindo os últimos particular relevância na medida em que, pela sua natureza prática, são, regra geral, explícitos quanto ao local e à data em que foram escritos e ainda quanto aos intervenientes nos diferentes níveis da sua produção, dados que podem ser sujeitos a crítica histórica.

É também no tratamento das fontes, literárias e não literárias, que intervem um conjunto de disciplinas auxiliares da História, como a Epigrafia, a Paleografia, a Diplomática, a Codicologia e a Bibliografia Material; e, finalmente, a Crítica Textual, que se constrói sobre os resultados das anteriores.

A Epigrafia e a Paleografia, além da sua função mais conhecida: de estudo e decifração de inscrições e escritas antigas, em diferentes suportes, dão também outros contributos importantes na análise de inscrições e textos antigos, nomeadamente no estudo da história dos sistemas de escrita e também na análise da diversidade das técnicas de escrita, o que pode ser importante, por exemplo, para ajudar a descobrir se dois documentos de autor não identificado são da mesma mão, se estamos perante um original ou perante uma cópia mais recente ou ainda para datar um documento não datado.

A Diplomática, que descreve e classifica os diplomas, é essencial na avaliação da originalidade e autenticidade dos documentos soltos de carácter legal, político ou económico.

A Codicologia e a Bibliografia Material, que tratam, respectivamente, os aspectos materiais do livro manuscrito e do livro impresso, ocupam-se da análise da sua confecção, estrutura e materiais, mas também da constituição das bibliotecas e do percurso de cada obra, incluindo as alterações nelas introduzidas pelos seus possuidores (anotações, por exemplo).

Finalmente, a Crítica Textual, lançando ela própria mão dos dados fornecidos pelas referidas disciplinas, ocupa-se da restituição dos textos a uma forma tão próxima quanto possível da original, fornecendo ao investigador, mas também ao leitor comum, edições fidedignas, resultantes do manuseamento crítico dos diferentes materiais constantes nos testemunhos do texto (sejam eles únicos ou múltiplos).

Estamos, assim, perante uma série de disciplinas que fazem a “filtração filológica” (Castro, 2006: 82) dos textos antes que eles possam servir de documento linguístico e/ou ser objecto de análise literária e que são, por isso, essenciais ao trabalho do investigador:

- a) na Linguística, porque a história das línguas se faz actualmente, na maior parte dos casos, recorrendo ao método conjectural clássico da exploração de fontes escritas que precisam de ser validadas e disponibilizadas antes de poderem ser utilizadas, quer para o estudo de sincronias pretéritas, quer como auxiliares na compreensão de muitos dos fenómenos da sincronia actual.
- b) na Literatura, porque qualquer conclusão de cariz literário sobre uma obra terá, para ser válida, de basear-se em edições fidedignas. Veja-se, por exemplo, o caso de obras como *A Capital* ou *O Conde de Abranhos*, de Eça de Queiroz, em que sabemos hoje que as edições tradicionais sofreram intervenções tais por parte dos seus editores que põem completamente em causa qualquer análise da obra que nelas se tenha baseado<sup>[3]</sup>.

### 3. A História, a Filologia e o resgate da memória

Do que fica dito, resulta claro que, ultrapassada a reacção ao historicismo do séc. XIX, que, nas primeiras décadas do séc. XX, afastou a Linguística e a Literatura entre si e ambas da História, a actual Linguística diacrónica tem o seu espaço, ainda que minoritário, na Linguística moderna; permitindo reatar, embora em moldes necessariamente diferentes dos do séc. XIX, o diálogo da Linguística com a História e também com a Literatura. A Literatura, por seu lado, reconhece hoje também o contributo do trabalho histórico e filológico no estabelecimento das bases da investigação literária.

Finalmente, importa realçar que o trabalho histórico e filológico de que temos vindo a falar não beneficia apenas a comunidade científica, mas também o público em geral, que, cada vez mais, tem acesso fácil a edições fidedignas de obras que, muitas vezes, são pouco conhecidas essencialmente porque não são facilmente acessíveis: por não estarem editadas ou por terem edições há muito esgotadas e desactualizadas à luz dos modernos critérios científicos; mas também porque o tempo se encarregou de criar entre elas e o leitor moderno um fosso linguístico e histórico-cultural que impede a sua cabal compreensão e consequente fruição.

---

3 A este propósito, vejam-se os vários trabalhos de edição e análise filológica da obra de Eça de Queiroz, de Luiz Fagundes Duarte.

É o caso, por exemplo, da obra do Padre António Vieira, a cuja edição e estudo me tenho dedicado nos últimos anos. Imortalizado por Fernando Pessoa como “Imperador da Língua Portuguesa”, todos lhe conhecem o nome, mas poucos lhe conhecem a obra. As causas desta situação prendiam-se, em grande parte, com a ausência de edições fidedignas e acessíveis, por um lado e, por outro, com a ausência, nas edições existentes, de instrumentos de leitura que permitissem ao leitor comum compreender o contexto histórico-cultural e as características linguísticas da época, sem o que a compreensão da obra fica gravemente prejudicada.

As recentes edições críticas da obra profética, nomeadamente da *Representação perante o Tribunal do Santo Ofício* (Vieira, 2008<sup>a</sup>) e da *Clavis Prophetarum* (Vieira, 2000) e também a dos *Sermões* (Vieira, 2008b e 2010), são apenas alguns exemplos do tipo de trabalho que é preciso fazer em relação ao vastíssimo património linguístico e literário em língua portuguesa que não é conhecido do público em geral e muitas vezes nem está estudado pelos investigadores.

O mesmo espírito de recuperação de textos que constituem a memória linguística e literária do Português está presente em projectos como, por exemplo, o projecto “Memória (meta)linguística do Português na Biblioteca Pública de Évora: para uma biblioteca digital (MEP-BPEDig.)”,<sup>[4]</sup> do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, da Universidade de Évora, que visa inventariar, catalogar e divulgar *on line* o inestimável património existente nos fundos daquela riquíssima biblioteca, os quais, na sua maior parte, não estão sequer catalogados e muito menos são conhecidos dos investigadores e do público em geral.

Concluindo: se dúvidas houvesse de que a História e a Filologia, ou a mais moderna Crítica Textual, continuam a prestar importantíssimos serviços à Linguística e à Literatura, bastaria olharmos à nossa volta, para a imensidade de textos, literários e não literários, que jazem esquecidos nos fundos das nossas bibliotecas, para termos uma ideia do muito que há a fazer nesta área. É um verdadeiro trabalho de resgate da memória linguística e literária de uma comunidade, que passa, antes de qualquer análise científica, por um trabalho prévio, ele próprio igualmente científico, de restituição dos textos à sua forma original, pela sua contextualização histórica e, finalmente, pela sua disponibilização à comunidade em geral e à comunidade científica em particular.

---

4 Projecto integrado no Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS); Linha RG3: Bibliotecas, Literacias e Informação do Sul (LIBIS).

E este papel da História e da Filologia na constituição das bases dos saberes da Linguística e da Literatura, mas também, em simultâneo, no resgate da memória linguística e literária das comunidades, é, e será sempre, da maior importância, não apenas científica, mas também social, na medida em que, nas sociedades actuais, tende a insinuar-se uma pernicioso tendência para o imediatismo do som e da imagem que precisa absolutamente de ser contrabalançada pela assunção da evidência de que cada momento é o resultado de uma história e só poderemos compreender e desfrutar cabalmente o que somos hoje se soubermos compreender e analisar o que fomos no passado.

## Referências

- CASTRO, Ivo (1995), “O retorno à filologia”, *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 511- 520.
- CASTRO, Ivo (2006), *Introdução à História do Português*, Segunda edição revista e muito ampliada, Lisboa, Colibri.
- CATROGA, Fernando (2001), *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto.
- DUARTE, Luiz Fagundes (1993), *A Fábrica dos Textos*. Ensaio de Crítica Textual acerca de Eça de Queiroz, Lisboa, Cosmos.
- VIEIRA, Padre António (2000), *Clavis Prophetarum Chave dos Profetas*, Livro III. Edição crítica, fixação do texto, tradução, notas e glossário de Arnaldo do ESPÍRITO SANTO, segundo projecto iniciado com Margarida Vieira Mendes, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- VIEIRA, Padre António (2008a), *Representação perante o Tribunal do Santo Ofício*, 2 vols. Edição crítica. Estudo introdutório, fixação do texto, aparato crítico, notas, traduções e glossários de Ana Paula BANZA, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- VIEIRA, Padre António (2008b), *Sermões I*. Edição crítica. Fixação do texto, aparato crítico e notas de Arnaldo do ESPÍRITO SANTO, Maria Cristina PIMENTEL e Ana Paula BANZA, Lisboa, CEFi - Centro de Estudos de Filosofia / Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- VIEIRA, Padre António (2010), *Sermões II*. Edição crítica. Fixação do texto, aparato crítico e notas de Arnaldo do ESPÍRITO SANTO, Maria Cristina PIMENTEL e Ana Paula BANZA, Lisboa, CEFi - Centro de Estudos de Filosofia / Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- VIEIRA, Padre António (2011), *Sermões III*. Edição crítica. Fixação do texto, aparato crítico e notas de Arnaldo do ESPÍRITO SANTO, Maria Cristina PIMENTEL e Ana Paula BANZA, Lisboa, CEFi - Centro de Estudos de Filosofia / Imprensa Nacional – Casa da Moeda. No prelo.

# A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES ÁTONOS EM ORAÇÕES INFINITIVAS NO PORTUGUÊS EUROPEU

## PRONOMINAL CLITIC PLACEMENT IN INFINITIVAL CLAUSES IN EUROPEAN PORTUGUESE

Pilar Barbosa  
pbarbosa@ilch.uminho.pt

Olga Rodygina  
olgarodygina@rambler.ru

Este artigo investiga os padrões de colocação (enclítico ou proclítico) dos pronomes clíticos em orações com o infinitivo não flexionado no português europeu (PE). Segundo as gramáticas de referência, estas distinguem-se das orações de tempo finito ou das orações infinitivas com a forma flexionada por admitirem a ênclise mesmo na presença de um elemento “proclisador” (preposição-complementador, operador de negação, advérbio de focalização ou aspectual, sintagma-*Qu*). Em estudos recentes desenvolvidos no quadro da sintaxe generativa, esta alternância é tida como um caso de variação livre. O presente trabalho procura contribuir para o esclarecimento deste fenómeno mediante um estudo quantitativo das ocorrências de um e outro padrão no *corpus* escrito CETEMPúblico (Corpus de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público<sup>[1]</sup>) e numa tarefa de elicitación de juízos de gramaticalidade realizada por falantes nativos do PE. Apesar de se confirmar a ideia de que as construções infinitivas com a forma não flexionada se distinguem das construções infinitivas com a forma flexionada e das orações de tempo finito por permitirem ambos os padrões de colocação na presença de elementos proclisadores, os dados quantitativos obtidos neste estudo revelam que há uma muito clara preferência pela próclise, facto nunca antes observado na literatura.

**Palavras-chave:** clíticos pronominais; próclise; ênclise; infinitivo flexionado; infinitivo não flexionado; português europeu

This article examines the patterns of pronominal clitic placement (enclitic and proclitic) observed in non-inflected infinitival clauses in European Portuguese (EP). These clauses have been taken to differ from finite or inflected infinitival clauses

\* Universidade do Minho, CEHUM, Braga, Portugal.

\*\* Universidade do Minho, CEHUM, Braga, Portugal.

1 Disponível em <http://dinis.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>, consultado em Abril-Maio de 2009.



in allowing enclisis even in the presence of a proclisis trigger (a complementizer, sentential negation, focus operators or *wh*-phrases). In recent studies within the framework of Generative Grammar, the alternation between enclisis and proclisis in these contexts is a case of free variation. This paper aims to contribute to the understanding of this phenomenon by carrying a quantitative study of the occurrences of each pattern in the written *corpus* CETEMPúblico (Corpus de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público<sup>[2]</sup>) as well as in a grammaticality judgement task applied to adult EP native speakers. Even though the results of the study confirm the claim that non-inflected infinitival constructions differ from inflected infinitival and finite clauses in the presence of proclisis triggers, the quantitative data obtained reveal that there is a clear preference for proclisis, a finding that has never been observed before in the literature on the topic.

**Key words:** pronominal clitics; proclisis; enclisis; inflected infinitives; non-inflected infinitives; European Portuguese

## 1. Introdução

O objectivo deste artigo é investigar os padrões de colocação (enclítico ou proclítico) dos pronomes clíticos em orações com o infinitivo não flexionado no português europeu (PE). Estas distinguem-se das orações de tempo finito (cf (1)) ou das orações infinitivas com a forma flexionada (cf. (2)) porque admitem a ênclise *mesmo na presença de um elemento “proclisador”* (preposição, operador de negação, advérbio de focalização ou aspectual, ou sintagma-*Qu*).

- (1) a. Eles não a viram.  
b. \*Eles não viram-na
- (2) a. É pena eles não a terem aceitado.  
b. \*É pena eles não terem-na aceitado.
- (3) a. Eles podem não a aceitar.  
b. Eles podem não aceitá-la.

Este fenómeno de variação entre a ênclise e a próclise na presença de elementos “proclisadores” sempre existiu na língua portuguesa (cf. Martins, 1994). Para além disso, está documentado nas gramáticas de referência (Said Ali, 1964) e é confirmado pelas intuições dos falantes. Num estudo recente desenvolvido no quadro da sintaxe generativa, Raposo e Uriagereka (2005) assumem que este é um fenómeno de variação livre. Porém, não há qualquer

2 Disponível em <http://dinis.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>, consultado em Abril-Maio de 2009.

estudo que tenha especificamente abordado a questão de saber se efectivamente a variação em causa é livre ou condicionada, ou se há preferência por um padrão em detrimento do outro. Neste trabalho, procuramos contribuir para o esclarecimento deste fenómeno mediante um estudo quantitativo das ocorrências de um e outro padrão no *corpus* escrito CETEMPúblico (*Corpus* de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público<sup>[3]</sup>) e nas respostas a um teste de gramaticalidade aplicado a falantes nativos do PE. O nosso objectivo é pré-teórico: não se trata de formular hipóteses explicativas do fenómeno em causa, mas sim estabelecer generalizações descritivas seguras que possam servir de base a trabalho futuro.

Este artigo está dividido em 6 secções. Na secção 2 abordam-se algumas questões gerais acerca das formas clíticas pronominais nas línguas românicas e no PE. Na secção 3, apresentamos a descrição e a análise dos dados do nosso *corpus*. Na secção 4, analisamos e discutimos os nossos resultados no quadro dos trabalhos já realizados sobre o tema. Na secção 5 apresentamos os resultados de um teste de gramaticalidade concebido para testar os contextos considerados mais problemáticos. A secção 6 apresenta sumariamente as principais conclusões do estudo.

## 2. Considerações gerais

As formas clíticas são definidas tradicionalmente como itens lexicais sem acento prosódico atribuído no léxico, razão pela qual ficam sempre adjacentes à palavra acentuada de que dependem. Adoptando a classificação introduzida por Zwicky (1977), é comum distinguir-se duas classes de clíticos (cf. Duarte, 2003 e Vigário, 2003): **clíticos simples** (artigos e preposições) e **clíticos especiais** (pronomes pessoais átonos). Esta classificação é determinada pelo comportamento particular dos pronomes pessoais átonos em relação a certos aspectos que os distinguem das outras formas clíticas (artigos, preposições e conjunções):

- (i) não têm uma posição fixa relativamente ao seu hospedeiro e admitem três possibilidades de colocação: podem preceder o hospedeiro (próclise), segui-lo (ênclise) ou até (aparentemente) ocorrer no seu interior (mesóclise);
- (ii) nas línguas românicas, seleccionam a categoria gramatical do seu hospedeiro, que pode ser só o verbo.

3 Disponível em <http://dinis.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>, consultado em Abril-Maio de 2009.

Os pronomes clíticos da família linguística românica podem preceder ou seguir o verbo ocupando, respectivamente, uma posição proclítica ou enclítica. Segundo os critérios que determinam essa posição podemos distinguir dois tipos de sistemas de línguas:

- a) aqueles em que a posição dos clíticos pronominais varia em função das propriedades da flexão verbal;
- b) aqueles em que a posição dos clíticos pronominais é condicionada por factores contextuais, i.e., não depende exclusivamente das propriedades da flexão verbal.

No primeiro caso situam-se o espanhol, o italiano, o catalão e o francês, em que a distribuição enclítica ou proclítica dos clíticos pronominais depende da forma verbal. Se a forma verbal é finita, os clíticos pronominais ocupam a posição proclítica ao verbo (4). Nas construções com formas verbais não finitas, a posição do clítico varia com a língua: em espanhol/italiano/catalão, a ênclise ocorre com as formas verbais do infinitivo, gerúndio e imperativo afirmativo (veja-se os exemplos do espanhol em (5)). Em francês, pelo contrário, os clíticos colocam-se procliticamente ao infinitivo (cf. 6a) e ao gerúndio (cf. 6b); a ênclise observa-se só com as formas afirmativas do imperativo (cf. 6c).

- |   |            |
|---|------------|
| (4) a. Maria <b>la</b> compró.                    | [Espanhol] |
| b. Martine <b>le</b> lit.                         | [Francês]  |
| c. Martina <b>lo</b> legge.                       |            |
| (5) a. No pensarás compr <b>artelo</b> .          | [Espanhol] |
| b. Termine dand <b>oselo</b> a ella.              |            |
| c. Cómpr <b>alo</b> .                             |            |
| (6) a. Martine veut <b>lui</b> parler.            | [Francês]  |
| b. En <b>le</b> lisant, il fut facile de décider. |            |
| c. Lis- <b>le</b> !                               |            |

No segundo caso, situa-se o PE, em que a alternância entre os dois padrões (enclítico e proclítico) se verifica tanto com as formas verbais finitas como com as infinitivas, dependendo de factores contextuais. Em orações finitas em PE, as posições proclítica ou enclítica são contextualmente determinadas. A próclise ocorre sempre que os seguintes elementos precedem o complexo verbal no interior da oração mínima que o contém: operadores de negação frásica e sintagmas negativos; sintagmas-*Qu* interrogativos, relativos e exclamativos; complementadores simples e complexos; advér-

bios de focalização e aspetuais; certo tipo de expressões não-referenciais quantificadas. A ênclise ocorre em todos os outros casos.

Este padrão de colocação dos pronomes átonos tem sido objecto de vários estudos no quadro da sintaxe generativa (cf. Duarte, 1983; Rouveret, 1992; Madeira, 1992; Martins, 1994; Uriagereka, 1995; Barbosa, 1996, 2008, Raposo, 2000; Duarte/Matos, 2000; Duarte, Matos & Gonçalves, 2005; Raposo/Uriagereka, 2005). Uma vez que o objectivo deste artigo é de pendor descritivo apenas, não nos deteremos nestas análises e remetemos o leitor interessado para as referências citadas. Na secção seguinte descrevemos os dados relativos aos padrões de colocação em orações infinitivas.

### **3. Análise empírica dos dados do *corpus***

#### **3.1 Descrição e estrutura do *corpus*.**

No desenvolvimento do presente estudo decidimos restringir a análise só a factores de natureza sintáctica, concentrando-nos sobretudo na língua escrita. Assim, o *corpus* seleccionado, que é constituído por 10758 exemplos, apresenta só amostras extraídas do *corpus* electrónico CETEMPúblico (*Corpus* de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público) disponibilizado pela LINGUATECA. Todos os dados do *corpus* estão distribuídos conforme a função sintáctica da oração infinitiva em que os pronomes clíticos ocorrem e estão divididos em dois grupos: ocorrências de infinitivo flexionado e ocorrências de infinitivo não flexionado. Cada grupo, por sua vez, também está dividido em duas secções: (i) casos em que a forma infinitiva não é precedida por um elemento proclisador; (ii) casos em que a forma infinitiva é precedida por um elemento proclisador (preposição, negação ou advérbio de focalização). A situação (ii) subdivide-se em dois grandes grupos: (a) a oração infinitiva é introduzida por preposição; (b) a oração infinitiva não é introduzida por preposição.

#### **3.2 Padrões de colocação do clítico pronominal em orações infinitivas sem um elemento proclisador**

Nos casos em que a forma infinitiva não é precedida, no interior da mesma oração, por um elemento proclisador, observámos um comportamento idêntico entre o infinitivo flexionado e o não flexionado: não há nenhuma variação e a posição enclítica é dominante (100%). Os 5 casos de próclise

(1%) com infinitivo não flexionado na função de objecto directo encontrados no *corpus* (veja-se o Gráfico-1) não são suficientemente significativos para serem considerados relevantes. A seguir, apresentamos graficamente estes resultados:

**Quadro 1 – Infinitivo não flexionado; contextos sem proclisador.**

Domínio sintáctico Completivas verbais na função de:	Sem proclisador no domínio encaixado				Total
	Ênclise	%	Próclise	%	
objecto directo	678	99%	5	1%	683
sujeito	280	100%	0	0%	280
predicativo de sujeito	96	100%	0	0%	96

Os casos em que a construção infinitiva é selecionada pelos verbos modais *poder* e *dever*, que também regem infinitivo não preposicionado, mostram a mesma tendência de ênclise categórica (100%). Os 4 casos de próclise encontrados com o verbo *dever* (2%) também não foram considerados relevantes (note-se que, nestes casos, o clítico se liga ao infinitivo, portanto consideramos que estes exemplos não envolvem o processo de reestruturação (cf. Rizzi, 1978)<sup>[4]</sup>.

**Quadro 2 – Verbos modais *poder*, *dever***

Domínio sintáctico	Verbo	Sem proclisador (no domínio encaixado)				Total
		Ênclise	%	Próclise	%	
Verbos modais	Poder	414	100%	0	0%	414
	Dever	198	98%	4	2%	202

4 Os exemplos com próclise parecem ser citações, não sendo, por isso, de excluir a possibilidade de, em alguns casos pelo menos, o locutor não ser falante nativo da variedade europeia do português.

### 3.3 Padrões de colocação do clítico pronominal em orações infinitivas sem flexão com um elemento proclisador

Nesta secção, começaremos por considerar os contextos em que a oração infinitiva não é introduzida por uma preposição. Depois, consideraremos os contextos em que a oração é regida de preposição e examinaremos o comportamento de cada uma das preposições encontradas no *corpus*. Deste modo, a nossa apresentação dos dados está organizada de maneira que permita ver o comportamento dos pronomes clíticos nos contextos em que

- a oração infinitiva não é regida de preposição e contém um elemento proclisador (negação frásica ou advérbio de focalização);
- a oração infinitiva é regida de preposição.

#### A. Orações infinitivas não regidas por preposição e com um elemento proclisador no domínio encaixado

- Infinitivo não flexionado

Nesta secção, apresentaremos, primeiro, os dados que mostram a distribuição dos pronomes clíticos com um operador de negação no domínio encaixado e, depois, os dados com advérbios aspetuais e de focalização. A distribuição dos dados no *Corpus* mostra que, na ocorrência do operador de negação no domínio encaixado, o padrão dominante é a próclise; todavia, foram encontradas ocorrências de ênclise em orações infinitivas completivas de objecto.

**Quadro 3 – Variação na presença do operador de negação (infinitivo não flexionado).**

Função sintáctica	Com negação no domínio encaixado				
	Ênclise	%	Próclise	%	Total
Completivas de objecto	22	7 %	285	93%	307
Verbos modais <sup>5</sup>	9	5 %	169	95%	178
Completivas de sujeito	0	0%	17	100%	17
Predicativo de sujeito	0	0%	5	100%	5

5 Decidimos incluir nesta secção os verbos *poder/dever*, dado que também regem orações infinitivas sem preposição.

A seguir citamos alguns dos exemplos de ênclise encontrados<sup>[6]</sup>

- (7) a. Ext 276564 (nd, 98a): O júri de selecção do Prémio Literário Vergílio Ferreira de 1997 **decidiu não atribui-lo** este ano ... ».  
 b. Ext 949074 (soc, 93a): O juiz **entendeu não ouvi-lo**, neste dia marcado para as alegações finais.  
 c. Ext 601110 (des, 93b): Se as taxas de juro são muito elevadas, o Estado **pode não aceitá-las** e eu acho que isso não se contesta.

Como já referimos antes, os advérbios aspetuais e de focalização são elementos proclisadores. Contudo, com a forma não flexionada do infinitivo, conseguimos encontrar casos de ênclise mesmo na presença destes advérbios. Estes casos são extremamente difíceis de identificar, uma vez que nem sempre é possível determinar com um elevado grau de certeza se o advérbio pertence à oração superior ou à oração subordinada. Deste modo, optámos por colocar de lado todos os casos de ênclise passíveis de ser analisados das duas maneiras (com o advérbio no domínio superior ou no domínio encaixado). Mesmo assim, em 26 casos de ocorrência de orações infinitivas completivas não regidas de preposição com os advérbios de focalização *só, já*, houve 5 casos de ênclise e 21 casos de próclise. Com os verbos modais *poder, dever* encontrámos 6 casos de ênclise e 3 de próclise.

#### Quadro 4 – Variação na presença de um advérbio aspectual ou de focalização.

Domínio sintáctico:		Com advérbio no domínio encaixado				Total
		Ênclise	%	Próclise	%	
Completivas de objecto		5	19%	21	81%	26
Verbos modais	<i>Poder</i>	4	57 %	3	43%	7
	<i>Dever</i>	2	100%	0	0%	2
Completivas de sujeito		0	0%	0	0%	0
Predicativo de sujeito		0	0%	0	0%	0

6 Não foram incluídos na contabilização os casos em que a negação faz parte da locução coordenativa correlativa ‘não só .... mas ...’:

A seguir apresentamos alguns dos exemplos de ênclise encontrados no *corpus*:

- (8) a. Ext 541071 (soc, 93a): Mas é evidente a desmobilização da maioria dos alunos, que parece **já ter-se** habituado a ideia de que vai ter mesmo que pagar as propinas  
 b. Ext 1551196 (pol, 91a): Este documento deveria ser assinado hoje de manhã, mas, respondendo ao apelo que a deputado Helena Roseta e o professor Agostinho da Silva lhes fizeram pessoalmente no encontro de quinta-feira, os reclusos decidiram **só fazê-lo** na próxima segunda-feira.

- Infinitivo flexionado

São escassas as ocorrências de formas clíticas em orações com o infinitivo flexionado não regido de preposição e com um elemento proclisador (negação ou advérbio). Não foi encontrado nenhum caso de ênclise.

#### Quadro 5 – Infinitivo flexionado não preposicionado; proclisador no domínio encaixado.

Domínio sintáctico:	Proclisador no domínio encaixado				Total
	Ênclise		Próclise		
Sujeito	0	100%	0	0%	0
Predicativo de sujeito	0	100%	1	100%	1
Completivas verbais na função de objecto directo	0	0%	5	100%	5

### 3.4 A colocação dos pronomes clíticos em orações infinitivas regidas por preposição

Magro (2005) observou que as preposições não têm um comportamento homogéneo no que respeita aos padrões de colocação dos pronomes clíticos em orações infinitivas com a forma não flexionada: há preposições que favorecem a ênclise (*a/em*) e preposições que promovem a próclise (*de, para, por*). Os dados do nosso *Corpus* reforçam estas observações e provam que cada preposição promove um ou outro padrão independentemente da função sintáctica desempenhada pela oração infinitiva. Optámos por divi-



dir todos os casos de variação em duas secções que vamos tratar separadamente. A primeira secção é dedicada às orações infinitivas introduzidas pelas preposições *a/em*; a segunda é consagrada às preposições *de, por e para*. Por limitações de espaço, optou-se por excluir todos os casos em que a construção infinitiva é seleccionada por um verbo semi-auxiliar (como *começar a, acabar de, ter de ou haver de, etc.*). Nestes casos, a possibilidade de formação de um predicado complexo levanta questões particulares cuja discussão ultrapassa os limites deste trabalho (para uma descrição destes contextos, veja-se Rodygina (2010)). Optámos por incluir na classe das orações adverbiais introduzidas pela preposição *a* todas as orações adverbiais formadas por *a+Infinitivo* em que o resultado da combinação da preposição com a forma infinitiva assume um valor equivalente ao gerúndio (Raposo, 1986; Duarte, 1992). Nestes contextos, a preposição tem claramente um valor aspetual.

- (9) Ext 239533 (clt, 94a): P. ---... Já em adolescente escreveu a Jean Renoir a **agradecer-lhe** dois filmes...

- **Infinitivo não flexionado**

- As preposições *a/em*

As preposições *a/em* favorecem a posição enclítica dos pronomes, sendo este padrão o único possível no caso da preposição *a*.

**Quadro 6 – Orações infinitivas regidas pelas preposições *a*, *em* (Inf. sem flexão)**

PREP.	Domínio sintáctico	Sem proclisador (no domínio encaixado)				
		Ênclise		Próclise		Tot.
A	Completivas verbais	340	99%	3	1%	343
	Completivas nominais	25	100%	0	0%	25
	Completivas adjectivais	84	100%	0	0%	84
	Orações adverbiais	528	99.8%	1	0.2%	529
	Locuções de sentido adverbial: <i>de modo a, por forma a, etc.</i>	78	100%	0	0%	78
EM	Completivas verbais	57	75%	19	25%	76
	Completivas nominais	43	52%	39	48%	82
	Completivas adjectivais	7	42%	10	58%	17

Como se pode ver no Quadro-6, as orações infinitivas introduzidas pela preposição *a* não apresentam variação significativa na colocação dos clíticos (o número de ocorrências de próclise não é suficientemente significativo.) Nos domínios infinitivos regidos pela preposição *em* a variação já é assinalável: nas completivas verbais e nominais, vê-se a predominância do padrão enclítico (75% e 52% de ênclise respectivamente), nas completivas adjectivais predomina a próclise (58%).

- As preposições *de*, *por*, *para* e outras.

Em primeiro lugar, interessa-nos verificar se existe variação nas orações introduzidas por *para* e seleccionadas por verbos declarativos de ordem. Tem sido defendido (cf. Mateus et. al., 2003) que, nestes casos, a preposição *para* tem o estatuto de complementador, uma vez que não ocorre enquanto elemento introdutor de complementos nominais (cf. (10b) e está geralmente em distribuição complementar com o complementador *que* (11b):

- (10) a. Disseram-me para falar com ele.  
b. \*Disseram-me para isso.
- (11) a. Disseram-me que fosse falar com ele.  
b.\*/? Disseram-me para que fosse falar com ele.

Estes dados indicam que *para* tem o estatuto de complementador. No Quadro-7 apresentamos os dados do *corpus*:

**Quadro 7 – Orações infinitivas (sem flexão) regidas pela preposição *para* com verbos declarativos de ordem**

Ênclise	%	Próclise	%	Total
4	4%	87	96%	91

Os dados mostram que a posição predominante dos clíticos em combinação com verbos declarativos de ordem é a próclise. Não obstante isto, encontrámos 4% de ocorrências de ênclise, o que indica que, mesmo nos casos em que, presumivelmente, a “preposição” tem o estatuto de complementador, a ênclise não é excluída:

- (12) a. Ext 343095 (clt-soc, 94a): Depois, **pedi para abri-la** em branco.  
 b. Ext 396135 (clt, 92a): Encenei «Lulu», de Alban Berg, no Festival de Spoleto e o «Rigoletto», de Verdi, em Munique, mas porque me **pediram para fazê-lo**.

No quadro que se segue, apresentamos os dados relativos aos outros contextos de ocorrência de *para* e de outras preposições. Na organização destes dados seguimos o mesmo critério que no caso da preposição *a*, ou seja, seleccionámos apenas os contextos em que a construção infinitiva forma uma oração infinitiva independente, excluindo assim os contextos em que é seleccionada por um verbo semi-auxiliar.

**Quadro 8 – Orações infinitivas regidas pelas preposições *de*, *por*, *para***

Preposição	Domínio sintáctico	Ênclise:	%	Próclise:	%	Total
DE	Completivas verbais	9	5%	162	95%	171
	Completivas nominais	34	3%	940	97%	974
	Completivas adjectivais	7	4%	155	96%	162
	Locuções de sentido adverbial (longe de, depois de, além de, antes de, apesar de)	7	1.8%	383	98.2%	390
	Locuções nominais de sentido adverbial: <i>a fim de; no sentido de; ao ponto de; ao invés de, no caso de, em vez de</i>	7	4%	154	96%	161
PARA	Completiva verbal ( <i>servir para</i> )	0	0%	9	100%	9
	Completiva nominal:	3	2%	144	98%	147
	Completiva adjectival:	0	0%	59	100%	59
	Completiva do advérbio ( <i>cedo para</i> )	0	0%	11	100%	11
	<b>Adjunto</b> (adverbial, ad-nominal, adjectival)	34	4%	859	96%	893
POR	Completiva verbal	3	15%	17	85%	20
	Completiva adjectival	2	15%	11	85%	13
	<b>Adjunto</b> (adverbial, ad-nominal, adjectival):	0	0%	75	100%	75

**Quadro 9 – Orações infinitivas regidas por outras preposições**

Prep.	Ênclise:	%	Próclise:	%	Total
APÓS	2	20%	8	80%	10
SEM	2	0.08%	244	99.2%	246
ATÉ	4	7%	53	93%	57

Como se pode ver, as preposições *de, por, para, sem, após*, etc., admitem uma certa variação na colocação dos clíticos embora haja uma clara predominância de próclise. A seguir, transcrevemos apenas exemplos ilustrativos do emprego de ênclise:

- (13) a. Ext 181926 (pol, 93a): Os rebeldes viram também a sua acção facilitada no resto do país, onde muitas cidades **optaram por proclamar-se** neutrais em relação ao conflito de poder, apesar da maioria dos dirigentes ter sido eleita pela Frente Popular do Presidente Eltchibey.
- b. Ext 176772 (com, 98b): Este «simulador de acção» não parece **capaz de arrancar-se** do chão.
- c. Ext 231843 (nd, 98b): «Álvaro Cunhal telefonou-me para Frankfurt **para felicitar-me...**».

- **Infinitivo flexionado**

Os dados do nosso *corpus* com o infinitivo flexionado são muito mais escassos do que com o infinitivo sem flexão. Por isso, optámos por apresentar todos os casos num único quadro:

**Quadro 10 – Infinitivo flexionado precedido por preposição**

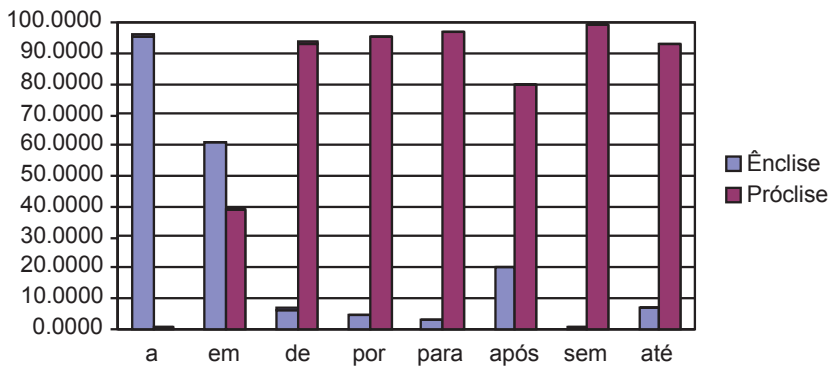
Preposição	Domínio sintático	Ênclise	%	Próclise	%
A	Completivas verbais	51	100%	0	0%
	Completivas nominais	0	100%	0	0%
	Completivas adject.	15	100%	0	0%
	Adjunto adverbial	59	100%	0	0%
	Locuções nominais de sentido adverbial: <i>De modo a, com vista a, por forma a</i>	7	100%	0	0%
EM	Completivas verbais	0	0%	1	100%
	Completivas nominais	3	50%	3	50%
	Completivas adjectivais	1	100%	0	0%
DE	Completivas verbais	0	0%	51	100%
	Completivas nominais	0	0%	105	100%
	Completivas adjectivais	0	0%	10	100%
	Locuções de sentido adverbial <i>Adv.-Prep.-Inf.:</i>	0	0%	172	100%
	Locuções nominais de sentido adverbial	0	0%	8	100%
PARA	Completivas verbais	0	0%	5	100%
	Adjunto (adnominal, adjectival, adverbial)	0	0%	92	100%
POR	Completivas adjectivais	0	0%	6	100%
	Adjunto adverbial	0	0%	19	100%
Outras preposições	<i>Após</i>	0	0%	9	100%
	<i>Sem</i>	0	0%	34	100%
	<i>Até</i>	0	0%	6	100%

Como se pode observar, no caso das orações infinitivas com o infinitivo flexionado vemos a mesma tendência que observámos com infinitivo não flexionado: a distribuição dos pronomes clíticos depende da preposição que introduz a oração infinitiva. A ênclise ocorre só em orações infinitivas regidas pelas preposições *a*, *em* independentemente da sua função sintáctica. Estas preposições comportam-se com o infinitivo flexionado da mesma maneira que com o infinitivo impessoal: a preposição *a* admite só a posição enclítica, a preposição *em* admite variação (50% de ênclise).

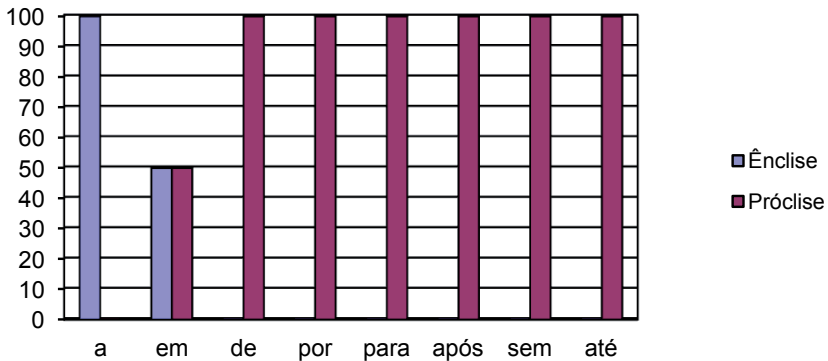
No caso das preposições *de*, *por*, *para*, há diferenças entre as duas formas do infinitivo: a forma não flexionada admite uma certa variação, embora o padrão predominante seja a próclise; as orações infinitivas com a forma flexionada admitem apenas a posição proclítica.

Os gráficos (1) e (2) ilustram os padrões verificados em cada um dos tipos de oração infinitiva.

**Gráfico 1: Infinitivo não flexionado**



**Gráfico 2: Infinitivo flexionado**



### 3.5 Conclusões

Comparando os dados apresentados acima, podemos tirar as seguintes conclusões relativamente ao comportamento do infinitivo flexionado e do infinitivo não flexionado nos contextos por nós seleccionados.

- 1) Nos casos em que o infinitivo não é precedido, no interior da mesma oração, por um elemento proclisador, observamos um comportamento idêntico entre o infinitivo flexionado e não flexionado: não há nenhuma variação e a posição enclítica é a única opção (100%).
- 2) Nos contextos em que a oração infinitiva não é regida de preposição e contém um elemento proclisador (negação ou advérbio) observa-se um comportamento diferente entre o infinitivo flexionado e o infinitivo não flexionado. No caso do infinitivo não flexionado, há variação, embora se verifique uma clara predominância de próclise. Os dados obtidos com o infinitivo flexionado são escassos; porém, apenas a próclise foi atestada.
- 3) Nas circunstâncias em que o infinitivo (flexionado ou não-flexionado) é regido de preposição, a colocação do pronome clítico depende de preposição que introduz a oração infinitiva. A preposição *a* favorece só a ênclise tanto com a forma não flexionada como com a forma flexionada (cf. gráficos 1 e 2); a preposição *em* admite variação entre a ênclise e a próclise com ambas as formas do infinitivo. Com as restantes preposições, o infinitivo flexionado não admite nenhuma variação (cf. Gráfico 2), encontramos só próclise; o infinitivo não-flexionado, em contraste, admite variação (cf. Gráfico 1), embora a próclise seja o padrão predominante (a ênclise não excede os 20%).

## 4 As propostas de Magro (2005) e Duarte (2003)

Uma vez descritos e sistematizados os dados, passamos à avaliação crítica de algumas das propostas de explicação da variação detectada em domínios infinitivos sem flexão. A literatura de língua portuguesa sobre o assunto não é abundante. Destacamos aqui duas propostas: a de Magro (2005), que procura explicar a variação existente pelo estatuto diferente do introdutor da oração infinitiva, e a de Duarte (2003), que aborda em particular a questão da variação na presença de operadores de negação. A seguir, fazemos uma breve apresentação destes trabalhos.



#### 4.1 A proposta de Magro (2005) e a questão do estatuto das preposições introdutoras das orações infinitivas

No seu estudo sobre a colocação dos pronomes clíticos nas orações infinitivas regidas de preposição, Magro (2005) chega à conclusão de que as preposições não têm um comportamento homogêneo no que respeita aos padrões de colocação dos pronomes clíticos em orações infinitivas com o infinitivo não preposicionado: há preposições que favorecem a ênclise como padrão preferencial de colocação dos clíticos (*a, em*), e há preposições que promovem mais a próclise (*de, para, por, sem*). Magro relaciona este facto com o fenómeno da subida do clítico: em construções com verbos semi-auxiliares, a admissão da subida do clítico também depende da preposição que introduz a oração infinitiva, ou seja, as preposições que favorecem ênclise (por exemplo, *a*) ocorrem em contextos que admitem a subida do clítico; pelo contrário, as preposições que favorecem próclise (*de, por*) bloqueiam a subida do clítico.

Segundo Magro, estes factos devem-se à natureza diferente dos introdutores das orações infinitivas. As preposições que favorecem a subida do clítico e induzem ênclise são verdadeiras preposições (núcleos de PPs); as preposições que bloqueiam a subida do clítico e induzem próclise são complementadores (núcleos de CPs). Assim, alguns dos elementos pertencentes à classe tradicional das “preposições” podem ter uma dupla entrada lexical e, por isso, podem funcionar ou como verdadeiras preposições ou como complementadores. A variação na colocação dos clíticos depende então da possibilidade de cada um desses elementos poder ter uma dupla entrada lexical, um estatuto categorial diferente.

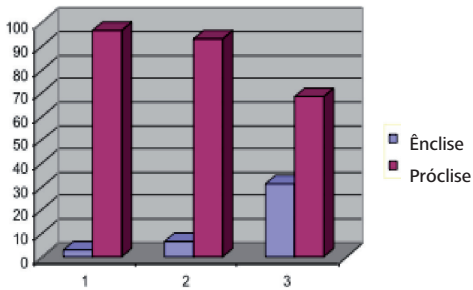
Como se pode ver nos Gráficos 1 e 2, os dados do nosso *corpus* confirmam parcialmente esta ideia de Catarina Magro. A preposição *a* tem um comportamento idêntico tanto em construções com o infinitivo não flexionado como em estruturas com a forma flexionada, determinando a ênclise categórica em ambos os casos. Este facto é consistente com os dados de Magro pelo que adoptamos aqui a sua sugestão de que *a* é uma verdadeira preposição. Sendo uma preposição, selecciona a oração infinitiva como complemento; logo, é externa à oração. Assumindo que apenas os elementos que são internos à oração podem funcionar como proclisadores no interior dessa oração, explica-se o facto de esta preposição não atuar como elemento proclisador e condicionar a ênclise.

*Em* tem um comportamento muito interessante e diferente do das outras preposições porque admite uma variação muito grande tanto com

o infinitivo não flexionado como com o infinitivo flexionado. Na linha da proposta de Magro, este facto pode ser explicado pelo estatuto categorial duplo deste morfema: nos casos em que o morfema *em* é um complementador, funciona como elemento proclisador e condiciona a próclise. Nos casos em que *em* tem o estatuto de preposição, está fora do domínio da oração infinitiva. Por esta razão, não actua como elemento proclisador e o resultado é a ênclise.

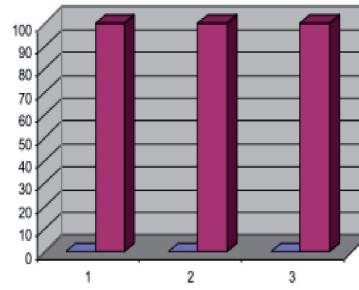
No que respeita às restantes preposições (*de, por, para, após, sem, até*), verificamos uma clara assimetria entre os contextos em que a forma infinitiva é flexionada e os contextos em que a forma infinitiva não é flexionada. No primeiro caso, a próclise é categórica; no segundo caso, há variação (entre 0.8% e 20% de ocorrências de ênclise). Esta assimetria entre o infinitivo flexionado e o infinitivo não flexionado não se verifica com as preposições *em* e *a*, o que é crucial, na medida em que sugere que não podemos usar o mesmo tipo de explicação invocando o duplo estatuto destes morfemas. Se qualquer um destes morfemas pudesse funcionar como genuína preposição, deveria ter um comportamento idêntico ao de *em*, admitindo a ênclise também com a forma flexionada. Contudo, no caso de *de, por, para, após, sem* ou *até*, o único padrão atestado com a forma flexionada é a próclise. Este é o padrão encontrado nos contextos que contêm outros elementos proclisadores, como a negação e advérbios aspetuais ou de focalização. Assim, concluímos que estes elementos são complementadores (logo, proclisadores) sempre que introduzem uma oração subordinada infinitiva, seja ela flexionada ou não. Deste modo, o único padrão observado com a forma flexionada é a próclise; com a forma não flexionada observa-se o padrão já verificado com os restantes proclisadores: variação, ainda que com clara predominância de próclise. Os quadros que se seguem representam os valores totais relativos a cada tipo de elemento proclisador: preposição-complementador, negação e advérbios aspetuais ou de focalização

Gráfico 3: Infinitivo não flexionado



Complementador Negação Advérbios Advérbio

Gráfico 4: Infinitivo flexionado



Complementador Negação Advérbios Advérbio

Resumindo, a peculiaridade do infinitivo não-flexionado consiste em revelar duas possibilidades de colocação dos clíticos mesmo na presença de elementos proclisadores (preposições-complementadores, negação e advérbios de focalização no domínio encaixado): apesar de a próclise ser o padrão predominante, a ênclise não deixa de ser possível. No caso do infinitivo flexionado, observamos apenas a próclise nestes contextos. Numa palavra, a presença da flexão de concordância determina sempre a próclise na presença de um elemento proclisador; a ausência de flexão, ao contrário, condiciona duas posições possíveis: enclítica e proclítica.

#### 4.2 Duarte (2003) e Duarte, Matos e Gonçalves (2005)

Para Duarte (2003) e Duarte, Matos e Gonçalves (2005), o padrão de colocação dos pronomes clíticos em orações infinitivas é essencialmente o mesmo das orações finitas. A ocorrência de ênclise na presença de proclisadores em orações infinitivas é explicada por Duarte (2003) com recurso à elipse: as frases em que se obtém a ênclise são estruturas elípticas com um verbo modal ou temporal omitido, que não tem realização lexical, como se exemplifica a seguir:

- (14) O que [ — ] dizer-te?  
*Estrutura elíptica que pressupõe* ‘O que devo/posso dizer-te?’
- (15) Não sei o que [ — ] dizer-te/  
*Estrutura elíptica que pressupõe* ‘Não sei o que devo/posso dizer-te.’

Para explicar a variação que se verifica com operadores de negação, Duarte (2003) recorre ao estatuto duplo da partícula negativa: esta tanto pode ser um operador de negação frásica como um operador de negação de constituintes menores do que a frase (como em *uma pessoa não disposta a tudo*, em que a partícula de negação modifica apenas o sintagma adjectival). De acordo com Duarte (2003), quando a partícula negativa funciona como operador de negação frásica, desencadeia a próclise e legitima itens de polaridade negativa:

(16) Os meninos preferem **não** lhe dar **nenhum** livro.

Quando há ênclise, a partícula de negação tem um estatuto “quase-afixal”, negando neste caso constituintes menores do que a frase. Duarte defende que, nesta circunstância, um item de polaridade negativa não é legitimado, considerando (17b) agramatical:

- (17) a. Os meninos preferem **não** dar-lhe o livro.  
 b. \* Os meninos preferem **não** dar-lhe **nenhum** livro.

Apesar deste juízo de Duarte (2003), é possível encontrar exemplos comparáveis a (17b) na fala natural. Com efeito, se procurarmos a sequência *não dizer-lhe nada* no motor de busca do Google, encontramos vários exemplos, entre os quais os que a seguir se transcrevem:

- (18) a. Acabei por **não dizer-lhe nada** mas... para falar a verdade nem sei o que fazer. [ooutrolado2.blogs.sapo.pt/tag/colegas](http://ooutrolado2.blogs.sapo.pt/tag/colegas)  
 b. Ela preferiu **não dizer-lhe nada**. Preferiu manter o silêncio e guardar tudo aquilo para si. [naoseique1blog.blogspot.com/2006\\_11\\_01\\_archive.html](http://naoseique1blog.blogspot.com/2006_11_01_archive.html)

Estes exemplos contrariam a ideia de que a ênclise é incompatível com a presença de um item de polaridade negativa. Em face das dúvidas suscitadas pelos dados disponíveis, decidimos elaborar um teste para elicitação de juízos de gramaticalidade, em que testámos os contextos mais problemáticos. Na próxima secção apresentamos o inquérito e discutimos os resultados obtidos.

## 5 Teste de gramaticalidade e discussão dos resultados

O inquérito por nós elaborado testa só as questões levantadas pela discussão dos trabalhos de Magro (2005) e Duarte (2003), nomeadamente a variação em construções infinitivas sem flexão, na presença dos seguintes elementos:

- preposição-complementador para;
- advérbios de focalização;
- operador de negação;
- operador de negação e um item da polaridade negativa.

No total houve 45 informantes, estudantes universitários, falantes nativos do português europeu. Os informantes tiveram que escolher entre as duas variantes, ênclise e próclise, num contexto idêntico, marcando com ‘+’ a frase mais natural e com ‘-’ aquela que lhes parecia menos usada ou agramatical. O inquérito não excluía a possibilidade de os inquiridos aceitarem as duas frases. Na análise final do inquérito contámos as percentagens de ênclise ou próclise só nas frases que foram aceites pelos falantes. Deixámos de lado as frases que não foram aceites.

**Quadro 11 – Teste para elicitación de juízos de gramaticalidade**

FRASES	“+”	%	Total
(1) a. Pediu-me para fazê-lo o mais rapidamente possível. b. Pediu-me para o fazer o mais rapidamente possível.	29 32	48% 52%	61
(2) a. Os candidatos <b>decidiram só</b> anunciá-la oficialmente depois de amanhã. b. Os candidatos <b>decidiram só</b> a anunciar oficialmente depois de amanhã.	30 16	65% 35%	46
(3) a. Ele decidiu não o fazer. b. Ele decidiu não fazê-lo.	33 22	60% 40%	55
(4) a. Neste momento, os alunos preferem não sujeitar-se a exame e fazer antes um trabalho. b. Neste momento, os alunos preferem não se sujeitar a exame e fazer antes um trabalho.	15 38	28% 72%	53
(5) a. O governo pode não aceitá-las b. O governo pode não as aceitar.	21 37	36% 64%	58
(6) a. Há que não deixá-los fazer isso. b. Há que não os deixar fazer isso.	18 33	35% 65%	51
(7) a. O governo pode não aceitá-las agora. b. O governo pode não as aceitar agora.	21 34	38% 62%	55
(8) a. As coisas voltaram a não lhe correr bem. b. As coisas voltaram a não correr-lhe bem.	38 15	72% 28%	53
(9) a. Ele continua a não dizer-lhe a verdade. b. Ele continua a não lhe dizer a verdade.	17 35	33% 67%	52
(10) a. Neste momento, os alunos preferem não sujeitar-se a <i>nenhum exame</i> . b. Neste momento os alunos preferem não se sujeitar a <i>nenhum exame</i> .	15 36	29% 71%	51
(11) a. Ela prometeu não dizer-lhe <i>nada</i> . b. Ela prometeu não lhe dizer <i>nada</i> .	17 38	30% 70%	55
(12) a. A vítima pode não lembrar-se de <i>nada</i> . b. A vítima pode não se lembrar de <i>nada</i> .	12 40	23% 77%	52
(13) a. A vítima pode não lembrar-se de quem a agrediu. b. A vítima pode não se lembrar de quem a agrediu.	14 41	25% 75%	55
(14) a. As coisas voltaram a não correr-lhe <i>nada bem</i> . b. As coisas voltaram a não lhe correr <i>nada bem</i> .	12 36	25% 75%	48
(15) a. Ele continua a não dizer-lhe <i>nada</i> . b. Ele continua a não lhe dizer <i>nada</i> .	15 38	28% 72%	53

O primeiro contexto que nos interessava testar era a variação na presença de um complementador (cf. a pergunta (1) do Quadro 11). Interesou-nos saber como os falantes nativos ajuízam as ordens cl-VInf/VInf-cl em orações infinitivas introduzidas por *para* e seleccionadas por verbos declarativos de ordem. Como já foi referido, tudo indica que, neste contexto, *para* funciona como complementador. Os resultados obtidos confirmaram que a variação é possível mesmo nestes casos.

O segundo aspecto testado foi a variação com advérbios de focalização (cf. a pergunta (2)). Aqui, a percentagem de ênclise é dominante (65%), o que difere dos dados do *corpus*, em que a ênclise não ultrapassou os 19 %.

A variação com o operador de negação foi testada em diferentes contextos. Como se pode ver nos exemplos (3) a (15) do inquérito, testámos a variação com o operador de negação em três contextos: em completivas verbais, com verbos modais e com verbos aspectuais. O inquérito mostrou que os falantes admitem a ênclise em todos estes contextos, sendo a percentagem de ênclise ainda maior do que a obtida no *corpus*.

Para testar a hipótese de Duarte (2003) acima referida, introduzimos no inquérito exemplos em que a ênclise ocorre na presença do operador de negação e de um item de polaridade negativa, como nos exemplos (10)-(12) e (14)-(15). Embora a próclise seja a variante preferencial nestes casos, a ênclise não foi totalmente excluída. Assim, concluímos que a variação em causa não depende do estatuto ambivalente da partícula negativa.

Resumindo, os dados do *corpus* e do inquérito mostram que, no PE, o infinitivo não flexionado admite a ênclise na presença de elementos proclisadores, sendo a percentagem de ênclise mais alta no inquérito do que no *corpus* em todos os contextos seleccionados.

## 6. Conclusões

Os dados quantitativos deste estudo revelam que as construções infinitivas com a forma não flexionada se distinguem das construções infinitivas com a forma flexionada e das orações de tempo finito no que respeita aos padrões de colocação das formas pronominais clíticas. As diferenças são detectáveis apenas nos casos em que há um elemento proclisador, mas são reais. Ao evidenciar diferenças entre domínios finitos e domínios infinitivos (sem flexão de concordância), o PE aproxima-se assim das línguas românicas como o italiano, o espanhol ou o catalão, nas quais também se verifica um contraste entre os dois domínios (a próclise é a única opção em orações

finitas; as orações infinitivas exigem a ênclise). No caso do PE, sempre que há um elemento “proclisador”, a próclise é a única opção quer nas orações de tempo finito quer nas orações infinitivas com flexão de concordância; nas orações infinitivas com a forma não flexionada, ambos os padrões de colocação são possíveis no referido contexto. Este estudo confirma assim a ideia de que a presença da flexão de concordância verbal tem um papel determinante na colocação dos pronomes clíticos, tal como defendido em Raposo e Uriagereka (2005).

A pesquisa quantitativa levada a cabo neste estudo permite ainda concluir que, nos casos em que há variação entre os dois padrões de colocação, há uma muito clara preferência pela próclise, facto nunca antes observado na literatura.

## Referências

- BARBOSA, Pilar (1996), «Clitic Placement in European Portuguese and the Position of Subjects», in A. Halpern and A. Zwicky (eds.), *Approaching Second: Second Position Clitics and Related Phenomena*, CSLI Publications, Stanford, Calif., pp. 1-40,
- BARBOSA, Pilar (2008) “Deslocação Local, Cliticização e *Spell-out* cíclico”, *Diacrítica* vol. 22, nº1, pp. 131-156.
- DUARTE, Inês (1983), «Variação Paramétrica e Ordem dos Clíticos», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* 50, pp. 158-78.
- DUARTE, Inês (1992), “Complementos infinitivos preposicionados e outras construções temporalmente defectivas em português europeu”, *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, APL, Lisboa, pp. 145-158.
- DUARTE, Inês/ Gabriela Matos (2000), «Romance Clitics and the Minimalist Program», João Costa (org.), *Essays in Portuguese Comparative Syntax*. Oxford Press, New York, pp.116-142,
- DUARTE, Inês. (2003), “Padrões de colocação dos pronomes clíticos”, in M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria, S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, M. Vigário & A. Villalva *Gramática da Língua Portuguesa*, 6ª edição, Lisboa, Caminho.
- DUARTE, I., G. Matos & A. Gonçalves (2005) «Pronominal Clitics in European and Brazilian Portuguese», in *Journal of Portuguese Linguistics*, vol. 4, nº2, pp. 113-141.
- MADEIRA, Ana Maria (1992), On Clitic Placement in European Portuguese, in H. van Koot (org.), *UCL Working Papers in Linguistics 4*, University College, London, pp. 95-122.
- MAGRO, Catarina (2005), “Introdutores de Orações Infinitivas. O que diz a sintaxe dos clíticos”, in *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, pp. 649-664.



- MARTINS, Ana Maria (1994), *Clíticos na história do Português*, Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MATEUS, Maria Helena, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria, S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, M. Vigário & A. Villalva (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*, 6ª edição, Caminho, Lisboa.
- RAPOSO, Eduardo (1986), "Prepositional Infinitival Constructions in European Portuguese", in O. Jaeggli and Ken Safir (orgs.), *The Null Subject Parameter*, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, pp. 277-305.
- RAPOSO, Eduardo (2000), «Clitic Positions and Verb Movement», J. Costa (org.) *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*, Oxford University Press, New York, pp. 266-297.
- RAPOSO, Eduardo & Juan Uriagereka (2005), «Clitic Placement in Western Iberian: A minimalist view», in *Handbook of Comparative Syntax*, Guglielmo Cinque / Richard Kayne (orgs.), Oxford University Press, Oxford, pp. 639-697.
- RIZZI, Luigi (1978), «A Restructuring Rule in Italian Syntax», S. J. Keyser (ed.), *Recent Transformational Studies in European Languages*. MIT Press, Cambridge.
- RODYGINA, Olga (2009), *Colocação dos pronomes átonos nas orações infinitivas no português europeu*, Tese de mestrado, Universidade do Minho.
- ROUVERET, Alain (1992), «Clitic Placement, Focus and the Wackernagel Position in European Portuguese», ms., University of Paris-8.
- SAID ALI, Manuel (1964), *Gramática histórica do português*, Melhoramentos, Rio de Janeiro.
- URIAGEREKA, Juan (1995), "Aspects of the Syntax of Clitic Placement in Western Romance", *Linguistic Inquiry* 26, pp. 79-123.
- VIGÁRIO, Marina (2003), *The Prosodic Word in European Portuguese*, Mouton de Gruyter, Berlin & New York.
- ZWICKY, Arnold M. (1977), *On clitics*, Indiana University Linguistics Club, Bloomington.

### **Corpus consultado:**

CETEMPúblico (Corpus de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público), disponível em <http://dinis.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>, consultado em Abril-Maio de 2009.

# DA VARIAÇÃO E MUDANÇA NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS: UM DICIONÁRIO MANUSCRITO SETECENTISTA

VARIATION AND CHANGE IN THE HISTORY OF PORTUGUESE: A MANUSCRIPT DICCTIONARY FROM THE 18TH CENTURY

Anabela Leal de Barros  
aldb@ilch.uminho.pt

Ocupa-se este trabalho de um dicionário anónimo, manuscrito, de 1765, que o autor, provavelmente um eclesiástico, compôs sem demasiadas cedências aos imperativos do género, deixando informalmente plasmada a sua visão do mundo e da língua, da sua época e anterior a ela (do galego-português ao português setecentista) e incluindo material linguístico que outros evitaram, bem como curiosas notas sobre aspectos da sua recepção, da sua produção, da evolução semântica e do seu exacto entendimento. Além dos leques diacrónico e diafásico, o dicionário abre um variegado e exótico leque de variação diatópica. Entre esse material, ora colhido da oralidade ora proveniente de fontes escritas, acha-se vocabulário das províncias do reino, da *América Portuguesa*, de terras africanas e de outras paragens do mundo que, desde os séculos anteriores, vinham os Portugueses dando a conhecer. Além da apresentação do manuscrito e da sua edição, aludir-se-á ao interesse da obra no âmbito da lexicografia, da história da língua portuguesa e, em geral, da linguística histórica.

**Palavras-chave:** Lexicografia Portuguesa; História da Língua Portuguesa; Português arcaico e Português clássico; ecdótica

---

\* Universidade do Minho, Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos.

This article concerns an anonymous dictionary, a manuscript dating from 1765, which is (most probably) the work of a clergyman who, refusing to conform with the precepts of the genre, left in it his own informal view of the language and the world around him, covering his own and previous times (from Galician-Portuguese to the 18<sup>th</sup> century Portuguese) through the use of linguistic material others had avoided, and adding curious notes on various aspects of its reception, production and semantic evolution, as well as its exact understanding. Besides its diachronic and diaphasic scope, the dictionary provides a wide and exotic range of diatopic variation. Among this material, collected both from oral and written sources, there is some vocabulary from the Provinces of the Crown, from *Portuguese America*, African territories and other places which the Portuguese had been discovering and revealing to the world. Besides a presentation of the manuscript and its edition, mention will be made to the importance of this work not only to Lexicography, but also to the History of the Portuguese Language and Historical Linguistics in general.

**Keywords:** Portuguese Lexicography; History of the Portuguese Language; archaic Portuguese and classic Portuguese; ecdotics

Em 1765, um autor não identificado dirigiu-se no início do seu volume manuscrito<sup>[1]</sup> a um futuro leitor que não desejava ter, que não pretendia tratar por amigo nem queria conhecer, garantindo haver composto o seu dicionário unicamente para si. Servem, contudo, essas convidativas palavras proemiais, intituladas “Motivo desta obra. / a quem ler”, como advertência

1 Trata-se do manuscrito 2126 da Livraria, Arquivos Nacionais-Torre do Tombo, cuja edição acabo de preparar – com introdução, ordenação das entradas, inclusão de indicações remissivas nas que o exigiam, e índices remissivos e de sistematização (por exemplo, dos idiomatismos), já que as grafias várias multiplicam os lemas sem que o utilizador possa reuni-los ou saber da sua existência, e porque os idiomatismos ou fraseas, quase-fraseas e colocações ora surgem como lema ora no interior deste, e muitas vezes fora da entrada a que dizem respeito. Optou-se na fixação do texto pela grafia conservadora, deveras informativa sem ser demasiado obstaculizadora da leitura, e ainda porque a obra inclui entradas diferentes fundadas na variação gráfica, por vezes não totalmente transparente quanto a eventuais implicações fonéticas. Distinguiram-se apenas *I e J*, *U e V*, substituíram-se por maiúsculas algumas minúsculas após ponto final, e juntaram-se ou separaram-se palavras apenas quando a normalização não escondia informação linguística relevante (*com pos > compos*; mas mantendo *semsabor*, que preserva a alternância *sem sabor/adj. sensabor*, ou *idest*, já que o autor grafa a locução latina *id est* sempre junta, sem excepção ou alternância). Sendo obra passada a limpo, só raramente foi necessário integrar, entre parênteses rectos ([ ]), alguns acrescentos da mesma mão, com setas indicadoras do lugar de escrita (ou, sem elas, alguma observação do editor); os mesmos parênteses serviram para colocar escassos caracteres em falta, em itálico (aconte[ce]rá), apenas quando a falta dificultava a leitura. Representaram-se figurativamente as passagens rasuradas ou explicou-se em rodapé alguma emenda mais complexa, dando-se igualmente informação da rara retirada de grafemas excedentários (“Provincias deste Reynos”).

ao leitor indesejado a cujas mãos “a inconstância e incerteza da vida” poderiam um dia ir fazer parar o seu livro. Não concebendo o autor outro tipo de leitor senão o desdenhoso, o implacavelmente crítico, deixa de imediato o aviso: “e por isso te advirto, que das tuas satyras não tirarás ja mais, que ficares avaliado por homem maldizente, e desbocado, que seres aborrecido, e detestado, e todo[s] fugirão de ti, como de homem apestado”.

## 1. Do interesse da obra do ponto de vista do autor

Desde logo, receia o lexicógrafo, que se mantém tão anónimo como o leitor que não deseja conhecer, o menosprezo da sua obra por falta de novidade: “Se es crítico, dirás que esta obra he couza mui escuzada, desnecessaria, superflua, e inutil; porque a maior parte destes vocabolos, escreveo ja o Bluteau”.

Ora, dificilmente o padre teatino Rafael Bluteau (1636-1734) poderia ter deixado de inscrever muitos desses vocábulos no seu *Vocabulario Portuguez e Latino* em oito volumes complementados por mais dois, em que refere haver trabalhado por mais de trinta anos (*vd.* prólogo), mas que publicou de 1712 a 1728, numa resistente dedicação de enciclopedista e de sistematizador lexical da língua pátria. Desse esforço solitário de colecção, ordenamento e sistematização vocabular, resultou uma obra monumental e polifacetada, autorizada “com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos”, que condenava qualquer futuro dicionário luso monolíngue a repetir muitas das suas entradas, ou não se intitulasse *Vocabulario Portuguez, e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtyologico, Indico, Ifagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rethorico, Rustico, Romano; Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Terapreutico [sic], Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico*.

Ainda que muitas das entradas tenham surgido antes na ampla obra de Bluteau, o autor anónimo do manuscrito de 1765 trata-as de forma muito peculiar, e divergente em inúmeros casos, chegando a mencionar o lexicógrafo e a afastar-se dos equivalentes por ele propostos:

**Tinhoco** Semsabor, affectado, importuno. Bluteau lhe chama vulgar, e commum. (307)

Aproveitando uma vantagem característica do suporte manuscrito, não contesta neste seu dicionário de uso pessoal apenas as posições de Bluteau, abrindo nele um campo de discussão metalinguística com lugar para distintas vozes, e ainda para a dúvida:

**Alfaquèque** Palavra antiquada. Vale o mesmo, que Payzano, ou correo. Outros dizem, q. *alfaqueque* vale o mesmo que redemptor de cativos. Este ultimo significado me parece mais certo. (35)

Se é certo que o lexicógrafo trabalhou independentemente, de forma muito pessoal, não se limitando a imitar o seu predecessor na inclusão e redacção das suas entradas (refere-se à coincidência de lemas nas duas obras lexicográficas e assinala a retoma específica de alguns), já não se pode, todavia, afirmar que seja original na sua declarada relação de ódio com o leitor, ainda que tal acto de escrita possa hoje afigurar-se-nos único ou raro. No “Prologo do autor a todo o género de leitores”, Rafael Bluteau começa por dedicar cinco linhas “ao leitor benevolo”, que não verá ou não quererá ver os seus erros, seguidas de oito “ao leitor malevolo”, mas reforça fortemente a malevolência da recepção ao destinar ainda cinco páginas “ao leitor pseudocritico”, seis “ao leitor mofino” e nove “ao leitor impertinente”, apresentando ponto a ponto a sua defesa diante das previsíveis críticas (Bluteau 1712: I).

Não se entregou, contudo, o autor do *Vocabulario Portuguez e Latino* à prazenteira tarefa de compor um dicionário desta natureza: um pequeno vocabulário dedicado aos termos a evitar (nas Declamações sagradas), aos termos como não se devem escrever e como não se devem dizer no português mais elevado<sup>[2]</sup>, ou como já não se escrevem e dizem no seu tempo; está a sua obra repleta de arcaísmos, vulgarismos, palavras de gíria, vocabulário náutico e regionalismos, não somente das Províncias do Reino, mas

2 Tal não significa, porém, que o autor deseje banir esse vocabulário e forma de expressão mais chãos ou vulgares, mas apenas que intenta distinguir o que deve ser usado em documentação e momentos formais da língua quotidiana, ou deliberada e naturalmente chula, infantil, maruja, antiquada, da gíria, etc.; aliás, frequentemente se refere ao seu uso geral ou colectivo: “*Sem tirar, nem pôr - Deste termo uzamos chulamente, quando queremos dizer, que huma couza se parece com outra. O filho se parece co’ o pay, sem tirar, nem pôr*” (289) (sublinhado meu). Por outro lado, os seus intentos não são (sempre) normativistas, já que apenas descreve, em alguns casos, diferentes possibilidades, incluindo entradas com grafias e realizações fonéticas distintas para informação do leitor.

também das paragens exóticas que os Portugueses deram a conhecer ao mundo, e especialmente da “América Portuguesa”.

Sendo o linguista um benévolo e ávido leitor, logo achará, porém, outras virtudes para além das já anunciadas no generoso título:

*Dictionario.*

*Ou Vocabulario da Lingoa Portugueza, de Nomes, verbos, e vozes, que nas Declamações sagradas se devem evitar com os seus significados, allegorias, metáforas, alluzoens, attribuiçoens, emfazes, e synonymos.*

*Como tãobem de palavras antiquadas, e vulgares; de termos, nomes, e palavras erradas na pronuncia, e na escrita.*

*Das palavras, e termos uzados nas Províncias do Reyno, algumas da America Portugueza; e das palavras marujas, e de giria. (1)*

### 1.1 Da sua variedade, e sobretudo da variação diastrática e diafásica

O dicionário, além de palavras, colocações, idiomatismos e mesmo frases livres do português oral (muitos dos quais ausentes dos dicionários da época, e surgindo por vezes identificados por expressões do autor como “ouço dizer, se diz”), inclui o somatório das glosas às obras escritas que lhe passavam pelas mãos, raramente identificadas.

Isto mesmo se pode deduzir da inclusão no dicionário, como lemas separados, de palavras grafadas de formas várias, tal como as terá achado nas fontes, em contextos ora equivalentes ora distintos dos anteriores; vejam-se entradas como **asecego** e **asseseguo**; **amochado** e **amoxàdo**, **mingoa** e **míngua**, ou ainda as seguintes, no interior das quais indica variantes alternativas ou aponta a grafia em uso em 1765 (ou que prefere), por vezes introduzindo variação no seu próprio discurso metalinguístico:

<b>Dispoer</b>	Dispòr, determinar. (154)
<b>Dispuer</b>	O mesmo que dispoer. (154)
<b>Projenitor</b>	Progenitor. (270)
<b>Sizo</b>	Juizo, discurso, entendimento. <i>Homem de pouco cizo.</i> (287)

A preocupação do autor em dar a conhecer as variantes gráficas está explícita no verbete *surrado*, que confirma a confusão das sibilantes na época:

**Surrado** Couza que està ja muito gasta. *Chapèò surrado, capa surrada, vestido surrado*. Outros escrevem esta palavra com a letra c. e plica por baxo. (285)

Outro indício de ter seguido fontes concretas é a inclusão na definição de "*neste sentido, significa, he...*", ou seja, no sentido do texto ou contexto em que se lhe depara a palavra:

**Abalar** Neste sentido, he o mesmo que partir. *Abalou com os cachimbos*. (19)

Em raros casos, não se compreende sequer qual o sentido do lema e do equivalente ou explicação propostos, não sendo dado ao leitor conhecimento do texto ou do discurso que o motivou:

**Acabrunhar** Estender. (17)

Também a existência de sequências de entradas de um mesmo âmbito leva a crer que achou essas formas necessitadas de explicação na mesma fonte escrita, colocando-as por isso juntas nas secções, apenas por ordem alfabética da primeira letra:

**Alboquebe** Moeda que corre entre os Turcos de Levante; vale o mesmo que entre nós quatro centos, e oitenta reis. [Na lista inicial de lemas, **Alboqueve**] (43)

**Avaníó** Avanía. Pena pecuniaria, que entre os Turcos de Levante se costuma pagar pela transgreção de alguma ley, ordem, ou determinação do Grão Turco, ou do Baxà. [Na lista de lemas inicial, **Avanía**] (43)

Outras palavras do mesmo campo semântico, como o religioso, que se adivinha poderem pertencer à mesma fonte, não surgindo sequencialmente no dicionário, figuram contudo bastante próximas:

**Almaticas** Dealmaticas; vestiduras sagradas, de que uzão no Altar os Diacono, e Subdiacono. (43)

**Aficiada** Officiada. *Missa officiada* he com Diacono, e Subdiacono. (44)

No mesmo sentido se pode entender a apresentação de longas sequências de termos arcaicos, saídos provavelmente de um mesmo documento

ou conjunto de documentos antigos, e ainda a inclusão como entrada de abreviaturas, achadas em textos concretos:

- Arcepo'**      Ou arcebpo'. Antiga abreviatura da palavra Arcebispo. (44)  
**Affom.**      Abreviatura antiga do nome Affonço. (45)

Por outro lado, regista por vezes exemplos incompletos, remetendo para fonte não identificada:

- Catâr**      Cuidar, ter cuidado. *Cate a Abbadeça, que esses Capellaens etc.*<sup>a</sup>  
 (129)

Muito pontualmente, o próprio autor refere essas fontes escritas, confirmando a glosa de textos de épocas diversas, deste o português arcaico, o que confere sentido à hipótese de serem provenientes do mesmo documento os lemas que apresenta em sequência:

- Dussia**      Esta palavra se acha no testamento del Rey Dom Diniz. Não pude descobrir o seu significado. (153)  
**Demnas**      Esta palavra se acha no testamento del Rey Dom Diniz. Não pude achar a sua significação. (153)  
**Entendimento**      Nas Escrituras, e doações antigas, se uzava desta palavra entendimento, por declaração, ou intelligencia. (186)  
**Gafos**      Este nome se acha no testamento del Rey Dom Diniz. Significa os Lazarentos. (205)  
**Geõ**      Esta palavra se acha no segundo testame'to da Rainha santa Iza-bel. (205)

A variedade tipológica das entradas, acolhendo amplo leque de termos chãos ou marginais com respeito ao português “mais puro”, é conscientemente encarada e explicada no prólogo pelo anónimo autor, precavendo-se contra a crítica através da explicação do seu procedimento e ponto de vista:

Nada se me dá que clames contra mim, assim como blasfemas contra outros muitos, e muito milhores que eu; dize embora que eu ajuntei hum Dictionario de dispropozitos, hum Vocabulario de parvoices, que por serem ou menos uzadas, ou alheas daquella pura seriedade que pedem as declamaçoens sagradas, as oraçoẽs academicas e o trato das pessoas de maior respeito, e de menos co'fiança; e isto, ou por serem populares, chulas, marujas, e de gyria, ou erradas na pronunçia ou na escrita; as quaes todas devem andar muito distantes da



nossa lingua; porque nestes actos e occazioens deve ser a locução pura, composta das palavras mais decentes, naturais, claras, puras, e expressivas. E he couza digna da maior admiração, que julgando todos isto por acertado, sò a ti te pareça mal. Acaba de conhecer, que tens o gosto estragado. O certo he, que em ti he propenção do genio, e humor pestilente que te anima. (III)

Estas referências não são, decerto, alheias ao facto de que, no seu *Vocabulário*, como também noutras obras lexicográficas da época, Bluteau procedera sobretudo à “entronização das variedades linguísticas «nobres», autorizadas pelos bons escritores e pelo prestígio da corte” (Verdelho 2002; 2010: 7), apesar da amplitude da obra, que terá aumentado cinco vezes o *corpus* lexical até então dicionarizado (Verdelho 1987: 163).

João Paulo Silvestre, debruçando-se sobre a linguagem depurada e eufemística na qual e para a qual compôs Bluteau o seu *Vocabulário* em “Palavras tabu e eufemismos nos dicionários de Bento Pereira e Rafael Bluteau”, refere que a inclusão de “termos baixos”, ainda que parca, é imediatamente compensada pela presença de etiquetas como “chulo”, “chularia”, e de explicações ou equivalentes menos grosseiros ou mais cuidados, visando afastar o falante da corte de tais excessos (Silvestre, 2003: 223-229):

Este dicionário [...] não ambicionava o trânsito escolar, e o seu modelo configurador radica nos grandes dicionários monolingues que se publicaram um pouco por toda a Europa culta nos finais do século XVII. Este impulso editorial é, em grande parte, influenciado pelos movimentos académicos (Académie Française; Academie della Crusca, em Itália), direccionados para o estudo da língua, e que defendem o conceito de uma língua correcta, racional e depurada de termos baixos. Em consequência, os dicionários compostos sob a protecção de academias, ou por académicos, tendem a eliminar as palavras que, no seu entender, chocariam a sensibilidade dos leitores.

É assim que Bluteau, no seu “Oratorio Requerimento de Palavras Portuguezas, Aggravadas, Desconfiadas, e Pertendentes”, justifica o labor de morigeração lexical, com a forja de termos para renovação ou *remissão* dos que carecem de decoro, ou a sua preterição em benefício de palavras estrangeiras: “A ultima, e na minha opinião a mais forçosa razão das palavras Pertendentes, forjadas de novo, ou derivadas de outras linguas, he a decencia” (Bluteau 1728: I-12). Palavras como o famoso *cagalume* ou *cagaluz*, “luzidissimo insecto” que o bem-falar mandou mudar em *pirilampo*, e que nunca merece outro nome na Oração de D. Raphael Bluteau, Clerigo Regular; nesta sua participação nas Conferências eruditas, inclui exemplarmente duas compo-

sições poéticas da Condessa da Ericeira, D. Joanna de Menezes, “Ao insecto luzente, ou Ppyrilampo” (Bluteau, 1728: I-13-15), e lamenta em seguida:

Será possível, Senhores, que em hum tão gentil, tão bello, e tão nobre insecto continue a cruel injustiça de hum nome, que com sentidos accents inculca latrinas, e cloacas? Todas as linguas peregrinas andão hoje em competencia, sobre qual dellas ha de ter a gloria de dar de suas palavras huma, que com decorosa elegancia exprima as excellencias deste luzente insecto.

Não obstante, a literatura barroca, democrático repositório da ampla fala humana, conforme o confirmam os termos chãos abundantemente registados nos cancioneiros de mão ao lado dos cultos, imortalizou o *cagalume* ainda com outros nomes vulgares amplamente acolhidos, como *luz-em-cu*. Veja-se, por exemplo, no ms. PA 5<sup>[3]</sup>, 88v:

*Epigrama a hu' lus em cu*

Não es o primeiro tu  
Lus em cu q' assim luzes,  
q' tambem sem q' os escuzes,  
m.tos luzem pello cu.

No dicionário que nos ocupa, *cagalume* tem direitos de existência sem sequer exhibir a etiqueta de *chularia*:

**Cagalume** Insecto volatil, que nas calorozas noutes do verão costumão voar, e move'do as azas, fazem parecer, que tem lume, donde vem chamarem lhe cagalume. (89)

Nem, aliás, da sua própria prosa metalinguística este autor anónimo (mas provavelmente também ele do clero) erradica, como outros, os termos vulgares, quando necessários para uma explicação cabal e objectiva:

3 Cancioneiro de mão do séc. XVII propriedade da Paróquia de Alvarães, Viana do Castelo. O inventário completo do seu conteúdo – por *incipit* ou primeiro verso (frase, na prosa), epígrafe, autor, subgénero ou outras informações didascálicas – figurará brevemente em *Manuscritos do Minho com Poesia Barroca*, que estou a ultimar para publicação pelo Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, e que inclui sobretudo os manuscritos do Arquivo Distrital de Braga, conhecidos tradicionalmente como obras da Biblioteca Pública de Braga, e ainda manuscritos da Paróquia de Alvarães, Viana do Castelo, e da Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães. Até ao presente, o conhecimento do seu eventual conteúdo tem imposto aos investigadores a deslocação e longas permanências nas bibliotecas em causa, para leitura fólío a fólío dos avantajados volumes.

**Càga andando** [1] O que caminha com muito vagar, deitando o cù pera fora. (76)

Numa época em que a sociedade e a tradição lexicográfica impunham ao falante que se prezasse bastante compostura linguística, a linguagem comum, mesmo a do clero, não deixava de admitir quotidianamente algum léxico escatológico, ora catalogado como chulo neste *Vocabulário* ora sem qualquer etiqueta:

- Amassar o cagueiro** Termo chulo; dar pancadas por todo o corpo. (12)
- Cagueiro** **Amassar o cagueiro**, chularia; tomar a parte pelo todo, he dar pancadas pelo corpo. (106)
- Càga andando** [2] Chamão a o que anda muito vagar, e pauzadamente. (109)
- Calcanhares** **Dar com os calcanhares no cú**, se diz chulamente, do que corre muito. Corre como hum gamo; he huma ventoinha; perece [sic] exalação; não lhe piza o pê huma onça; **bate com os calcanhares no cú**. (76)
- Cam** **Cagar o cam no caminho**, se diz daquelle a quem succedeo o contrario do que queria, ou o avesso do que esperava. He termo chulo. Não levou a sua avante, não sahio com a sua; *cagoulhe o cão no caminho*. (109)
- Cú** **Dar com o cú pera a porta**, e a burra a fugir, se diz do que he teimozo, contumaz, e não se capacita do que lhe estão dizendo. (113)

Tal como o autor anunciava logo no título, os vocábulos que não devem utilizar-se no discurso religioso são aqui, não apenas sumariamente admitidos, mas apreciados nos seus vários prismas, nuances e implicações de recepção, “com os seus significados, allegorias, metáforas, alluzoens, attribuições, enfazes, e synonymos”, ou seja, merecem pormenorizada informação de uso, que pode incluir o esmiuçamento de todas as suas gradações de sentido, e por vezes o alerta quanto ao exacto grau de vulgaridade; por exemplo, entre chulo e vulgar:

**Peliona** Pendencia de palavras. Porfiada altercação. **Toma[r] a peliona por alguém**, he defendelo, pugnar por elle. Termo chulo, e quaze vulgar. (359)

Ou mais do que chulo, “de pulha”, mas capaz de “dezempulhar” quem o pronuncia:

**Jrra** Palavra de pulha, que ordinariamente se vemos que nos querem enganar, nos deempulhamos com ella. Em todo o sentido he palavra indigna. (208)

Embora praticamente não ofereça etiquetagem gramatical<sup>4</sup>, a obra apresenta com alguma frequência, não sistemática nem rigorosa, etiquetas enciclopédico-cognitivas, de classificação vocabular por áreas semânticas (termos marujos...), e de tipo pragmático-contextual e retórico, aludindo a níveis ou registos de língua, peculiaridades de produção e recepção (vocabulário infantil, chulo, vulgar, popular, “da plebe”, “de pulha”, de pretos, regional, chulo, de gíria; rústico...), ou ainda indicadoras da língua de origem (strangeirismos exóticos, raros castelhanismos, e algumas formas oriundas do galego):

**Entrogir** Palavra de gíria; entender. (169)  
**Espigas** Palavra de gíria; as barbas, os bigodes. (169)  
**Estartato** Palavra de gíria; o estoque. (169)  
**Moqueadeira** Palavra de gíria; a Boca. (229)

**Escabujar** Termo rustico. Manearse muito; ajudarse dos pèz, e mãos, fingindo com o corpo, pera se livrar de alguem. (169)

O leitor actual depara-se em alguns casos com informação divergente quanto ao grau de nobreza de certos lemas ou grupos de lexemas, cuja recepção sofreu mudanças, ainda que de pormenor; enquanto *ficar tolo* era considerado popular, *baldroca* e *baldrocar* eram vistos na época de modo mais marcado que actualmente, como chulos:

**Tolo** Se diz do que vio, ou ouvio alguma couza, de que ficou muito admirado. *Ficou tolo quando tal vio*. Expressão popular. (308)  
**Baldrocar** Trocar huma couza por outra. Trocas, e baldrocas. Termo chulo. (57)

Não havendo exigências de sistematicidade e uniformidade na catalogação, ela admite etiquetas mais flexíveis, como “antiquado e emourecido”, ou tão raras como a de “palavra ratinha”:

4 No que respeita a categorização gramatical, existem poucas excepções, e ainda assim com etiquetas pouco completas: “*Soma* - Sustantivo. Quantidade” (291, 2.<sup>a</sup>); “*Tezo* - Sustantivo. He hum lugar alto no campo” e “*Tèsto* - Adjectivo. Rezoluto, firme, tezo destimido” (301).

- Esgorjar** Termo antiquado, e emourecido. Dezejar com grande ancia alguma couza, estalar com dezejos. *Estou esgorjando*, v.g. por huma pitada de tabaco. (170)
- Ral** Palavra ratinha, mal. **Ralmeo**, real e meio. (282)

Sendo embora trabalho passado a limpo, o autor manteve separadamente elevado número de lemas repetidos, seja a pequena e controlável distância, na mesma página, seja em pontos afastados do volume – e ora com informação semelhante, ora complementar ou muito distinta. Na preparação da edição deste manuscrito, ao ordenar alfabeticamente as entradas<sup>5</sup>, e ao incluir remissões para lemas iguais com grafia diferente e para entradas da mesma família, foi possível diagnosticar alguma hesitação ou incoerência na etiquetagem; por exemplo, entre o chulo e o marujo:

- |                       |  |
|-----------------------|--|
| <b>Calcorrear</b> [1] | Palavra chula. Andar muito depressa, ou correr. [p. 76]          |
| <b>Calcorros</b> [1]  | Palavra chula. Os çapatos. [p. 76] [ <i>vd.</i> <b>Calcos</b> ]  |
| <b>Calcorrear</b> [2] | Correr, andar depressa. Palavra maruja. [p. 79]                  |
| <b>Calcorros</b> [2]  | Palavra maruja. Os çapatos. [p. 79] [ <i>vd.</i> <b>Calcos</b> ] |
| <b>Calcos</b>         | Palavra maruja. O mesmo que <b>calcorros</b> .                   |

A história dos Descobrimentos e da Expansão ultramarina facilmente explica a forte presença da terminologia náutica, ou de marinharia, neste e noutros dicionários da época. Na entrada **marabuto**, o lexicógrafo pronuncia-se sobre a razão de ser dos termos marujos:

- Marabuto** Marujo, marítimo, homem do mar. Segundo a commua accepção, convem este nome mais propriamente a os moços, pagens, e varredores dos navios, pela maior parte gente insolente, descomedida, e de roins costumes. Explicão se entre si com huma lingoagem, termos, e vocabulos alheos, que a os de fora custa a entender, pondo às couzas hu's taes nomes, que nenhuma conneção, ou analogia tem com o nome proprio delas. (229)

De qualquer modo, a frequente inclusão de exemplos (quer do próprio quer de autoridades, raramente identificadas), menos comum nos dicionários da época, mas reconhecidamente indispensável na lexicografia moderna, orienta o utilizador – sobretudo o actual, já muito distanciado da língua aí dicionarizada –, e em particular o historiador da língua, quanto

5 O autor apenas criou secções ordenadas pela primeira letra (com alguma intrusão de vocábulos alheios entre secções), dentro das quais não seguiu uma ordenação alfabética.

ao exacto conteúdo semântico, às possibilidades e restrições de uso de cada unidade lexicográfica, compensando dessa forma a falta de etiquetagem sistemática e fornecendo importante informação pragmática, contextual, retórica e gramatical.

No que respeita à admissão de estrangeirismos, que os Descobrimentos e o comércio à nova escala do globo fizeram multiplicar (dos chineses aos turcos e africanos), centremo-nos, a título de exemplo, nos mais próximos e abundantes, em época vizinha do domínio filipino, e atendendo à unidade cultural e literária peninsular que prevaleceu antes e depois dele.

Além dos castelhanismos incluídos no dicionário, como **muladar** e **olvidar**, à época já dignos de alguma nota, o linguista tem ainda uma boa fonte de informação na língua do próprio lexicógrafo, no interior das definições, com vocábulos no seu tempo mais disseminados ou correntes, mas que entretanto se restringiram ao uso dos falantes espanhóis, como *exquisite*, ‘saboroso’ ou *soledade*, solidão:

**Muladar** Palavra castelhana. Monturo, esterquilínio, cloaca. (238)

**Olvidar** Palavra castelhana; esquecer, descuidarse, não se lembrar. (249)

s.v. **acepipes** Inventos deliciosos, manjares regalados, iguarias exquitas [...] (25)

s.v. **camfòra** [...] buscar o soccego da soledade pera recreação do animo. (123)

O substantivo *perla*, com síncope vocálica pós-tónica, ainda característico do castelhano, é já forma arcaica no séc. XVIII:

**Perlas** Palavra castilhana, antigamente uzada em Portugal. Perolas. (266)

Palavras ora actuais apenas no espanhol, como *acordar*, *corrido* ou *parrafar*, de *párrafo*, são vistas como antigas no português setecentista:

**Acordar** Lembrar, ter na memoria, não esquecer. (18)

**Corrido** **Ficar corrido** se diz daquelle que ficou emvergonhado de alguma couza que dice, ou fez, ou delle se contou. *Ficou corrido*; isto he ficou emvergonhado. (119)

**Parrafar** Por, ou fazer paragrafos na escrita. (269)

## 1.2 Da variação diacrónica

O desconhecido, porém furibundo autor do dicionário prossegue no preâmbulo a sua defesa face a um usuário ou leitor, eventualmente conhecido e da sua época, que teme excessivamente crítico:

Dirás que muito do que nelle se contem pode admittir outras diversas accomodaçoens, accepcçoens, e significaççoens. Diras que os Vocabulos antigos, como ja se não uzão, nem praticão, he superfluo, e desnecessario saber o que elles querião dizer. Diràs, que as palavras, termos, e frases que se uzão na Beira, e mais Provincias deste Reyno, como na America Portugueza, e ainda em paízes muito remotos, não se praticão na Corte, e por essa mesma razão, nada importa saber as suas significaççoens. Outras muitas couzas poderias dizer, porque tens boca de teu e podes dizer o que quizeres. Mas menos advertido não reparas, que a obra do Vocabulario do grande Bluteau, alem de conter muitos, dos que este contem, tem duas difficuldades, ambas grandes. Primeira ser ja hoje raro. Segunda, o seu preço, a que nem todos podem chegar. (I-II)

O “receio” de uma visita do eventual leitor impõe, pois, que o autor justifique a necessidade de criação deste seu instrumento individual de trabalho, aludindo, por contrassenso, à raridade e preço do dicionário de Rafael Bluteau, esse sim, multiplicado pela via da impressão e dirigido aos leitores. O lexicógrafo anónimo ambicionava publicar, circular manuscrito pelas mãos dos apreciadores, ou ao menos vir um dia a oferecer este complemento da obra do precursor teatino.

Ainda procurando obviar às críticas do malévolo leitor, o autor detém-se sobre o interesse de um dicionário de arcaísmos:

Se tu não souberes o que significavão os Vocabulos antiquados, não entenderás os livros antigos, nem as escrituras, testamentos, instituicoens de Cazas, e Morgados, doaçoens, e mercès a elles feitas, e ainda alguns mais modernos; e se vires as Obras de Dom Francisco Manoel, que foy hum dos Escritores mais mais [sic] cultos de seu seculo, não saberás o que querem dizer muitas palavras que se encontrão em suas excellentes obras; e o mesmo te aconte[ce]rá com os escritos de Francisco de Sá, e Miranda, e com outros muitos, ainda não sendo dos mais antigos. (II)

Essa preocupação com a compreensão do texto escrito, dos documentos que a História nos deixou em herança, é a mesma que ainda levaria Santa Rosa de Viterbo a organizar o seu *Elucidário* algumas décadas mais tarde, em 1798, conforme se depreende do próprio título:

*Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal antigamente se usárão, e que hoje regularmente se ignorão: obra indispensavel para entender sem erro os documentos mais raros, e preciosos, que entre nós se conservão: Publicado em Beneficio da Litteratura Portugueza [...] por Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo [...]*

Para o estudioso, o editor ou o simples receptor da literatura portuguesa antiga continua a ser, efectivamente, indispensável um dicionário que abranja todo o tipo de lexemas, idiomatismos e colocações comuns na época ou anteriormente a ela, com amplo leque terminológico, já que a passagem do tempo afecta de tal modo a transparência das palavras que cada dia mais dificilmente se compreende, por exemplo, a artificiosa e multifacetada poesia barroca, ou sequer a prosa, quando certos referentes não podem ser identificados.

Este manuscrito – que conheci há alguns anos na Torre do Tombo quando pesquisava, nos arquivos e bibliotecas, obras lexicográficas manuscritas que pudessem contribuir para a decodificação da poesia de Tomás de Noronha, com toda a variação a que a sujeitaram as numerosas mãos anónimas dos sécs. XVII-XVIII que compõem a sua cadeia de transmissão – revelou-se de bastante utilidade na edição crítica da obra do *Marcial de Alenquer* (Barros, 2008), já que os dicionários impressos da época se revelam com frequência totalmente lacunares ou pouco esclarecedores. O seu interesse filológico tornou-se evidente desde logo porque nele abundam como em poucos, e muitas vezes como em nenhum outro, os termos ou idiomatismos históricos omnipresentes na literatura barroca, e contextualizados no seu tempo:

- Andreza** **Voltas de Andreza.** Antigamente havia no rio tejo humas perigozas voltas, a que chamavão *voltas de Andreza*, que com a força das aguas cauzavão alguns naufragios. Daqui veyo chamarem *voltas de Andreza* a alguns trincafios de q' muitos uzão. (32)
- Balão** Tolo, simples, pateta. Allude a hum tonto, que houve nesta Corte, q' se chamava Manoel Balão. (49)
- Bringelas** Nome que o vulgo dà a os Seminaristas, que sobre òpa roxa, trazem humas tiras verdes. (65)
- Cabeça** [...] **Cabeça de pão** chamão a os carpenteiros que as fazem pera cabelleiras. [...] (120)
- Cantoneira** Mulher publicamente deshonesta, que de se deshonestar faz vida. Chamão lhe cantoneira, porque antigamente as que tinhão esta depravada vida moravão nos cantos das ruas, porq' os que lá entrassem não fossem tão vistos, nem ellas servissem de ruina com o seu escandalo às honradas. (84)



- Cebola** Homem muito fraco, e despido de animo. *He hum cebola*. Com a mesma palavra se explicão, quando querem dizer q' algum he tolo: *He manoel cebola*; aludindo a hum celebrado tolo, que ouve nesta cidade, que tinha este nome. (76)
- Cortado** [2] Parte separada do todo. [...] Dos cativos que vem de Argel se diz, que foram *cortados*, isto he, resgatados em tantas patacas gordas. [...] (120)
- Melado** Nome que o vulgo dà aos Meninos Orfao's, que vivem no seu Collegio, e andão vestidos de branco. A razão porque lhe perguntão se foy o que cahio na talha de mel, pende de historica. (232)
- Mamede Vicente** Foy hum home' muito tolo. Daqui vierão a chamar a o que pouco avizado Mamede Vicente, que he o mesmo, que chamar lhe tolo. (239)
- Rouxinol de Alvalade** O burro. (275)
- Roxinol de Alvalade** Assim chamão a o burro quando zurra. Taobem lhe chamão Relogio de Alvalade; porque dizem, que não havendo relógio neste citío, pera saberem as oras, observavão, e contavão os zurrões do burro. (282)
- Vacas** Nome que o vulgo da aos Seminaristas Estrangeiros, que trazem opas com tiras rochas por sima. (315)
- Ribeirinho** Este nome se dà aos que acarretão em carros, ou bestas a lama das ruas. Tãobem chamão *ribeirinhos* aos marotos que andão na Ribeira, e Rocio com sacos pera servir a quem lhe pagar os fretes. Ribeirinho pequeno, que leva pouca agua. (275-276)
- Sargento da serpe** O sargento que antigamente hia junto à serpe, na Proccissão do Corpo de Deos pera emxotar os rapazes. Este nome se applica ao que se occupa com pouco lucro em ministerios que lhe não são muito deçentes. (286)
- Subvenite** Este nome dão a os Clerigos, que andão pelos enterros, e Officios, à pilhagem da vela, e levão a sobrepeliz debacho da capa. (290)
- Zoïlo** Sofista, que atrevidamente compos hum livro contra as obras de Homero; e delle veio chamarem *Zoïlos* a os murmuradores, e detractores, e criticos das obras alheas, que ordinariamente são ignorantes com prezunção de sabios. (321-322)

No dicionário, que abrange léxico do período arcaico até ao século XVIII, em muitos casos espécie de glosas a textos concretos de épocas anteriores, o autor não etiqueta sistematicamente<sup>[6]</sup>, nem com uma etiqueta

6 Não me refiro apenas às palavras, do português antigo ou clássico, cujo valor datado se pode naturalmente depreender do seu conteúdo semântico ou explicação, como *coroa*:

**Coroa** Moeda que corria neste Reyno no tempo d'el Rey Dom Manoel; valia cento, e vinte reis. (132)

única, os lemas que eram já arcaísmos em 1765, antes procurando traduzir vários graus ou noções de antiguidade:

- Abadado** Palavra antiquada. Abbadia, Abadeçado. Abbade, Abadeça. (28)  
**Ensizo** Palavra muito antiga. Occazião. (181)
- Alveador** Nom[e] dezuzado. O que fez as paredes alvas, cayandoas. Cayador. (142)  
**Alveadora** A molher cayadeira. Palavra q' não esta e' uzo. (142)  
**Ameudança** Ameudadamente. Frequencia, actualidade, continuação, couza que se faz ameudadamente, e com muita frequencia. He palavra dezuzada. (22)
- Porcariço** O que guarda porcos; palavra pouco uzada. (266)

O autor apresenta-nos dialogicamente a sequênciã temporal com suas modas linguísticas, em mais de um estádio diferente do actual (sublinhados meus):

- Afirmar** **Esta palavra se uzava antigamente em diverso sentido, do que agora se uza.** Affirmar, he o mesmo que firmar, fazer huma couza firme, fixa. (41)
- Arredàr** Afastar, retirar, desviar: *Não arredou hum pè*, isto he, não afastou d'ali hum pè, esteve fixo no mesmo lugar. **Hoje he palavra muito grosseira.** (42)
- Al** **Palavra muito antiga e ainda hoje uzada** principalmente quando se escr[e]vem os direitos das testemunhas, judicialmente perguntadas. *Al não dice; idest*, não dice mais. Taobem se tomava, e uzava dela na signifição de outra couza diversa, diferente, ou contraria: Se eu al não mandar; *idest*, faréis isto, em qua'to eu outra couza não mandar. (44)
- Gargantilha** Brinco, ou colar de ouro, ou prata. **Nome antiquado, depois que os artifices, e as mulheres, enfadadas deste nome, lho mudarão, chamando lhe afogadores; e depois dezagradandose deste nome, lhe chamarão brinco do peçoço.** Tãobem lhe chamarão colar, por ventura com mais propriedade. (203)
- Manilha** **Nome antiquado.** Adorno molheril de ouro ou prata, que uzavão trazer nos pulços. **Tãbem lhe chamarão braceletes; e depoes tornando lhe a mudar o nome, lhe chamam pulseiras.** (236)

Algumas formas viram aumentado o seu grau de opacidade por se haver preferido à forma original do latim clássico uma alternativa do latim

vulgar, que se tornaria corrente no galego-português; veja-se, por exemplo, neste dicionário a necessidade de incluir a entrada já pouco familiar **cor de comer**, de **cor**, **-dis**, forma culta (que se manteve em *falar de cor* e nos derivados *cordial*, *cordato*) depois ampliada para **coratione**-, de que resultou a forma popular *coração*, entendido este órgão, e não ainda o cérebro, como sede da vontade, dos desejos, dos sentimentos e da memória:

**Cor de comer** Ter apetite, fome, gana, e boa vontade de comer. (112)

Além dos arcaísmos do seu tempo, o autor de uma obra que envelhece antes de chegar aos olhos do leitor, ou enquanto os leitores se vão renovando, acaba por oferecer e explicar a cada geração de utilizadores termos com distintos graus de antiguidade, já que paulatinamente deslizam para a esfera do antigo várias camadas lexicais:

**Aundalho** As aparas miudas, e delgadinhas, que tirão os carpinteiros das taboas, ou garavatos, palhinhas, ou outros semelhantes miuçalhos em que facilmente pega o fogo. (31)

**Embizourado** O mesmo que **embezerrado**<sup>7</sup>. (168)

**Estrovinhado** Se diz do que acabando de dormir, fica dormindo por dentro, e tem ainda os sentidos embaraçados. *Acordou estrovinhado*. (166)

**Milhomens** Assim chamão por ironía ao que tem corpo muito pequeno, como a o anàm. (232)

**Furapiolho** O alfaiate, que de lhe darem este nome muito se offende. (186)

Noutros casos, a forma usada revela-se nos parcialmente distinta da que com a passagem do tempo acabou por generalizar-se. Por exemplo, o autor não regista somente o uso de *papa-açorda*, mas também de *açorda*, com o mesmo significado:

**Açorda** Alimento de gente rustica. Tãobem chamão *açorda* ao que he muito brando, mole, e pera pouco, vagaroso, e lento. *He hum açorda*. [vd. **Pàpa açorda**] (32)

**Pàpa açorda** O que he muito molle, e atoleimado. [vd. **Açorda**] (153)

O historiador da língua pode observar o regresso ao português hodierno de formas já sentidas como antigas em 1765:

7 Revelavam-se, pois, semelhantemente antipáticos o bezerro e o besouro:

**Embezerrado** Torvo, carrancudo, carregado, dezagradavel. (168)

- Secretariar** Palavra dezuzada. Fazer o officio de secretario. (288)  
**Seguidor** Palavra dezuzada. O que segue a alguem. Sequáz. (288)  
**Rameira** Palavra castelhana, antigamente uzada em Portugal. A molher publica. (275)

A retoma de uma forma antiga é defendida pelo autor, que a inclui no vocabulário, em detrimento da sua variante setecentista; trata-se de *dedal*, cuja pronúncia etimológica recomenda, numa época em que, todavia, a elevação era fenómeno corrente. E foi precisamente nesta sua realização conservadora que a palavra acabou por perdurar até aos tempos actuais:

- Dedal** Esta palavra he muito antiga, e quanto a meu parecer, mais significativa, e por isso melhor que a que se practica hoje. Porque os Antigos lhe derão este nome por se meter no dedo, mais proprio he chamar-lhe *dedal*, que *didal*. (156)

Surpreende-se neste *Vocabulário* o efeito do tempo, e a moda no âmbito das palavras, não só porque muitas das que hoje ainda são correntes estiveram em desuso nessa época, ou em algum espaço ou entre alguns falantes, mas também porque nele abundam os termos com acepções diferentes das actuais, ou cujo uso e recepção se revestiam de outros contornos:

- Abocanhado** Se diz daquelle, em cuja honra, ou procedimento se falla. *Anda muito abocanhado*; isto he, anda na boca da gente, muita gente falla nelle. (22)  
**Acocorar** Mezurar, assistir com mimos, lizongear, fazer ameudadas vizitas. *Esta o acocorando*. (19)  
**Amassado** Se diz daquelle, que se associou com outro, pera conspirar contra alguem. *Està amassado com o seu amigalhão*. (20)  
**Arranhado** Emfaticamente se diz, do que se queixa com pouca razão. *Como está arranhado! Todo elle está arranhado*. (21)  
**Ataúde** Tumba, esquife. Este nome dão a o que he rabugento, muito impertinente e perseguidor: *He hum ataúde*. (22)  
**Bonito** Se diz do home, que se emfeita, concerta, e adorna com impertinencia molheril. (54)  
**Cangalheiro** O que vende agua pelas ruas, com as quartas, ou barriz metidas [sic] em cangalhas. Por abatimento chamão a os viz da plebe cangalheiros. (89)  
**Cabilda** He o mesmo que **Càfila**, que constão de cem, até quinhentas pessoas cada hu'a. (128)

- Càfila** Muita gente junta de cavallo, e de pè, que caminha pera alguma feira, por terras, caminhos, e estradas perigozas, e expostas a ladroens salteadores. [*vd. Cabilda*] (128)
- Espichar** Se diz do que està pera morrer. *Esta se espichando*. (166)
- Estreado, ou Estreada** Homem, ou molher gentil, e emgracada, mas que não chega a fermoza; **mal estreado, ou estreada**, he a que te' aspecto desagradavel, e quazi toca o grão de fea. **Bem estreada**, quazi que atinge o grão de bonita. (176)
- Mamàdo** Se diz do que ficou suspenco, e admirado, quando vio, ou ouvio o que não esperava, ou prezumia. *Ficou mamàdo*. (230)
- Rodovalho** Se costuma dizer do que he muito bacho, e muito gordo. (274)
- Rapozeira** De diz, do que no tempo frio està em abrigada: tomando o sol. *Está tomando huà boa rapozeira*. **Rapozeira de sono**. (275)
- Trapalhão** O que anda coberto de trapos. [*vd. Bandalho, Farrapam, Galhano, Jampanim, Rompegalas, Trampicalho*]<sup>[8]</sup> (294)
- Trapalhona**<sup>[9]</sup> Molher de mà alinho, e procedimento. (294)
- Tabêfe** O Soro que fica depoes de coalhado o leite. (299)

A mudança semântica ocorrida em direcção à actualidade é bem visível na definição do verbo *acarretar*, numa acepção hoje detida pelo etimologicamente afim *carrear*, ou da colocação *Cu de Judas*, antes implicando sujidade e raros passantes, hoje sobretudo distância, embora prevalecendo o valor pejorativo:

- Judas** **Cú de Judas**. Chulo. Mà rua, canto, beco, travessa muito çuja, e de pouca<sup>[10]</sup> passage. **Mora no cú de Judas**; isto he, em hum beco çujo, e incapáz de se andar por elle. (208)

8 Torna-se relativamente fácil numa obra desta natureza, sobretudo se completada por indicações remissivas por parte do editor, reunir formas hoje arcaicas de grande interesse para o historiador da língua; a pesquisa de sinónimos pode fazer-se, aproveitando o exemplo, tanto entre os lemas incluídos no dicionário designando o 'homem coberto de trapos' (*bandalho, farrapam, galhano, jampanim, rompegalas, trapalhão, trampicalho*, entre outros) como no rico leque de sinónimos que compõem as suas definições (notem-se desde logo os derivados *trapalho, trapalhão, trapeirão, trapalheirão*); destacamos apenas dois:

**Rompegalas** Trapalho, trapalheirão trapalhão, trampicalho, maltrapilho. (275)

**Jampanim** Termo chulo. Malvestido, frangalho, trapalhão, trapeirão. (209)

9 Atente-se na divergência de sentido entre a forma masculina e a feminina, entendendo-se a que respeita à mulher não somente no sentido denotativo ('coberto de trapos') mas sobretudo em sentido moral ('de mau procedimento'); são abundantes os pares antigos evidenciando discriminação linguística (masculino/feminino).

10 Por gralha, registou-se *poupa*.

**Acarretar** Se diz do que accumula muitas rezões, e fundamentos, pera provar, e persuadir o que intenta. *Acarretou muitos, e solidos fundamentos, com que provou a verdade.* (23)

Por vezes, a mudança já se registara no passado, e manteve-se até hoje:

**Arenga** Antigamente chamavão *arenga* àquellas orações, que os Senadores das Camaras das Cidades fazião aos Princepes, Prelados Sagrados, e Governadores, quando tomavão posse dos seus Governos. *O Senado lhe fez huma arenga, breve e bemfeita.* Hoje *arenga* se toma por locução impertinente, e emfadonha. (44)

Além dos itens incluídos como entrada, também na língua do autor nos surgem termos historicamente muito informativos, distintos dos actuais, mas com étimo afim ou que constitui parte do hoje utilizado, ajudando a aclará-lo; emprega, por exemplo, o substantivo *manho* (< **magnum**), alternando com *tamanho* (< **tam magnum**), mas inclui este último como entrada para reforçar o seu uso na acepção etimológica (é *tamanho* como; tristeza *tamanha*):

**Casso** Tijela de fogo pequena, de barro ou de cobre. Na Provença de Alem tejo, *casso* he do **manho** de huma púcara grande. (113)

**Tamanho** He o mesmo que tão građe. (298)

### 1.3 Da variação diatópica

No prólogo, o autor explica e encarece ainda a inclusão de termos das províncias e de outros territórios do reino, e em particular da “América Portuguesa”:

Se fallares com os naçionaes das Provincias deste Reyno[s], ou com hum Americano nacional, e te fallar em *aljugares*<sup>[11]</sup>, *labrestos*<sup>[12]</sup>, *gallo*<sup>[13]</sup>, *catita*, *Mandù*, e outros similhantes termos, e vocabulos, que se uzão nas suas terras, ficarás olhando pera elle, e elle, se irá rindo de ti, julgando te por ignorantão: logo esta tua critica mais parece frenezim de louco que juizo de sabio. (II-III)

11 Termo que, contudo, não figura no dicionário. A forma mais próxima que este inclui, como entrada, é “**Aljorges** Cascaveis”, sem indicação de regionalismo.

12 O autor não acrescenta, porém, à entrada qualquer etiqueta regional: “**Labrestos**. A erva chamada choramíga” (215).

13 Termo ausente do dicionário; a entrada **galho** tampouco inclui alguma etiqueta ou acepção regional: “Corno, chavelho, chifre” (201).

Entre os regionalismos de Portugal continental, cujo estudo histórico e comparativo (partindo da obra de Bluteau e da sua retoma e pesquisas complementares por Leite de Vasconcelos) não cabe na economia deste artigo, abundam os da Beira, eventual região natal ou de residência do autor:

- Amanhar** Preparar alguma couza. Também se diz do q' se compoem, e prepara pera sair de caza. *Estase amanhando; idest*, está se compo'do. He termo rustico. Na Beira *amanhar*, vale o mesmo, que matar qualquer animal.
- Atrigado** Palavra da Beira; e se diz daquella a quem os achaques, e emfermidades tem atenuado, e mudado a cor. *Anda atrigado; idest*, com cores amarelas, que tirão a cor de trigo. (7)
- Aldigar** Alguidar. He palavra da Beira. (17)
- Andilhas** Na Beira, e em outras partes, he como huma cadeira, ou tamborete, que se poem sobre huma besta ligado, pera irem as mulheres sentadas, e seguras. (42-43)
- Chamiço**, ou **cangiço** Nome que nas terras da Beira dão a qualquer pão. (113)
- Coureiro** O mercador de couros em pello, que pelas feiras anda vendendo. Na Beira lhe dão este nome. (117)
- Cigalheiro** Na Beira *cigalheiro*, he o mesmo que mesquinho, mofino, miseravel, com o pretexto de poupado. (125)
- Dada** Palavra da Beira. O quebranto. (146)
- Embès** O aveço do pano. Vire de embès; isto he, vire do aveço. Palavras da Beira. (146)
- Esparrinhar** Palavra da Beira; vale o mesmo que esparzir, agua à roda.
- Gargalheira** Corrente, ou cadea de ferro, em que vão muitos prezos. **Andar à gargalheira** na commua fraze do vulgo, he andar despeitorado. Na Beira **estar na gargalheira**, he estar pera morrer, sem esperança de vida, as portas da morte, ou quazi expirando. (202)
- Pinhoca** Na Beira, he cangalho. (256)
- Rangomèla** Termo da Beira. **Ter rangomela**, he o mesmo que ter averção a alguma couza.
- Santaiana** A Senhora Santa Anna. Palavra da Beira.
- Vedalhão** Na Beira he brinco, joya, ou peça que o padrinho, ou parente dá à noiva no dia do seu recebimento.
- Descar** Na Provincia da Beira, he o mesmo que tiral [sic] o sal a o q' he salgado.

No que concerne às palavras usadas no século XVIII pelos “Americanos nacionais”, ou falantes da “língua brasílica”, figuram no dicionário os seguintes lemas:

<b>Ambiar</b>	Na lingua brazilica, he a Panela. (27)
<b>Campina</b>	No Brazil he Carpenteiro. (127)
<b>Carijò</b>	Gentio do Brazil. Assim chamão indifferentemente Carijòs. (90)
<b>Catita</b>	Nome que se uza no Brazil. Catarina. (77)
<b>Chacra</b>	Palavra do Brazil. Fazenda, ou bens de raiz, como orta, pomar, olival, quinta. (127)
<b>Cota</b>	Palavra do Brazil, Maricota. (127)
<b>Jùza</b>	Na lingua Brazilica, he Jozè. (210)
<b>Mandù</b>	Na lingua brazilica he Manoel. (220)
<b>Manha</b>	Na lingua brazilica he agua. (239)
<b>Mascato</b>	Palavra do Brazil; o càcheiro de alguma logea. (240)
<b>Trapixe</b>	Na America Portugueza, he a caza, ou armazem, onde se recolhem as fazendas. (309)
<b>Xico</b>	Na lingua Brazilica he Francisco. (320)

De entre estes termos, não constam no dicionário de Bluteau *ambiar*, *catita*, *chacra* (ou *chácara*, < quíchua **chajra**), *Jùza* e *Xico*. Nele tampouco surgem, nas acepções brasileiras, *campina*, *cota*, *manha* e *mascate*<sup>14</sup>, embora estes lemas aí se encontrem nos significados comuns em Portugal. O *Vocabulário* já incluía, porém, *Carijó*, *Mandu* e *trapiche*. O primeiro substantivo, do tupi **cari'yó**, surge pela primeira vez no vol. 2, acentuado como paroxítono:

CARIJOS, carijos. Povos do Brasil. Tem seu principio nas praias do rio Cananca, trazem guerras intestinas com os Goyaná. He a mais docil, & accomodada nação de toda a costa do Brasil; e sobre tudo singular em não comer carne humana. Notícia do Brasil do Padre Simão de Vasconcellos, pag. 68.

No *Supplemento*, Parte I, Bluteau regista-o, contudo, como oxítono: “CARIJÔS. Gentio do Brasil [...]”, acrescentando ampla descrição e informação. Quanto ao substantivo *trapiche*, do espanhol **trapiche**, merece-lhe esta longa definição:

14 Forma original que teve como variante *mascato*, a qual já figura no dicionário de 1765 na acepção de ‘caixeiro de loja’; Machado (1952) pergunta-se se o seu uso setecentista já se faria em todas as acepções, e só documenta *mascate* como ‘negociante’ em 1873. Do top. **Mascate**, porto asiático, em Bluteau:

MASCÁTE. Povoação pequena, munida de huma fortaleza, tão alta, & sobranceira, que so o sitio basta para a fazer inexpugnavel. Fica Mascate na costa septentrional da Arabia Félix ao longo do Estreito de Baçorá [...]. Foi a fortaleza fundada no anno de 1588 por ordem do Governador Manoel de Sousa Coutinho [...].



TRAPÍCHE. Para os engenhos de açúcar no Brasil, he a casa, em que se recolhem as caixas de açúcar, & he almazê de outros tratos. *Trapiche* he palavra Castelhana, & (segundo Cobarruvias no seu Thesouro) he o Engenho de Açúcar, & se deriva do verbo Grego *Trepo, viro*, porque a roda do dito engenho revolvendo-se, mohe as cannas. No primeiro tomo da Relação da viagem de Frezier ao Chili, & ao Brasil, na estampa que se segue à pagina 264. acharàs a figura de hum Trapiche, que (segundo o dito Autor) pag. 185. he hũa especie de moinho, que consta de hũa mò, ou pedra redonda, de cinco até seis pés de diametro, cavada circularmente, & furada no meyo, como o eyxo de hũa roda horizontal, em que dà a agoa com força, & faz andar à roda a dita, chamada por isso, volteadora, & serve de pizar a pedra metallica, que se tira da mina.

*Mandu* será apenas acrescentado no *Suplemento*: “MANDU. No Brasil, quer dizer Manoel”.

Desprovidas de etiqueta, surgem ainda *carapitandeba*, com uma fonética que recorda o tupi, e *moringue* (ou *moringa*, do cafre **muringa**), com provável uso inicial no português do Brasil, e ausente do *Vocabulário de Bluteau*:

**Carapitandeba** Arreburinho, brinco que os rapazes fazião nas festas dos Altares que se permittião nas ruas. (113)

**Moringue** Bilha, que se faz no Brazil, bojuda, e com gargalo comprido, que serve pera esfriar a agua no tempo calorozo. (238)

*Carapitandeba* foi incluído por Bluteau (1727-28: II, 501-504), mas com menos informação, somente em anexo ao *Suplemento do Vocabulario Portuguez e Latino* – “Vocabulario de Palavras e modos de fallar do Minho, E Beira, &c. / Cuja noticia não veyo a tempo de se lhe dar o seu lugar Alfabético neste Supplemento”. Reedita e comenta esse apêndice José Leite de Vasconcellos (1886), mas nada acrescentando à definição: “Arre burrinho dos rapazes”.

Finalmente, o autor propõe na entrada *brèjeiro* uma etimologia do adjectivo que parece implicar os falantes da “América Portuguesa” no seu uso original, com o açúcar como protagonista – *brejeiro*, “que anda ou vai ao brejo”, de *brejo*, termo de origem controversa<sup>15</sup> de que Machado (1952) refere atestação já no séc. XII:

15 Kleinhans refere o cimbrio **brag-wair**, **brag-welt** (nomes de plantas aquáticas) e a forma **\*bracum**, que resultou em formas francesas várias significando ‘boue, fangé’. Também o port. *brejo* designa ‘terra húmida, lodosa e alagadiça’ (em Machado, 1952, s.v. **brejo**).

**Brègeiro** O maroto, que com pãoszinhos [sic], ou pedaços de cana, tira o assucar pelas gretas das caxas, e a isto chamão elles andar a o brejo, ou ir ao brejo. O mesmo se diz de outro qualquer maroto com vizos de ladrão formigueiro. Tambem se dis de outro qualquer, que he maroto com màs manhas. (49-50)

A explicação de *brejeiro* seria, contudo, algo diferente segundo José Pedro Machado, que alude à sua relação com *brejo* enquanto ‘terreno húmido’ “porque nos brejos se fazem cousas brejeiras”. Certo é que *brejeiro* já em 1478 revelava uso como sinónimo de *brejo*, conforme também documenta. No entanto, Bluteau, que não inclui o adjectivo, completa o lema *brejo* no *Supplemento* (Parte I) com o mesmo idiomatismo, explicado também a partir do açúcar e da artimanha para furtá-lo: “Ir ao Brejo. Modo de fallar: diz-se dos rapazes, que vão ao Brejo, quando tirão açúcar das caixas às furtadelas”.

## 2. Do interesse da obra para o historiador da língua

Além do que acima já se foi aduzindo a propósito das palavras proemiais do seu autor anónimo, apreciemos ainda outras virtudes desta obra lexicográfica declaradamente para uso pessoal: a ampla sinonímia, a abundância de idiomatismos, o carácter opinativo, judicativo ou ideológico e a inclusão de lemas que facilitam a filiação de termos actualmente usados.

### 2.1 Ampla sinonímia

Além da inclusão de um número elevado de entradas sinónimas, de conteúdo semântico similar ou de um mesmo campo semântico, há um exaustivo fornecimento de equivalentes, sinónimos ou termos explicativos, deixando evidente, em alguns casos, maior riqueza lexical do que a contemporânea no que toca a realidades hoje distantes:

**Bacio** Vazo, aonde se depositão as immundicias do ventre. Tanta he a sua serventia, e tam inexcuzavel o seu prestimo, que muitos lhe chamão necessario, outros servidor, outros frasco, outros doutor<sup>[16]</sup>, e não sey com que rezão, ou analogia o adoptarão com este nome. Camareiro. (50)

16 O sinónimo *doutor* surge na Lista inicial dos lemas que o dicionário supostamente incluiria, mas não efectivamente no dicionário, o que acontece com alguma frequência, tal como a situação inversa.

- Bacínico** Bacio, ou vazo mais pequeno, que tem a mesma serventia, o mesmo prestimo; mas não lhe quizerão attribuir o nome de doutor, talvez que por ser pequeno. (51)
- Bispote** Vazo em que se lanção as ourinas. (58)
- Cabungo** Vazo onde se lanção as im'undicias do ventre. (75)
- Calhandro** O mesmo que cabungo. (75)
- Camareiro** Vazo que serve de depozito das immundicias do ventre. (98)
- Frasco** Este nome se dá a o vazo das immundicias do ventre. (196)
- Quitò** Espadim curto, que se poem à cinta dos meninos. A o vazo que recebe as ourinas dão muitos o mesmo nome. (271)

Para o leitor actual, os numerosos termos sinónimos que definem um lema, em maior ou menor grau, ou que preenchem o seu leque semântico, além da função primária de o aclarar, concorrem ainda para um conhecimento mais matizado da língua antiga e da clássica. Atente-se em especial nas expressões e no apodo à época designativos de *corcunda*, ou nos antigos *tracista* e *machiavelo* como sinónimos de *manhoso*.

- Corcunda** Corcovado, gibozo, que tras a merenda às costas, ou a borrêca pendurada a o pescoço, dizem chulamente. Outros lhe chamão *poeta*, de que os corcovados se dão por muito offendidos, e escandalizados. (81)
- Manhozo** Astuto, sagáz, maliciozo, tracista, fingido, simulado, dissimulado, lizongeiro, infiel, velhaco, desleal, machiavelo, astuciozo, tratante. (228)

Agrupando e comparando os lemas repetidos em pontos distintos do dicionário pode ainda ampliar-se a panóplia de sinónimos ou termos capazes de preencher o campo semântico de uma entrada, que o historiador da língua dificilmente poderá achar juntos de outro modo, ou mesmo em outras obras lexicográficas. Atente-se, em **chupado**, na forma hoje parcialmente distinta *magrizelo*, no popular *magríssimo*, no sonorizado *étigo*<sup>[17]</sup>, no desaparecido *estítico* ou no dissimulado *escaleta*:

- Chupado** [1] Muito magro, secco, mirrado, magrizelo, tiznado, tizico, muito acabado, magrissimo. (77)

17 *Vd.* também os lemas *religário* e *religas*, com a mesma sonorização da consoante oclusiva velar surda intervocálica, que nestas formas acabaria por não vingar até à língua actual:

- Religário** Relicario.  
**Religas** Reliquias. (282)

**Chupado** [2] Etigo, tizico, muito secco, tisonado, torrado, mirrado, estitico, escaleteo, cadaverico, escàveirado. (102)

Em alguns casos não se alinham apenas sinónimos, ou então meras acepções diferentes, mas sim um leque gradativamente ordenado de acepções ou subtis nuances, como na entrada **fidalguinho**, em gradação decrescente desde a significação mais objectiva e comum até à mais depreciativa:

**Fidalguinho** Fidalgo menino de poucos annos. Diminutivo de fidalgo. Pequeno fidalgo, pouco fidalgo, meio fidalgo, fidalgo de meia tigela. (187)

## 2.2 Abundância de idiomatismos

Dedicou-se amplamente o autor ao registo de idiomatismos, ou frasesmas, quase-frasesmas e colocações, incluídos quer à cabeça quer no interior do verbete. Desses, são muitos os que se acham ausentes de outras fontes da época, ou explicados apenas em algumas das suas acepções, o que pouco tem facilitado a leitura integral e a edição da literatura anterior ao século XVIII, e em particular da poesia barroca:

**Cabritos** **Ir a os cabritos, andar a os cabritos.** Termo de que uzão, quando querem dizer, que o seu moço, aprendiz, ou escravo fugio: *Foy a os cabritos, anda a os cabritos.* (77)

**Cachimbos** Palavra maruja. Os pèz. **Deu a os cachimbos;** isto he foyse, não està aqui. (79)

**Caxas**<sup>[18]</sup> **Caxas destemperadas. Ir com caxas destemperadas,** he ir disgustozo, descontente, pouco satisfeito, dezagradado. Chulamente se diz: **Isto he caxa;** isto he, logro, mentira, engano, falcidade. **Correr a caxa,** he dar hum varejo. (124)

**Conta benta** **Rezar pela conta benta.** Se diz do que està fallando bacho, e por antre dentes, em forma que o não entendem. (103)

**Cordas** **Moscas por cordas.** Termo chulo. Se diz de qualquer festejo ridicolo, e pueril. *Houve moscas por cordas, e andàram os choriços atrás dos caens.* [*vd. Moscas por cordas*] (115)

**Moscas por cordas** Chulo. Se costuma dizer de qualquer festejo ridicolo. **Houve moscas por cordas, e chouriço atrás dos caens.** [*vd. Cordas*] (235)

18 A redução do ditongo *ai* a vogal simples (*caixa/caxa*) é comum a todo o dicionário; *vd. bacho* (baixo) a seguir, no lema **conta benta**. Por vezes ocorre igualmente a redução de *ou* a *o*, como em *choriços*, no exemplo subsequente, **Cordas** (mas alternando com *chouriço* logo em **Moscas por cordas**), e ainda de *ei* a *e* (*bejos*).

- Espremer o limão nos olhos** He fazer assinte, moer, e mortificar de proposito. [*vd. Olhos*, 1] (171)
- Olhos [1]** **Espremer o limão nos olhos**, he fazer assinte, e mortificar de proposito. [*vd. Espremer o limão nos olhos*] (247)
- Falar por gerigonça** Falar por rodeos, ou modo confuzo, que não se deixa perceber. (188)
- Morrer** **Andar, andar, ir morrer à Beira**, se diz do que veyo a cair no mesmo de que fugia. (235)
- Ter orelha** Se diz do que he muito besta, e nelle està occiozo o raciocinio. (297)

A inclusão dessas combinações de lexemas, metáforas, perífrases e outros substitutos do simples lexema é hoje muito informativa para o estudo dos períodos anteriores da língua (e também da História das mentalidades), sobretudo nos casos em que aqueles foram deixando de ser conhecidos ou de ter uso:

- Barro galego** Esterco, e immundicia, q' se pèga a os çapatos. (57)
- Bicho da cozinha** Moça que serve nas cozinhas dos Senhores, e dos Conventos, que serve de acender o fogão, varrer, e alimpar a cozinha, lavar a louça, e outros semelhantes ministerios. Dao lhe este nome de *bicho* por andarem sempre mui çujos, e mascarados. (56)
- Bochechas** **Bochechas de cú de Alcaide**, se diz do que he muito bochechudo. Não sey que analogia lhe puderão achar. (65)
- Boy de pàssaras** Se diz do que he muito fraco, e medrozo, que de qualquer couza se espanta, de pouco mais de nada tem medo, com qualquer couza se sobressalta. Tem grande corpulencia, mas o coração de galinha. Tambem chamão *boy de pàssaras* a o que he muito manço. (55)
- Brinco de junco** Se costuma dizer, quando de huma couza de grave ponderação, se faz menos cazo: *Isto não he brinco de junco*. (68)
- Cita Christos** Quadrilheiro, esbirro, agarrador, sollicitador da Justica, ou requerente, que se occupa em fazer requerimentos, e outros semelhantes empregos. (77)
- Oleo de Setembro** O vinho. (246)
- Oleo da cepa** O mesmo que **oleo de Setembro**. (246)

### 2.3 Carácter opinativo, judicativo ou ideológico

Sendo embora consensual a assunção de que um dicionário é sempre uma obra ideologicamente marcada, o certo é que poucos o serão de uma forma

tão subjectiva ou rica de discussão, e ainda de modo historicamente tão informativo. Trata-se de um dicionário opinativo e judicativo, que nos traz hoje, juntamente com as palavras da época, breves pinceladas da mente de um falante, e por vezes dos falantes seus coetâneos:

- Avental** Adorno molheril, que principiando em compostura, parou em vaidade; e sendo de pano branco, o fazem de rendas custozas. (21)
- Acepipes** Inventos deliciosos, manjares regalados, iguarias exquzitas, pera lizongear os perniciosos excessos da gula. Desfastios pera facilitar a nauzea do estomago, e obrigar a natureza à voracidade. (25)
- Alcoviteria** O officio pessimo, e abominavel occupação de alcoviteiro, ou alcoviteira. (35)
- Bobo** Homem vil que pera ter que comer, e levar vida folgado, toma este destempero por vida. (62)

Algumas entradas são notavelmente concretas e completas, bom exemplo de como uma palavra pode encerrar um romance, e de como a sua explicação pode igualar um retrato:

- Buzarate** O que tem mão modo, e mão termo no trato ávil das gentes; mão genio, condição avessa, genio destemperado, animo dezabrido, juízo grosso, semblante carrancúdo, testa curta, sobrançelhas cerradas, olhos pequenos, e sumidos, ou muito grandes, redondos, e esbugalhados, nariz mal acabado, e ventas largas, aspecto dezagradavel, catadura carregada, beiços grossos, e revirados, boca rasgada, orelhas redondas; e finalmente, buzarate. (49)

Em algumas das suas definições, extraordinariamente explicativas, cinematográficas, psicologistas, espraia-se o autor em ampla comunicação com o leitor que não gostaria de ter, ou pelo menos compraz-se no diálogo especular consigo mesmo, enquanto único leitor efectivo e desejado:

- Bufa** Halito fedorento, que em silencio despede, como polvora surda o ventre pela logea da natureza. Desce pera sobir, tão sumido, que não occupa lugar; conhecese sem se ver, sentese sem se ouvir, achase sem se buscar. Sobe ao nariz, e sem que possa ter resistencia, occupa o olfato. Verdadeiramente desmancha prazeres, porque em hum instante desvaneçe as conversaçoes mais gostozas, fazendo retirar a todos descontentes com a mão no nariz. (50)

**Come em vão** O mesquinho, miseravel, mofino, tacanho, que por não gastar, come a medo, e do mais roim por ser mais barato; sò por ajuntar pera os seus herdeiros, a si, e a seus domesticos màta à fome; anda caindo de lazeira, e sò nas cazas alheas tira o seu ve'tre de miseria, porque não come do seu. Tambem chamão come em vão ao que he muito magro, secco, e tignano, a que' não luz o que come, verificando se nelle que come em vão, que em vão come aquelle a quem não aproveita o que come. (75)

**Marralheiro** Mandrião, perguiçozo, amigo do ocio, inimigo do trabalho, inclinado à boa vida, maliciozo, fingido, jacobeo, fanatico, amigo de comer o alheo, por não quebrar o corpo. He mui vagarozo no que faz, porque a perguiça que tem introduzida nos ossos, lhe embaraça os movimentos, e tudo faz contrafeito. Perguiça do Brazil. (228)

Por vezes, o autor dedica-se a ilustrar um lema com tintas de poesia, raro mas informativo traço numa obra lexicográfica:

**Bambalhão** O que de nada se lhe dà, inutilmente parece que existe neste mundo, sendo inutil pera tudo; parece que a alma lhe anda chocalhando no corpo; inerte, inutil, incapáz. (53)

**Barbadam** Homem que tendo muitas, e grandes barbas, tem muy pouco, ou nenhum prestimo; tudo são barbas, alli não ha mais que barbas; barbas sem home'; seria melhor que fosse home', ainda que tivesse menos barbas, porque as barbas não fazem home'. Elle sim tem barbas de home', mas não será ja mais home' de barbas. (53)

**Barbadinho** Home' moço com muita barba. Anteciparão se as barbas a os annos; muitos annos com poucas barbas, muitas barbas com poucos annos, desmando parece da natureza. Assim chamão com este nome diminutivo a os Frades reformados Francezes, e Italianos, outros dizem, Barbonios. (54)

Há-de ser este lexicógrafo um frade, padre ou clérigo, como deixam adivinhar as seguintes definições, e já outras acima reproduzidas:

**Adormeçer** Este verbo tomado metaforicamente he o mesmo que descuidarse de algum negocio, e adormeçer nelle. Adormeçer na culpa, he não sair della, e descuidar se do importantissimo negocio da salvação. (32-33)

**Ara** Pedra de Ara, sobre que se celebra o tremêdo Sacrificio da Missa. (46)

Com os olhos na missão metalinguística, e prestando serviço ao distante leitor e linguista do século XXI, tece o autor explicações filosóficas e moralistas, com rendilhados de oratória:

- Balraventear** Andar mui ufano, e senhor de si, fazer pouco cazo dos mais, por se ver com algum adiantamento, a que o elevou a sua fortuna, esquecido da desgraça, que com a fortuna vive paredes meias. (71)
- Comer** Passivo. Ser comido, ter quem o coma, e o devore; o odio, a rayva, a paixão, a condição o genio, a fadiga, o cançasso, o zelo, a sarna, e outras semelhantes couzas come, consomem, e devorão o home. Os vicios, a riqueza, a pobreza, os regalos as delicias, o disvelo, o descanco, e o trabalho. Tudo o come, e o consome. O que pode, e o que não pode; o que tem, e o que não tem; o que quer, e o que não quer; tudo come o pobre home; de tudo isto he comido. (114)
- Doudo** O que perdeo o juizo. Tambem se toma pelo que tem demasiado affecto a outra couza. He doudo com o seu menino; isto he, temlhe muito amor, querlhe muito. Parece, ou està doudo de contente. Ha muitas especies, e qualidades de doudos. Raro será aquelle por cezudo que seja, que não incorra em alguma das setenta e duas especies de loucuras, que achou hum sabio, porque ninguem ha, que deixe de ter defeitos. Ha doudices com juizo, e até pera ser doudo he necessario ter juizo. Cazos ha que pera obrar com juizo, he necessario, ou ser doudo, ou parecer doudo, ou fazerse doudo. (140-141)

Ora, este aspecto revela-se de especial interesse, já que dificilmente a função metalinguística deixa passar pela sua malha apertada (embora menos apertada em tempos passados) informação sobre a forma como um falante particular efectivamente vê e sente cada termo e expressão da sua língua, o que neste caso é uma realidade.

O grau de concretude e especificidade das explicações torna este pequeno dicionário valioso também em termos sociológicos, comerciais e históricos em geral:

- Couro** Pelle tirada do animal. Tem diversa nomeçlatura, segundo a variedade, e diversidade dos animaes, das terras, concerto, e custo delles. Couros vacuns, couros novilhos, couros bezeros, e vitellos, couros de Bufaro [sic], de Anta legitima, e couros de meio [sic] Anta; couros de Berberia, de Linde, de Indias, do Brazil, de Avana, de Moscovia, de França, de Inglaterra, de Irlanda. Couros



imprensados, couros seccos delgados, couros sorteados, venados, curtidos, camusados, couros em cabelo. **Estar em couro**, se diz do q' està nú. **Ir a o c[o]uro, chegar a o couro, chegar a roupa a o couro; zurzir o couro, curtir o couro**, he castigar, espancar, ou maltratar a alguém. (118)

**Mosca atordoada** Se diz do que sendo velhaco, quer parecer justo, e innocente. Hypocrita, fanatico, fingido, sonço, enganador, de quem todos devem fugir, e ninguem se deve fiar. Guarday as vos-sas colmeas daquelles que vos dizem, que não comê mel. (227)

Clérigo anónimo, o lexicógrafo avulta na obra como um homem com algum humor:

**Burricada** Recuas de burros, muitos burros juntos. Isto se costuma dizer, quando estão muitos juntos conversando, e nenhum deles sabe o que diz. (56)

#### 2.4 Inclusão de lemas que facilitam a filiação de termos actualmente usados

Quando agrupados pelo editor os lemas afins, ou de uma mesma família, disseminados pelo *Vocabulário*, estes facilitam a “filiação” dos termos actualmente usados, a determinação dos étimos que lhes subjazem, hoje obscuridos por já não serem conhecidas ou utilizadas algumas dessas formas. O falante facilmente estabelece o laço etimológico entre o ainda actual verbo *calcorrear* e os agora arcaicos termos base *calcorros*, *calcos* (*vd. supra*); ou entre o contemporâneo *encafuado* e o já desusado *cafua*, também na origem do sinónimo *cafuado* e de *cafuinha*, ambos entretanto igualmente caídos em desuso; ou os termos *amuado*, *amuar*, e os hoje arcaicos *mu*, *estar com o mu*; ou ainda os actuais *emperrado*, *emperrar*, *emperramento* e os ora antiquados *perro*, *perrice*:

**Cafúa** Cova, caza, ou lugar escuzo, retirado, escuro, e pouco trilhado. Escondrigo [sic], que serve de refugio, e a quem nelle se occulta chamão *cafuado*, ou *emcafuado*. *Emcafuou-se de sorte, que não custou pouco a dar com elle*. (88)

**Cafuinha** O que he muito mofino, miseravel, e avarento; rezingueiro em ajuste de contas, puxando sempre pera si. [*vd. cafúa*] (88)

**Cafuádo** Ou **emcafuado**. Omiziado, retirado, occulto, escondido, fugitivo, sumido, emcantado, sepultado. [*vd. cafúa*] (89)

- Estar com o mú** Se diz do que està amuado, e não quer falar. [*vd. Mú*] (172)
- Mú** Animal quadropede. Chamão mú a o que he teimozo, emperado. A o que não falla. A o que não tem prestimo. **Estar com o mu**, se diz do que està amuado, e não falla, ne' responde a o que lhe dizem, ou perguntão. [*vd. Estar com o mú*] (233)
- Emperrado** O teimozo, que não quer ceder. [*vd. Emperrar*] (171)
- Emperramento** Teimoza, e dezarrezoada teima; não admittir rezão, perseverar teimozo. [*vd. Emperrar*] (163)
- Emperrar** [1] Teimar, permanecer inflexivel na sua teima, não querer ceder. [*vd. Perrice, Perro*] (163)
- Emperrar** [2] Teimar com afinco, sem querer ceder da teima; não ceder à forca, e evidencia da rezão teimozamente. [*vd. Perrice, Perro*] (171)
- Emperrar** [3] Teimar, não querer ceder. [*vd. Perrice, Perro*] (254)
- Perrice** Teima pertináz, ou emperramento. Taobem se toma por assinte, e couza feita de propozito, pera moer, e amofinar a outro, e dar lhe mortificação. [*vd. Emperrar, Perro*] (254)
- Perro**<sup>[19]</sup> Palavra, e nome com que injurião os pretos. Taobem uzão desta palavra em mão sentido, pera injuriarem os brancos. [*vd. Emperrar, Perrice*] (254)

Formas antigas como *paroleiro*, de etimologia obscurecida pelo pouco uso do substantivo *parola* (< ita. *parola*; *vd. fr. parole*), têm a sua origem colocada em evidência na metalinguagem do lexicógrafo:

**Paroleiro** Fal[a]dor, home' de parolas, que não tem mais q' palavras. (266)

O historiador da língua depara-se ainda com lemas que evidenciam evoluções fonéticas típicas e sistemáticas no português, mas cujo abandono viria a tornar tais mudanças menos abrangentes ou visíveis. É o caso de *comeios* e *meores*, revelando a regular síncope galego-portuguesa da consoante nasal alveolar intervocálica, mas que nestes termos não vingou por se haverem retomado, na língua clássica, os originais *comenos*<sup>[20]</sup> e *menores*. No castelhano é característica a manutenção desse [n], como ainda se evidencia no português *achanar*. Neste caso, porém, a forma derivada de *chão*

19 As formas **Perro**, **Perrice** e **Emperrar** acham-se na secção do *P*, nesta sequência e independentemente da ordenação alfabética pela primeira letra.

20 Também pouco frequente na época, exigindo inclusão no dicionário e explicação:

**Comenos** Termo, que vale o mesmo, que dizer: Nesta occazião; neste mesmo tempo: *Neste comenos*. (125)

é um curioso híbrido, pois apresenta palatalização de *pl-* para a africada [tʃ], típica do galego-português (depois mudada em [ʃ], mas mantida dialectalmente), e não a normal palatalização para a lateral [ʎ], distintiva do castelhano em qualquer posição (**planum** > *llano*), e que no português só costuma observar-se em interior de palavra quando não precedida de sílaba travada:

- Comeios** Comenos. Espaço interino de tempo. (131)  
**Meores** Menores. **Frades Meores**, são os Frades Menores, **Filhos menores**. (241)
- Achanar** Alhanar, fazer facil, evitar dificuldade. He termo dezuzado. (31)
- Sem magoa** Sem macula. A *Virgem Maria foy concebida sem màgoas*, isto he, sem macula. (241)

O semicultismo *mágoa*, forma divergente de **mácula**, tal como os termos chegados por via popular *mancha* e *malha*, chegou a ter uso nos contextos hoje restritos ao cultismo *mácula*, devido ao retorno purista ao latim, no período clássico.

Necessitaram já de explicação, neste dicionário, as formas *concludir*, ainda com manutenção de *-d-* intervocálico, do lat. **concludere** (como ainda em *concludente*) e *concluir*, com rotacismo a partir da forma moderna, *concluir*:

- Concludir** [1] Concluir, acabar, dar, ou pôr fim. [p. 132] [*vd.* **Concrudir**, **Concruir**]
- Concludir** [2] Concluir, finalizar, acabar. [p. 134] [*vd.* **Concrudir**, **Concruir**]
- Concrudir** Concluir. [p. 134] [*vd.* **Concludir**, **Concruir**]
- Concruir** Concluir. [p. 132] [*vd.* **Concludir**, **Concrudir**]

## Conclusão

São inúmeros e polifacetados neste *Vocabulário* os aspectos de interesse para a Linguística Histórica, a Linguística Românica e a História da Língua Portuguesa, merecendo estudo. Ao acolher no seu dicionário as formas que “não devem dizer-se ou escrever-se” e as formas alternativas que achou ditas ou escritas, fornecendo-lhes definições e equivalentes “legítimos”, mais comuns ou de grafia já normalizada na sua época, esta espécie de *Appendix Probi* setecentista presta serviço à história do português, documentando fenómenos fonéticos típicos ora da língua arcaica ora da

clássica, até à setecentista (*davidozo*, *dadivoso*; *boos*, *bons*; *assogue*, *assougue*), por vezes encerrando num simples lema a realização popular e antiga de orações inteiras (*acandele*, ‘quando elle’), ou mudanças e peculiaridades morfológicas da sua e de outras épocas (*amoreto*, *amorudo*, “palavras chulas”; *amoroso*; *bebesto*, *bebido*). Outras vezes, a simples agregação de duas formas num só lema sugere ou aclara etimologias (**antolhos**, **anteolhos**; **arredio** ou **erradio**), como também acontece quando o autor convoca o étimo para a definição do lema (**amoxado**: ‘Como o mocho...’).

Seja quando explora o conteúdo semântico de numerosas colocações e expressões idiomáticas – *abanadores das moscas do assogue*; *atirar de malhão*; *aparar os bejos*; *confeitos de enforcado*, *albardar deitado* – seja ao explicar o sentido de um simples lexema (às vezes tão pouco simples como *atrevincavacado*...<sup>[21]</sup>), o autor discorre dialogicamente com o seu indesejado leitor, fornecendo-lhe e explicando exemplos ou contextos, estabelecendo amplas relações vocabulares, importantes para o conhecimento da língua da época (*vd.* os lemas *bacio*, *bacinico*, *bispote*, *calhandro*, *cabungo*, *camareiro*, *frasco*, *quitó* e os sinónimos ‘necessário’, ‘servidor’, ‘doutor’), e abrindo numa só entrada ricos leques de acepções ou sinónimos em uso no seu tempo ou anteriormente a ele (**manhozo**: “Astuto, sagáz, malcioso, tracista, fingido, simulado, dissimulado, lizongeiro, infiel, velhaco, desleal, machiavelo, astucioso, tratante”).

Obra datada, por um lado pelas épocas da língua em que se detém e, por outro, pela própria língua de meados do séc. XVIII que constitui o seu suporte metalinguístico, merece edição para que o benévolo leitor do século XXI a possa finalmente partilhar com o seu autor em benefício da História do português, e para o conhecimento de algumas das primeiras peculiaridades da “língua brasílica”.

## Referências

- BARROS, Anabela (2008), *A poesia de Tomás de Noronha segundo a tradição manuscrita*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BLUTEAU, Raphael (1712-1721), *Vocabulario Portuguez, e Latino...: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes e latinos...*, vols. I, II (1712), III e IV (1713), Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu; vols. V (1716), VI, VII (1720) e VIII (1721), Lisboa, Pascoal da Sylva.

21 **Atrevincavacado** **Mal atrevincavacado** se diz do que te’ mui pouca segurança. (10)

- BLUTEAU, Raphael (1727-1728), *Supplemento ao Vocabulario Portuguez, e Latino...*, Parte I (1727), Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva; e Parte II (1728), Patriarcal Officina da Musica.
- BLUTEAU, Raphael (1728), *Prosas Portuguezas, recitadas em diferentes Congressos Academicos* / Pelo Padre D. Raphael Bluteau, Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva.
- MACHADO, José Pedro (1952), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 5 vols., Lisboa, Livros Horizonte.
- SILVESTRE, João Paulo (2003), “Palavras tabu e eufemismos nos dicionários de Bento Pereira e Rafael Bluteau”, in António Manuel Ferreira (Coord.), *Percursos de Eros. Representações do erotismo*, Aveiro, Associação Labor de Estudos Portugueses, pp. 223-229, ISBN 792-789-096-2.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1886), “Dialectos interamnenses”, *Revista de Guimarães*, n.º 2, vol. III, Porto, Sociedade Martins Sarmento, Março de 1886, pp. 67-80.
- VERDELHO, Telmo (1987), *Latinização na história da língua portuguesa – o testemunho dos dicionários*, Arquivos do Centro Cultural Português 23, pp. 157-187.
- VERDELHO, Telmo (2002; 2010), “Dicionários portugueses, Breve história”, *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*, José Horta Nunes e Margarida Petter (Orgs.), São Paulo, Humanitas / FFLCH / USP, Pontes, pp. 15-64. Tendo sido inicialmente “publicado com muitas adulterações” (2002), preferimos, com o seu autor, a edição por este disponibilizada, com essa nota final, em [http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Dicionarios\\_breve\\_historia.pdf](http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Dicionarios_breve_historia.pdf) (consultada em 23 de Fevereiro de 2010).
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de (1798), *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal antigamente se usarão [...]*, Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

### Fontes manuscritas

- ANTT (Arquivos Nacionais-Torre do Tombo), Livraria, ms. 2126.
- PA (Paróquia de Alvarães), ms. 5.

# LOPO LIAS: ENTRE ORZELHÃO E COMPOSTELA

## LOPO LIAS: BETWEEN ORZELHÃO AND COMPOSTELA

José António Souto Cabo

### Resumo.

Um diploma inédito datado de 1219 do *Tombo C* do Arquivo da Catedral de Santiago parece ser o elemento chave para desvendar alguns aspectos da, até agora, enigmática biografia de Lopo Lias. Essa escritura e outros dados, já conhecidos, situam o percurso biográfico do autor ca. 1190-1260, vindo a relacioná-lo com o antigo distrito ourensano de Orzelhão, com as terras do Morrazo e com a área da cidade de Santiago. Por outro lado, a presença dele nessa escritura (“Lupus Elie, milles”) pode servir, indirectamente, para confirmar a localização da sua obra num dos primeiros segmentos da tradição manuscrita, assunto sobre o qual existiram algumas dúvidas. O trabalho oferece também uma nova edição da obra do autor.

**Palavras chave.** Lírica galego-portuguesa. Lopo Lias.

### Abstract:

An unpublished diploma dated 1219 (Codex C, Santiago de Compostela Cathedral's Archive) seems to be a key-element for unraveling some aspects of the till now enigmatic biography of Lopo Lias. This document, as well as other data already known to us, places his lifetime ca. 1190-1260, also relating him to the old Ourense district of Orzelhão, to the Morrazo region, and to the area of the town of Santiago de Compostela. On the other hand, his presence on this document (“Lupus Elie, milles”) may indirectly serve to confirm the situation of his works in the earliest segments of the manuscript tradition, a matter that has been subject to some doubts. This article also offers a new edition of the author's poems.

**Keywords.** Galician-Portuguese lyric poetry. Lopo Lias.

---

\* Universidade de Santiago de Compostela.

Apesar de **Lopo Lias** contar com um número importante de cantigas satíricas, estas não permitiram reconstruir aspectos concretos da biografia deste trovador galego-português nem situá-lo historicamente com alguma segurança<sup>[1]</sup>. Foi apenas exequível assinalar algumas das áreas geográficas com as quais poderá ter mantido algum tipo de relação: “os vários topónimos nas suas cantigas, apontam inequivocamente a Galiza, mormente o triângulo constituído pelas povoações de Lugo, Monforte de Lemos e Pontevedra, como geografia da sua produção poética” (Oliveira 1994: 379).

Essa produção poética comparece no posto posterior às poesias satíricas de **Fernando Pais de Tamalhancos**, portanto, na quarta posição do sector correspondente às cantigas de escárnio e maldizer -tal como surge de V e de B-, o que remete para uma das fases mais recuadas do nosso lirismo. No entanto, Oliveira (1994: 378-379) sugeriu como alternativa a possibilidade de deslocamento desde uma secção mais avançada, o que nos levaria ao terceiro ou ao último quartel do século XIII<sup>[2]</sup>. Não existem, porém, argumentos bastantes para validar uma hipótese que só seria viável se se pudesse atribuir uma cronologia (muito) tardia a **João Romeu de Lugo**, autor que alude a (um) Lopo Lias na única cantiga que dele foi conservada<sup>[3]</sup>:

Loavan ùu dia, en Lugo, Elvira  
Pérez, [a filha d'] Elvira Padrõa;

- 1 Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1990: 545) chegou a propor a identificação de um Rodrigo citado na cantiga *Os Zevrões foron buscar* com o Rodrigo Airas a que alude Fernando Pais de Tamalhancos numa das suas cantigas satíricas (cfr. infra).
- 2 “Esta colocação, junto de Fernão Pais de Tamalancos e de Martim Soares, situando-o na primeira metade do séc. XIII, levanta, todavia, algumas dúvidas. Começaremos por notar que a ausência do autor das restantes secções dos cancioneiros não nos permite ter quaisquer certezas em relação à antiguidade da sua inserção nessa zona. Por outras palavras, D. Lopo poderá ser um autor tardiamente incluído nas compilações colectivas medievais. Esta hipótese encontra alguma justificação no provável deslocamento de algumas cantigas de escárnio do trovador que o segue, Martim Soares, para a secção das cantigas de amor”. Isto é, as cantigas de Lopo Lias teriam vindo a ocupar o lugar das composições de Martim Soares.
- 3 O facto de João Romeu contar apenas com uma cantiga (satírica) levanta algumas dúvidas sobre o lugar dela na compilação geral, já que poderia ter sido transferida desde outra posição de conteúdo cronológico mais recuado. Oliveira (1994: 369) considera outra possibilidade para explicar a presença desse texto no último lanço da tradição manuscrita: “estabelecido em círculos mais regionais e com poucos contactos com os meios cortesãos de onde partiram as compilações, a sua obra ou parte dela só tardiamente tenha sido conhecida nesses meios”. Relativamente a possíveis testemunhos documentais, já é conhecida a presença de um “Iohannem Romeu” que ocorre em 1239 na região lucense da Ulhoa (*Vilar de Donas*, nº 16). Ao anterior podemos somar a existência de um indivíduo do mesmo nome que confirma, em Santiago no ano de 1251, um documento de que é titular Pedro Peres “Pelliparius” (*Tombo C*: 229r-229v). Ambos os testemunhos permitiriam colocar a produção poética do autor no segundo quartel do séc. XIII, coadunando-se assim com o percurso biográfico que supomos para Lopo Lias.

todos dizian que era mui bõa  
 e non tenh' eu que dizian mentira,  
 ante tenh' eu que dizian con razon;  
 e **don Lopo [Lias]** diss' i enton,  
 per bõa fe, que já x' el melhor vira.

Ficou ja a dona mui ben andante,  
 ca a loaron quantos ali siian;  
 e todos dela muito ben dizian;  
 mais **Lopo Lias** estede constante;  
 como foi sempre un gran jogador,  
 disse que [a] vira outra vez melhor;  
 quand' era moça, en cas da Ifante.<sup>[4]</sup>  
 (B 1612, V 1145)

Aliás, é importante salientar que as rubricas que acompanham a produção de **Lopo Lias** compartilham características, formais e de conteúdo, com as de autores das gerações mais recuadas como **João Soares de Paiva**, **Fernando Rodrigues de Calheiros**, **Fernando Pais de Tamalhancos** ou **Martim Soares**; poetas que o acompanham nos primeiros lugares da secção escarninha<sup>[5]</sup>. Essa coincidência, numa interpretação lícita, leva a pensar numa integração -ou organização- análoga para o grupo poético em foco<sup>[6]</sup>. Por outro lado, também existiram hesitações sobre o seu sobrenome, já que ao lado de “Lias” -patronímico correspondente a Elias-, alguns estudiosos propuseram o topónimo “Liáns”, nome de uma povoação no concelho galego de Oleiros donde chegou a ser considerado natural (Pellegrini 1969:

- 
- 4 A referência a um passado já longínquo (?) -quando dona Elvira Peres era moça- convidam a pensar que Lopo Lias contava com uma idade avançada.
- 5 Lagares (2000: 34-37, 94-95) aponta concretamente: (i) discriminação de género satírico (escárnio vs. maldizer), (ii) denominação de “cantar”, (iii) fórmulas introdutórias “e diz assi / e diss' assi” e (iv) construções com o advérbio “outrossi”. Este investigador, ao admitir uma integração “moderna” para a obra de Lopo Lias, viu-se obrigado a oferecer uma explicação alternativa, que passa por situar a elaboração dessas rubricas “con bastante posterioridade ... á composición das cantigas dos trovadores das primeiras xeracións” (p. 95).
- 6 A referência a um “brial de Sevilha” na cantiga *Enmentar quer' eu do brial* levou Lapa (1966: 134) a presumir que se trata da Sevilha cristã e, portanto, a situar o texto em período posterior a 1248. Porém, o dado deve ser interpretado em sentido contrário já que, como se sabe, a produção têxtil árabe foi objecto de grande procura por parte da sociedade cristã ao longo dos sécs. XII e XIII.



3-4<sup>[7]</sup>). Ainda neste caso, não encontramos motivos de peso, antes pelo contrário, para desprezar a forma Lias, postulada pela tradição manuscrita<sup>[8]</sup>.

O trabalho mais recente sobre a enigmática biografia deste trovador deve-se a Vicenç Beltran (2009), que propõe uma interpretação nova e singular sobre o referente histórico da obra satírica de **Lopo Lias**. O professor catalão retém, em primeiro lugar, o “*Leit motiv* omnipresente en su obra: la corte regia” (Beltrán 2009: 306) o que o leva a colocar a seguinte questão: “¿No será Lopo Liáns un trovador cercano a la Casa Real, al servicio de la infanta?” (p. 307). Por outro lado, partindo da identificação do Orzelhão citado nas cantigas do trovador com a fortaleza castelhana de Orcejón (Palência), dominada pelos Lara, considera que a produção poética de Lopo Lias pôde ter como pano de fundo os acontecimentos vividos em Castela após a morte de Henrique I, entre 1217 e 1218. Assim, supondo que os Lara são os *zevrões* citados em várias cantigas do poeta, apresenta a seguinte conclusão:

Tenemos por una parte un trovador, Lopo Liáns, relacionado con la casa real, que estuvo al servicio de una Infanta y canta hechos pintorescos relativos a un Orzelhon donde unos misteriosos hermanos *zevrões* (no menos de dos) recibieron reveses de los que se hacen eco los trovadores; por otra parte, una infanta Berenguela de Castilla (en cuyo bando militaba su hermana la infanta Leonor), que se apodera de la corona tras derrotar definitivamente en Orcejón/Ordejón a los tres hermanos Lara. No creo que podamos atribuir la semejanza a pura coincidencia cuando este tipo de sátira, aparentemente personal pero con trasfondo político, es tan frecuente en la escuela galaico-portuguesa.” (p. 310).

Mesmo reconhecendo a existência de algumas (aparentes) “coincidências”, essa proposta encerra numerosas dificuldades. Em primeiro lugar,

7 O estudioso italiano tomou como base a existência minoritária de uma (hipotética) variante “liás” nos Cancioneiros: “Malgrado la prima forma compaia tre volte in più, si dovrà oviamente preferire la seconda, essendo la caduta di un segno abbreviativo assai più probabile dell’ indebita intrusione del medesimo. E Liáns, qualunque sia l’ esatta spiegazione di questo patronimico, non è un’ ipotesi: esiste presso La Coruña, nel municipio di Oleiros, la parrocchia de Santa Eulalia de Liáns, forse in qualche modo relazionata col nostro trovatore.” Desconhecemos registos medievais para esse topónimo corunhês que, em princípio, exigiria um antecedente \*Liães (> \*Liãas > Liáns), segundo já foi sugerido por Montero Santalha (2000: 46). Vários investigadores chegaram a identificá-lo com Lopo Dias de Haro. Veja-se Michaëlis de Vasconcelos (2004: 281-291).

8 Lembremos que a presença do (antro)topónimo não costuma excluir o patronímico, sobretudo quando se trata de indivíduos que, pela categoria social, são tratados por “dom”, como “Dom Lopo Lias”.

não encontramos nada na argumentação satírica de **Lopo Lias** que nos permita enxergar os episódios bélicos que supuseram a derrota dos Lara<sup>[9]</sup>. Estamos perante uma crítica centrada, como é declarado pela rubrica explicativa, na aparência externa de quatro irmãos de Lemos que “andavam sempre mal guisados”<sup>[10]</sup>. Um deles é denominado Airas Moniz (*Airas Moniz o Zevron*)<sup>[11]</sup>, mas não consta nenhum Airas entre os filhos de Nuno Peres de Lara. Por outro lado, os textos não ligam directamente os Zevrões a Orzelhão, só aludem a trovadores desta última procedência que fizeram troça (poética) deles. Finalmente, também não se explicaria a ocorrência sistemática da forma “Orzelhon” para o local castelhano conhecido como Orcejon, Orzejon ou Ordejon, já que é muito improvável que este pequeno topónimo tenha contado com uma variante galego-portuguesa. Pelo contrário, aquele resultado coincide com o nome de um distrito medieval do actual noroeste ourensano situado numa área a que se vinculam alguns dos mais antigos poetas galego-portugueses<sup>[12]</sup>.

Precisamente, o registo documental que temos para um *miles* conhecido com o nome de **Lupus Ellie**, apesar de o localizar em Compostela, situa-o num grupo em que uma das personagens aparece caracterizada por aquela procedência. Trata-se de uma escritura de 1219 confirmada, entre outros, por um Lopo Lias que supomos o trovador homónimo:

Facta carta apud Compostellam, Vº idus augusti, sub era Mª. CCª Lª VIIª. Ego iam dictus Laurencius Suariz in hac carta manus meas. Qui presentes fuerunt: ego Iohannes Creconii, archidiaconus de Nendos. Ego Petrus Nunioinis cardinalis. Ego **Nuno Fernandi, miles de Urcelom**, confirmo. Ego Adam Iohannis, archidiaconus confirmo. Ego Iohannes Fernandi, iudex compostellanus. Ego Alvitus Arie, canonicus, confirmo. Ego Petrus Oduarii, canonicus et uice-iudex compostellanus. Petrus Didaci, miles, confirmo. **Lupus Elie, milles, confirmo**. Petrus Fernandi, dictus “Fiu”, confirmo. Arias Aluitiz, miles, confirmo. Ego Petrus Oduarii, canonicus et uice-iudex compostellanus. Ego Mar-

9 De facto, a “derrota” política e militar dos Lara parece ter sido um assunto muito mais complexo.

10 “Don Lopo Lias trobou a úus cavaleiros de Lemos; e eran quatro irmãos e andavan sempre mal guisados; e poren trobou-lhis estas cantigas” (Lagares 2000: 150). Essa mesma alcunha aparece atribuída em 1269 aos membros de uma família que contava com propriedades na área de Palas de Rei (Lugo) onde encontramos um “Ruy Paez, dito Zerbo” neto de um “Ruy Zerbo” (*Vilar de Donas*, nº 42).

11 Não podemos descartar que se trate do trovador Airas Moniz de Asma.

12 A identificação desse topónimo e, sobretudo, a sua relação com o “Orzilion(m)” citado na *História Compostelana* gerou um debate entre García Álvarez (1967) e Lapa (1966, 1967). É interessante notar que, como demonstrou o professor de Anadia, com base em dados de Sarmiento, Orzelhão foi em origem apenas uma área noroeste da Castela ourensana.

tinus Petri de Tudela, iusticiarius compostellanus, confirmo. Rudericus Petri de Moneta Magna confirmo. Iulianus Iohannis confirmo. Rudericus Martini, miles compostellanus, confirmo. Petrus de Nuzeda confirmo. Iohannes Petri. Bernaldus Romani confirmo. Ego Martinus Iohannis, notarius compostellani concilii iuratus, scripsi<sup>[13]</sup>.

A data do escrito condiz com o posto de **Lopo Lias** nos cancioneiros e permite considerá-lo poeticamente activo entre o primeiro e o segundo quartel do séc. XIII. Além dos nexos com as terras ourensanas de Orzelhão, a presença dele como testemunha nessa compra-venda a favor do arcebispo, redigida em Santiago, também o aproxima do ambiente social da capital galega<sup>[14]</sup>. Por outro lado, consideramos a possibilidade de que ele seja o Lopo Lias marido de uma Rica Martins a que se alude, como falecido, numa escritura sem data do mosteiro de Tojos Outos (c. Rois): “Item ten Rica Martini, molter que fui de Lopo Lias, as herdades et as casas et as vinas en Outeiro que teve Lopo Lias et de que se nos quitou a morte.”<sup>[15]</sup> O relacionamento com esse cenóbio ainda nos leva a pensar que pôde ser foi filho de “Domno Helias” e irmão de “Iohanne Lias” que confirmam em 1247 uma escritura desse mesmo mosteiro (*Toxos Outos*, nº 119). Estes dados permitem inserir a sua biografia no segmento temporal que vai de 1190 a 1260.

O conteúdo da cantiga de João Romeu, acima referida, leva a pensar que pôde frequentar, antes de 1231, o ambiente curial de uma das infantas, Sancha ou Dulce, filhas de Afonso IX e de Teresa Sanches (← Sancho I de Portugal & Dulce de Aragão<sup>[16]</sup>). As diversas referências ao rei na obra de Lopo Lias sugerem que ele foi acolhido na própria corte itinerante desse monarca<sup>[17]</sup>.

13 ACS, *Tombo C*, fól. 92v e 200r. Por este diploma, o arcebispo de Santiago Pedro Moniz (1207-1224) adquiria diversas propriedades no antigo distrito de Nendos (cfr. infra).

14 Não podemos deixar de aludir neste ponto ao trovador Osório Eanes cuja biografia também aparece caracterizada por uma dupla e similar conexão territorial.

15 Trata-se de um inventário de propriedades que o mosteiro tinha entregadas a cavaleiros: “Estes (...)saes et as herdades que tenen do moesteiro de Sancto Justo caualeyros” (*Toxosoutos*, nº 789). A escritura não tem data mas foi provavelmente redigida em finais da década de oitenta do séc. XIII. Note-se, contudo, que no diploma figuram personagens que viveram na primeira metade do séc. XIII. Este é o caso de um Pedro Beseco (“a herdade que fuy de Pedro Beseco”), indivíduo que documentamos em 1235 (*Toxosoutos*, nº 56).

16 Dulce de Aragão foi filha de Petronilha de Aragão e de Raimundo Berenguer IV. Sancha e Dulce foram destinadas a governar o reino galaico-leonês, porém, viriam a ser desapossadas do mesmo pelo irmão, Fernando III de Castela.

17 Notemos que a cantiga *A mi quer mal o infaçon* alude a “Quantos oj’ en Galiza son / até en terra de Leon” o que nos faz pensar na situação anterior a 1231, altura em que os reinos de Galiza e Leão formavam uma entidade política autónoma, independente de Castela.

## Conexões e conjecturas

Já notámos, noutro lugar, a existência de semelhanças formais entre Fernando Pais de Tamalhancos e Lopo Lias (Souto Cabo [no prelo/2]). Não é esse o único elemento que aproxima a obra destes autores, vizinhos na tradição manuscrita. A terra de Orzelhão, a que se alude com alguma frequência nas cantigas de Lopo Lias, situa-se num sector adjacente àquele em que se encontra Tamalhancos. Aliás, na cantiga *Enmentar quer' eu do brial*, Lopo Lias vitupera um infanção de “Alvan” (“o infançon can, o d' Alvan”), topónimo que remete para a povoação do mesmo nome (c. Coles) -largamente referida na documentação medieval- a 5 km de Tamalhancos. Existe ainda um segundo ponto de encontro, mas agora na faixa marítima galega. Referimo-nos a duas composições atribuídas a **Lopo Lias** (*A dona de Bagüin* e *A dona fremeosa do Soveral*<sup>[18]</sup>) que têm como ambiente geográfico o Morrazo, península em que se situam os lugares de Bagüim e Sobral<sup>[19]</sup>:

1  
A dona de **Bagüin**,  
que mora no **Soveral**,  
dezessex soldos á de mi;  
e dei-lhos eu per preit' atal;  
que mhos ar desse  
ond' al non fezesse,  
se non veesse falar  
mig' en cas don Corral.

Saben en **Morraz'** e en **Salnes**  
meu preit' e seu, e non lhis pes  
que á de min, mais á dun mes  
un sold' e dous e dez e tres;  
de mais dizia  
que tercer dia  
[...]  
en cas de Don Corral, o burges.

18 Sobre o esquema métrico desta cantiga e a sua relação com outros textos oitânicos, veja-se Canettieri & Pulsoni (2003: 126-133). Um estrutura análoga caracteriza o texto *Nunca tan coitad' ome por molher* de Martim Soares.

19 Locais contíguos na freguesia marinense de Mogor (Rivas Quintas: 1982: 193, 321).

2

A dona fremosa do **Soveral**  
 á de mi dinheiros per preit' atal  
 que veess' a mi, u non ouuess' al,  
 un dia talhado a cas de Don Corral.  
 (vv. 1-4)

Trata-se exactamente da mesma área a que os (**Varela-**)**Tamalhancos** estiveram associados do ponto de vista administrativo e patrimonial, pelo menos desde a segunda metade do séc. XII, e na qual o próprio **Fernando Pais de Tamalhancos** concentrava parte dos seus bens fundiários, em concreto a herdade de Cangas do Morrazo (Souto Cabo [no prelo/2]<sup>[20]</sup>. Esta tão expressiva coincidência na geografia, literária e histórica, entre Lopo Lias e Fernando Pais de Tamalhancos sugere que ambos participaram de uma mesma atmosfera poética (sustentada por Fernando Pais?) com centro naquele âmbito geográfico pontevedrés<sup>[21]</sup>.

A proximidade do meio marinho poderá, como apontámos, ter deixado uma pegada na cantiga *Gran mal faz agora'l-Rei* de Fernando Pais, em concreto no termo “Marinha” que encontramos com uma significação polivalente -toponímica e antroponímica- no refrão: “Se m' eu da **Mari-nha** partir, / non poderei alhur guarir.” O antropónimo reaparece também numa cantiga de Lopo Lias em que se louva uma D<sup>a</sup> Marinha -nomeada como “mha sehor”- por ter abandonado o marido:

Muito mi praz d' ùa ren  
 que fez dona **Marinha**:  
 non quer seu marido ben  
 e soub' a pastorinha  
 fogir.  
 Mal aja quen non servir  
 dona fremosa que fogir!

[...] qual é meu sabor  
 averen ambos guerra:  
**e ben taste mha senhor**  
**verra-s' a nossa terra**  
**guarir.**

20 Bagüim dista apenas 15 km de Cangas do Morrazo.

21 O relacionamento de Lopo Lias com o SW corunhês também representa um nexu com Fernando Pais de Tamalhancos, casado com Teresa Lopes da linhagem dos Ulhoa, vinculada à ria de Muros-Noia.

Mal aja quen non servir  
 dona fremosa que fogir!  
 (vv. 1-7, 15-21)<sup>[22]</sup>

Este espécie de intersecção biográfico-poética entre os trovadores em foco poderia adquirir uma outra dimensão à vista da cantiga *Escudeiro pois armas queredes* de Lopo Lias. O texto aludido articula-se no breve diálogo que um tal “Don Fernando” estabelece com um escudeiro ansioso por obter a condição de cavaleiro:

Escudeiro pois armas queredes  
 dized’ ora con quen comedes.  
 - **Don Fernand’**, e comer-mi-ei sol,  
 ca assi fez sempre meu avol.

Pois armas tanto desejades,  
 e buscad’ ante con que comhades.  
 - **Don Fernand’**, e comer-mi-ei sol,  
 ca assi fez sempre meu avol.

A presença desse D. Fernando -se ele é realmente o interlocutor<sup>[23]</sup>- suscita alguma estranheza pois esperaríamos que a personagem tivesse recebido a denominação de “Don Lopo”. A crítica parece ter compartilhado, por omissão, o ponto de vista de Pellegrini (1969: 34) segundo o qual “sotto questo nome fittizio [Don Fernando] s’ intenderà l’ Autore”<sup>[24]</sup>. Todavia, o uso de um nome irreal, em casos similares, não está abonado pela nossa tradição lírica. Ora, se levarmos em consideração aquilo que foi exposto, aflora uma pergunta: Poderia ter sido Fernando Pais de Tamalhancos o criador do texto em foco e, por extensão, doutros do mesmo segmento material atribuídos a Lopo Lias?

Um dado que pode apoiar esta hipótese refere-se à existência de dois grupos disjuntos, pelo conteúdo “geográfico”, na obra atribuída a Lopo Lias, segundo veio a ser constatado por alguns estudiosos da nossa lírica medieval. Vicenç Beltrán (2009: 310), à vista dessa realidade, supõe a existência de dois momentos na vida poética do autor :

22 A própria Carolina Michaëlis (1990: 545) relaciona as “Marinhas” destes dois autores.

23 De facto, poderia tratar-se do nome do próprio escudeiro.

24 Lapa (1970: 403) apresenta uma opinião similar: “Para despistar, D. Lopo Lias põe-se na pele de um tal D. Fernando”

En este contexto resulta interesante constatar que las cantigas en cuyo texto aparecen los lugares de las Rías Bajas, unidas en ciclo por la mención conjunta de un *don Corral* (XIV y XV), no hagan referencia ni a los *zevrões* ni a *Orzelhon* (I-XII y XVII); dada la tendencia del trovador a formar prietos conjuntos de motivos altamente repetitivos en un mismo ciclo, pueden dar la impresión de tratar-se de **momentos distintos de su vida poética**. Por otra parte, en el ciclo de las Rías Bajas nada se nos dice de la corte ni del Rey ni de la infanta a la que sirvió, y queda fuera de la perspectiva que he intentado estructurar en esta investigación. (Beltrán 2009: 310)

Se associarmos *Muito me praz d' ùa ren e Escudeiro pois armas queredes* ao núcleo formado por *A dona de Baguín – Saben en Morraz' e en Salnes – A dona fremosa do Soveral*, deparamos com uma “ilha” de quatro textos rodeada por cantigas relacionadas pela presença dos Zevrões e/ou da terra de Orzelhão. Situados no terreno da suspeita acima esboçada, poderíamos chegar a pensar que se trata de textos desviados, por motivos e em circunstâncias que desconhecemos, para o interior da obra de Lopo Lias.

Esta hipótese viria a explicar uma anomalia na tradição manuscrita num local imediato que acabou por ter conseqüências secundárias noutros pontos da mesma. Com efeito, as que provavelmente foram três primeiras cantigas satíricas de Martim Soares -o trovador que segue Lopo Lias- aparecem deslocadas em *B* para junto das suas cantigas de amor, contrariando a ordenação primitiva representada por *A*, onde não observamos tal intromissão. Oliveira (1994: 84-85) supõe que a origem desse facto seria:

[...] a eventual modificação da zona da secção das cantigas de escárnio onde se encontravam, em virtude da inserção tardia de um ou mais autores na mesma. Esta hipótese obriga-nos a voltar de novo às composições de Lopo Lias, o autor situado imediatamente antes de Martim Soares e cujas últimas cantigas de escárnio poderão ter ocupado, conseqüentemente, o lugar onde se situavam as primeiras cantigas de escárnio do trovador português. A interrogação deve ser posta. Terá sido a inclusão tardia de Lopo Lias nesta secção a causadora do distúrbio nela verificado?<sup>[25]</sup>

25 Ferrari (1979: 100) atribuiu essas perturbações a Colocci: “In un secondo tempo Colocci si sarebbe accorto che l' attuale fasc. 4 risultava insufficiente ... perché voleva inserire qui (come poi ha fatto) altri componimenti di MartSr: B 143 e B 144, rispettivamente una cantiga d' *escarnho* e una *tenzone*, verosimilmente presenti in altra zona dell' *exemplar*, non qui nel settore delle cantigas de *amor* (come conferma la loro assenza in A che tramanda invece compattamente el grupo amor di MartSr). Tale inserimento 'sbagliato' può essere dovuto alla presenza nell' *exemplar* di carte deteriorate, forse addirittura di fogli volanti fuori posto ... Avrebbe allora aggiunto alla fine del fascicolo l' attuale c. 36, tagliandone via l' omologa (della quale manteneva però un talloncino abbastanza largo da poter in esso ripetere la numerazione 32”. Pelo contrário,

Porém, se algumas das “últimas cantigas de escárnio” de Lopo Lias pertenciam, na verdade, a Fernando Pais, a integração accidental delas nesse ponto (como meio para reparar a omissão prévia das mesmas) pôde ser a causa da deslocação das três cantigas de Martim Soares.

Apesar do que foi dito, não achamos por enquanto nenhum elemento objectivo que possa validar, de modo categórico, a realidade da conjectura acima esboçada. Portanto, mantemos, como mais plausível e prudente, a divisão tradicional de cantigas entre Fernando Pais de Tamalhancos e Lopo Lias e atribuímos os vários nexos que os relacionam a um possível convívio biográfico entre ambos.

## Apêndice 1

### A produção poética

Os textos são apresentados de acordo com as normas enunciadas por Ferreira et al. (2008). A nossa proposta, escassamente interventiva, parte de uma nova leitura dos textos, levando em consideração as edições prévias de Lapa (1979) e Pellegrini (1969). Adoptamos as diversas sugestões formais enunciadas por Montero Santalla (2000). Reproduzimos as rubricas explicativas que precedem algumas cantigas tomando, normalmente, como ponto de partida o trabalho de Lagares (2000).

1

*Don Lopo Lias trobou a ñus cavaleiros de Lemos e eran quatro irmãos e andavan sempre mal guisados. E poren trobou-lhis estas cantigas.*

Da esteira vermelha cantarei  
e das mangas do ascari farei  
[...]  
e da sela que lh' eu vi rengelhosa  
que ja lh' ogano renegeu ant' el rei  
ao Zevron e pois ante sa esposa.

Da esteira cantarei, des aqui,  
e das mangas grossas do ascari,  
e o brial enmentar-vo-l'ei i

---

Oliveira (1994: 86) situa-as na primeira metade do séc. XIV: “O paralelismo de B e V quanto à sequência do autores e composições na zona da secção das cantigas de escárnio em estudo aponta ... para alterações presentes já em fases anteriores da tradição manuscrita”.



e da sela que lh' eu vi, rengelhosa,  
 [que ja lh' ogano rengeu ante mi]  
 ao Zevron e pois ante sa esposa.  
 (B 1338, V 945)

2

Tercer dia ante Natal,  
 de Lecia lhi foi dar  
 un brial a mha senhor bela;  
 e ao Zevron renge-lh' a sela.  
 [Un] brial a mha senhor bela,  
 e ao Zevron renge-lh' a sela.

Sei eu un tal cavaleiro,  
 que lhi talhou en janeiro  
 un brial a mha senhor bela;  
 e ao Zevron renge-lh' a sela.  
 [Un] brial a mha senhor bela,  
 e ao Zevron renge-lh' a sela.

Filhou-lh' o manto caente  
 e talhou-lhe en Benavente  
 un brial a mha senhor bela;  
 e ao Zevron renge-lh' a sela.  
 [Un] brial a mha senhor bela,  
 e ao Zevron renge-lh' a sela.  
 (B 1339, V 946)

3

Enmentar quer' eu do brial,  
 que o infançon, por Natal,  
 deu a sa molher, e fez mal:  
 a gran traiçon a matou,  
 que lhi no janeiro talhou  
 brial e lh' o manto levou.

O infançon can, o d' Alvan,  
 de muitos é omezian;  
 se for d' ant' el rei lhi diran  
 ca fremosa dona matou,  
 que lhi no janeiro talhou  
 brial e lh' o manto levou.

Brialesta, vai-te daqui  
 u for Lopo Lias e di  
 que faça i cobras por mi  
 ao que a dona matou,  
 que lhi no janeiro talhou  
 brial e lh' o manto levou.

Ben t' ajudaran d' Orzelhon  
 quantos trobadores i son  
 a escarnir o infançon,  
 ca fremosa dona matou,  
 que lhi no janeiro talhou  
 brial e lh' o manto levou.  
 (B 1340, V 947)

4  
 A mi quer mal o infançon  
 a mui gran tort' e sen razon,  
 por trobadores d' Orzelhon  
 que lhi cantan a seu brial;  
 e pensa-m' én e é-mi mal  
 que lh' escarniron seu brial,  
 que era nov' e de cendal.

Quantos oj' en Galiza son  
 atá en terra de Leon,  
 todos con o brial "colhon!"  
 dizen e fazen-no mui mal;  
 e pensa-m' én e é-mi mal  
 que lh' escarniron seu brial,  
 que era nov' e de cendal.

E seu irmão o Zevron,  
 que lhi quer mal de coração,  
 porque lhi reng' o selegon,  
 e, se lhi reнге, non m' encal;  
 e pensa-m' én e é-mi mal  
 que lh' escarniron seu brial,  
 que era nov' e de cendal.  
 (B 1341, V 948)

5  
 En este son de negrada

farei un cantar  
 d' ùa sela canterlada,  
 liada mui mal.  
 Este a sela pagada?  
 E direi do brial:  
 Todos: “colhon, colhon, colhon!”  
 con aquel brial de Sevilha,  
 que aduss' o infançon  
 aqui, por maravilha.

En este son de negrada  
 un cantar farei  
 d' ùa sela canterlada,  
 que vi ant' el-rei.  
 Este a sela pagada?  
 E do brial direi:  
 Todos: “colhon, colhon, colhon!”  
 con aquel brial de Sevilha,  
 que aduss' o infançon  
 aqui, por maravilha.

Logo fui maravillhado  
 pelo ascari,  
 e assi fui espantado  
 polo soceri;  
 vi end' o brial talhado  
 e dixi-lhèu assi:  
 Todos: “colhon, colhon, colhon!”  
 con aquel brial de Sevilha,  
 que aduss' o infançon  
 aqui, por maravilha.  
 (B 1342, V 949)

6  
 Desto son os Zevrões  
 de ventura minguada:  
 ergen-se nos arções  
 da sela canterlada,  
 e dan dos nadigões.  
 E diss' a ben talhada:  
 - Maa sela tragedes,  
 porque a non odedes?  
 Maa sela levades,

porque a non atades?

Desto son os Zevrões  
de ventura falida:  
ergen-se nos arções  
da sela com' é podrida:  
e dan dos nadigões.  
E disse-lh' a velida:  
- Maa sela tragedes,  
porque a non odedes?  
Maa sela levades,  
porque a non atades?

Direi-vos que lh' eu ouço:  
en dia de sa voda,  
ao lançar do touço  
da sela rengelhosa,  
feriu do cu' a bouço.  
E disse-lh' a fermosa:  
- Maa sela tragedes,  
porque a non odedes?  
Maa sela levades,  
porque a non atades?  
(B 1343, V 950)

7

Os Zevrões foron buscar  
Rodrigo polo matar;  
mais ouviu-lhes el cantar  
as selas, por que guarriu:  
polas selas que lh' oi  
renger, por essas guarriu.

Non lhis guarira per ren,  
a[o] torto lhe lhis ten;  
mais rengeron, por seu ben,  
as selas, por que guarriu:  
polas selas que lh' oi  
renger, por essas guarriu.

Non lhis podera guarir,  
ca os non vira viir;  
mais oi-lhes el ganir

as selas, por que guariu:  
 polas selas que [lh'] oiu  
 renger, por essas guariu.

E[les] foron-lhi meter  
 ciada, polo prender;  
 mais oiu-lhis el renger  
 as selas, porque guariu:  
 polas selas que [lh'] oiu  
 renger, por essas guariu.  
 (B 1344, V 951)

8

Ora tenho guisado  
 de m' achar o Zevron:  
 non and' encavalgado  
 nen traj' én selegon  
 nen sela mal pecado,  
 nen lh' oirei o son:  
 ca já non traj' a sela  
 de que riiu a bela,  
 a sela canterlada,  
 que rengeu na ciada.

Val-mi Santa Maria,  
 pois a sela non ouço,  
 a que renger soia,  
 ao lançar do touço;  
 matar-se-m' ia un dia  
 ou ele ou Airas Louço:  
 ca ja non traj' a sela,  
 de que riiu a bela,  
 a sela canterlada,  
 que rengeu na ciada.  
 (B 1345, V 952)

9

Sela aleivosa en mao dia te vi:  
 por teu cantar ja Rodrigo perdi,  
 riiu-s' el rei e mha esposa de mi.  
 Leixar-te quero, mha sela, poren  
 e irei en ousso e baratarei ben.

Sela aleivosa, polo teu cantar  
 perdi Rodrigu' e non\_o poss' achar;  
 e porende te quero [ja] leixar.  
 Leixar-te quero, mha sela, poren,  
 e irei en ousso e baratarei ben.

Des oimais non tragerei esteos  
 nen arções, assi mi valha Deus,  
 e vencerei os enmiigos meus.  
 Leixar-te quero, mha sela, poren,  
 e irei en ousso e baratarei ben.  
 (B 1346, V 953)

10  
 Ao lançar do pao  
 ena sela,  
 deu do cuu mao  
 e quebrou-lh' a sela,  
 c' assi diss' a bela:  
 - Rengeu-lh' a sela.

Ao lançar do touço,  
 ena sela  
 deu do cu' a bouço  
 e quebrou-lha sela,  
 c' assi diss' a bela:  
 - Rengeu-lh' a sela.  
 (B 1347, V 954)

11  
 Airas Moniz, o Zevron,  
 leixad' o selegon  
 e tornad' ao albardon:  
 andaredes i melhor  
 ca na sela rengedor;  
 andaredes i mui ben  
 e non vos rengerà per ren.

Tolhede-lh' o peitoral,  
 apertade-lh' o atafal  
 e non vos rengerà per al:  
 andaredes i melhor  
 ca na sela rengedor;

andaredes i mui ben  
e non vos rengerà per ren.

Podedes en bafordar  
o tavlado britar,  
e non vos rengerà; <e ar>:  
andaredes i melhor  
ca na sela rengedor;  
andaredes i mui ben  
e non vos rengerà per ren.  
(B 1348, V 955)

12  
O infançon ouv' atal  
tregoa migo des Natal,  
que agora oiredes:  
que lhi non dissesse mal  
da sela nen do brial;  
mais aquel dia, vedes,  
ante que foss' ùa legoa,  
comecei  
aqueste cantar da egoa,  
que non andou na tregoa,  
e poren lhi cantarei.

Non negu' eu que tregoa dei i  
ao brial a sancí,  
e aa rengelhosa,  
e de pran andaron i  
as mangas do ascari,  
mais non a rabicosa.  
Ante que foss' ùa legoa,  
comecei  
aqueste cantar da egoa,  
que non andou na tregoa,  
e poren lhi cantarei.

Dey eu ao infançon  
e ao seu brial [...] tregoa,  
ca mha pedia,  
e ao outro Zevron  
a que reng' o selegon;  
mais logo naquel dia,

ante que foss' ùa legoa,  
comecei  
aqueste cantar da egoa,  
que non andou na tregoa,  
e poren lhi cantarei.

Ao infançon vilan,  
afamado come can,  
e a [...] canterlada  
e o seu brial d' Alvan  
tregoa lhi dei eu de pran;  
e, pois lha ouvi dada,  
ante que foss' ùa legoa,  
comecei  
aqueste cantar da egoa,  
que non andou na tregoa,  
e poren lhi cantarei.  
(B 1349, V 956)

13

*Outrossi fez este cantar de mal dizer aposto a ùa dona que era mui meninha e mui fremosa, e foguei ao marido; e a el prazia-lhi.*

Muito mi praz d' ùa ren  
que fez dona Marinha:  
non quer seu marido ben  
e soub' a pastorinha  
fogir.  
Mal aja quen non servir  
dona fremosa que fogir!

Ela fez end' o melhor,  
a Deus seja gracido:  
molhercinha tan pastor  
saber a seu marido  
fogir.  
Mal aja quen non servir  
dona fremosa que fogir!

[...] qual é meu sabor  
averen ambos guerra:  
e ben toste mha senhor  
verra-s' a nossa terra



guarir.  
 Mal aja quen non servir  
 dona fremosa que fogir!  
 (B 1350, V 957)

14

*Outrossi trobou a ùa dona que avia prez de mui salva. E el disse que lhi dera de seus dinheiros por preit' atal que fizesse por el algũa cousa, e pero non quis por el fazer nada. E poren fez estes cantares de mal dizer.*

A dona fremosa do Soveral  
 á de mi dinheiros per preit' atal  
 que veess' a mi, u non ouvess' al,  
 un dia talhado a cas de Don Corral.  
 E é perjurada,  
 ca non fez én nada  
 e baratou mal,  
 ca desta vegada  
 sera penhorad' a  
 que dobr' o sinal.

Se m' ela crever, cuido-m' eu, dar-lhèi  
 o melhor conselho que oj' eu sei:  
 dê-mi meu aver e gracir-lho-ei;  
 se mho non der, penhorá-la-ei,  
 ca mho ten forçado  
 do corp' alongado,  
 non lho sofrerei;  
 mais, polo seu grado,  
 dar-mi-á ben dobrad' o  
 sinal que lh' eu dei.  
 (B 1351, V 958)

15

A dona de Bagüin,  
 que mora no Soveral,  
 dezessex soldos á de mi[n];  
 e dei-lhos eu per preit' atal  
 que mhos ar desse,  
 ond' al non fizesse,  
 se non veesse  
 falar mig' en cas don Corral.

Saben en Morraz' e en Salnes  
 meu preit' e seu, e non lhis pes  
 que á de min, mais á dun mes  
 un sold' e dous e dez e tres;  
 demais dizia  
 que tercer dia  
 [...]  
 en cas de don Corral, o burges.  
 (B 1352, V 958)

16

*Esta cantiga fez como respondeu un escudeiro que non era ben fidalgo e queria seer cavaleiro e el no-no tiinha por dereito. E diss' assi:*

Escudeiro pois armas queredes  
 dized' ora con quen comedes  
 - Don Fernand', e comer-mi-ei sol,  
 ca assi fez sempre meu avol.

Pois armas tanto desejades,  
 e buscad' ante con que comhades.  
 - Don Fernand', e comer-mi-ei sol,  
 ca assi fez sempre meu avol.  
 (B 1353, V 961)

17

*Esta cantiga fez a ùa dona frefiosa, que casaron seus parentes mal por dinheiros.*

Se m' el rei dess' algo, ja m' iria  
 pera mha terra de bon grado  
 e se [i] chegasse compraria  
 dona frefiosa de gran mercado;  
 ca ja [a] venden, a Deus louvado,  
 como venderon dona Luzia  
 en Orzelhon ora noutro dia.

Eu cuitado non chegaria  
 por comprar corpo tan ben talhado.  
 E [o] astroso que a vendia  
 por que mi non enviou mandado,  
 fora de cachas encarregado:  
 en que comprara dona Luzia  
 en Orzelhon do que a vendia.  
 (B 1354, V 962)

18

*Este cantar fez en son dun descór. E feze-o a un infançon de Castela que tragia leito dourado e era mui rico e guisava-se mal e era muit' escasso.*

Quen oj' ouvesse  
guisad' e podesse,  
un cantar fezesse  
a quen mh' ora eu sei  
e lhi dissesse,  
e pois pouco valvesse  
non desse  
ren, que non trouxesse  
leit' en cas d' el rei.

Ca, pois onrado  
non é nen graado,  
doado  
faz leito dourado  
depós si trager.  
E ten poupado  
quant' á, e negado.  
Pecado  
o trag' enganado  
que lho faz fazer.

Ca nunca el de seu  
aver deu ren,  
esto sei eu ben,  
que lh' estevesse ben.  
Demo lho deu,  
pois que lhi prol non ten,  
muito lh' é greu  
quando lho ped' alguen.

E mantene  
perd'o contene,  
verdadeiramente,  
e vai-s' asconder  
e faz-se doente  
e nosso mal non sente  
e fug' ant' a gente,  
po-la non veer.  
(B 1355, V 963)

19

*Estoutro cantar fez a ùa dona casada que avia preço con ùu seu home que avia nome Franco.*

Á dona Maria soidade,  
 á dona Maria soidade,  
 ca perdeu aquel jograr  
 dizendo d' el ben; e el non achou  
 que nen un preito d' el fosse mover  
 nen ben nen mal e triste se tornou.  
 (B 1356, V 964)

## Apêndice 2

1219, Agosto, 9 – Santiago de Compostela.

*Lourenço Soares vende a D. Pedro Moniz, arcebispo de Santiago, o Vilar de Santa Marta, em Nendos.*

*B. ACS, Tombo C, fól. 92v.*

*B. ACS, Tombo C, fól. 200r.*

In nomine Domini nostri Jhesu Christi. Notum sit omnibus quod ego Laurentius Suariz, grato animo et spontanea uoluntate, uendo uobis, domne Petre archiepiscopo quarte, omnique uoci uestre illam hereditatem nostram que est in Nendos, que dicitur Uillar de Sancta Martha, totam ab integro cum ecclesia ipsa in eadem hereditatem sita cum uillis et uillanis et creacionem per ubicumque inuenta fuerit pro precio mihi et uobis complacabili, uidilicet mille morabitanis. Ab hinc ergo usque in secula seculorum uos et uox uestra integre habeatis et pacifice possideatis totam predictam hereditatem cum ecclesia, uillis, uillanis, et creatione, cum casis et casalibus, terris cultis et incultis, arboribus fructuosis et infructuosis, pratis, pascuis, montibus et fontibus, cum introitu et exitu et regressu, et cum omnibus suis directuris et pertinenciis, ubicumque fuerint tam intus quam extra, per suos terminos et diuisiones antiquas, ita quod omne uelle uestrum de ea imperpetuum faciatis quia nec de precio neque de robore penes uos remansit aliquid persoluendum. Si quis igitur ex genere meo uel extraneo uel ego contra hanc cartam mee uendicionis uenerit uel uenero quisquis fuerit qui talia commiserit persoluat uobis uel persoluam duo milia morabitanos, carta et uendicione in sua nichilominus permanentibus firmitate.

Facta carta apud Compostellam, V<sup>o</sup> idus augusti, sub era M<sup>a</sup>. CC<sup>a</sup> L<sup>a</sup> VII<sup>a</sup>. Ego iam dictus Laurencius Suariz in hac carta manus meas. Qui presentes fuerunt: ego Iohannes Creconii archidiaconus de Nendos, ego Petrus Nunionis cardinalis, ego **Nuno Fernandi miles de Urcelom** confirmo, ego Adam Iohannis archidiaconus confirmo, ego Iohannes Fernandi iudex compostellanus, ego Aluitus Arie canonicus confirmo, ego Petrus Oduarii canonicus et uiceiudex compostellanus, Petrus Didaci miles confirmo, **Lupus Elie milles confirmo**, Petrus Fernandi dictus “Fiu” confirmo, Arias Aluitiz miles confirmo, ego Petrus Oduarii canonicus et uice-iudex compostellanus, ego Martinus Petri de Tudela iusticiarius compostellanus confirmo, Rudericus Petri de Moneta Magna confirmo, Iulianus Iohannis confirmo, Rudericus Martini miles compostellanus confirmo, Petrus de Nuzeda confirmo, Iohannes Petri, Bernaldus Romani confirmo, ego Martinus Iohannis notarius compostellani concilii iuratus scripsi.

## Bibliografía

- BELTRÁN, V. (2009). Lopo Liáns, *em cas da ifante*. Em J. Cañas Murillo, F. J. Grande Quejigo, J. Roso Diaz (eds.), *Medievalismo en Extremadura. Estudios sobre Literatura y Cultura Hispánicas de la Edad Media* (pp. 305-311). Cáceres: Universidad de Extremadura.
- CANETTIERI, P. – Pulsoni, C. (2003). Per uno studio storico-geografico e tipologico dell’imitazione metrica nella lirica galego portoghese. Em D. Billy – Canettieri, P. – Pulsoni, C. – Rossell, A., *La lirica galego-porgohese. Saggi di metrica e musica comparata*. Roma: Carocci.
- FERRARI, A. (1979). Formazione e struttura del Canzoniere Portoghese della Biblioteca Nazionales de Lisbona (Cod. 10991: Colocci-Brancuti). *Arquivos do Centro Cultural Português*, 14: 27-142.
- FERREIRO, M. – Martínez Pereiro, C. P. – Tato Fontaiña, L. (eds.) (2008). *A edición da poesía trobadoresca*. Corunha: Laiovento.
- GARCÍA ÁLVAREZ, M. R. (1967). Castilla e Castela, Ordejón, Orcellón e o trovador Lopo Liás. *Grial*, 5: 1-7.
- LAGARES, X. C. (2000). *E por esto fez estes cantar. Sobre as rubricas explicativas dos cancioneiros profanos galego-portugueses*. Corunha: Laiovento.
- LAPA, M. Rodrigues (1966). O trovador D. Lopo Lias. Introdução ao seu cancionero. *Grial*, 12: 129-148.
- LAPA, M. Rodrigues (1967). Subsídios para o esclarecimento duma baralhada histórica: o caso de Castela e de Orcellón. *Grial*, 5: 185-196.

- LAPA, M. Rodrigues (1979). *Cantigas d' Escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. Vigo: Galaxia.
- Lírica profana galego-portuguesa*. Coord. por Mercedes Brea. Santiago: Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias Ramon Piñeiro. Santiago: 1996.
- MONTERO SANTALLA, J. M. (2000). *As rimas da poesía trovadoresca galego-portuguesa: catálogo e análise*. Tese de doutoramento (inérita). Corunha: Universidade da Coruña.
- NOVO CAZÓN, J. L. (1986). *El priorato santiaguista de Vilar de Donas en la Edad Media (1194-1500)*. Corunha: Fundación “Pedro Barrié de la Maza”.
- OLIVEIRA, A. Resende de. (1994). *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros et as recolhas dos séculos XIII et XIV*. Lisboa: Edições Colibri.
- PELLEGRINI, S. (1969). *Il canzoniere di D. Lopo Liáns*. Nápoles: Pubblicazioni della sezione romanza dell' Instituto Universitario Orientale.
- PÉREZ RODRÍGUEZ, F. J. (2004). *Documentos do Tombo de Toxosoutos*. Santiago: Consello da Cultura Galega.
- RIVAS QUINTAS, W. (1982). *Toponimia de Marín. Anexo 18 de Verba*. Santiago. Universidade de Santiago.
- SOUTO CABO, J. A. ([no prelo/1]). *Adeante se começam as cantigas que fezerom os cavaleiros*. Rio de Janeiro: ABREM.
- SOUTO CABO, J. A. ([no prelo/2]). Fernando Pais de Tamalhancos: trovador e cavaleiro, *Revista de Literatura Medieval*.
- SOUTO CABO, J. A. ([no prelo/3]). O eco das primeiras vozes, *Actas do VIII Colóquio da Secção Portuguesa da AHLM*.
- Tombo C*. Ms. do Arquivo da Catedral de Santiago (CF 32, vol. 1; CF 31, vol. 2).
- TOXOSOUTOS = PÉREZ RODRÍGUEZ, F. J. (2004)
- VASCONCELOS, C. Michaëlis de, (1990). *Cancioneiro da Ajuda*. Reimpressão da edição de Halle (1904) acrescentada de um prefácio de Ivo Castro e do glossário das cantigas (Revista Lusitana, XXIII). Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- VASCONCELOS, C. Michaëlis de, (2004). *Glosas marginais ao cancioneiro medieval português de Carolina Michaëlis de Vasconcelos*. Edição de Y. Frateschi Vieira, J. L. Rodríguez, I. Morán Cabanas e J. A. Souto Cabo. Coimbra: Universidade de Santiago, Universidade de Coimbra, Universidade de Campinas [Reedição em versão portuguesa das “Randglossen zum altportugiesischen Liederbuch” publicadas no *Zeitschrift für romanische Philologie*, 1901-1905].
- VILAR DE DONAS = NOVO CAZÓN, J. L. (1986)



# ON VERBAL AGREEMENT VARIATION IN EUROPEAN PORTUGUESE: SYNTACTIC CONDITIONS FOR THE 3SG/3PL ALTERNATION

A PROPÓSITO DA VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA  
VERBAL EM PORTUGUÊS EUROPEU: CONDICIONAMENTO  
SINTÁTICO DA ALTERNÂNCIA ENTRE 3SG E 3PL

Adriana Cardoso\* | Ernestina Carrilho\*\* | Sandra Pereira\*\*\*  
adrianaprincipe@gmail.com | e.carrilho@clul.ul.pt | spereira@clul.ul.pt

In this paper we scrutinize a case of concord variation in European Portuguese (EP) concerning third plural *vs.* third singular verbal agreement in the co-presence of an overt plural argument, which in the standard variety agrees with the inflected verb. The paper is focused on the linguistic factors that correlate with singular concord in this context. Going beyond previous proposals that emphasize the correlation between agreement variation and particular morphological and phonological factors, it is shown that the incidence of non-standard singulars in EP may be straightforwardly explained within a syntactic account. The empirical basis for this investigation is CORDIAL-SIN, a dialect *corpus* of EP (600,000 words). The evidence from this *corpus* leads us to discuss and reconsider the role that different linguistic factors play in the manifestation of non-standard singulars. It is shown that this case of third singular agreement occurs in the investigated EP varieties in correlation with particular syntactic conditions, mainly in unaccusative-like configurations. Furthermore, it is suggested that this kind of agreement variation may be ultimately ascribed to lexical variation concerning the availability and feature specification of (null) expletives.

**Keywords:** agreement, unaccusativity, syntactic variation, null expletive, European Portuguese varieties

---

\* Universidade de Lisboa, Centro de Linguística / Escola Superior de Educação de Lisboa – Lisboa, Portugal.

\*\* Universidade de Lisboa, Centro de Linguística and Faculdade de Letras – Lisboa, Portugal.

\*\*\* Universidade de Lisboa, Centro de Linguística – Lisboa, Portugal.



Neste artigo investiga-se um caso de variação na concordância em português europeu (PE), relativo à alternância entre terceira pessoa do singular e terceira pessoa do plural em coocorrência com um argumento plural que, na variedade padrão, concorda com a flexão verbal.

A investigação incide sobre os fatores linguísticos que podem explicar a manifestação de concordância singular neste contexto. Demarcando-se de propostas prévias que enfatizam a correlação com fatores fonológicos e morfológicos, este estudo mostra que a incidência de formas de concordância verbal singular não padrão em PE pode ter uma explicação sintática. Toma-se como base empírica para este trabalho o CORDIAL-SIN, um *corpus* dialetal de PE (de 600.000 palavras). Com base na evidência extraída deste *corpus*, discute-se e reavalia-se o papel que diferentes fatores linguísticos desempenham na manifestação de formas de singular não padrão. Mostra-se que este caso de concordância de terceira pessoa singular ocorre nas variedades de PE investigadas em correlação com condições sintáticas particulares, principalmente em configurações de tipo inacusativo. Adicionalmente, sugere-se que este tipo de variação na concordância pode ser derivado de variação lexical na disponibilidade e na especificação de traços dos expletivos (nulos).

**Palavras-chave:** concordância, inacusatividade, variação sintática, expletivo nulo, variedades do português europeu

## 1. Introduction <sup>[1]</sup>

The expression of subject-verb agreement is a well-known *locus* of variation not only across languages but also across varieties of a single language (Tagliamonte, 1998; den Dikken, 2001; Chambers, 2001, 2004; Tortora & den Dikken, 2010, a.o.). This paper examines a particular instance of variation in subject-verb agreement across popular varieties of EP: the case where non-standard third singular agreement (henceforth, 3SG) co-occurs with a plural argument that standardly agrees with the verb. The examples in 1 illustrate the pattern: the standard variant is presented in 1a; example 1b shows the relevant non-standard subject-verb number agreement “mis-

1 This work was supported by *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* (FCT) grants SFRH/BD/22475/2005 (A. Cardoso) and SFRH/BD/27648/2006 (S. Pereira), and as part of the FCT project PTDC/LIN/71559/2006. Portions of this paper were presented and discussed at the *41st Annual Meeting of Societas Linguistica Europaea. Languages in Contrast, Grammar, Translation, Corpora*, Forlì (Bologna), 2008, at the *5th International Conference on Language Variation in Europe*, Copenhagen, 2009 and at the *2nd Wedisyn Workshop on Syntactic Microvariation*, Barcelona, 2011. We thank the different audiences at these meetings, and also Sílvia Brandão and Maria Antónia Mota for discussion. Thanks are also due to the anonymous reviewers of this paper.

match” (the nominal phrase *as declarações prestadas* ‘the made declarations’ is plural but the verbal form *veio* ‘came’ is singular):

- (1) a. **Vieram**-nos à memória as declarações prestadas.  
 came3PL-to.us to.the memory the.PL declarations made  
 ‘We remembered the made declarations.’
- b. **Veio**-nos à memória as declarações prestadas.  
 came3SG-to.us to.the memory the.PL declarations made  
 (from a weekly newspaper, *apud* Peres & Mória, 1995: 453)

Although examples like 1b are not acknowledged in standard EP (see, for instance, Peres & Mória, 1995), this manifestation of verbal agreement is not uncommon in non-standard varieties and, in fact, it may also occasionally occur in standard oral situations.<sup>[2]</sup>

Such cases of agreement variation in Portuguese have been mainly connected with morphological, phonological or processing factors (Naro & Scherre, 2007, Mota & Vieira, 2008, a.o.). The correlation with syntactic conditions, which is also sometimes emphasized in the literature, appears usually atomized under items such as type of verb and position of the subject.<sup>[3]</sup> In this respect, we try to further elucidate here the relevant syntactic conditioning by a qualitative analysis of EP data, which hopefully contributes to a more comprehensive understanding of the inspected pattern of verbal agreement.

2 After data discussed by Costa (2001), Duarte (2003: 513) notes that unaccusative constructions (as in the example 1) are contexts where “in a colloquial style, we may find violations to the categorical rule of subject-verb agreement” (our translation).

3 The occurrence of this agreement pattern in sentences with unaccusative verbs has been noted and discussed in syntactic studies such as Costa (1998) and (2001), for EP, and Kato (2000), for Brazilian Portuguese. Carrilho (2003) takes into account a previous and partial version of the EP data inspected here and emphasizes the syntactic basis of this variation in verbal agreement, as found in constructions with unaccusative and copula verbs. Mota and Vieira (2008) also point to the relevance of syntactic factors in some concord variation patterns, even though they subsequently concentrate on morphophonological factors.

In the extensive literature on Brazilian Portuguese agreement variation, the effect of the conditions “type of verb” and “position of the subject” has also been taken into account. The results of quantitative studies in this domain usually signal the correlation of 3SG with the postverbal position of the subject, but do not seem to be consensual with respect to the effect of the type of verb: for instance, while Scherre, Naro and Cardoso (2007: 24) conclude for the inoperability of this condition (“no que diz respeito à concordância, a classe dos inacusativos, nos termos até agora apresentados, é inoperante”, *ibid.*), Monguilhott (2000) and Monguilhott and Coelho (2002) note the correlation of 3SG with unaccusative verbs.

Taking a corpus of spoken dialectal EP as the empirical source for this study, we will consider the syntactic contexts where this kind of non-standard agreement arises and contribute to a syntactic explanation of the observed variation. For this, we will give special attention to the type of verb and also to the type of construction where 3SG appears. It will be shown that non-standard singulars occur in EP dialects in correlation with particular syntactic conditions, mainly in unaccusative-like configurations. Within a minimalist principles-and-parameters framework (Chomsky, 1995, a.o.), we submit that, in the case inspected here, concord variation in EP depends on the variable availability of different types of (null) expletives in EP varieties.

The paper is organized as follows. In section 2 we briefly recall previous accounts of the linguistic conditions for 3SG/3PL subject-verb agreement variation in EP, which have often been tangential to the grammatical correlation to be considered here. In section 3, we present the empirical ground for this study as we provide the empirical generalizations for the contexts that show non-standard 3SG agreement in the relevant corpus. The linguistic factors inspected here mainly concern the type of construction where non-standard 3SG occurs. The grammatical conditions that underlie the alternation between standard plural and non-standard singular are discussed in section 4. Finally, we suggest an analysis for this variation, building on the variable feature content of non-referential null subjects.

## **2. Variation in subject-verb agreement in EP: notes on previous accounts**

Even though studies on concord variation have mainly been focused on Brazilian Portuguese (BP), there have been some recent attempts to explain the patterns of non-concord in EP along the lines proposed for BP. Naro and Scherre (2007) take into account EP data drawn from several Portuguese dialectal monographs and claim that the same sort of linguistic conditions for variation in subject-verb agreement are operative in BP and in EP. Such conditions would strongly depend on phonological factors, like the phonic salience of the relevant verbal forms (Naro & Scherre, 2007: 53ff.). According to these authors, variation in third person agreement is more frequent when the difference between the singular and the plural form is not salient; in other words, non-standard 3SG would be more likely to occur in pairs of verbal forms such as those in 2 than in those in 3, which display more salient phonic differences in the verbal morpheme:

- (2) a. **tem / têm**  
has / have.3PL
- b. **estava / estavam**  
was / were.3PL
- (3) a. **nasceu / nasceram**  
was.born / were.born.3PL
- b. **ficou / ficaram**  
stayed.3SG / stayed.3PL

Naro and Scherre (2007: 56-57) also invoke morphological factors for explaining some cases of agreement variation in EP: for instance, these authors take the examples in 4a,b as the result of variation in subject-verb agreement by “morphological replacement”, whereby the 3SG form would replace the 3PL form (respectively, *são* and *faltaram*). Note that in these examples the contrast between 3SG and 3PL involves different stems (and not only different inflectional morphemes as in 2):

- (4) a. **É duas partes** para o dono [...]
   
is two parts for.the owner
   
‘Two parts are for the owner.’
- b. [...] **pescadas e linguado** nunca lá **faltou** a eles
   
whitefish and sole never there missed.3SG to them
   
‘They never missed whitefish and soles there.’

Other linguistic factors mentioned by Naro and Scherre (2007) (after Varejão, 2006) invoke syntactic position and processing effects: the relevant factor would be the position that the subject occupies (after or before the verb) and, when the subject is not adjacent to the verb, the number of syllables that occur between the verb form and the subject. According to Naro and Scherre (2007), the lack of plural agreement correlates with postverbal subjects (as in example 5) and with subjects that are not adjacent to the verb form (contrary to this same example):

- (5) [...] quando **morria** pessoas [...]
   
when died.3SG people.PL
   
‘... when some people died...’

Varejão (2006) also takes the postverbal subject position to be the determinant factor relating to non-standard 3SG agreement in EP. This is further confirmed by Monguilhott (2009) in a comparative study between BP and EP, which also shows that besides the postverbal subject position, [- human] subjects and some types of verb (namely unaccusative ones, like *morrer* ‘to die’) also favor non-standard 3SG agreement.

As Mota and Vieira (2008) extensively discuss, other morphophonological factors may also come into play. Apparent cases of concord variation in EP would in certain cases correspond to morphophonological isomorphism: the opposition between 3SG and 3PL may be morphophonologically inexistent, as a consequence of effective phonological processes that weaken the phonetic expression of the relevant morphemes. This could result in the absence of diphthongaison of nasal vowels, which also may become non-nasal and disappear in a non-tonic position. As such, a verbal form like the one represented in 6 could in fact correspond to both the 3SG and the 3PL forms in 7a,b:

(6) beb[i]

(7) a. bebe  
drinks

b. bebem  
drink.3PL

Such morphophonological isomorphism would prevent us from unnecessary explanations at the morphosyntactic level.

### 3. Non-standard 3SG in EP: data from a dialect corpus

#### 3.1 The *data* from CORDIAL-SIN

The empirical support for this work has been drawn from the Syntax-oriented Corpus of Portuguese Dialects (CORDIAL-SIN), a corpus that compiles a geographically representative selection of excerpts of spontaneous and semi-directed speech (600,000 words) from 42 locations within the continental and insular territory of Portugal.<sup>[4]</sup> Accordingly, the data

4 For the geographical distribution and identification of the CORDIAL-SIN location, see Appendix. This *corpus* is available under different formats (*verbatim* transcripts, ‘normalized’ orthographic transcripts, morphologically tagged texts and syntactically annotated corpus) at <http://>

inspected here have been produced by speakers that have the sociological profile of traditional dialectal informants: old, non-educated, rural and born and raised in place of interview.<sup>[5]</sup>

Instances of 3SG have been obtained through concordances on the tagged corpus.<sup>[6]</sup> Inspection of these data revealed different cases of 3SG that may alternate with 3PL, which could not be treated as a whole in this work. As mentioned above, we focus here on the case of non-standard 3SG co-occurring with a plural argument that standardly agrees with the verb. Accordingly, we disregarded for now a collection of variant 3SG patterns that do not entirely conform to this object of research. The disregarded data, which may also be explained by syntactic reasons, involve: (i) verbs or constructions that allow for variation even in the standard variety, such as 8; (ii) all the instances of *ser* 'to be', which also allows for standard variation, as in 9;<sup>[7]</sup> (iii) verbs that are impersonal in non-standard varieties, e.g. the verbs *dar* 'to give', *ter* 'to have' or *estar* 'to be', when used as verbs of occurrence or existence, as in the example 10 below:

- (8) **É preciso / são precisas laranjas.**  
is needed.M.SG / are.3PL needed.F.PL oranges  
'There's need of oranges.'
- (9) **Uma junta é / são os dois bois.**  
a yoke is / are.3PL the two oxen  
'A yoke is two oxen.'
- (10) **Tem outras ocasiões que dá formigas.** (ALV)<sup>[8]</sup>  
has other.PL occasions that give.3SG ants  
'There are other occasions where ants appear.'

[www.clul.ul.pt/en/resources/226-corpus-syntax-oriented-corpus-of-portuguese-dialects-ordial-sin](http://www.clul.ul.pt/en/resources/226-corpus-syntax-oriented-corpus-of-portuguese-dialects-ordial-sin).

- 5 The CORDIAL-SIN texts have been drawn from the tape-recorded interviews gathered from the mid-seventies till 2002 by the Dialectology Group, within the scope of several linguistic atlases projects, at Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- 6 Concordances on the *corpus* were generated using the program Concordance for Windows NT4.0/2000/XP (Copyright © R.J.C.Watt 1999, 2000, 2002).
- 7 Furthermore, non-standard 3SG with *ser* is extremely frequent in CORDIAL-SIN data, which would hugely increase the data to be investigated here. As this verb enters different kinds of constructions, consideration of all the syntactic differences among them should be taken into account. In this paper we only consider instances of *ser* that appear as the auxiliary in passive constructions, leaving all other cases for future investigation.
- 8 Throughout the paper, each CORDIAL-SIN example is identified by a three-capitals code that corresponds to one of the CORDIAL-SIN locations presented in the Appendix.

Examples that may be structurally ambiguous were also ignored. This was the case of 3SG in constructions involving the clitic *se*, as in 11. This example may be seen as a case of passive *se* construction (which would involve agreement with the plural argument in the standard variant, as in 12). However, a 3SG form can also be found in standard EP if indefinite *se* is present (in which case the plural argument is to be taken as a complement).

- (11) **Abriu-se os regos.**  
 opened.3SG-SE the.PL furrows  
 ‘The furrows were ploughed.’  
 / ‘Someone ploughed the furrows.’
- (12) **Abriam-se os regos.**  
 opened.3PL-SE the.PL furrows  
 ‘The furrows were ploughed.’

Sentences that appear to have a kind of afterthought postverbal subject (example 13) and sentences with coordinated subjects (example 14) were also not considered. In both cases the syntactic explanation for 3SG agreement may go beyond a strict case of subject-verb concord variation.<sup>[9]</sup>

- (13) **Ainda é pisada a pés, as uvas.** (MTM)  
 still is trodden.F.SG by feet the.PL grapes  
 ‘The grapes are still trodden by feet.’
- (14) **Sabia a minha mãe e as antigas.** (LAR)  
 knew.3SG the my mother and the.PL old.PL  
 ‘My mother and the old (women) knew it.’

With all these cases excluded, CORDIAL-SIN displays 420 instances of non-standard 3SG. In the next section, we will characterize the syntactic context where these instances are found. Other linguistic factors such as the phonic salience of the morphemes that distinguish the singular and the plural forms in the verb and the position of the subject with respect to the verb will also be taken into account.

<sup>9</sup> In example 13 the postverbal element can be in a right-periphrastic position (referring to a null subject) and example 14 may involve partial agreement with the first conjunct of a conjoined subject.

### 3.2 On the syntactic context of non-standard 3SG in CORDIAL-SIN

The data from CORDIAL-SIN that instantiate the cases of non-standard 3SG support the claim that this kind of putative variant is syntactically conditioned. As we will see, non-standard 3SG preferably occurs with certain verbs, or, more accurately, in certain constructions, independently of the verb.

We first recall the correlation between non-standard singular and unaccusative verbs, already noted in the literature (Kato, 2000, Monguilhott, 2000, Monguilhott & Coelho, 2002, Costa, 2001, Carrilho, 2003, Monguilhott, 2009). The CORDIAL-SIN data here inspected confirm this correlation. Even though non-standard 3SG may occur with different types of verbs, even with transitives (example 15), ditransitives (example 16), and unergatives (example 17), we find a high proportion of examples involving typical unaccusatives (such as 18 and 19) or the type of unaccusatives that take a Dative beneficiary/experiencer (cf. Alexiadou, Anagnostopoulou & Everaert, 2004), as in 20:

- (15) As traineiras, às vezes, não **apanha** peixe. (ALV)  
 the.PL trawlers at times NEG catches fish  
 ‘Sometimes, the trawlers didn’t catch any fish.’
- (16) Eles aqui dá pouco valor. (CLC)  
 they here gives little value  
 ‘Here, they give little value (to it).’
- (17) E lucra nós e **lucra todos**. (ALV)  
 and benefits we and benefit.3SG all  
 ± ‘We are those who take advantage (from it) and all the people take advantage (from it).’
- (18) [...] e, então, não **nascia umas certas ervas**. (ALV)  
 and then NEG grew.3SG some certain.PL plants  
 ‘... and then, certain plants didn’t grow up (there).’
- (19) [...] essas muitas variedades de cedros veio quando [...] (MIG)  
 those many varieties of cedars came.3SG when  
 ‘... those varieties of cedars appeared when...’
- (20) [...] nunca lhe **faltou calças**. [...] (PIC)  
 never her.DAT failed.3SG trousers  
 ± ‘She was never in need of trousers.’



Copula verbs, such as *estar* and *ficar*, are also frequently attested in this construction (as already noted in Carrilho, 2003):

(21) [...] dizem que **fica** os cházinhos bentos. (FIG)  
say.3PL that becomes the.PL tea.DIM.PL blessed.PL  
'... they say that the teas get blessed.'

(22) [...] **ficava** assim aquelas manchas na seara. (SRP)  
stayed.3SG thus those spots in.the cornfield  
'... there were spots in the cornfield.'

The relative frequency of 3SG according to the type of verb is displayed in Table 1. Note that unaccusative and copula verbs appear in more than 60% of the total tokens of non-standard 3SG in CORDIAL-SIN:<sup>[10]</sup>

**Table 1.** Non-standard 3SG in CORDIAL-SIN and type of verb

type of verb	total	%
unaccusative	205	48,8
copula	71	16,9
other	144	34,3
TOTAL	420	100

Among the verbs that most frequently display non-standard 3SG, we find different unaccusative and copula verbs, e.g. *aparecer* 'to appear', *nascer* 'to be born', *vir* 'to come=to appear', and *ficar* 'to stay, there to be', as shown in Table 2 (total of tokens *per* verb from a universe of 420 total tokens):

**Table 2.** Verbs displaying the higher incidence of non-standard 3SG in CORDIAL-SIN

verb	total
<i>estar</i> 'to be'	49
<i>vir</i> 'to come', 'to appear'	42
<i>ficar</i> 'to stay'	34

<sup>10</sup> In Table 1, we only considered verbs unambiguously classified as unaccusatives. As it is commonly acknowledged, the limits of what counts as an unaccusative verb are far from clear-cut (cf. Alexiadou et al., 2004, a.o.).

<i>aparecer</i> 'to appear'	21
<i>nascer</i> 'to be born'	16

From a theoretical point of view, it is worth noting that unaccusative and copula verbs are taken to involve a similar syntactic derivation: in both cases there is a vacant or non-thematic subject position and the constituent that standardly agrees with the verb appears in a postverbal position (as the complement of an unaccusative verb (cf. example 23) or as the subject of a complement small-clause (cf. 24)):

(23) [-] **nascia** umas certas ervas.  
grew.3SG some certain.PL plants

(24) [-] **ficava** [<sub>SC</sub> [<sub>DP</sub> aquelas manchas] [<sub>PP</sub> na seara]]  
stayed.3SG those spots in.the cornfield

Interestingly, most of the remaining 34,3% cases of non-standard 3SG also involve a vacant subject position, namely, in passive constructions (as in 25) and in constructions with modal and aspectual verbs (see 26 and 27). Note that, according to Gonçalves (1996), modal verbs (as *poder* 'can' in 26) involve a raising structure with a vacant subject position at an initial stage of the derivation. In turn, aspectual auxiliaries followed by a gerund (as *ir* 'lit. go' in 27) are taken to involve a small clause (with a verbal head) as complement; hence, they also involve a vacant subject position.

(25) **É feito fardos**.<sup>[11]</sup> (ALC)  
is made.M.SG burdens.M.PL  
'Burdens were made./ 'People made burdens.'

11 Passive constructions bring an additional layer of variation, with regard to participle agreement. Hence, whereas in example 25 the past participle (*feito*) does not agree in number with the plural *fardos* 'burdens', occurring in a plausible default masculine-singular form, other examples show that participle gender and number agreement display a wide range of variation:

- (i) Os raios é engatados aqui da maça. (ALC)  
the.PL spokes.M.PL is clamped.M.PL here of.the (=in.the) mace  
'The spokes are clamped here in the mace.'
- (ii) [...] e depois **era** aqui **atado a corda** [...] (ALC)  
and then was.3SG here tied.M.SG the.FEM.SG rope.FEM.SG  
'... and then the rope was tied here'
- (iii) Estas áreas aqui, **era** aqui **combatida** dos lobos (CBV)  
these areas.FEM.PL here was here combated.FEM.SG from.the.PL  
'These areas were defended from wolves.'

- (26) [...] **podia** aparecer **baleias**. (CLC)  
 could.3SG appear.INF whales  
 ‘Whales could appear (there).’
- (27) [...] os novos, **vai** aprendendo alguns. (PIC)  
 the.PL young go.3SG learn.GER some  
 ‘... some of the young people are learning (that).’

Thus, excluding the cases that involve typical unaccusatives or copula verbs (already considered above, in Table 1, regardless of the type of construction where they occur), non-standard 3SG appears in 33 cases of passive constructions and in 21 occurrences of modal or aspectual constructions with other verbs. This means that from 34,3% of the occurrences of non-standard 3SG that appear in CORDIAL-SIN without an unaccusative or copular verb (see Table 1, above), 7,9% correspond to passive constructions and 5,0% to aspectual/modal constructions. In the whole, all these instances of unaccusative-related constructions amount to more than 75% of the cases of non-standard 3SG in CORDIAL-SIN, as Table 3 summarizes:

**Table 3.** Non-standard 3SG in CORDIAL-SIN and type of verb or construction

type of verb / construction	total	%
unaccusative V	205	45,8
copula V	69	15,4
passive	33	7,9
modal/aspectual	21	5,0
other	90	21,4
TOTAL	420	100

At this point, thus, we find that the overall distribution of non-standard 3SG according to the type of construction appears fairly significant, showing that this case of concord variation may correlate with specific syntactic factors.

Furthermore, it must be acknowledged that, given our narrow classification of unaccusative verbs, other unaccusative-related constructions may be found among the remaining 90 tokens. Also, even if we cannot extensively discuss all the different cases here, we still may point out that a

predominant pattern in CORDIAL-SIN data involves non-standard 3SG in subject relative clauses, as in example 28:

- (28) Havia uns buxos que **fazia** assim um arco. (MTV)  
 was some box.trees that made.3SG like.this an arch  
 ‘There were some box trees that made an arch like this.’

In connection to these relative clauses, some cleft constructions also display non-standard 3SG, as in example 29:

- (29) Os paus é que **ia** arrastando aquilo. (AAL)  
 the.PL sticks is that went.3SG grabbing that  
 ‘it was the sticks that were grabbing it’

There exists actually a possible link between these constructions and the unaccusative-related constructions seen above. In fact, there have been proposals about the syntax of relative subject extraction that make use of a non-thematic subject position and subject extraction directly from a predicate internal position (Rizzi, 1982)<sup>[12]</sup>. Hence, no asymmetry is expected between unaccusative and transitive/unergative verbs (since the latter may also extract from a VP-internal position). This conforms to the presence of transitive verbs in non-concord contexts, as in 28. Such constructions would then resemble the unaccusative constructions in that the argument of the verb that usually controls verbal agreement does not move to a pre-verbal subject position.

### 3.3 Other linguistic factors and non-standard 3SG in CORDIAL-SIN

Finally, we briefly consider the correlation of non-standard 3SG in CORDIAL-SIN and other linguistic factors, namely: (i) the phonic salience of the verbal morpheme; (ii)-(iii) the position and adjacency of the agreeing constituent with respect to the verb.

12 Note that this analysis is either compatible with the adjunction analysis of relative clauses (originally proposed by Ross, 1967, Chomsky, 1977 and Jackendoff, 1977) or the raising analysis of RRCs (originally proposed by Schachter, 1973 and Vergnaud, 1974, and more recently revived by Kayne, 1994 and Bianchi, 1999). In the first case, *extraction* involves movement of the relative operator, whereas in the second case it involves head movement to the left periphery.

## (i) Phonic salience

The scale of phonic salience established by Naro (1981) and invoked in subsequent work distinguishes two different levels of phonic salience, depending on the presence vs. absence of stress in the contrasting verbal morpheme. Inside each level (stressed / non-stressed), further distinctions are obtained depending on the existence of differences on the vowel, and on the addition of other segments. More salient morphemes (stressed, displaying differences in the vowel and/or different segments) would correlate with less non-standard 3SG.

The correlation is loosely present in the observed CORDIAL-SIN data, where 208 occurrences of non-standard 3SG (i.e. 49,5%) correspond to less salient forms, like those in 30, while more salient forms like those in 31 display non-concord in 212 cases (50,5%).

(30) a. **nasce / nascem**  
is born / are.born.3PL

b. **fica / ficam**  
stays / stay.3PL

(31) a. **nasceu / nasceram**  
was.born / were.born.3PL

b. **ficou / ficaram**  
stayed.3SG / stayed.3PL

## (ii) Position of the subject

The postverbal position of the subject is usually assumed to correlate with non-concord (Varejão, 2006, Naro & Scherre, 2007). In CORDIAL-SIN we observe that in non-standard 3SG contexts the subject can be preverbal (see 32), postverbal (see 33-34) or may appear between an aspectual verb and the main verb (see 35):

(32) Todos **tem** o seu nome [...] (LUZ)  
all has the their name  
'Everything has a (specific) name..'

(33) Nunca mais **apareceu** esses cardumes aqui [...] (VPA)  
never more appeared.3SG those shoals here  
'Those shoals have never again appeared here..'

- (34) **Está** aqui uns viveiros [...] (ALV)  
 is here a.PL fishponds  
 ‘There are some fishponds here...’
- (35) [...] já **começa** as árvores a rebentar (AAL)  
 then starts the.PL trees to bud  
 ‘then the trees start to bud’

There seems however to be a correlation between the postverbal position of the subject and non-standard 3SG. For the most frequent verbs displaying non-standard 3SG, subjects occur postverbally in more than 80% of all occurrences.<sup>[13]</sup> The syntactic significance of this correlation seems evident and strengthens the syntactic correlation pointed out in the previous section: in fact, the postverbal position of the otherwise agreeing element straightforwardly conforms to the unaccusative-related pattern of constructions that favor non-standard 3SG. Such postverbal position of this element leaves ‘vacant’ the canonical preverbal subject position.

(iii) Adjacency verb-subject

Another linguistic factor mentioned by Naro and Scherre (2007: 61ff) to explain the lack of verbal agreement concerns the adjacency between the subject and the verb. Accordingly, 3SG would correlate with subjects that are non-adjacent to the verbal form. In this case, the number of syllables that occur between the subject and the verb would play a leading role in the explanation, as non-standard 3SG would get more frequent as more material intervenes between the subject and the verb.

When we look at the total of 420 occurrences of non-standard 3SG in CORDIAL-SIN, we find the figures represented in Table 4.<sup>[14]</sup>

<sup>13</sup> Although we cannot develop the issue here, it is worth remarking that preverbal subjects appear in this context always as a kind of marked topic, as noted by an anonymous reviewer for the example (4b) in section 2 above. To this respect, Cardoso, Carrilho and Pereira (2009) suggest that preverbal subjects in non-standard 3SG in fact always correspond to topic elements, as illustrated by examples such as:

(i) INQ E os marcos são de pedra, é?  
 ‘Interviewer: And the landmarks are made of stone, aren’t they?’  
 INF Esses é feitos em cimento e depois **leva** o nome da pessoa...  
 those is made.PL in cement and then gets the name of.the person  
 ‘Informant: Those are made of cement and then they get the name of the person.’

<sup>14</sup> We consider separately, under the label ‘others’, relative clauses, clefts and null subject clauses, which are irrelevant for subject-verb adjacency. In this table, we classify as null subject the contexts that involve non-covert subjects (hence, postverbal subjects are excluded). The most part of such null subjects are subjects in the second conjunct of a pair of coordinated sentences.

**Table 4.** Distribution of non-standard 3SG in CORDIAL-SIN according to adjacency between the subject and the verb

<b>adjacency</b>	preverbal subj.	31
	postverbal subj.	118
<b>non-adjacency</b>	preverbal subj.	17
	postverbal subj.	102
<b>other</b>	relatives	66
	clefts	6
	null subj	80

If we leave special constructions (relatives and clefts) and clauses without an overt subject aside, we conclude that in the majority of non-concord contexts the subject is adjacent to the verb. This is an important point since it suggests that non-adjacency does not play a crucial role in the manifestation of non-standard 3SG, which to an important extent attenuates the role of processing factors in this type of agreement variation.

#### 4. Beyond concord: final remarks on agreement variation and expletive subjects

We have thus noticed that, besides the role that other linguistic factors (especially, phonic salience) may play with respect to the occurrence of non-standard 3SG, CORDIAL-SIN data clearly support the hypothesis that concord variation is also syntactically conditioned. It has been shown that a little more than 75% of the cases of non-standard 3SG in CORDIAL-SIN occur in similar syntactic configurations featuring a vacant preverbal subject position. It is now worth noting that such configurations actually correspond to a well-known area of linguistic variation. This is in fact a kind of context that allows for some-variation in agreement patterns both intra-linguistically and crosslinguistically, as shown by the contrast between 36, from English, and 37, from French:

(36) there **come** many problems

(37) il **est arrivé** de problèmes  
EXPL is arrived some problems  
'There arrived some problems.'

In English, standard agreement between the verb and the subject (i.e. the expletive *there*) reflects in fact a mechanism of agreement with an expletive-associate (*there-many problems*), whereby the agreement features in the verb and in the expletive-associate postverbal argument should match (Chomsky 1981, Safir, 1982, Burzio, 1986). Consequently, the verb occurs in the plural form in this example:<sup>[15]</sup>

(38) a. there **come** many proposals

b. \*there **comes** many proposals

By contrast, the French example in 37 illustrates a case of agreement between the verb and the expletive *il*, independent from a potential expletive-associate (*de problèmes*). Such difference in fact corresponds to the distinction between two types of expletives, as stated by Chomsky (1995: 288): while *there* in English, as a “pure expletive”, is totally devoid of featural content, *il* in French has the relevant features that may check verbal agreement, just like it is acknowledged for *it* in English.

Turning to EP non-standard 3SG examples, the main pattern of variation in CORDIAL-SIN could be explained along the lines of the contrast between English and French above, as has been suggested in Carrilho (2003).

(39) [-] **nasciam** umas certas ervas  
grew.3PL some plants  
'...certain plants grew up (there).'

(40) [-] **nascia** umas certas ervas  
grew.3SG some plants

Example 39 displays verb agreement with the postverbal argument, similarly to the English example above. Example 40 involves a different agreement pattern, which may correspond to the French example above.

Within an early principles-and-parameters framework, the account for sentences such as 39 used to include a null expletive in the preverbal subject position, which entered a special chain-like relation with the postverbal argument (i.e. the expletive's associate), by means of which plural agreement on the verb could be obtained (a.o. Burzio, 1986, Chomsky, 1995).

<sup>15</sup> Note however that in English non-agreeing variants may equally be found (cf. Meechan & Foley, 1994, Schütze, 1999, a.o.).



Assuming more recent developments, however, null expletives appear as highly suspicious entities (Alexiadou & Anagnostopoulou, 1998, a.o.): besides their semantic emptiness, they also lack any kind of phonological and interpretable  $\varphi$ -features. The primary role of an overt expletive in a non-null subject language – that of checking some kind of EPP-feature – can in principle be undertaken by finite verb agreement in a null subject language (Barbosa, 1995, Alexiadou & Anagnostopoulou, 1998, a.o.). Verb agreement with the postverbal argument rather than with a postulated null expletive falls now under the generalized pattern of a Probe-Goal Agree operation (Chomsky, 1998), without any additional machinery (cf. Richards & Biberauer, 2005).

On this view, however, the cases of non-standard 3SG, such as 40, differ in that they cannot involve Agree between the inflected verb and the postverbal argument. To this extent, we may then postulate an agreeing element in the preverbal subject position, a dummy or expletive subject, which is regularly non-overt in a null subject language. Singular agreement on the verb would in this case be valued by this null expletive that would be endowed with a [singular] feature. Such kind of expletive must be distinguished from pure expletives such as *there* in English, rather corresponding to the non-overt counterpart of *il*-type expletives, which typically control 3SG agreement, despite their semantic vacuity, as in example 37 above.

The contrast between 39 and 40, just like in 36 and 37, would thus be reminiscent of the above mentioned distinction between two types of expletives: one of them is featureless while the other is endowed with some feature content. The suggested analysis posits that non-standard 3SG is the result of an agreement relation with a [singular] null expletive. Thus, a way of explaining non-standard 3SG in EP as considered here is to postulate that, at least in some EP varieties – those which allow for this kind of agreement variation –, there is a null expletive that, just like expletive *il* in French, has some feature content.

The data discussed in this paper may also lead us into considerations on the existence of null expletives in a null subject language.<sup>[16]</sup> Given the fact that the type of overt expletive that occurs in presentational and existential constructions often varies, not only among different languages (e.g. English

16 The issue is fairly independent from considerations on overt expletives in a null subject language, like expletive *ele* in EP, which have recurrently been distinguished from expletive subjects. Thus, contrary to what is suggested by an anonymous reviewer, the analysis we suggest for non-standard 3SG is not incompatible with the proposal for expletive *ele* put forth in Carrilho (2005), which in fact emphasizes the differences between the overt expletive element in EP and expletive subjects and analyses *ele* as a left-peripheral element rather than a subject filler.

*there* vs. French *il*) but also among varieties of the same language (*there* and *it* in English, cf. Parrott, 2006), we could address the question of whether there is evidence for non-overt counterparts of such different expletives. A difference appears to this respect: while null subject languages may well dispense with so-called pure (null) expletives, the non-standard EP properties considered in the present paper may be taken as evidence for the role of null expletives endowed with  $\varphi$ -features in (varieties of) a null subject language. Ultimately, it is suggested that the supposed agreement variation can be ascribed to lexical variation regarding the availability of this type of expletive element involved in EP non-standard 3SG.

## References

- ALEXIADOU, Artemis & Elena ANAGNOSTOPOULOU (1998), "Parametrizing AGR: Word Order, V-Movement and EPP-Checking", *Natural Language and Linguistic Theory*, 16, pp. 491-539.
- ALEXIADOU Artemis, Elena ANAGNOSTOPOULOU & Martin EVERAERT (eds.) (2004), *The Unaccusativity Puzzle*, Oxford, Oxford University Press.
- BARBOSA, Pilar (1995), *Null Subjects*, Ph. D. Dissertation, MIT.
- BIANCHI, Valentina (1999), *Consequences of Antisymmetry: Headed Relative Clauses*, Berlin, Mouton de Gruyter.
- BURZIO, L. (1986), *Italian Syntax, A Government – Binding Approach*, Dordrecht, Kluwer.
- CARDOSO, Adriana, Ernestina CARRILHO & Sandra PEREIRA (2009), "Non-standard singulars in European Portuguese Dialects: linguistic conditions on concord variation", presentation at *The 5<sup>th</sup> International Conference on Language Variation in Europe (ICLAVE 5)*. Univ. Copenhagen, June 2009.
- CARRILHO, Ernestina (2003), "Ainda a 'unidade e diversidade da língua portuguesa': a sintaxe", in I. CASTRO and I. DUARTE (eds.) *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus. Vol. 2*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 19-41.
- CARRILHO, E. (2005), *Expletive ele in European Portuguese dialects*, Ph. D. Dissertation, Universidade de Lisboa.
- CHAMBERS, Jack K. (2001), "Vernacular universals", in J. M. Fontana, L. McNally, M. T. Turell & E. Vallduví (eds.) *ICLaVE 1: Proceedings of the First International Conference on Language Variation in Europe*, Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, pp. 52-60.

- CHAMBERS, Jack K. (2004), "Dynamic typology and vernacular universals", in B. Kortmann (ed.) *Dialectology meets Typology*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter, pp. 127-145.
- CHOMSKY, Noam (1977), "On Wh-Movement", in P. Culicover, T. Wasow and A. Akmajian (eds.), *Formal Syntax*, New York, Academic Press, pp. 71-132.
- CHOMSKY, Noam (1981), *Lectures on government and binding, The Pisa Lectures*, Dordrecht, Foris.
- CHOMSKY, Noam (1995), *The Minimalist Program*, Cambridge/Mass., The MIT Press.
- COSTA, João (1998), *Word order variation. A constraint-based approach*, The Hague, Holland Academic Graphics.
- COSTA, João (2001), "Postverbal subjects and agreement in accusative contexts in European Portuguese", *The Linguistic Review*, 18, pp. 1-17.
- DEN DIKKEN, Marcel (2001), "Plurilinguals, pronouns and quirky agreement", *The Linguistic Review*, 18, pp. 19-41.
- DUARTE, Inês (2003), "A família das construções inacusativas", in M. H. MATEUS et al. *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp-507-548.
- GONÇALVES, Anabela (1996), "Aspectos da sintaxe dos verbos auxiliares do Português Europeu". In A. GONÇALVES, M. COLAÇO, M. MIGUEL & T. MÓIA (orgs.) *Quatro estudos em Sintaxe do Português. Uma abordagem segundo a Teoria dos Princípios e Parâmetros*, Lisboa, Colibri, pp. 7-50.
- JACKENDOFF, Ray (1977), *X<sup>1</sup>-Syntax: A Study of Phrase Structure*, Cambridge/Mass., The MIT Press.
- KATO, Mary (2000), "The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese", in M. Kato & E. Negrão (eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, Frankfurt, Vervuet.
- KAYNE, R. (1994), *The Antisymmetry of Syntax*, Cambridge/Mass., The MIT Press.
- MEECHAN, Marjory and Michele FOLEY, (1994), "On resolving disagreement: linguistic theory and variation – there's bridges", *Language Variation and Change*, VI, 1, pp. 63-85.
- MONGUILHOTT, Isabel O. S. (2001), *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos floripolitanos*, Master Dissertation, Universidade Federal de Santa Catarina.
- MONGUILHOTT, Isabel & Izete L. COELHO (2002), "Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis" . In: V. Paulino (org.) *Variação e mudança no português falado da região sul*. Pelotas, Educat, pp. 189-216.
- MONGUILHOTT, I. (2009), *Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa plural no PB e no PE*, Ph. D. Dissertation, Universidade Federal de Santa Catarina.

- MOTA, Maria Antónia & Sílvia VIEIRA (2008), “Contrastando variedades do português brasileiro e europeu: padrões de concordância sujeito-verbo”, in C. Gonçalves and M. L. L. de Almeida (orgs.) *Língua Portuguesa. Identidade, Difusão e Variabilidade*. UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas, pp. 87-113.
- NARO, Anthony J. (1981) “The Social and Structural Dimensions of a Syntactic Change”, *Language* LVII, 1, pp. 63-98.
- NARO, Anthony J. & Marta SCHERRE (2007), *Origens do Português Brasileiro*, São Paulo, Parábola.
- PARROTT, Jeffrey (2006), “WEIT on Smith Island (another vexing expletive)”, presentation at *InterPhases Conference*, Cyprus, May 2006.
- PERES, João A. & Telmo MÓIA (1995), *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- RICHARDS, Marc & Theres BIBERAUER (2005), “Explaining EXPL”, in M. den Dikken and C. Tortora (eds) *The function of function words and functional categories*, Amsterdam, Benjamins, pp. 115-154.
- RIZZI, Luigi (1982), *Issues in Italian Syntax*, Dordrecht, Foris.
- ROSS, John (1967), *Constraints on Variables in Syntax*. PhD. Dissertation, MIT.
- SAFIR, Ken (1982), *Syntactic chains and the definiteness effect*, PhD. Dissertation, MIT.
- SCHACHTER, P. (1973), “Focus and relativization”, *Language*, 53, pp. 19-49.
- SCHERRE, Marta, Anthony J. NARO, & CARDOSO, C. R. (2007), “O Papel do tipo de verbo na concordância verbal no Português Brasileiro”, *Delta*, vol. 23, S. Paulo, available at [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502007000300012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502007000300012) [07/11/2011].
- SCHÜTZE, Carson (1999), “English expletive constructions are not infected”, *Linguistic Inquiry*, 30, pp. 467-484.
- TAGLIAMONTE, Sally (1998), “Was/were variation across the generations: View from the city of Yor”. *Language Variation and Change*, 10, pp. 153-191.
- TORTORA, Cristina and Marcel den DIKKEN (2010), “Subject agreement variation: support for the configurational approach”, *Lingua*, 120, 5, pp. 1089-1108.
- VAREJÃO, Filomena (2006), *Variação em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no português europeu popular*, PhD Dissertation, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- VERGNAUD, Jean-Roger (1974), *French Relative Clauses*, PhD Dissertation, MIT.

Appendix: network of CORDIAL-SIN locations/micro-regions



01	VPA	Vila Praia de Âncora (Viana do Castelo)	22	EXB	Enxara do Bispo (Lisboa)
02	CTL	Castro Laboreiro (Viana do Castelo)	23	TRC	Fontinhas (Angra do Heroísmo)
03	PFT	Perafita (Vila Real)	24	MTM	Moita do Martinho (Leiria)
04	AAL	Castelo de Vide, Porto da Espada, S. Salvador de Aramenha, Sapeira, Alpalhão, Nisa (Portalegre)	25	LAR	Larinho (Bragança)
05	PAL	Porches, Alte (Faro)	26	LUZ	Luzianes (Beja)
06	CLC	Câmara de Lobos, Caniçal (Funchal)	27	FIS	Fiscal (Braga)
07	PST	Camacha, Tanque (Funchal)	28	GIA	Gião (Porto)
08	MST	Monsanto (Castelo Branco)	29	STJ	Santa Justa (Santarém)
09	FLF	Fajãzinha (Horta)	30	UNS	Unhais da Serra (Castelo Branco)
10	MIG	Ponta Garça (Ponta Delgada)	31	VPC	Vila Pouca do Campo (Coimbra)
11	OUT	Outeiro (Bragança)	32	GRJ	Granjal (Viseu)
12	CVB	Cabeço de Vide (Portalegre)	33	CRV	Corvo (Horta)
13	MIN	Arcos de Valdevez, Bade, São Lourenço da Montaria (Viana do Castelo)	34	GRC	Graciosa (Angra do Heroísmo)
14	FIG	Figueiró da Serra (Guarda)	35	MLD	Melides (Setúbal)
15	ALV	Alvor (Faro)	36	STA	Santo André (Vila Real)
16	SRP	Serpa (Beja)	37	MTV	Montalvo (Santarém)
17	LVR	Lavre (Évora)	38	CLH	Calheta (Angra do Heroísmo)
18	ALC	Alcochete (Setúbal)	39	CPT	Carrapatelo (Évora)
19	COV	Covo (Aveiro)	40	ALJ	Aljustrel (Beja)
20	PIC	Bandeiras, Cais do Pico (Horta)	41	STE	Santo Espírito (Ponta Delgada)
21	PVC	Porto de Vacas (Coimbra)	42	CDR	Cedros (Horta)



# A GESTÃO DE TURNOS EM REUNIÕES DE DOCENTES

Elvira Fernandes\*

e-mail: fernandeselvira@gmail.com

Partindo de um *corpus* oral constituído por uma reunião de docentes, este trabalho tem por objectivo analisar a gestão dos turnos de palavra e as suas implicações nas relações interpessoais. Enquadramos o *corpus* no subgénero das reuniões profissionais, com base no quadro comunicativo em que ocorre. Pretende-se verificar de que forma é gerida a relação interaccional que é condicionada pelos papéis discursivos adoptados pelos participantes que, embora estejam na interacção com o mesmo estatuto de professor, podem assumir outros papéis. São ainda analisados os mecanismos linguístico-discursivos de cortesia adoptados na gestão da interacção.

**Palavras-chave:** interacção verbal, turno, género de discurso, quadro comunicativo, cortesia.

Starting from an oral *corpus* constituted by a teachers' meeting, this work aims to analyze the management of turn-taking and its implications in interpersonal relations. We have framed the *corpus* in the subgenre of professional meetings, starting from the communicative board in which it occurs. I intend to verify in what way we manage the interactional relation that is conditioned by the discursive roles adopted by the participants who, in spite of being involved in the interaction with the same teacher status, may take other roles. I will also analyze the linguistic-discursive mechanisms of politeness adopted in the interaction management.

**Key-words:** verbal interaction; turn, discourse genre, communicative board, politeness.

---

\* Mestre em Linguística Portuguesa e Comparada pela Universidade do Minho.



## 1. Introdução

Este artigo baseia-se no trabalho de dissertação de mestrado intitulado “A Escola como Lugar de Discurso(s): Relações de Cortesia nas Interações Verbais Formais entre Professores”, apresentado em Março de 2011 à Universidade do Minho, no âmbito do curso de Mestrado em Linguística Portuguesa e Comparada.<sup>[1]</sup>

Sendo a escola um espaço privilegiado de construção de uma grande variedade de discursos orais e escritos, não só pela diversidade dos interlocutores como dos contextos em que são produzidos, determinámos como objecto de análise do nosso trabalho os discursos formais.

A escola é entendida como um espaço social próprio, ordenado em dupla dimensão: institucionalmente, por um conjunto de normas e regras, que buscam unificar e delimitar a acção dos seus sujeitos e, quotidianamente, por uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais ou colectivas de transgressão e de acordos. É o processo de apropriação constante dos espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar. Fruto da acção recíproca entre o sujeito e a instituição, este processo, como tal, é heterogéneo.

Assim, analisar os discursos proferidos em contexto escolar é uma tarefa complexa. Se há já um número significativo de trabalhos, realizados no âmbito da Análise do Discurso e da Pragmática, relativos ao discurso pedagógico, são ainda bastante escassos os trabalhos científicos no domínio das interações fora da sala de aula, o que nos motivou para o estudo de discursos produzidos neste contexto.

Na investigação que está na base deste artigo, procedemos à análise dos mecanismos linguístico-discursivos de cortesia num *corpus* autêntico, constituído por reuniões de professores, para verificar de que forma este género discursivo influencia a construção da cortesia e as relações interpessoais. Partimos do pressuposto de que a cortesia está presente em qualquer tipo de interacção, pelo que o objectivo principal do estudo foi analisar as interações verbais e suas regularidades numa perspectiva pragmática de relacionamento institucional em que se procura preservar a face, recorrendo a estratégias de cortesia.

Para este artigo seleccionámos parte do *corpus*: considerámos apenas uma reunião de docentes, ocorrida em Novembro de 2009, numa escola

---

1 Trabalho realizado sob a orientação da Professora Doutora Maria Aldina Marques do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho.

secundária com terceiro ciclo do distrito do Porto, gravada em registo áudio e depois transcrita<sup>[2]</sup>. Centrar-nos-emos na análise da gestão dos turnos e das estratégias de cortesia adoptadas pela presidente da reunião, que tem como função principal assegurar que a interacção decorra de forma coordenada e cooperativa, verificando de que forma é gerida a relação interaccional, que é condicionada pelos papéis discursivos adoptados pelos participantes. Tratando-se de interlocutores com o mesmo estatuto profissional, marcado pelas formas de tratamento que evidenciam uma relação informal, as relações interpessoais permitem uma flexibilização na estruturação da interacção e a ocorrência de interrupções e enunciados simultâneos na gestão dos turnos de palavra.

## 2. Algumas questões teórico-metodológicas

Ao procedermos à análise da gestão dos turnos a partir de um *corpus* constituído por interacções verbais autênticas, entramos no campo do discurso como objecto de estudo. A análise linguística do discurso, cujos domínios congregam várias áreas de investigação, propõe-se analisar o discurso empírico, no sentido de encontrar regularidades no domínio dos mecanismos linguísticos na construção e recepção discursivas. Nesta perspectiva, torna-se determinante situar o *corpus* com que trabalhamos em termos de género e delimitar o âmbito da nossa análise.<sup>[3]</sup>

Os géneros são práticas sociodiscursivamente definidas, com um certo grau de ritualização e com um carácter institucional relativo, apresentando

2 Para a constituição do *corpus* foi solicitada autorização ao Director da escola para efectuar as gravações, tendo sido depois enviado um *e-mail* a todos os docentes, prevenindo-os de que essa tarefa iria ser levada a cabo, sem que fossem avisados previamente para não condicionar a espontaneidade das interacções. Efectuadas as gravações, foi pedida autorização para a sua utilização a todos os intervenientes e registada em acta da reunião seguinte essa autorização.

Para a transcrição ortográfica do *corpus*, optámos por adoptar as normas do REDIP que, apesar de ser um projecto que tem como objectivo analisar o português usado nos meios de comunicação social, apresenta um sistema de transcrição que, em termos de pontuação, se aproxima bastante das convenções da escrita. A principal vantagem destas normas reside no facto de que os textos, ao nível da legibilidade, são claramente beneficiados, podendo ser consultados mais facilmente por um público não especializado. Para assinalar os enunciados simultâneos recorremos aos sinais da versão italiana do CHAT.

Os sinais de transcrição adoptados podem ser consultados em anexo.

3 Kerbrat-Orecchioni (2003) considera que “on peut difficilement décrire une interaction quelconque sans prendre en compte le genre dont elle relève, les genres étant définis comme *des catégories abstraites qui regroupent, sur la base d’un certain nombre de critères, des unités empiriques se présentant sous forme de “textes” ou de “discours”*”.

formatos textuais que têm graus de estabilidade variáveis. Devido às possibilidades de adaptação e de inovação, os gêneros podem também ser susceptíveis de variações, dependendo dos diversos contextos em que são produzidos.

Kerbrat-Orecchioni (1990:111-133) refere que a noção de gênero, aplicada tradicionalmente às produções escritas e sobretudo literárias, a partir dos estudos de Bakhtine se aplica também às produções verbais quotidianas. Deste modo, e dada a falta de uma tipologia consistente das interações, apresenta a conversação como um “type particulier” de interação verbal e distingue a conversação de outros tipos de trocas verbais, nomeadamente de diálogo, pese embora as divergências na definição deste conceito. Distingue a conversação da discussão (“discussion”), debate (“débat”), encontro (“entretien”) e entrevista (“interview”).

A investigadora aponta ainda a existência de outro tipo de interações de carácter mais institucional, mas considera que a definição de gênero de interação verbal se relaciona com o quadro comunicativo do discurso: a situação espaço-temporal (“site”), o número e o estatuto dos participantes, o propósito da interação (“but”), bem como o grau de formalidade, o tom da conversação, a duração da interação e os temas tratados:

*Les événements de communication sont définis d'abord sur la base de critères externes, c'est-à-dire situationnels (la typologie s'inspire généralement du modèle SPEAKING de Hymes, plus ou moins revu et corrigé): nature et destination du site (privé ou public, clos ou de plein air ; commerce, bureau, atelier, mairie, école, hôpital, tribunal, etc.) ; nature du format participatif (nombre des participants à l'interaction ; existence ou non d'une "audience" ; distribution des rôles, symétriques ou complémentaires); nature du canal (communication en face à face, téléphonique ou médiatisée); but et durée de l'interaction, degré de formalité et de planification de l'échange, degré d'interactivité, etc. Plus ces facteurs sont affinés, plus les catégories seront également fines : on peut ainsi distinguer de nombreuses sous-classes et sous-sous-classes au sein de ces grandes familles d'événements communicatifs que sont les "entretiens", les "réunions", les "interactions de service" ou les "interactions de travail". (Kerbrat-Orecchioni, 2003)*

Assim, o gênero discursivo em que se inscreve qualquer tipo de reunião ocorrida em contexto escolar é, por definição, formal, dado que a sua estrutura e constituição estão previstas no Regulamento Interno do estabelecimento de ensino em que ocorre e realiza-se mediante convocatória. Trata-se de um encontro formal cujos participantes são convocados para

estar presentes e para discutir temas previamente definidos. Embora apresentem trocas verbais muito semelhantes à simples conversação, os interlocutores restringem-se, no entanto, aos princípios e assuntos institucionais. As trocas são mais ou menos espontâneas, mas as tomadas de palavra ou os assuntos focados são, em princípio, regulados pela pessoa que assume o controlo e tem, portanto, a função de moderador e gestor da interacção.

Deste modo, pode afirmar-se que qualquer interacção verbal, neste contexto, está institucionalmente condicionada, havendo um quadro comunicativo específico onde ocorre de facto esse evento comunicativo. Ainda assim, este género discursivo caracteriza-se, como a conversação coloquial, por ser (i) uma interlocução em presença, face a face; (ii) imediata (ocorre no aqui e agora); (iii) com uma tomada de turno que não está pré-determinada; (iv) dinâmica, com alternância de turnos imediata, que favorece uma maior ou menor tensão dialógica e (v) cooperativa, de acordo com o tema e com a intervenção do outro. O Regulamento Interno da escola condiciona, portanto, o quadro comunicativo das reuniões de professores no que respeita, nomeadamente a) ao quadro espaço-temporal – na escola com uma duração máxima prevista; b) temas – relacionados com o funcionamento da escola e os alunos e pré-definidos na convocatória; c) objectivos – também eles previamente definidos e d) intervenientes – professores da escola.

Como foi já referido, o quadro comunicativo, de acordo com a proposta de Kerbrat-Orecchioni (1990), engloba três componentes inter-relacionadas que determinam a produção de enunciados e a sua interpretação: o *quadro espaço-temporal*, o *objectivo da interacção* e os *participantes*.

É, de facto, a definição do quadro comunicativo do discurso que ajuda a definir o género de interacção verbal: um dado género configura determinados quadros comunicativos e liga-se à natureza dos conteúdos da interacção.

Interessa-nos, para a análise da gestão dos turnos de palavra e as suas implicações nas relações interpessoais, desenvolver algumas questões relacionadas com o quadro participativo.

Os interlocutores e a relação comunicativa que assumem, e da qual são indissociáveis, constituem uma coordenada fundamental do quadro comunicativo. Efectivamente, os participantes de uma interacção seleccionam de todas as suas características psicossociais aquelas que são relevantes para o evento comunicativo em que participam e para a preservação da “face”<sup>4</sup>

4 Goffman define o termo *face* como a imagem própria delimitada em termos de atributos aprovados socialmente: “On peut définir le terme de *face* comme étant la valeur sociale positive qu’une personne revendique effectivement à travers la ligne d’action que les autres supposent

própria e do outro. O papel assumido pelos participantes depende da situação, mas, simultaneamente, ajuda a construir a situação. Estes desempenham, portanto, determinados papéis, de acordo com as regras situacionais e institucionais que largamente os transcendem, mas que eles têm que interiorizar no sentido de adequarem o seu comportamento às normas sociais vigentes, a fim de compreenderem e serem compreendidos. No caso em análise, os participantes pertencem todos à mesma classe profissional, o que vai condicionar as suas intervenções.

Dado o elevado número de participantes nestas interacções, há uma grande fluidez nas tomadas de palavra, que são em certa medida imprevistas e sujeitas a intrusões que os sinais de regulação não conseguem controlar. Considerando a interacção verbal global, todos os participantes têm o estatuto de locutor e alocutário potenciais. Interessa, portanto, nestas interacções verbais mais complexas, os plurílogos, identificar os participantes e os papéis comunicativos que desempenham, ou seja, lugares relacionais que ocupam na interacção verbal. Por vezes verifica-se um conflito na atribuição de papéis, sendo que se pode dar lugar à “intrusão” que, de acordo com Marques (2000:124, 125), pode ser entendida como “o acto de assumir o papel de destinatário directo, e consequentemente de segundo locutor, à revelia do primeiro locutor” e que decorre do facto de nestas interacções haver um número elevado de interlocutores:

Em situações de múltiplos participantes, é por vezes difícil definir exactamente quem é o destinatário, podendo acontecer que alguém se assuma como destinatário indevidamente, ou vice-versa. Ou então é o locutor que, propositadamente, deixa aos seus interlocutores o ónus da decisão. (Marques 2000:124)

### 3. A gestão de turnos – papel da presidente da reunião

Todas as interacções se desenrolam num determinado quadro participativo, colocando em presença, numa dada situação, pessoas com características próprias e que estabelecem entre si um tipo particular de relação.

---

qu'elle a adoptée au cours d'un contact particulier. La face est une image du moi délinéée selon certains attributs sociaux approuvés, et néanmoins partageable, puisque, par exemple, on peut donner une bonne image de sa profession ou de sa confession en donnant une bonne image de soi. (Goffman, 1974:9)

Kerbrat-Orecchioni considera que a construção da relação interpessoal se organiza segundo três eixos/variáveis que determinam as características que essa relação discursiva pode assumir:

Nous considérons également que le système d'expression de la relation interpersonnelle s'organise à partir de *trois dimensions générales* (chacune d'entre elles recouvrant de nombreuses variantes), à savoir :

(1) la relation «*horizontale*»: axe de la *distance*;

(2) la relation «*verticale*»: axe de la *domination*, ou du système de «*places*»;

(3) la relation que je dirai non pas «*affective*» (car il s'agit de décrire des attitudes discursives, et non des états psychologiques), mais *conflictuelle* vs *consensuelle*. (Kerbrat-Orecchioni, 1992: 35-36)

A relação horizontal: distância vs familiaridade, segundo Kerbrat-Orecchioni (1992:39), “renvoi au fait que, dans l'interaction, les partenaires en présence peuvent se montrer plus ou moins ‘proches’ ou au contraire ‘éloignés’”. Existe, assim, um eixo horizontal, gradual e simétrico, orientado, de um lado, para a familiaridade e intimidade, e, do outro, para o distanciamento. A relação ou eixo vertical (também dita de poder, hierárquica ou de dominação) estabelece uma “relação de lugares” entre os interlocutores: “cette dimension renvoi à l'idée qu'au cours du déroulement de l'interaction, les différents partenaires peuvent se trouver placés en lieu différent sur cet axe vertical invisible qui structure leur relation interpersonnelle” (Kerbrat-Orecchioni, 1992:71). Assim, um deles pode ocupar uma posição alta, enquanto o outro pode ocupar uma posição baixa.

Entre os interlocutores da reunião que é objecto da nossa análise, há uma relação simétrica, verificando-se, no que concerne à relação “horizontal”, ou de “distância”, uma certa proximidade. No entanto, se considerarmos que uma reunião em contexto institucional é por definição formal<sup>[5]</sup>, realça-se o papel da presidente que a dirige e gere as intervenções de cada um e, nessa perspectiva, pressupõe-se uma relação vertical, embora esta não esteja suficientemente marcada no nosso *corpus*. Deste modo, a presidente pode ser considerada como moderadora da interacção, se consi-

5 A formalidade a que nos referimos prende-se com o facto de qualquer reunião realizada em contexto escolar possuir uma estrutura e constituição previstas no regulamento interno da escola e se realizar mediante convocatória formal, o que não deve ser confundido com o registo utilizado que, na nossa perspectiva é semiformal, ou intermédio, uma vez que o contexto comunicativo proporciona o uso de um registo que, por um lado, se afasta do coloquial e, por outro, não é completamente planificado.

derarmos que é ela que “tient les rênes de la conversation, et en infléchit le cours; et plus précisément, qui est le principal responsable de l’ouverture et de la clôture des différentes unités conversationnelles” (Kerbrat-Orecchioni, 1992:89). É, portanto, ela que inicia e encerra a referida interacção, como se pode verificar nos exemplos (1) e (2) que a seguir transcrevemos, ou que decide quando se passa ao ponto seguinte, como no exemplo (3).

- (1) (3) **E:** pronto, **já vou começar, já passaram dez minutos.** olá [cumprimenta alguém que entra nesse momento]. como ponto prévio à reunião, eu queria dizer que há este livro que... (...)
- (2) (507) **E:** pronto colegas, se não há mais nada a dizer, dou por encerrada a reunião. Até amanhã se deus quiser!
- (3) (229) **E:** (...) **e agora passávamos ao segundo ponto da ordem de trabalhos** que penso que é... é realmente o ponto fulcral desta reunião

De facto, Kerbrat-Orecchioni considera que um moderador é aquele que tem por função assegurar a gestão da interacção, sendo mais ou menos exterior a ela. Neste sentido, podemos considerar a presidente da reunião que constitui o nosso *corpus* como moderadora. Contudo, de acordo com Marques (2000:125) o moderador “não participa em sentido estrito, na construção da conversação, não é um actor principal em termos teatrais” e a sua “função é, essencialmente gerir a tomada de palavra e as palavras dos outros. O moderador, como diz Plantin, (1995:119) é o papel comunicacional de um participante ‘«en position méta» par rapport au conflit qui leur est soumis”’. Deste modo, esta “moderadora”, para além da sua função meta, também participa na discussão, ocupando, portanto, dois lugares / papéis na interacção.

A simetria relacional entre os interlocutores condiciona, contudo, o papel da gestora da interacção, que é encarada pelos restantes participantes como par, pelo que, por vezes, tem dificuldades em impor a sequencialização discursiva. Esta dificuldade também se relaciona com o “estilo” de comando marcado pelo desejo de não se impor e de criar uma determinada imagem. Veja-se, por exemplo, as seguintes sequências, retiradas do nosso *corpus*, onde é visível essa dificuldade, dadas as interrupções dos restantes participantes que falam todos ao mesmo tempo e fazem comentários a parte e que tornam difícil a gestão dos turnos de fala:

- (4) (117) **E:** atenção! **eu peço desculpa mas o Me já tinha pedido a palavra...**  
 An... An o Me já tinha pedido a palavra há muito tempo!  
 (118) **Me:** eu...o que queria dizer não tem... não tem que ver eh... com esta questão...>  
 (137) **E:** **agora era a R que ia falar.** meninos!  
 [a presidente da reunião chama a atenção batendo com o lápis na mesa na tentativa de repor a ordem] mas (-) >  
 (138) **R:** era eu?  
 (139) **E:** <mas, espera aí R. é que o Z disse aqui uma coisa que eu acho que se calhar era uma estratégia ótima... portanto aqui o professor que faltar, neste caso, eh... vir para aqui no dia livre [risos]  
 [alguma confusão, falam todos ao mesmo tempo]  
 (140) **M:** ninguém tem dia livre, tu tens é dia sem componente lectiva!  
 (141) **F:** claro, ninguém tem dia livre!  
 [confusão]  
 (142) **Em:** mas não me parece a solução  
 (143) **E:** não? **R** (-)  
 (144) **R:** pronto então sobre esta questão e depois vou recuar um pontozito (...)

Neste tipo de interações, em que o número de participantes é elevado, a gestão dos turnos é, portanto, mais difícil de controlar e a imprevisibilidade da estrutura conversacional influencia a relação interpessoal, podendo gerar conflitos como no exemplo (5) a seguir transcrito:

- (5) (24) **M:** mas... mas imagina eh... eu sou responsável pela turma, o colega que está comigo muitas vezes está com o t e. eh...  
 (25) **Em:** está sempre...  
 (26) **An:** está sempre só um professor é que é componente lectiva XXX  
 (27) **M:** pronto, mas é assim, ele pode ficar com a turma e eu levo as faltas, mas eu também não tenho a possibilidade de repor? então qual seria a ideia... o professor que é responsável da turma vai ter que num outro dia marcar com os alunos, e o colega, que tem o t e ou a c e, cumprirá aquela hora na biblioteca, por exemplo...  
 (28) **Em:** M estás a pensar nos professores, não estás a pensar nos alunos...  
 (29) **E:** é que os alunos vêm duas vezes  
 (30) **M:** não vêm duas vezes, nada!  
 (31) **E:** ai não?  
 (32) **M:** não, não vêm! não vêm.  
 (33) **Em:** não, não é isso... vão ficar com um furo, vão ficar com um furo



- (34) **An:** M... perdem as aulas desse dia, estás a perceber, se eles à quinta tinham estudo acompanhado às dez e meia, se o professor avisa na terça-feira que não há, o aluno fica ali com aquele furo

É notório o conflito gerado entre os intervenientes nesta sequência, onde as sobreposições de fala e a ausência de marcadores de turno tornam o enunciado mais agressivo, o que traz consequências a nível relacional e põe em causa o estatuto da “moderadora” da interacção.

De facto, ao nível global, o esquema participativo varia de acordo com o tipo de interacção. Certos papéis participativos particulares são próprios de determinados tipos de interacções, como é o caso da presença do “moderador”, responsável por gerir a organização dos turnos de palavra, mas que se pode transformar em participante comum e, pelo contrário, qualquer participante pode assumir o papel de gestor das trocas verbais.

#### 4. Tomadas de palavra / trocas / interrupções

Tusón Valls (2008:55) refere que o turno de palavra é uma unidade básica da organização interaccional. De um ponto de vista formal, o que caracteriza a conversação em sentido amplo é o facto de ser um texto a várias vozes que se organiza a partir da alternância de turnos. Normalmente, os interlocutores sucedem-se uns aos outros sem interrupções nem silêncios prolongados. Favorecer a sucessão ou alternância de locutor, permitir que o outro fale e respeitar o turno é, de facto, cooperativo e cortês. Contudo, nem sempre estas regras e princípios são respeitados no desenrolar de uma interacção e quando esta possui um elevado número de participantes, como é o caso da reunião em análise, a alternância de turnos não é tão simples, ela vai ocorrendo de forma espontânea, registando-se frequentemente sobreposições, interrupções e intrusões<sup>[6]</sup> que na maior parte dos casos não são sentidas como descortesias.

Antes de iniciarmos a análise das tomadas de palavra do nosso *corpus*, convém distinguir a *intervenção*, que é a unidade monológica máxima, de *par adjacente*, unidade dialógica mínima. De acordo com Briz (2004:70)

6 Kerbrat-Orecchioni (1992:87-88) define a interrupção e a intrusão da seguinte forma: “**Interruption:** L2 s'empare de la parole sans que L1 ait terminé son tour; ce faisant il commet à son endroit une sorte de larcin (on dit qu'il lui «fauche» la parole), et violation territoriale (...) **Intrusion:** L2 prend la parole alors qu'il n'est pas autorisé à le faire, soit parce que ce n'est pas lui qu'a sélectionné L1, soit parce qu'il est en principe, de par son statut, bien que témoin de l'échange, interdit de parole.” (negrito nosso).

“Cada una de las emisiones de un interlocutor, sean continuas o discontinuas, constituyen una intervenció<sup>n</sup>”<sup>7</sup>. O intercâmbio ou par adjacente é constituído por “dos intervenciones sucesivas de distintos emisores, una de inicio y otra de reacció<sup>n</sup>”.

Registam-se, ao longo da reunião em análise, 14 intervenções da presidente que têm como finalidade gerir os turnos de palavra ao longo da interacção, mas este número não é significativo se considerarmos que a reunião possui um total de 503 intervenções.

Em praticamente todas as intervenções, a presidente recorre a marcadores fáticos para repor a ordem e o bom andamento da interacção. O mais frequente é o uso de “pronto” com valor conclusivo ou como marcador de mudança de turno como nos exemplos seguintes:

- (6) (126) E: **pronto, pronto**. agora vamos passar... agora é a A e depois é a R. co-docência.  
 (298) E: **pronto**, Z, agora dava a palavra à D (-)  
 (311) E: **pronto** vai falar o Em (-)

Registam-se também outros marcadores como “atenção” e “vá lá”, que constituem actos directivos indirectos:

- (7) (117) E: **atenção!** eu peço desculpa mas o Me já tinha pedido a palavra... An... An o Me já tinha pedido a palavra há muito tempo  
 (296) E: **vá lá**, o Z quer falar!

Sobressai na intervenção 117, o recurso ao pedido de desculpa (“eu peço desculpa mas o Me já tinha pedido a palavra”) como uma actividade reparadora com função reguladora da relação interpessoal.

As formas de tratamento podem reforçar o acto directivo de chamada de atenção, como acontece no exemplo seguinte.

- (8) (137) E: agora era a R que ia falar. **meninos!**  
 [a presidente da reunião chama a atenção **batendo com o lápis na mesa** na tentativa de repor a ordem] mas (-) >

7 As intervenções podem ser reactivas: “Son, en general, manifestaciones de acuerdo o desacuerdo, de aceptación, aprobació<sup>n</sup> o rechazo de lo que se está diciendo, de colaboració<sup>n</sup> en el cumplimiento de ciertas obligaciones derivadas de las intervenciones iniciativas anteriores, es decir, respuestas cooperativas más o menos predictibles”; avaliativas: “responden a las valoraciones del otro”; ou colaborativas fáticas: “confirmadoras o reafirmadoras del otro, de su papel de hablante, de ratificació<sup>n</sup> de éste”.

A chamada de atenção realizada pelo enunciado “meninos!”, em (8), tem uma função fática e cria uma relação assimétrica, reforçadas pelo acto directivo não verbal simultâneo, quando a presidente bate com o lápis na mesa.

Estes momentos de gestão dos turnos surgem normalmente na sequência de uma discussão que começa a gerar confusão e alguma tensão entre os interlocutores e têm como finalidade fazer fluir a interacção.

Em interacções conversacionais, o aparecimento de intrusões traz consequências fundamentais em termos da construção discursiva. A intrusão é um sinal de um estatuto interpessoal particular em que um dos participantes se assume como locutor seguinte, aproveitando um silêncio, uma entoação, ou então se sobrepõe ao primeiro locutor. É o acto de assumir o papel de alocutário e, conseqüentemente, de segundo locutor, em conflito com o primeiro. É um conflito de atribuição de papéis, que resulta de uma incompreensão parcial da intenção do locutor e porque a nomeação do alocutário é o resultado de uma negociação, mesmo que seja implícita, na maior parte das circunstâncias, a não aceitação desse acordo tácito implica polemizar, não o conteúdo discursivo, mas a relação interpessoal estabelecida.

Há sequências discursivas, onde as tomadas de palavra sem marcador de turno tornam a discussão mais agressiva. No entanto, é frequente, nas interacções que constituem o nosso *corpus*, a ocorrência de interrupções e sobreposições de fala colaborativas, como ilustram os exemplos a seguir transcritos:

- (9) (121) **Em:** tu falaste bem... nós só podemos pedir um professor se ele estiver de atestado trinta dias >  
 (122) **Me:** eu sei  
 (123) **Em:** < há colegas nossos que metem hoje uma semana... daqui a quinze dias mete mais uma semana... ó... ó Me se conseguires convencê-los, se conseguires convencê-los do contrário... nós tentamos
- (10) (362) **R:** olha, conclusão, estamos a perder tempo!  
 (363) **Em:** estamos a perder tempo!
- (11) (284) **Em:** A, eu acho que o pedagógico tem um papel importante sobre isto, eu acho que se calhar... eu acho que se calhar falam noutras coisas que se calhar têm pouco interesse não são questões maiores percebes? mas isto eu acho que é importante>  
 (285) **E:** também acho >

(12) (314) **Em:** na sequência do que disse o Z e a R, estas turmas em que alguns professores não conseguem dar aulas há outros que dão a aula lindamente na mesma turma >

(315) **S:** exactamente

(316) **Em:** < e já agora nós também temos culpa porque... há mais ou menos há uns quinze dias atrás oitenta por cen..., não digo oitenta, mas cinquenta por cento dos professores saiam mais cedo da sala de aula!

Todos os casos de interrupções que assinalámos dificultam a organização sequencial das interações e ligam-se com a relação interpessoal.

Aliás, Briz (2000) considera que os motivos que favorecem os fenómenos de fala simultânea não supõem necessariamente interrupção e o seu objectivo nem sempre é de tomar, recuperar ou usurpar o turno e muitas destas intervenções sobrepostas não pretendem nem chegar a ocupar um turno, como é o caso da retoma em eco em (10) que marca a coincidência de opiniões. Algumas dessas interrupções possuem uma função fática, de confirmação do contacto, sinais de atenção, de interesse pela negociação, como a intervenção 315 em (12) e que pode ser considerado um FFA, na medida em que, ao manifestar o acordo (“exactamente”), o interlocutor mostra-se cortês; outras intervenções sobrepostas completam a informação, corrigem, valorizam ou confirmam o dito e a argumentação de quem está a falar, ou manifestam opiniões como a intervenção 285 em (11), sendo, em suma, intervenções que colaboram com o dito pelo outro sem que cheguem a ser atendidas ou contestadas pelo falante, ou seja, não são turnos<sup>[8]</sup>. As interrupções podem, portanto, ser consensuais ou dissensuais.

Normalmente, os participantes aceitam tanto a interrupção como o monólogo simultâneo como contribuições naturais ao intercâmbio verbal, porque, como foi possível demonstrar, muitas vezes a duplicidade de turnos e as interrupções são interpretadas como sinais de solidariedade, sinais que reflectem empatia e interesse pela pessoa do interlocutor através da intensidade do contacto verbal.

8 Consideramos aqui o turno na acepção de Briz que o define da seguinte forma: “Proponemos definir la unidad *turno* como hueco o lugar de habla rellenado con emisiones informativas (comp. Gallardo 1993, Gallardo 1996 y Gallardo 1998) que son reconocidas por los interlocutores mediante su atención manifiesta y simultánea (Sacks *et al.* 1974), la unidad que hace que la conversación progrese dentro de un orden (Fant 1996:150)” (Briz, 2000:14)

## 5. Dirigir a reunião: estratégias de cortesia e relações interpessoais

Para o estudo das estratégias linguístico-discursivas de cortesia na gestão dos turnos adoptamos o modelo proposto por Kerbrat-Orecchioni, ecleticamente construído sobre as teorias fundadoras de Lakoff (1973), Leech (1983) e de Brown e Levinson (1978, 1987), que se fundamentam, por seu turno, na Teoria dos Actos de Fala (Austin, 1962 e Searle, 1982), na Lógica Conversacional (Grice, 1966) e nas Teorias da «Face» e «Territórios do Eu» (Goffman, 1974).

Kerbrat-Orecchioni considera que a terminologia de Brown e Levinson, que substituem os conceitos de “território” e de “face” de Goffman por “face negativa” e “face positiva”, é vantajosa no sentido em que por um lado sublinha os laços estreitos que existem entre as duas entidades complementares - a face positiva e a face negativa - e por outro permite a elaboração da noção genérica de “*Face Threatening Act*” (FTA) – «acts that by their nature run contrary to the face wants of the addressee and/or of the speaker.» (Brown & Levinson, 1987: 65) e ao mesmo tempo a elaboração de um sistema homogéneo de regras de cortesia. No entanto, segundo a autora, a concepção brown-levinsoniana é excessivamente redutora e pessimista:

Sobre todo y con justa razón, se ha reprochado a esta teoría el reflejar una concepción excesivamente pessimista, y hasta «paranoide» de la interacción (concebida como un terreno minado por toda suerte de FTAs que permanentemente hay que empenarse en descebar) y de los interactuantes (presentados como obsesionados por esas amenazas que planean sobre sus cabezas y montando guardia sin parar alrededor de sus territorios y de sus imágenes). (Kerbrat-Orecchioni, 2004:43)

Deste modo, coloca a questão sobre como poderiam os interlocutores relacionar as exigências das suas faces com o facto de a maior parte dos actos de fala representarem uma ameaça a ambas as faces.

Assim, defende a existência dos chamados FFAs (*face flattering acts*) ou actos que reforçam a imagem.<sup>[9]</sup>

9 *FFA*, sigla introduzida por Kerbrat-Orecchioni, designa, portanto, os actos intrinsecamente valorizadores das faces dos interactuantes, como sejam os cumprimentos, os agradecimentos ou os votos de boas-festas. Com este tipo de actos, que também designa por «anti-FTA», a autora melhora significativamente a proposta teórica de Brown e Levinson. Estes autores, tendo uma concepção demasiado pessimista da sociedade, consideraram sobretudo a cortesia negativa. Como observa a autora, «se montrer poli dans l'interaction, c'est produire des FFAs tout autant qu'adoucir l'expression des FTAs». E acrescenta: «dans nos représentations prototypiques, la

Kerbrat-Orecchioni (1996:50-51 e 62) integra no âmbito da cortesia linguística “tous les aspects du discours qui sont régis par des règles, et dont la fonction est de préserver le caractère harmonieux de la relation interpersonnelle”. Tais princípios e regras governam e regulam, não só “les comportements que le locuteur doit adopter envers son partenaire d’interaction”, mas também “les attitudes que le locuteur doit adopter vis-à-vis de lui-même”. Deste modo, já não é só a problemática dos constituintes do texto conversacional que se estuda, mas também as relações que, a nível interpessoal, os interlocutores manifestam numa dada situação ou co(n) texto de conversação.

Os eixos que determinam as características que a relação discursiva pode assumir permitem enfatizar as relações do linguístico com o social e constituem uma dimensão fundamental do estudo das interações verbais e, nomeadamente, do uso das formas de tratamento.

A cortesia verbal assenta na relação interpessoal estabelecida em cada interação verbal e simultaneamente regula essa interação. Em cada interação os interlocutores marcam um estilo pessoal que respeita ou não o estilo institucional que prevê uma dimensão específica de cortesia verbal.

As relações interpessoais são analisadas em função do uso de diferentes formas de tratamento, cuja escolha é motivada por um sentido de familiaridade pessoal *versus* distância social. Como refere Marques (2000), as relações de proximidade / distanciamento entre os interlocutores são construídas em torno dos pronomes Tu / Você (segunda e terceira pessoas):

Quanto à alocação, a referência ao alocutário faz-se em português através de duas formas que marcam, em particular, relações de familiaridade/distância. O tratamento Tu/Você/Vocês, ou Tu/Você/Vós/Vocês como ainda é usado no Norte de Portugal, é muito complexo e mutante, no sentido de que são muitos e variáveis os factores que influenciam cada opção de tratamento (...) (Marques, 2000:178)

---

louange passe pour “encore plus polie” que l’atténuation d’une critique.» (Kerbrat-Orecchioni, 1996: 51 e 53-54). Este termo refere-se a um acto *valorizador* ou *elogioso* da imagem, o que não funciona necessariamente como o reforço da imagem ameaçada, mas como um reforço de um comportamento positivo de determinada interação. Por conseguinte, os actos de fala podem ser descritos como um FTA ou um FFA, dos quais se podem diferenciar duas formas de cortesia: a *negativa*, que procura evitar ou atenuar a produção de um FTA, e a *positiva*, que visa realizar algum FFA, termo que representa o complemento positivo dos FTAs.

Assim, o conteúdo da relação social é reflectido na escolha dos pronomes pessoais que não constituem, no entanto, a única forma de nomeação do alocutário:

A par dos pronomes, não necessariamente explicitados na superfície textual, a marcação linguística das “pessoas” – a sua nomeação – pode ser feita por mecanismos morfológicos de flexão verbal, ou ainda, por construções léxico-gramaticais que, como vocativos e determinadas sequências meta-comunicativas, constroem, nomeadamente, a figura do alocutário. (Marques, 2000: 176)

Em situações que não são marcadas em termos de estatuto, as escolhas linguísticas podem ser usadas para estabelecer, manipular, mudar e negociar a natureza da relação. A fala reflecte, portanto, as relações sociais entre as pessoas, particularmente as formas de poder e solidariedade manifestados nessas relações. Para o falante português, os marcadores linguísticos mais claros de relações sociais são os nomes pelos quais as pessoas são tratadas, incluindo o nome próprio ou o apelido, e os pronomes pessoais. As expressões de que dispõe o locutor para designar o(s) seu(s) alocutário(s) possuem, geralmente, um valor deíctico e um valor relacional e servem para estabelecer um tipo particular de laço social.

Nas interações em análise, é notória a existência de uma relação simétrica, na qual os interlocutores se situam como pares, marcada pelos usos recíprocos Eu – Tu e pelo uso dos nomes próprios. A definição das posições resulta do reconhecimento de uma relação social predeterminada, de um acordo tácito, de uma negociação implícita, isto é, trata-se de um contrato comunicacional. Privilegiam-se, portanto, as formas de tratamento relacionadas com a disponibilidade e solidariedade entre indivíduos que se encontram no mesmo eixo horizontal. Veja-se o exemplo (13) a seguir transcrito:

(13) (87) **Em:** ó **Ar** então eu... **eu** tenho co-docência **contigo**, **tu** faltas **eu** dou aula, **tu** nunca tens faltas. podemos combinar o ano todo >

São usadas formas de tratamento informais para afirmar a simetria entre os interlocutores que se tratam por “Tu”, recorrendo à segunda pessoa do singular na conjugação verbal, o que em português marca uma relação informal, profissional ou familiar. No entanto, o “Tu” habitualmente usado entre colegas de trabalho é um “Tu” corporativo que mantém a dimensão de simetria, mas é neutro quanto à proximidade.

São ainda usados mais ou menos regularmente apelativos funcionais, como “colega”, também habitual nas relações profissionais que atestam a relação simétrica entre os interlocutores, mas que também atestam a falta de proximidade ou familiaridade. Registe-se, contudo, a informalidade da linguagem no uso da expressão “toca a mexer”, na intervenção 355, em (14), que a seguir transcrevemos e que reforça a familiaridade que os usos dos pronomes e formas de tratamento entre os interlocutores revelam:

(14) (355) **M:** pronto **colegas** são sete e dez vamos lá, vamos lá. toca a mexer!

(358) **R:** <a escola a funcionar vinte e quatro horas por dia, **ó colegas** é verdade! >

Como as interações em análise possuem um elevado número de participantes e a tomada de palavra nem sempre decorre de forma harmoniosa, muitas vezes os interlocutores retomam ou respondem a enunciados produzidos anteriormente, nomeando os seus interlocutores através de vocativos, formas de tratamento ou de pronomes pessoais, dimensão importante porque se trata de uma interação plurilocutores que permite a formação de alocutários principais e alocutários secundários.

Os tipos de tratamento são muitas vezes feitos de forma directa, por vocativo, como nos exemplos em (15), ou de forma indirecta, usando a terceira pessoa, como em (16), sendo que nestes casos os elementos nomeados são apenas objecto do discurso e não alocutários:

(15) (91) **A:** **ó An** mas também XXX

(115) **An:** **ó A** se nós... nós criamos uma regra, desculpa lá, se nós criarmos uma regra (...)

(16) (52) **Em:** e esta questão que **a E** colocou, nunca se pôs a nível do estudo acompanhado!

(90) **An:** as regras... as regras normalmente criam-se quando há falhas sistemáticas como é... **no caso da M**, no estudo acompanhado (...)

Como se pode aferir a partir dos exemplos transcritos, os interlocutores evidenciam uma relação simétrica de informalidade, tratando-se por “Tu” e pelo primeiro nome, que, como foi já referido, são formas de tratamento comuns entre colegas de trabalho, verificando-se, no entanto, alguma ambiguidade no que diz respeito às relações interpessoais: há infor-



malidade, marcada no uso de “Tu” e do nome próprio, mas a dimensão corporativa, introduzida pelo uso de “colegas” afasta qualquer interpretação de intimidade.

No discurso da presidente da reunião, são vários os mecanismos linguístico-discursivos a que esta recorre de forma a estruturar a interacção, gerir as relações interpessoais e agilizar o andamento dos trabalhos.

Assim, logo nos momentos iniciais da reunião, a presidente / moderadora apresenta já algumas estratégias de cortesia relevantes. Aliás, o início de uma interacção é um momento delicado que exige tacto por parte de quem tem a responsabilidade de a iniciar. A sequência de abertura é constituída pelo par adjacente em (17) que prepara o início da interacção.

- (17) (1) E: já posso?  
 (2) **Várias vozes:** já podes... já podes...”

A pergunta inicial não é entendida como uma ordem mas como um pedido de permissão. Efectivamente, a locutora utiliza-a como uma forma indirecta de “mandar calar” os interlocutores para poder começar os trabalhos, produzindo um potencial FTA, forma de cortesia negativa, mas atenua a força ilocutória que possuiria um acto de fala directivo explícito como por exemplo «calem-se», o que constitui, segundo Kerbrat-Orecchioni (1990:200), um procedimento substitutivo de comutação de uma forma imperativa por uma forma interrogativa.

As intervenções subsequentes que a seguir transcrevemos mostram que, efectivamente, há um reforço das estratégias de cortesia por parte da locutora:

- (18) (3) E: pronto, já vou começar, já passaram dez minutos. olá [cumprimenta alguém que entra nesse momento]. como ponto prévio à reunião, eu queria dizer que há este livro que... (?) gramatical, gramática do discurso e gramática da língua, de português, ensino secundário, com redução de preço. custava quase vinte euros, custa treze e tal... quase catorze. eu vou passar, quem quiser tem aí o boletim de encomenda.  
 (4) A: já se sabe quem é que vai fazer a acta?  
 (5) E: já. já está tudo? é a M que vai fazer [a acta], está a passar a ordem de... a... a folha de presenças.  
 (6) M: sim, anda por aí.  
 (7) E: também está aqui... estes... estes impressos... para quem... como vocês sabem, com certeza todos, nós temos o projecto comenius na nossa escola, a pessoa responsável por ele é... a colega G M de inglês e de alemão,

com a noruega, e... já fizemos várias... já fomos lá, já vieram cá, os meninos, e... estão estes impressos para quem quiser estabelecer contactos com os professores noruegueses... bem eu vou passar, põe aí o seu endereço, os dados que aí estão para eh... mandar para lá e eles depois, fazem o mesmo convosco. e eu agora então passaria ao primeiro ponto de trabalhos que é informações do conselho pedagógico, já foram todas... diz? ai é verdade, falta a leitura da acta, L, não te importas?

(8) A: olha eu vou passar, desculpa lá, houve gente que chegou entretanto (-)

(9) E: desculpem lá eu estar com esta pressa toda, mas há uma colega que me pediu para ir a uma determinada hora, que tem um assunto muito urgente a tratar. por isso é que temos mesmo que andar para não... prejudicá-la nesse... nisso que ela me pediu.

Depois de justificar o início dos trabalhos naquele momento preciso com o facto de já terem passado os dez minutos de tolerância (“pronto, já vou começar, já passaram dez minutos”), começa com um ponto prévio, dando algumas informações, mas “esquece-se” de solicitar a leitura da acta da reunião anterior, pelo que se verifica um planeamento simultâneo, o que impõe o recurso a estratégias de cortesia variadas. Na intervenção 7 ordena a L que leia a acta (“L, não te importas?”) e mais uma vez atenua essa ordem substituindo uma forma imperativa por uma interrogativa, menos impositiva, de forma a não ameaçar a face da sua interlocutora, invadindo o seu “território”, e preservando também a sua própria face positiva. O uso do verbo “importar” e a forma negativa preservam aparentemente a liberdade de decisão de L. A pergunta que lhe coloca constitui um acto de fala indirecto só interpretável tendo em conta o contexto da enunciação e atesta uma relação interpessoal próxima e simétrica e uma imagem não autoritária da presidente.

Na estruturação da interacção, a locutora negocia a passagem ao ponto um da ordem de trabalhos recorrendo ao condicional (“passaria”) que constitui um atenuador que mitiga os efeitos de um FTA potencial.

Veja-se ainda a ocorrência de um pedido de desculpa seguido de uma justificação que é também uma forma de atenuar um FTA: “desculpem lá eu estar com esta pressa toda, mas há uma colega que me pediu para ir a uma determinada hora.”

Ao longo das sequências transaccionais, são vários os mecanismos que possibilitam a eficácia interaccional, por um lado permitindo a realização dos objectivos ilocutórios e por outro visando efeitos relacionais, ocupando a presidente uma posição alta<sup>10</sup>. Esta posição é legitimada pelo papel de

10 Adoptamos a tradução de “position haute” usada por Kerbrat-Orecchioni (1990:84).

gestora da interacção que detém, não se verificando, contudo, nas formas de tratamento, uma assimetria. Efectivamente, uma das funções da presidente é assegurar que a interacção decorra de forma coordenada e cooperativa para que não se produza uma ruptura e que os interlocutores interajam para uma finalidade pragmática comum, sendo que as estratégias mais utilizadas para esse fim são as que a seguir registamos.

Nos momentos em que se gera confusão, a presidente recorre a actos não verbais<sup>11</sup>, actos directivos de dimensão fática, de forma a chamar a atenção dos alocutários como nos exemplos em (19) a seguir transcritos:

(19) (267) E: [**bate com o lápis na mesa**] shiiii

(450) E: pronto, de qualquer modo a abstenção da R mantém-se. [falam várias pessoas ao mesmo tempo] tem de haver uma reunião [**bate com o lápis na mesa**] (...)

Relativamente às estratégias verbais, regista-se um número significativo de perguntas que marcam a sequencialização da interacção das quais registamos a título de exemplo as seguintes:

(20) (187) E: pronto, **vamos continuar?**

(370) E: então **vamos passar ao ponto três?** eh... é assim, se por acaso entretanto alguém tiver uma ideia brilhante, XXX, >

Nas intervenções transcritas, a locutora negocea o desenvolvimento da interacção, não o impondo explicitamente, antes recorre a actos de fala indirectos que minimizam o acto directivo, através da substituição de uma forma imperativa por uma interrogativa que tem efeitos atenuadores e minimizadores de um potencial FTA. O uso da primeira pessoa do plural, o “nós” inclusivo, implica que, na realização do pedido que estes enunciados realizam, estejam comprometidos quer a locutora quer os interlocutores, o que mostra cortesia positiva, se considerarmos que existe uma certa assimetria de papéis entre a primeira que assume o comando da interacção e os segundos que se submetem à sua orientação. Com este uso subentende-se que a locutora e os alocutários fazem parte do mesmo grupo, com as mesmas tarefas.

11 Não é possível fazer uma análise completa destas estratégias, dado que a gravação em registo áudio não nos fornece todos os elementos necessários.

O mesmo ocorre no enunciado que se segue:

(21) (214) E: vamos continuar, vamos lá!  
[alguma confusão, falam todos ao mesmo tempo]

O acto realizado nesta intervenção é atenuado pela inclusão do modificador “lá” que é um marcador fundamental de minimização de um acto directivo. Este tipo de intervenção ocorre com alguma frequência em momentos em que há alguma confusão provocada por afirmações mais polémicas que levam a que vários participantes falem ao mesmo tempo.

Há ainda intervenções que representam tentativas de sistematização do que anteriormente foi dito pelos interlocutores e que constituiu uma longa discussão sobre o assunto. Veja-se a título de exemplo a intervenção que se segue:

(22) (155) E: pronto. eu penso que está toda a gente de acordo. a aula... ser dada com o professor que está presente, isso é que eu acho que deve estar toda a gente de acordo, não é? e depois a outra parte, quem de direito vai ter que decidir.

Note-se que a questão da co-docência ocupa uma longa sequência transaccional que é lançada na intervenção (12) e só na (155) é que a presidente lhe põe termo. É aqui negociado o final da discussão através de um acto de fala assertivo atenuado pelos verbos de opinião “eu penso que” e “eu acho que” e ainda pela interrogação “não é?”, na tentativa de não impor a sua opinião, invadindo o território dos alocutários por não lhes dar a possibilidade de a contradizerem.

O mesmo ocorre na intervenção a seguir transcrita, onde a locutora também conclui uma demorada discussão de um assunto sobre o qual os interlocutores não têm poder de decisão. Aliás ao longo de toda a reunião são mais os momentos de reflexão sobre os assuntos propostos do que as tomadas de decisão, daí o uso reiterado de verbos de opinião.

(23) (229) E: **pronto** em relação ainda ao projecto comenius a G M esteve recentemente na noruega, (...) e **agora passávamos** ao segundo ponto da ordem de trabalhos **que penso que é...** é realmente o ponto fulcral desta reunião e que... **eu vou pedir ao Ar o favor de projectar** que mas é um documento bastante complexo **eu acho que** é muito mais difícil sermos nós a ler e a ver do que estar a analisar em conjunto tem a ver eh... com a avaliação externa da escola de acordo com as escolas da nossa, do nosso

concelho e da nossa zona pedagógica, **não sei se é assim que se chama, é assim que se chama?**

A progressão da interacção é ainda marcada pelo recurso a actos de fala indirectos que minimizam o acto directivo, sendo que o uso do pretérito imperfeito, no segmento destacado na intervenção transcrita, reforça essa estratégia de atenuação.

A interrogação final contribui ainda para a progressão da interacção e o reforço da relação colaborativa. Reforça ainda a imagem de “não arrogância” do locutor.

O uso de expressões metadiscursivas é bastante frequente. Os segmentos destacados na intervenção que se segue ilustram a ocorrência das referidas expressões.

- (24) (12) **E:** ninguém se opõe... à acta? então está aprovada por unanimidade. (...) **e então depois é que se entra nas informações que toda a gente já recebeu por mail**, informações do conselho pedagógico, mas... acredito que nem toda a gente as tenha lido, e então, uma... um aspecto muito importante que foi focado pelo presidente do conselho pedagógico, é a questão da assiduidade, da disciplina e do funcionamento da reprografia. **em relação aos dois primeiros pontos, assiduidade e disciplina, tudo o que é preciso ter em conta está... está no mail institucional de cada um**, de cada pessoa, portanto é só ir lá consultar os documentos, ler a legislação, e em relação à reprografia é muito importante exactamente por causa do excesso de cópias, que os professores mandam fazer, que muitas vezes não vão levantar, portanto para além de haver um problema com... re... relacionado com a economia da escola, há o problema da... da ecologia, não é? (...). eh... há depois o problema das faltas dos professores que estão em co-docência. e aqui eu pedia sugestões para, parece que há professores que estão a trabalhar em co-docência, mas as coisas não estão a correr assim muito bem, isto é, quando um professor falta, o outro, pela lei que está eh... a vigorar, o outro está impedido de dar a aula, portanto fica prejudicado o que veio para dar aula mas não pode, portanto eu achava que era importante nós aqui manifestarmo-nos sobre a nova filosofia destas aulas que vão ser aliás pensadas em janeiro, no início do segundo período, mas acho que era importante para as pessoas que têm que tomar essa decisão, eh... se calhar ter algumas... sugestões... daqui de colegas, já vi colegas que estão a fazer co-docência, não há?

Nesta intervenção, após a aprovação da acta da reunião anterior, a presidente dá as informações do Conselho Pedagógico, embora realce o facto

de estas já terem sido enviadas para o e-mail institucional de cada uma dos elementos do conselho. Recorre a uma estratégia de impessoalização na expressão metadiscursiva “depois é que se entra nas informações” de forma a mitigar a sua posição de “comando”.

Destaca, assim, três assuntos: a assiduidade, a disciplina e o funcionamento da reprografia, já que está convicta de que nem todos leram as informações enviadas (“mas... acredito que nem toda a gente as tenha lido”). Realiza neste enunciado um acto de crítica que ameaça a imagem dos interlocutários, realçado pelo uso do verbo “acreditar” com valor epistémico, mas minimizado pela não identificação dos destinatários da crítica. Relativamente aos dois primeiros assuntos, mostra a intenção de não os desenvolver uma vez que todos os podem consultar, tentando limitar intervenções subsequentes para agilizar o andamento da reunião, o que, como é possível verificar na leitura da transcrição integral, não surtiu efeito, dado que estes assuntos ocupam uma grande parte da interacção. Este facto prova que as estratégias de “comando” falharam devido à relação interpessoal simétrica que estabelece com os elementos do conselho que não lhe reconhecem uma posição superior. Aliás, a própria presidente assume, mais tarde, que não soube gerir bem a interacção, cometendo um FTA contra a sua própria face positiva:

- (25) (395) **E:** atenção eu queria... eu tinha pensado que esta reunião ia acabar às sete horas. e eu acho que gerir o tempo também é uma competência e eu afinal não consegui geri-lo nada bem. (...)

Esta assunção de culpa vem na sequência da intervenção ameaçadora de M, em (26):

- (26) (394) **M:** ó E, vamos lá eu preciso de me ir embora! E eu preciso de ir embora, anda lá! [conversas paralelas] a reunião continua amanhã!

Está previsto no regimento do Departamento Curricular de Línguas que as reuniões não devem ultrapassar as duas horas. Caso não seja possível realizá-las no tempo previsto, elas terão de continuar no dia seguinte. Como resposta à “ameaça” de M, a presidente realiza, então, este FTA, no sentido de proteger a imagem dos interlocutores que possivelmente serão os verdadeiros “culpados” desta “má gestão” da interacção.

Em síntese, verifica-se no discurso da presidente da reunião o recurso a mecanismos de cortesia essencialmente negativa uma vez que é frequente

a preocupação em não cometer FTAs ou então atenuá-los ou neutralizá-los. Para tal, a locutora socorre-se de “procedimentos substitutivos de figuração” (Kerbrat-Orecchioni, 1992:200), nomeadamente de comutação das formas imperativas por formas interrogativas (“L, não te importas?”), uso de “desactualizadores”, nomeadamente o imperfeito de cortesia (“e agora passávamos ao segundo ponto da ordem de trabalhos”) e a deixis pessoal, usando o “nós” inclusivo e estratégias de impessoalização (“e então depois é que se entra nas informações”), e ainda outros procedimentos como as desculpas e justificações (“desculpem lá eu estar com esta pressa toda, mas há uma colega que me pediu para ir a uma determinada hora, que tem um assunto muito urgente a tratar”) e os desarmadores, nomeadamente a contrição (“eu acho que gerir o tempo também é uma competência e eu afinal não consegui geri-lo nada bem”).

É recorrente o uso de marcadores de conclusão como “pronto” (12 ocorrências) no início do turno de fala, de forma a concluir o que é dito anteriormente pelos seus interlocutores e marcar a mudança de tópico, conseguindo o equilíbrio na relação interpessoal e o andamento da interação.

## 6. Conclusões

Enquadrámos o nosso *corpus* de análise no subgénero das reuniões profissionais, partindo do quadro comunicativo em que ocorrem. Integram-se num género discursivo marcado pela formalidade, dado que a sua estrutura e constituição estão pré-estabelecidas, embora apresentem as características da conversação face a face.

A análise do *corpus* que, como já referimos, é constituído por discursos autênticos, produzidos numa escola secundária com terceiro ciclo, por interlocutores pertencentes à mesma classe profissional, a classe dos professores, permite-nos avançar com algumas conclusões relativamente ao funcionamento deste tipo de interações.

Em primeiro lugar, na gestão da interação, a “moderadora” assume um papel fundamental, embora seja notória uma certa desorganização que se verifica nas tomadas de palavra, em que as interrupções e os enunciados simultâneos são constantes, mas aceites naturalmente pelos participantes, não sendo, portanto, FTAs, dada a sua relação simétrica. Verificámos que a relação interpessoal assenta nos papéis desempenhados pelos participantes que, embora estejam na interação com o mesmo estatuto de professor, por vezes assumem outros papéis discursivos. As formas de tratamento infor-

mais, marcadas pelos usos recíprocos Eu-Tu e pelo uso dos nomes próprios, atestam a relação de informalidade entre os interlocutores. Efectivamente, não são usadas formas de tratamento com marcas sociais ou académicas, embora sejam usados mais ou menos regularmente apelativos funcionais, como “colega”, também habitual nas relações profissionais, que atestam a relação simétrica entre os interlocutores, mas que também realçam a falta de proximidade ou familiaridade.

Em segundo lugar, procedemos à análise das estratégias de cortesia no discurso da presidente da reunião, cuja função principal é assegurar que a interacção decorra de forma coordenada e cooperativa. Concluímos que o seu estatuto de colegas de trabalho dificulta essa tarefa, pelo que o recurso a estratégias de cortesia variadas é uma constante. Assim, recorre com frequência a mecanismos de cortesia essencialmente negativa, uma vez que é frequente a preocupação em não cometer FTAs ou então atenuá-los ou neutralizá-los. A estratégia mais frequente é o recurso a actos de fala indirectos que minimizam o acto directivo, através da substituição de formas imperativas por formas interrogativas. Também o uso da primeira pessoa do plural na realização destes actos directivos e o uso do imperfeito de cortesia estão muito presentes no discurso da presidente.



**ANEXO (Sinais de transcrição adoptados)<sup>[12]</sup>**

<b>Símbolo</b>	<b>Ocorrência</b>
.	Pausa sintáctica longa
,	Pausa sintáctica breve
...	Outras pausas motivadas por interrupções ou reformulações
?	Interrogação
!	Exclamação
(-)	Manutenção da entoação
“aa”	discurso relatado directo / citações
eh...	Hesitações e pausas preenchidas
hum (uma vez)	Acordos
<u>aa</u> (sublinhado)	Enunciados simultâneos
> (no final de turno interrompido)	Sobreposição que corta o turno precedente, criando interrupção
< (no início do turno que continua o anterior)	Sobreposição ou intervenção intercalar que cria continuidade sintáctica e semântica com o turno antecedente
[aa]	Elementos paralinguísticos e outros
XXX	Segmento indecifrável
[...]	Corte na transcrição
(aa?)	Enunciado duvidoso
A:	Intervenção de um interlocutor identificado como A

12 Na nossa transcrição numerámos ainda todas as intervenções de forma a facilitar a análise. Nesta numeração, bem como nas iniciais que identificam o interlocutor, optámos por usar o negrito, para realçar o início de cada intervenção.

## Referências Bibliográficas

- AUSTIN, J. L. (1962). *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.
- BRIZ, A. (2000). “Turno y alternancia de turno en la conversación”. In *Revista Argentina de Lingüística*, 16. pp. 9-32.
- BRIZ, A. (2004). “Cortesía verbal codificada y cortesía verbal interpretada en la conversación. In: Bravo, D. e Briz, A. (orgs.). *Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español*. Barcelona: Ariel Lingüística. p. 67-93.
- BROWN, P. & LEVINSON, S. ([1978] 1987). *Politeness – some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GOFFMAN, E. (1974). *Les rites d’interaction*. Paris: Seuil.
- GRICE, H. (1975). “Logic and conversation”. In P. Cole & J. Morgan (eds.); *Syntax and semantics 3: speech acts*. New York: Academic Press, pp. 41-58.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1990). *Les Interactions verbales*. Tome I. Paris: Armand Colin.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1992). *Les Interactions verbales*. Tome II. Paris: Armand Colin.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1996). *La conversation*. Paris: Seuil.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (2004). “Es universal la cortesía?”. In Bravo, Diana e Antonio Briz (eds), *Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español*. Barcelona: Ariel, pp. 39-54.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (2005). *Le discours en interaction*. Paris: Armand Colin.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (2003). “Les genres de l’oral : Types d’interactions et types d’activités”, in *Journée d’Études: les genres de l’oral* (Université Lumier-Lyon 2, 18.04.03, [http://icar.univ-lyon2.fr/Equipe1/actes/Journee\\_Genre/CKO\\_genres\\_oral.doc](http://icar.univ-lyon2.fr/Equipe1/actes/Journee_Genre/CKO_genres_oral.doc), (consultado em Agosto de 2010).
- LAKOFF, R. (1973). “The logic of politeness; or, minding your p’s and q’s”. In *Papers from the regional meeting*, Chicago linguistic Society, 9, pp. 292-305.
- LEECH, G. N. (1983). *Principles of Pragmatics*. (Longman Linguistics Library 30). London / New York: Longman.
- MARQUES, M. A. (2000). *Funcionamento do Discurso Político Parlamentar – a organização enunciativa no Debate da Interpelação ao Governo*. Braga: CEHUM – Universidade do Minho.
- SEARL, J. R. (1982). *Sens et expression. Études de theorie des actes de langage*. Paris: Minuit
- PLANTIN, C. (1995). “Fonctions du tiers dans l’interaction argumentative”. In KERBRAT-ORECCHIONI e PLANTIN, C. (eds.), *Le Trilogue*. CNRS. Université de Lyon 2.
- TUSÓN VALLS, A. (2008). *Análisis de la conversación*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A.



## **TEER/AVER + PARTICÍPIO PASSADO NO 'LIVRO DOS OFÍCIOS' DO INFANTE D. PEDRO**

TEER/AVER + PAST PARTICIPLE IN THE 'LIVRO DOS OFÍCIOS' OF INFANTE D. PEDRO

Mafalda Frade  
mmfrade@fcsh.unl.pt

Com o presente trabalho, procuraremos analisar as construções com *teer/aver* + participío passado presentes na obra 'Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram', tradução medieval da obra latina *De Officiis* (de Marco Túlio Cícero), atribuída ao Infante D. Pedro e elaborada provavelmente entre 1433 e 1438. Através desta investigação, pretendemos contribuir para uma análise mais aprofundada do valor aspectual desta construção, distinguindo-o do valor aspectual do pretérito perfeito composto do português europeu contemporâneo. Para tal, faremos uma breve digressão sobre os valores do pretérito perfeito composto em português europeu contemporâneo e analisaremos depois os valores que, na época da tradução em estudo, assumem as formas compostas por *teer/aver* + participío passado, comparando-as aspectualmente com as suas correspondentes no texto original latino.

**Palavras-chave:** *De Officiis*, Livro dos Ofícios, Cícero, Infante D. Pedro, tradução, português medieval, latim, aspecto, pretérito perfeito composto, *teer*, *aver*, participío passado

In this work, we analyze the constructions *teer/aver* + past participle in the medieval Portuguese translation 'Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram'. This text translates the ciceronian latin treatise *De Officiis* and was written by the Infante D. Pedro probably between 1433 and 1438. Through this research, we intend to contribute to a deeper analysis of the aspectual value of this construction, distinguishing it from the compound past tense that nowadays exists in contemporary

---

\* Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) – Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL). 1069-061 Lisboa – Portugal. Apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia: SFRH/BPD/47528/2008.

European Portuguese. To achieve this goal, first we will mention the values of the compound past tense in contemporary European Portuguese and then analyze the values of *teer/aver* + past participle in medieval Portuguese, comparing them with their counterparts in the original Latin text.

**Keywords:** *De Officiis*, Livro dos Ofícios, Cicero, Infante D. Pedro, translation, medieval Portuguese, Latin, aspecto, compound past tense, *teer*, *aver*, past participle

## 1. O pretérito perfeito em português europeu contemporâneo (PEC):

De entre as formas verbais pertencentes ao ‘passado’, as gramáticas englobam na nomenclatura de ‘pretérito perfeito’ dois tempos que separam apenas por ‘simples’ e ‘composto’. Falamos do pretérito perfeito simples e do pretérito perfeito composto. Tal situação poder-nos-ia levar a supor que estas formas verbais desencadeariam valores idênticos, mas, como é sabido, não é isto que sucede.

De facto, o pretérito perfeito simples marca geralmente um processo localizado e concluído num tempo anterior ao da enunciação, incluindo um limite inicial e outro final, e, neste processo, e em coocorrência com marcadores específicos, pode haver duratividade ou iteratividade, podendo ainda assumir um valor de aoristo sempre que a acção passada não é localizada em relação ao momento da enunciação.<sup>[1]</sup>

Já a nível do pretérito perfeito composto, a evolução linguística ditou que este tempo progredisse para um valor aspectual de imperfectividade, em PEC, na medida em que, embora o ponto de origem da acção se possa situar no passado, é prolongado até ao presente, englobando o momento de

1 “O pretérito perfeito simples tem valor aoristo quando o acontecimento é representado em ruptura com o tempo da enunciação, não estando localizado aspectualmente em relação a um tempo que lhe seja exterior. (...) O pretérito perfeito simples tem valor perfeito quando o acontecimento construído tem relevância que se prolonga até um ponto localizador, o tempo da enunciação (...). Se o valor aspectual for perfectivo, a relevância corresponde a um estado resultante” (Campos, 2005: 133-134). Ver também Campos, 1984: 27-34 para justificações mais aprofundadas de alguns exemplos, cujo valor aspectual se relaciona com o tipo de verbo presente na sequência (transitório ou não).

Em grego, o tempo verbal aoristo designava uma acção passada, mas a um nível puramente aspectual, ou seja, sem relação com as suas referências temporais (*Ἀόριστος*, *ov* significava ‘não limitado’). Neste sentido, opunha-se aos temas do presente e do perfeito na medida em que envolvia uma indiferença em relação à duração da acção (aoristo neutro), sendo usado para marcar um valor pontual ou momentâneo (aoristo pontual). Ver Ruipérez, 1982: 51-74, 75-103 (em especial 90-93) e Comrie, 1998: 12.

enunciação. Marca, assim, os valores temporais de anterioridade e simultaneidade, como se percebe em 1. Para além disto, pode assumir, como acontece com o pretérito perfeito simples, um valor de iteratividade ou de duratividade, como vemos respectivamente em 2 e 3 (Campos, 1984:27-34; Ilari, 2001:129-131, 134-145; Mateus, 2006: 142-144):

- (1) A Joana tem andado constipada.
- (2) O André tem sido pontual.
- (3) O Luís tem estado deprimido toda a semana.

Neste tempo, a construção é marcada pelo auxiliar *ter* (e raramente, em PEC, por *haver*) seguido de um particípio passado sem marcação de género feminino ou plural ([-*conc.*]). Neste âmbito, o particípio passado não possui valor adjectival, mas sim valor verbal não predicativo (Casteleiro, *apud* Barreiro, 1998: 72).

Esta referência é importante, na medida em que permite compreender a distinção entre esta construção e uma outra, também composta por *ter* + particípio passado e bastante mais rara em PEC, em que o particípio funciona como um predicativo, possuindo valor adjectival e, conseqüentemente, é susceptível de flexão em género e número. É o que sucede em 4:

- (4) Tenho uma sopa preparada para a minha mãe. / Tenho preparada uma sopa para a minha mãe.

Note-se que, ao contrário das formas de Pretérito Perfeito Composto, em PEC, neste caso o verbo *ter* assume-se como verbo principal e esta construção tem apenas uma leitura de anterioridade, sob o ponto de vista aspectual, sendo incompatível com o valor aspectual de imperfectividade. De facto, surge em contextos em que a categoria aspectual é egressiva, ou seja, a acção verbal é considerada “depois do seu ponto final, isto é, depois da sua conclusão” (Barroso, 1994: 132<sup>[2]</sup>). Para além disto, esta construção pode implicar ‘current relevance’, ou seja, permite que o resultado de uma acção passada seja considerado válido no momento presente.<sup>[3]</sup>

2 O autor considera esta expressão uma perífrase verbal em que o particípio é flexionado, considerando que só pode ocorrer com verbos transitivos cujo objecto directo é expresso. Ver também Mateus, 2006, 161, n. 50 para outras perspectivas.

3 “Current relevance”, para Canavan, 1990: 15, “means is that the results or effects of a situation still hold at the moment of speaking, the present time.” Este autor, ao procurar as diversas implicações do uso deste termo, defende (1990: 26-27) que “where the Lexical Verb permits interpretation for up-to-NOWness, (...) there is no notion of a gap and implicatures for current

Neste âmbito, há uma distinção clara entre as construções com participio passado não flexionado e flexionado, sendo que só a primeira é considerada Pretérito Perfeito Composto em PEC.

## 2. *Teer/aver* + participio passado no ‘Livro dos Offícios’

Não é fácil perceber em que fase da evolução do português se operou a mudança que trouxe ao Pretérito Perfeito Composto, em PEC, um valor de imperfectividade, embora possamos ter uma ideia da sua evolução desde o português medieval, que implicou a gramaticalização da construção *teer/aver* + participio passado como tempo composto. Esta transformação operou-se em diversos níveis: transformação de *teer/aver* em verbos auxiliares, perda de concordância género/número entre a forma de participio passado e o objecto directo, fixação da ordem da construção – *teer/aver* seguidos de participio passado (Squartini/Bertinetto, 2000: 405).

Sabemos que, em português medieval, a construção *teer* + *participio passado* passou a alternar com *aver* + *participio passado* possivelmente a partir do séc. XIV. Neste âmbito, o português operou uma substituição gradual do auxiliar *aver* por *teer*, como aliás, vem a acontecer em sequências em que se mantêm como verbos principais (v., p. ex., Brocardo, 2006). De facto, inicialmente, o tempo de pretérito perfeito foi construído a partir da forma composta *habere* + participio passado (Squartini/Bertinetto, 2000, 405; Mattos e Silva, 2006: 121) que, em latim, era uma construção utilizada para marcar o estado adquirido, marcando mais fortemente do que o Pretérito Perfeito Simples o resultado de uma acção.<sup>4</sup> Mais tarde, contudo, com a dessemantização (‘bleaching’) de *aver* e *teer* e a competição entre ambos, a construção com *teer* acaba por ser a mais comum. É isso, aliás,

---

relevance are not blocked. (...) Implicatures for current relevance are invited when Tangency to NOW is given. Wherever Non-Tangency to NOW obtains for a situation or the time within which it is located, implicatures are either not invited or they are expressly blocked.” A este nível, Squartini e Bertinetto (2000: 410) defendem que “the C[ompound] P[ast] may be used in the original resultative or current state contexts with the past participle agreeing with the direct object. Some of these cases can also be interpreted as referring to a past situation with current relevance, as in *A mãe tem tudo preparado para irmos viver no andar de cima* ‘our mother has prepared everything, so that we could move upstairs’ (lit.: the mother has everything prepared for we-to go to live in the floor of upstairs, Sten 1973: 234).”

- 4 “Pour souligner la notion de état acquis, le latin disposait d’une périphrase formée de *habeo* + un participe passé passif à l’accusatif (...). Elle s’étendit ensuite et finit en bas latin par remplacer le parfait lui-même.” – Ernout/Thomas, 1972: 223 (ver também 277). Por exemplo, Plauto, *Casina* 189: *uir me habet...despicatam* (‘o meu marido tem-me desprezada’). Ver ainda Bizos, 1965:48.

que se verifica no texto em estudo, em que, para 19 ocorrências de *teer* (no presente) + participípio passado, temos 10 ocorrências de *aver* (no presente) + participípio passado.

Com a evolução linguística, esta construção de *teer/aver* + participípio passado apresenta-se, aparentemente, como uma construção de tempo composto<sup>[5]</sup> que marca apenas a anterioridade, não assumindo um valor idêntico ao Pretérito Perfeito Composto em português actual. Isso é o que vemos no exemplo 5, retirado do 'Livro dos Ofícios' – note-se, neste caso, a concordância entre o participípio passado transitivo *declaradas* e o objecto directo *estas cousas* – e define de forma concreta uma fronteira temporal, induzindo-nos a interpretar a acção como estando já terminada (Lopes, 1971: 232-233).

- (5) E per estas cousas que **teemos declaradas** entendo que pode ser bem conhecido que cousa he tal fremosura. (LO 1.34)

Note-se, neste caso, que há construção de um estado resultante que tem relevância no presente, dada a retoma anafórica produzida pelo uso do demonstrativo *estas*, cujo valor anafórico nos remete para o presente, parecendo implicar, assim, 'current relevance'.

Outras formas da construção *teer/aver* + participípio passado (de verbos télicos) produzem estados resultantes e apresentam assim este valor de perfeito.<sup>[6]</sup> Falamos dos exemplos 6, 7, 8 e 9 que, para além de apresentarem um participípio passado transitivo que, nos casos relevantes, evidencia concordância com o objecto directo ou pronome relativo que funciona como objecto directo (casos em que marcam apenas a anterioridade, como vimos), têm como fonte, no texto latino que deu origem à tradução, formas verbais que marcam também a anterioridade (*diximus*, *dixi*, *proposita sint*, *praescripta*, *scriptum*):

- |     |  |   |
|-----|--|---|
| (6) | E isto que <b>teemos dicto</b> seja assaz da primeira fonte donde procede ho officio. (LO 1.7) | Ac de primo quidem officii fonte <b>diximus</b> .<br>(De Off. 1.19) |
|-----|--|---|

5 Ver Brocardo, 2009: 16 para mais informações sobre as diferenças semânticas entre *ter* e *aver* e a gramaticalização desta construção como tempo composto.

6 Veja-se a distinção entre 'perfeito' e 'perfectivo' apresentada por Comrie, 1998:12 e Campos/Xavier 1991: 328-331.



- |  |  |
|--|--|
| (7) E por esto he muyto necessario daquestes que <b>tenho ditos</b> receberem de nos ajudoiros pera sua vida. ( <i>LO</i> 1.17)                                  | Quamobrem necessaria praesidia uitae debentur his maxime quos ante <b>dixi</b> , uita autem uicitusque communis ( <i>De Off.</i> 1.58)   |
| (8) Pois que <b>teemos assiignaedas</b> IIII cousas de que procede a honestidade e ho officio, devemos de sguardar aquella muy splandecente... ( <i>LO</i> 1.18) | Intellegendum autem est, cum <b>proposita sint</b> genera quattuor, e quibus honestas officiumque manaret ( <i>De Off.</i> 1.61)   |
| (9) E o que guardar aquestas cousas que <b>tenho scriptas</b> , podemos dizer que vyve grandemente e sabedormente e como homem de boõ coração ( <i>LO</i> 1.32)  | Haec <b>praescripta</b> seruantem licet magnifice, grauiter animoseque uiuere ( <i>De Off.</i> 1.92)   |
| (10) E aquello que se acostuma de fazer ao poboo dos que som da nossa ordem, nos <b>avemos scripto</b> avondosamente na oraçom de Classo. ( <i>LO</i> 2.25)      | Atque haec benignitas etiam rei publicae est utilis, redimi e seruitute captos, locupletari tenuiores; quod quidem uolgo solitum fieri ab ordine nostro in oratione Crassi <b>scriptum</b> copiose uidemus. ( <i>De Off.</i> 2.63) |

Repare-se, em alguns destes casos, que há outras estratégias linguísticas que nos permitem deduzir que as construções verbais possuem valor de perfeito, na medida em que apontam para a existência de ‘current relevance’.

De facto, e como em 5, em algumas sequências, há concordância entre participio passado e pronomes/adjectivos demonstrativos que são antecedentes de relativos com ele relacionados. Estes demonstrativos, como já referimos, são usados para retomar anaforicamente o que foi dito, sendo que a forma utilizada – *este, esta, isto* (ou outros relacionados, como *destes* ou *aquestes*) – nos remete para o presente, pelo que podemos considerar que o assunto referido tem relevância no presente da enunciação (‘current relevance’, portanto).

Assim, no caso da construção 6, o demonstrativo “isto” refere-se ao primeiro argumento apresentado, de uma sequência de quatro, sendo que os restantes três surgem logo a seguir. Note-se que, para introduzir esse trio, se utiliza o futuro: “Das outras três largamente sera demonstrado...”. Estabelece-se assim um contraste claro entre anterioridade, o momento da enunciação (em que está presente o argumento relacionado com *isto*) e pos-

terioridade (algo que foi mencionado e algo que irá ser descrito de seguida), o que implica que estamos perante uma forma verbal com valor de perfeito (respeitando a forma latina original *diximus*). Já em 7, a forma pronominal demonstrativa *daquestes* refere anaforicamente os familiares anteriormente mencionados e que são agora lembrados. Assim sendo, *tenho ditos* remete para uma situação com um valor de anterioridade (como, aliás, a forma latina que lhe dá origem – *dixi* – corrobora) que é, pelo demonstrativo, objecto de referência no presente. O mesmo sucede em 9, em que a forma adjectiva *aquestas* remete para os assuntos abordados anteriormente (sendo que a sequência seguinte introduz um novo tópico). Estamos, assim, perante uma localização temporal que, apesar de colocar o assunto no momento da enunciação, nos remete para um tempo passado em relação a  $T_0$  e que exige a presença de um tempo com valor de perfeito (note-se o particípio passado latino – *praescripta* – que corrobora o valor de anterioridade).

Já em 10, o demonstrativo *aquello*, ligado, pela construção *avemos scripto*, a um momento de anterioridade, remete para uma situação que continua a verificar-se no presente, como se percebe pelas formas verbais *acustuma e som*.

Por fim, em 8, a presença da conjunção causal *pois* permite-nos inferir que se trata de uma acção passada que, porque se pode dar por concluída (apresentando assim um valor de anterioridade), permite realizar outra subsequente (*sguardar*). Este uso de conjunções que ajudam a definir o valor aspectual da situação repetir-se-á em outras ocasiões, como veremos. Para além disto, o título imediatamente precedente da passagem – “da terceira fonte da honestidade” –, juntamente com a sequência em questão, remete-nos para um tempo anterior em que foi pensado dissertar sobre quatro tópicos ligados à honestidade. Assim sendo, voltamos a estar perante uma situação com valor de perfeito, em que existe um estado resultante claro.

Para além destes casos, temos um outro que em tudo se assemelha aos anteriores – particípio passado transitivo que concorda com o antecedente do relativo –, mas que apresenta uma variação curiosa: falamos de 11 que, no texto latino que deu origem à tradução, apresenta uma forma verbal correlata que não se encontra no passado, mas sim no presente.

- (11) E sse em isto quiser usar do officio, sempre se lembre do proveyto dos homeens e da humanal companhia, da qual amehude **ey feyta** meençom. (LO 3.4) Ita semper officio fungetur utilitati consulens hominum et ei, quam saepe **commemoro**, humanae societati. (*De Off.* 3.31)

Note-se, contudo, que a forma verbal *commemoro* ('recordo'), embora esteja no presente e num enunciado iterativo (*saepe commemoro* – 'muitas vezes recordo') remete-nos para o passado (na medida em que para recordar uma situação é preciso que ela se tenha produzido e seja, por isso, pretérita). Talvez por isso o tradutor tenha optado por uma asserção diferente, sob o ponto de vista temporal, mas que traduz uma ideia parecida, pela utilização da construção verbal com um valor claramente de perfeito: enquanto que Cícero refere uma acção presente com implicação no passado, D. Pedro descreve um evento passado que é relevante no presente.

Em outros casos – 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 –, a construção *teer/aver* + participio passado não está directamente associada a uma forma verbal, no texto latino (o que nos impede de comparar o seu valor aspectual com o texto original), mas mantém a característica de concordância entre participio passado e objecto directo, o que nos induz a concluir que estamos perante construções verbais (ligadas a verbos télicos) com valor de perfeito.

- (5) E per estas cousas que **teemos declaradas** entendo que pode ser bem conhecido que cousa he tal fremosura. (LO 1.34) His igitur eitis quale sit id, quod decere dicimus, intellectum puto. (*De Off.* 1.99)
- (12) Em aqueste departamento que **hei feito** dos conselhos, ainda que seja muito grande erro, quando se faz alguma divisom, de leixar algua parte que nom seja nomeada, a mim parece que lhe faleceram duas. (LO 1.4) Hac diuisione, cum praeterire aliquid maximum uitium in diuidendo sit, duo praetermissa sunt (*De Off.* 1.10)
- (13) E aalem das cousas que **teemos ditas**, muito principalmente som trazidos muytos a esquecimentos da justiça (LO 1.9) Maxime autem adducuntur plerique, ut eos iustitiae capiat obliuio (*De Off.* 1.26)

- (14) Que de duas jeerações que hi ha de graadeza, hua he de dar per nossa vontade, e a outra dagradecer e conhecer o bem que **teemos recebido**. (LO 1.15) Nam cum duo genera liberalitatis sint, unum dandi beneficii, alterum reddendi. (*De Off.* 1.48)
- (15) A definiçom desta fremosura, de que **temos fallada**, he dôbrez (LO 1.34) Est autem eius discriptio duplex (*De Off.* 1.96)
- (16) E esto que **hei dicto** perteece ao grande coraçom. Ao grande enge-nho convenlhe de conhecer per cuidaçom as cousas que ham dacon-tecer... (LO 1.22) Quamquam hoc animi, illud etiam ingenii magni est, praecipere cogi-tatione futura et aliquanto ante con-stituere... (*De Off.* 1.81)
- (17) E per isto que **dicto avemos**, ligei-ramente se pode conhecer o nobre jogo daquelle que he cativo. (LO 1.37) Facilis igitur est distinctio ingenui et illiberalis ioci. (*De Off.* 1.104)
- (18) Assi como de deluvyos e pestenen-ças e hermamentos e outros malles que vee per bestas ou anymalias bravas e peçoentas, e comparando todas estas cousas diz que muitos mais morrem per aazo dos homees, scilicet per guerras ou per suas mallicias, que per todallas outras cousas que **ditas avemos**. (LO 2.4) Est Dicaearchi liber de interitu hominum, Peripatetici magni et copiosi, qui collectis ceteris causis eluuionis, pestilentiae, uastitatis, beluarum etiam repentinae mul-titudinis, quarum impetu docet quaedam hominum genera esse consumpta, deinde comparat, quanto plures deleti sint homines hominum impetu, id est bellis aut seditionibus, quam omni reliqua calamitate. (*De Off.* 2.16)
- (19) A aqeste custume de benignydade, de que **hei fallada**, eu dou avanta-gem das outras dadivas voluntario-sas. Ca esta perteece aos homees grandes... (LO 2.25) Hanc ergo consuetudinem benig-nitatis largitioni munerum longe antepono (*De Off.* 2.63)

- (20) ...quando aquello, en que a dereitura he quebrada, nom parece cousa grande, e o proveito que se dello segue parece que he muito grande, assi como foi em este Mario de que **hei dito**, ao qual nom pareceo que errava muito de filhar aquella vantagem de sseus parceiros e dos tribunos, em comparaçom do proveito que lhe parecia que era aver a graça do poboo. Nem esso meesmo ouve por grande erro de acusar aquelle que o envyara por por messegeiro, teendo que lhe seria muito proveitoso se podesse alcançar de sseer conssul. (LO 3.14)
- ...cum id, in quo uiolatur aequitas, non ita magnum, illud autem, quod ex eo paritur, permagnum uidetur, ut Mario praeripere collegis et tribunis plebi popularem gratiam non ita turpe, consulem ob eam rem fieri, quod sibi tum proposuerat, ualde utile uidebatur. (*De Off.* 3.81)

De novo aqui, como anteriormente, encontramos exemplos em que há concordância entre participio passado e o antecedente da oração relativa, demonstrativo, sendo que a forma verbal tem valor de perfeito, produzindo um estado resultante, ao passo que a retoma produzida pelos demonstrativos permite-nos pensar, de novo, que estamos perante situações de ‘current relevance’ (na medida em que se trata de situações já passadas que são rememoradas no momento da enunciação). É o que sucede em 5, 12, 15, 16, 17 e 20. Em outros dois casos, 14 e 19, a situação é ligeiramente diferente, embora continuemos perante construções verbais que nos remetem para a anterioridade: em 14 temos apenas concordância entre participio passado e antecedente da oração relativa; em 19, a concordância é idêntica, mas o antecedente da oração relativa – *benignidade* – pertence a um sintagma preposicional dependente de outro em que existe um demonstrativo – *aqueste* – que produz a retoma anafórica que, pelo valor de ‘current relevance’ que atribui ao momento de enunciação, justifica o valor de perfeito da construção verbal.

Já o exemplo 13 apresenta uma situação distinta. Aqui, há um contraste claro entre anterioridade e posterioridade, na medida em que as *cousas* referidas são argumentos anteriormente aduzidos e aos quais agora são adicionados outros. Esta ideia de adição posterior é dada pelo advérbio *aalem*, que remete, assim, para uma ideia futura, marcando-se, de novo, um contraste entre anterioridade e posterioridade. Note-se, contudo, que esta posterioridade é associada ao presente, através da forma verbal *som trazidas*.

Assim, e ainda que não haja correspondência directa no texto latino, neste exemplo voltamos a ter uma construção verbal que constrói um estado resultante e que, por isso, tem valor de perfeito.

Já em 18, o adjectivo indefinido *outras*, pertencente ao sintagma antecedente do relativo que concorda com a construção verbal, retoma uma situação de anterioridade em relação a  $T_0$ , na medida em que refere argumentos anteriormente utilizados, reforçando o valor de perfeito da construção verbal.

Por fim, temos casos em que o particípio passado se apresenta no singular masculino e aparentemente não há concordância evidente com o objecto directo (estamos perante verbos transitivos em todos os exemplos encontrados). Tais casos poder-nos-iam levantar dúvidas sobre o tipo de construção verbal aqui presente (dado que o tempo de pretérito perfeito composto em PEC apresenta precisamente a característica de ser constituído por auxiliar + particípio na forma masculino singular). No entanto, há evidências que nos permitem concluir que, apesar da gramaticalização já evidente da construção, o valor que ela marca continua a ser um valor de perfeito.

Na sua maioria, estas construções verbais marcam a anterioridade, mas produzem um estado resultante, surgindo como construções com valor de perfeito.

- |   |  |
|---|--|
| (21) E devemos entender que nem hua batalha he dereyta senom contra aqueles que <b>teem merecido</b> de lha fazermos, e que sejam primeiramente desafiados. (LO 1.13) <sup>17</sup> | Ex quo intellegi potest nullum bellum esse iustum, nisi quod aut rebus repetitis geratur aut denuntiatum ante sit et indictum ( <i>De Off.</i> 1.36) |
| (22) Da justiça <b>teemos</b> assaz <b>falado</b> ; (LO 1.15) <sup>18</sup>   | De iustitia satis <b>dictum</b> . ( <i>De Off.</i> 1.41)   |
| (23) ...modestia e temperança, e aquela justiça da qual já muyto <b>avemos falado</b> (LO 1.15) <sup>19</sup>   | ... modestia, temperantia, hac ipsa, de qua multa iam <b>dicta sunt</b> , iustitia. ( <i>De Off.</i> 1.46)   |
| (24) Em aquestas duas cousas está todo o splendor e grandeza de fortelleza e proveito cryado, assi como <b>tenho posto</b> na derradeira (LO 1.19.XX) <sup>20</sup>                 | Harum rerum duarum splendor omnis, amplitudo, addo etiam utilitatem, in posteriore est ( <i>De Off.</i> 1.67)  |
| (25) Assi como alguus som, segundo ja <b>tenho dito</b> (LO 1.23)   | Vt enim sunt, quemadmodum supra <b>dixi</b> ( <i>De Off.</i> 1.82)   |

- (26) Aquelles ... que **teem merecido** ou merecem alguma honrra (LO 1.57) Eos autem ... ac bene **meritos** aut **merentes** sic ut aliquo honore (*De Off.* 1.149)
- (27) E destas cousas, de que **avemos fallado**, vejamos primeiramente das ensinanças per que se gaanha a benquerença, a qual principalmente se ha per benfeitorias. (LO 2.10) Ac primum de illis tribus, quae ante **dixi**, benevolentiae praecepta uideamus (*De Off.* 2.32)
- (28) 138 - Pois que **teemos fallado** daquellas maneiras de beneficios que pertecem a cadahuus em especial, agora digamos dos que a todos e aa republica convee. (LO 2.31) Sed quoniam de eo genere beneficiorum **dictum est**, quae ad singulos spectant, deinceps de iis, quae ad uniuersos quaeque ad rem publicam pertinent, disputandum est. (*De Off.* 2.72)
- (29) 158 - (15) E porende, assi como **teemos dito**, por acrescentar em seu proveito, he mais contra a natureza que a morte e que a door e que todas as outras cousas semelhantes. (LO 3.4) Detrahere autem de altero sui commodi causa magis est contra naturam quam mors, quam dolor, quam cetera generis eiusdem. (*De Off.* 3.24)
- (30) 195 - (13) E aquellas cousas que parece que som proveito contra justiça em defendimento da prudencia, assaz entendo que **tenho dito**. (LO 3.16) Ac de iis quidem, quae uidentur esse utilitates contra iustitiam simulatione prudentiae, satis arbitrator **dictum**. (*De Off.* 3.95)
- (31) Mas por que nunca poderemos achar o proveito senom mesturado com louvor e com honestidade e com aquella fremosura das obras de que **tenho fallado**, porende a estas cousas primeiro e principalmente daremos nome de proveito, nom soo splandecente, mas ainda necessario. (LO 3.18) Sed quia nusquam possumus nisi in laude, decore, honestate utilia reperire, propterea illa prima et summa habemus, utilitatis nomen non tam splendidum quam necessarium ducimus. (*De Off.* 3.101)

Três destas construções apresentam um comportamento em tudo idêntico a formas anteriormente analisadas, à excepção da concordância entre participio passado e objecto directo. Falamos de 27, 30 e 31, em que se utilizam os verbos transitivos *falar* e *dizer* (tão usados ao longo do texto) e em que há uma retoma de assuntos anteriores – através da presença de

demonstrativos (respectivamente *destas*, *aquellas* e *aquella*) – cujo valor anafórico nos remete para o presente, parecendo implicar, desta forma, ‘current relevance’.

Para além disto, encontramos dois exemplos – 23 e 25 – em que se associa à construção verbal com *teer/aver* o advérbio *já*, cuja presença implica um valor de simultaneidade com  $T_0$ : numa escala aspectual, este advérbio implica um fechamento à esquerda que se prolonga num intervalo aberto até  $T_0$  (Campos/Xavier, 1991: 330-331; Campos, 1997: 60-63). A isto podemos acrescentar, no caso de 23, o demonstrativo *aquela*, cujo valor de retoma anafórica se alia à presença de *já*. Tudo isto completa o valor de anterioridade das construções verbais, cujo correspondente latino é o pretérito perfeito em ambos os casos (*dicta sunt*, *dixi*), que assim apresentam um valor de perfeito.

Por fim, surgem alguns casos isolados que importa também analisar.

Em 21, a forma verbal (a única não pertencente a um verbo télico) assume um valor de anterioridade concomitante com a simultaneidade em relação ao tempo da enunciação, que se situa no presente: o comportamento que originou o merecimento da guerra, no passado, mantém-se, no presente, razão pela qual é possível virem a ser desafiados para uma. Esta mesma construção surge uma segunda vez, em 26, mas aqui o valor de perfeito da construção verbal, cuja anterioridade se prova por comparação com o texto latino (*teem merecido –meritos*), é reforçado por uma forma verbal no presente (*merecem –merentes*), que marca claramente o estado resultante: a honra foi merecida e continua a sê-lo.

Já em 22, há remissão para algo mencionado anteriormente e que se apresenta como um estado resultante de uma situação perfectiva. Neste caso, o tópico abordado – a justiça – é neste momento enunciativo dado por terminado, como se anuncia, aliás: “Da justiça teemos assaz falado; agora digamos da beneficencia ou graadeza.” Apercebemo-nos, assim, de que estamos perante um assunto que foi abordado anteriormente e que é retomado no presente para introduzir novo assunto. Isto mesmo indica o advérbio temporal *agora* (relacionado com o presente do conjuntivo com valor de intenção). A construção verbal *teemos falado*, situada num momento de anterioridade em relação a  $T_0$  (como, aliás, a forma latina *dictum* também permite perceber), possui assim um valor de perfeito.

O exemplo 28 assemelha-se, pela presença da conjunção causal *pois*, ao exemplo 8. Tal como anteriormente, estamos perante uma situação conclusiva que permite a ocorrência de outra (marcada, no presente que indicia posterioridade, pelo advérbio *agora*, a que se associa a forma verbal conjun-



tiva *digamos*). Assim sendo, a construção verbal *teemos dito* apresenta um valor de perfeito.

O mesmo sucede em 29 onde a conjunção comparativa *assim como* produz uma retoma anafórica, na medida em que permite recordar argumentos passados (como a anterioridade da construção verbal anuncia – *teemos dito*) e que agora são repetidos, demonstrando-se assim a sua relevância no presente. Isto mesmo é verificado em 24, em que a mesma conjunção produz nova retoma anafórica, que complementa o valor de anterioridade da construção verbal *tenho posto*, que apresenta assim um valor de perfeito.

Por fim, destacamos ainda a presença do exemplo 32, que, a nosso ver, e embora apresente características aparentemente idênticas aos anteriores, levanta dúvidas quanto ao seu enquadramento no conjunto de construções verbais com valor de perfeito.

- (32) ...nas quaaes se poderá requerer ...in quibus utendum est fortasse  
 mayor aspezeza de voz, e palavras et uocis contentione maiore et uer-  
 de mayor peso e mais graves do que borum grauitate acriore (*De Off.*  
**teemos acostumado.** (LO 1.51)<sup>22</sup> 1.136)

Neste caso, não é possível comparar a forma destacada com o seu correspondente latino, que não existe. O que inferimos é que estamos perante um segundo termo de comparação (*do que teemos acostumado*) que não tem correspondência em latim e que, pelo menos em aparência, não remete para qualquer tempo passado. De facto, e analisando a expressão, estamos perante uma situação previsível que ocorrerá no futuro (*se poderá requerer*) e que, semanticamente, parece induzir a uma comparação com o presente (em que a situação parece não se verificar). Uma conclusão definitiva acerca do valor aspectual desta construção passará, em nosso entender, por uma análise mais pormenorizada do funcionamento do verbo (*a*)*costumar* na época em estudo, por forma a compreender com mais clareza a sua natureza e funcionamento aspectual.

Perante tudo isto, podemos concluir que, na obra em estudo, as diversas construções formadas a partir de *teer/aver* + participio passado – comparadas com as suas correspondentes no texto original latino, quando possível – apresentam algumas características interessantes e que demonstram que estamos numa fase de evolução a este nível. Por um lado, não há uma ordem fixa para a apresentação das formas verbais (como se verifica em PEC) e, a nível da frequência das formas, assistimos à alternância entre *teer*

e *aver* que aparentemente, a nível desta construção, são semanticamente equivalentes, o que nos permite perceber que evidenciam já dessemantização (demonstrando, assim, que esta construção está gramaticalizada como tempo composto). Por outro lado, coexistem formas em que o particípio passado evidencia, em alguns casos, concordância com o objecto directo, enquanto que noutros isto não é evidente, sendo que, nestes últimos casos, é frequente encontrarmos formas no masculino singular. Para além disto, as construções estão praticamente sempre associadas a verbos télicos e produzem estados resultantes, apresentando, aspectualmente, um valor de perfeito.

Consideramos, assim, que este texto testemunha o processo evolutivo da construção *teer/aver* + particípio passado, que, apesar de não poder ser considerada, à época, uma construção de pretérito perfeito composto com o sentido imperfectivo que hoje lhe atribuímos, possui já características que evidenciam a gramaticalização da construção.

## Referências

### Fontes dos exemplos medievais e latinos:

CICERO, Marcus Tullius (1913), *De Officiis*, trad. Walter Miller, London: William Heinemann Ltd/New York: G. R. Putnam's Sons.

PIEL, Joseph (1948), *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram* (trad. Infante D. Pedro), Coimbra, Universidade de Coimbra.

### Estudos:

BARREIRO, A. (1998), *Propriedades Sintáctico-Semânticas dos Particípios Passados em Português Europeu*. Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

BARROSO, Henrique (1994), *O aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo*, Porto, Porto Editora.

BIZOS, Marcel (1965), *Syntaxe latine*, Paris, Vuibert.

BROCARDO, M. Teresa (2006), "Haver e ter em português medieval. Dados de textos dos séculos XIV e XV", *Révue de Linguistique Romane* 70, pp. 95-122.

BROCARDO, M. Teresa (2009), *Nótulas históricas – uma (re)leitura de Campos*, in Maria Teresa Brocardo (org.), *Cadernos WGT - Ler Campos*. Lisboa: CLUNL, pp. 13-18 (disponível no endereço [http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/grupos/gramatica/cader\\_nos/lercamos\\_tb.pdf](http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/grupos/gramatica/cader_nos/lercamos_tb.pdf) [consultado em 29/03/2011]).

CAMPOS, M. Henriqueta C. (1984), "Pretérito Perfeito Simples/ Pretérito Perfeito Composto: uma oposição aspectual e temporal", *Letras Soltas*, 2, pp. 11-53.

- CAMPOS, M. Henriqueta C. (1997), *Tempo, Aspecto e Modalidade*, Porto, Porto Editora.
- CAMPOS, M. Henriqueta C. (2005), “Para a unificação dos valores do Perfeito e do Mais-que-Perfeito em Português”, in Dulce Carvalho, Dionísio Vila Maior e Rui de Azevedo Teixeira (eds) (2005), *Des(a)fiando Discursos: Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques*, Lisboa, Universidade Aberta.
- CAMPOS, M. Henriqueta C. e XAVIER, Maria Francisca (1991), *Sintaxe e Semântica do Português*, Lisboa, Universidade Aberta.
- CANAVAN, J. R. (1990), “On the English Perfect Tense and current relevance implicatures”, *Papers and Studies in Contrastive Linguistics* 26, pp. 15-28.
- COMRIE, B. (1998), *Aspect*, Cambridge, Cambridge University Press [1976].
- ERNOUT, A e THOMAS, F. (1972), *Sintaxe latine*, Paris, Klincksieck [1964].
- ILARI, R. (2001), “Notas sobre o passado composto em português”, *Revista Letras* 55, pp. 129-152.
- LOPES, O. (1971), *Gramática Simbólica do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MATEUS, M. H. Mira et al. (2006), *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho [1983].
- MATTOS E SILVA, Virgínia (2006), *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*, São Paulo, Contexto.
- RUIPÉREZ, Martin S. (1982), *Structure du système des aspects et des temps du verbe en Grec Ancien*, Paris, Les Belles-Lettres.
- SQUARTINI, Mario e BERTINETTO, Pier M. (2000), “The simple and compound past in Romance languages”, in Dahl Osten (ed.) (2000), *Tense and aspect in the languages of Europe*, Elin/New York: Mouton de Gruyter, pp. 403-440.

**UM MANUAL DE ENSINO PRIMÁRIO ESQUECIDO  
EM FINAIS DO ANTIGO REGIME:  
A *ESCHOLA POPULAR DAS PRIMEIRAS LETRAS*, DE  
JERÓNIMO SOARES BARBOSA (1796)\*\***

A FORGOTTEN GRAMMAR SCHOOL MANUAL, PUBLISHED  
IN PORTUGAL IN THE LATE 18TH CENTURY: THE *ESCHOLA  
POPULAR DAS PRIMEIRAS LETRAS*, BY JERÓNIMO SOARES  
BARBOSA (1796)

Rolf Kemmler\*

*A Eschola Popular das Primeiras Letras*, uma coleção de quatro opúsculos dedicados à ortoépia, catecismo, ortografia e escrita, bem como aritmética, foi publicada em Coimbra em 1796 e 1797. Como o conjunto pode ser atribuído ao gramático português Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), o autor da *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (1822) que foi um dos principais responsáveis do sistema de ensino português de finais do século XVIII, a obra é de grande importância por ter sido destinada a servir como manual único para as escolas primárias portuguesas.

**Palavras-chave:** historiografia linguística – língua portuguesa - ensino escolar público

The *Eschola Popular das Primeiras Letras*, a work including four booklets dedicated to Orthoepy, Cathecism, Orthography and Writing as well as Arithmetic was published anonymously in Coimbra in 1796 and 1797. As the whole publication may be attributed to the Portuguese Grammarian Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), the author of the first academic grammar *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (1822) who was one of the principal agents of the Portuguese educational system in the late 18th century, the work is of great importance, having been designed to serve as an exclusive manual for Portuguese Grammar Schools.

**Keywords:** history of linguistics – Portuguese language – public instruction

\* Investigador do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

\*\* Este artigo é dedicado ao Engenheiro Ricardo Charters d’Azevedo, 5.º sobrinho neto de Jerónimo Soares Barbosa, sem cuja disponibilidade a realização deste artigo não teria sido possível.

## 1 Introdução

A maioria dos investigadores que se dedicam à historiografia da gramática portuguesa deve conhecer direta ou indiretamente a *Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), quer através de uma das suas edições oitocentistas, quer através das edições fac-similares publicadas recentemente. Já a outra obra gramatical intitulada *As Duas Linguas, ou Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1807)<sup>[1]</sup> é algo menos conhecida, provavelmente por tratar-se de um manual de ensino latino-português que à primeira vista não parece enquadrar-se na tradição gramatical portuguesa.<sup>[2]</sup>

Bastante menos conhecida e quase ignorada até hoje é a obra anónima intitulada *Eschola Popular das primeiras Letras* (1796), que costuma ser atribuída ao mesmo autor. Face à grande raridade desta obra como conjunto de obras didáticas, o presente artigo pretende apresentar as suas partes, enquadrando, quando possível, a doutrina exposta dentro da obra linguística do próprio autor.

## 2 A questão autoral

Ao contrário do que sucedeu com as outras obras linguístico-didáticas do autor que saíram desde logo com o nome do seu autor, a obra *Eschola Popular* foi publicada anonimamente em Coimbra nos anos de 1796-1797. Com efeito, o conjunto não chegou a ser divulgado senão em 1797, conforme testemunha a *Gazeta de Lisboa* de 18 de março de 1797:

Sahirão á luz: Escola Popular das Primeiras Letras, dividida em quatro partes: 1.<sup>a</sup> Orthopeia [sic!] ou Boa Pronunção e Leitura da Lingua *Portugueza*. 2.<sup>a</sup> Catecismos da Doutrina e Civilidade *Christã*. 3.<sup>a</sup> Calligrafia e Orthografia, ou Arte de escrever bem e certo. 4.<sup>a</sup> Arithmetica Vulgar: Obra em que se dão novos methodos para ensinar e aprender a ler, escrever, e contar com mais

1 Para o estabelecimento definitivo do ano de publicação desta obra veja-se Kemmler / Assunção / Fernandes (2009).

2 Ao passo que a *Grammatica Philosophica* de 1822 foi alvo de um total de sete edições e três edições fac-similares, a obra conhecida como *As Duas Linguas* somente teve uma edição. Da mesma forma, a maioria dos estudos somente considera a primeira obra que reconhecidamente teve maior impacto editorial e ideológico. Para um estudo compreensivo que toma em consideração as duas obras, veja-se Schäfer Prieß (2000; no prelo).

certeza, facilidade, e em menos tempo que segundo qualquer outro: ornada de novas Cartas, Estampas, e Taboadas. Vende-se em *Coimbra*, e em *Lisboa* nas lojas de *Barneoud*, tanto a Obra inteira em 8.º, como cada parte separada; e bem assim as Cartas, Catecismos, Traslados, e Taboadas, extrahidas da mesma Obra para uso dos Meninos (*Gazeta de Lisboa*, 1797: fol. 2 v).

Sendo ausente qualquer apropriação explícita dentro da obra e dentro do anúncio publicitário, Soares Barbosa parece assumir a autoria de forma implícita dentro da *Grammatica Philosophica*:

Quem quizer ver este methodo desenvolvido, e explicado em todas as suas partes, póde consultar a *Eschola Popular das primeiras Letras*, impressa em Coimbra em 1796: *Parte Primeira* (Barbosa, 1822: 14).

Ao lado desta referência implícita, encontra-se ainda a entrada «Eschola Popular das Primeiras Letras. dividida em quatro partes. 8.º Coimbra, 1796» no relato das obras impressas referidas no «Catalogo das [...] Obras de Jeronymo Suares Barboza, Jubilado na Cadeira de Eloquencia, e Poesia da Universidade, e na mesma Deputado da Junta da Directoria Geral, &c.» de Barbosa (1807: [III]).<sup>[3]</sup>

Para além destas fontes primárias e secundárias, pretendemos comprovar através da comparação de alguns trechos escolhidos das duas obras linguísticas com a *Grammatica Philosophica* do mesmo autor que existem indícios que permitem tirar conclusões sobre o parentesco destas obras.

### 3 A *Eschola Popular*

A primeira edição das quatro partes da *Eschola Popular* foi publicada na Imprensa da Universidade de Coimbra com licença da Mesa do Desembargo do Paço, ostentando nos respetivos rostos o ano de publicação de 1796. Dado que todas as partes da obra são bastante raras, somente tivemos acesso a um exemplar completo que reúne as quatro partes na íntegra.<sup>[4]</sup>

3 Na verdade, não se sabe se o referido catálogo é da responsabilidade do autor ou do livreiro. Não cabe, porém, dúvida que terá sido elaborado por alguém próximo do gramático, pois menciona as suas obras publicadas e inéditas.

4 Sabemos da existência de um exemplar que reúne as quatro partes, faltando apenas a publicação separada das *Taboadas* (Barbosa, 1796e) que são parte integrante da quarta parte (Barbosa, 1796d: 26-37). Estas foram igualmente publicadas e vendidas separadamente (Barbosa, 1796e). Agradecemos ao Engenheiro Ricardo Charters d'Azevedo a gentileza de dar-nos o acesso a este exemplar único que se encontra na sua biblioteca particular. Consta que existem outros exemplares com as quatro partes na Koninklijke Bibliotheek - National Library of the Netherlands

Uma vez que os assuntos tratados nas primeiras três partes se concentram sobretudo na aprendizagem da escrita e da leitura, prestaremos a nossa atenção principal a estas partes.

### 3.1 Parte Primeira: *Orthoepia*

A primeira edição da primeira parte *Orthoepia, ou boa pronúnciação, e leitura da Língua Portuguesa* data de 1796<sup>[5]</sup> e tem um total de [II], 62 páginas.<sup>[6]</sup> Fiel ao conceito do manual de ensino primário, não apresenta qualquer prefácio ou paratexto semelhante, mas limita-se a fazer a seguinte citação no verso do rosto:

*Fronte exile negotium,  
Et dignum pueris putes;  
Aggressis labor arduus.*  
Terentian. Maurus.<sup>[7]</sup>

Parece-te fraca obra,  
Só de crianças digna;  
Commette-a, e afaão sobra (Barbosa, 1796a: [II]).

A obra encontra-se repartida por cinco capítulos, ao longo dos quais se encontram inseridas 18 ‘cartas’ que hoje seriam denominadas como quadros ou tabelas:

(cota 652 H 38) e na University of Toronto, Thomas Fisher Rare Book Library (cota pt.1-4 port ESC52 1796) a que, aliás, não tivemos acesso.

- 5 Com o exemplar Barbosa (1829) existe outra edição oitocentista (Biblioteca Nacional de Portugal, cota L 11287//2 P). Este exemplar foi também impresso pela Real Imprensa da Universidade, tendo apenas 32 páginas, o que corresponde às 18 tabelas que mencionaremos adiante.
- 6 Segundo o catálogo de António Barneoud, o livreiro encarregado da distribuição da obra, o preço deste opúsculo terá sido de 100 réis (Barbosa, 1796c: II).
- 7 Trata-se de uma citação retirada do prefácio do gramático latino Terentianus Maurus (veja-se a edição moderna Terentianus Maurus, 2007: 326 com a forma divergente ‘adgressis’). Dado que não consta ter existido uma tradução portuguesa na altura, julgamos poder concluir que a tradução se deve aos cuidados do próprio Soares Barbosa.

	páginas
[Rosto] <i>Eschola Popular [...]; Parte Primeira [...]</i> .	[I]
[citação]	[II]
CAPITULO I. <i>Das VOZES, e VOGAIS da Lingua Portugueza.</i>	[I]-9
CARTA I. Das sete VOZES ORAES GRANDES da Lingua Portugueza.	4
CARTA II. Das sinco VOZES NAZAES CLARAS da Lingua Portugueza.	6
Advertencia aos Mestres sobre o uso das duas Cartas precedentes.	7-9
CAPITULO II. <i>Das ARTICULAÇOENS, e CONSOANTES da Lingua Portugueza.</i>	9-22
CARTA III. Das 21. ARTICULAÇÕES Portuguezas, e suas Consoantes.	15-17
Advertencia sobre a Carta antecedente.	18-19
CARTA IV. ABCEDARIOS.	20-22
CAPÍTULO III. <i>Dos Sons Compostos Inarticulados, ou DIPHTHONGOS da Lingua Portugueza.</i>	23-28
CARTA V. Dos 16. DIPHTHONGOS Portuguezes com todas as suas escripturas.	28
CAPITULO IV. <i>Dos Sons Compostos Articulados, ou SYLLABAS da Lingua Portugueza, e modo de as soletrar.</i>	29-51
SYLLABARIO Completo de 1777 Syllabas da Lingua Portugueza.	36-51
CARTA VI. <i>De 265 Syllabas SIMPLES INCOMPLEXAS com a Articulação, já depois, já antes da Voz.</i>	36-38
CARTA VII. <i>Das 196 Syllabas SIMPLES COMPLEXAS de duas Articulações antes da Voz.</i>	38-40
CARTA VIII. <i>Das 445 Syllabas SIMPLES COMPLEXAS de duas Articulações, com a Voz no meio.</i>	40-44
CARTA IX. <i>Das 146 Syllabas SIMPLES COMPLEXAS de tres Articulações, duas antes, e huma depois da Voz.</i>	44-45



	páginas
CARTA X. <i>Das 255 Syllabas COMPOSTAS INCOMPLEXAS com a Articulação, já antes, já depois do Diphthongo.</i>	45-47
CARTA XI. <i>Das 130 Syllabas COMPOSTAS COMPLEXAS de duas Articulações antes do Diphthongo.</i>	47-48
CARTA XII. <i>Das 244 Syllabas COMPOSTAS COMPLEXAS de duas Articulações com o Diphthongo no meio.</i>	49-50
CARTA XIII. <i>Das 96 Syllabas COMPOSTAS COMPLEXAS de 3 Articulações, duas antes, e huma depois do Diphthongo.</i>	51
CAPITULO V. <i>Dos Vocabulos da Lingua Portuguesa, e principios da Leitura.</i>	52-62
CARTA XIV. <i>Vocabulos de duas Syllabas.</i>	57
CARTA XV. <i>Vocabulos de tres Syllabas.</i>	58
CARTA XVI. <i>Vocabulos de quatro Syllabas.</i>	59
CARTA XVII. <i>Vocabulos de cinco Syllabas.</i>	60
CARTA XVIII. <i>Vocabulos de seis Syllabas.</i>	61-62

Na consciência de que um estudo exaustivo desta obra iria exceder os limites do presente artigo, limitar-nos-emos à breve exposição das principais ideias que o autor manifesta no primeiro capítulo sobre o inventário vocálico da língua portuguesa, confrontando a doutrina, sempre que tal faça sentido, com o exposto na *Grammatica Philosophica*. A exposição principia por uma apresentação da quantidade dos sons considerados, acompanhada pela respetiva definição:<sup>[8]</sup>

A Lingua Portuguêza tem, por todos, 45 sons elementares, em que por fim se resolvem todas as syllabas e consequentemente todos os vocabulos da nossa lingua, a saber: 24 *Vozes*, e 21 *Articulações*. As letras, que na escriptura figurão

8 Reproduzem-se a ortografia e pontuação do texto, sendo igualmente mantidos os destaques com letras itálicas, etc. Não se conserva o 's longo' ou 's comprido' <ſ> (realizado como <j> em tipos itálicos) que não é senão um alógrafo de <s-, -s-, -ss-> (veja-se também Kemmler, 2001: 131).

as primeiras, chamão-se *Vogaes*, e as que figurão as segundas, chamão-se *Consoantes*.

As *Vozes* são as modificações, que o ar, feito sonoro na Glottis, recebe na sua passagem, das diferentes aberturas e situações immovéis do canal da boca: e as *Articulações* são as diferentes modificações, que o mesmo ar sonoro recebe do movimento organico e instantaneo das partes moveis da mesma boca, quando, reprezado nesta, de repente se larga (Barbosa, 1796a: 1).

É com estas palavras que começa uma das primeiras tentativas modernas de uma descrição sistemática do sistema fonológico português.<sup>[9]</sup> Se à primeira vista parece algo estranho que Soares Barbosa considere a totalidade de nada menos de 24 vogais para o português, o gramático esclarece o seu raciocínio no parágrafo seguinte:

Barbosa (1796a)	Barbosa (1822)
As <i>Vozes</i> Portuguezas são por todas 24, das quais 14 são <i>Oraes</i> , e 10 <i>Nazaes</i> . As primeiras são as que se formão no canal direito da bôca; e as segundas as que se formão neste, e no canal curvo do nariz, por onde reflue parte do ar sonoro (1).	A <i>Lingua</i> Portugueza conta por todas, vinte vozes, segundo as vinte situações diferentes que a bocca toma para as pronunciar, independentemente da sua quantidade e accento. Doze destas são <i>Oraes</i> , e oito <i>Nasaes</i> . As primeiras são as que se formão no canal direito da bocca, e as segundas as que se formão no mesmo e junctamente no canal curvo do nariz, por onde reflue parte do ar sonoro (3).

Torna-se evidente que Soares Barbosa já mostra na *Eschola Popular* que não tem somente uma noção clara da oposição entre as vogais orais e nasais, mas que também parece ciente da realização fonética dos respetivos sons. É, porém, de observar que o gramático ainda está longe de utilizar a nomenclatura exata que lhe permita tornar mais claras as suas observações.

9 Não esquecemos nem pretendemos negar que já se encontram traços fonológicos em Oliveira (1536). Se bem que se observe uma certa falta de caráter sistemático-didático na famosa «[...] primeyra anotação que Fernão doliueyra fez da lingua Portuguesa» (Oliveira, 1988: fol. 1 v), o gramático é menos lembrado como fonólogo renascentista (o que aliás não diminui a sua perspicácia e o valor das suas observações), uma vez que as ponderações fonológicas efetivamente não tiveram seguimento nos séculos que se seguiram ao século XVI.

Também na *Grammatica Philosophica*, publicada 26 anos depois, o gramático não chega a adotar nenhuma nomenclatura mais apropriada para descrever os fatos fonéticos com que deparava. Passa, sim, a considerar um número reduzido de vogais, como veremos. No ideário de Soares Barbosa, o sistema vocálico do português é o seguinte:

Das *Vozes Oraes*, 7 são Grandes ou Longas, 5 Pequenas ou Breves, e 2 Brevíssimas ou Ambiguas. As Grandes ou Longas são *Á* Grande Aberto, como *Á* (primeira letra do Alfabeto), *Ê* Grande Aberto, como em *Sé* (*sedes* cadeira); *Ë* Grande Fechado, como em *Sê* (*esto* [sic!], imperativo do verbo *Ser*); *I* Grande, como em *Li* (*legi*, preterito do verbo *Ler*); *Ó* Grande Aberto, como em *Avó* (*avia*); *Ô* Grande Fechado, como em *Avô* (*avus*); e *Û* Grande, como em *Tu* (pronome).

As sinco Pequenas ou Breves são *A* Pequeno, como em *A* (artigo Português); *E* Pequeno, como em *Se* (conjunção); *I* Pequeno, como na primeira syllaba de *Liar*; *O* Pequeno, como *O* (artigo masculino) e *U* Pequeno, como na primeira syllaba de *Tutôr*.

Em fim as duas Brevíssimas, chamadas tambem Ambiguas, (porque cada huma faz hum som surdo, medio entre o de *E*, e *I*, e entre o de *O*, e *U*, que não he nem hum nem outro); são as que se ouvem, quando estas mesmas vogaes se achão em qualquer palavra, ou antes de qualquer vóz grande immediata, ou depois da mesma em todos os Diphthongos Portuguezes. Assim *E* parece ter o mesmo som que o *I* em as palavras *Cear* (*cœnare*), e *Ciar* (ter zelos); e nos diphthongos destas, *Paes*, e *Pai*: e pelo mesmo modo *O* tem o mesmo som confuso que o *U* em as palavras *Soar* (sonare) e *Suar* (sudare) e nos diphthongos, como em *Pao*, *Paulo*, *Séo*, *Sêu*, &c. (Barbosa, 1796a: 2-3).<sup>[10]</sup>

A leitura atenta desta explicação evidencia que o nosso gramático não se limita a beber na fonte dos gramáticos renascentistas portugueses Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540),<sup>[11]</sup> que introduziram os termos

10 Veja-se o parágrafo sobre a natureza das duas semivogais de que Soares Barbosa (1822: 3-4) retoma parte na *Grammatica Philosophica*: «A Lingua Portuguesa porêm toca mais dois pontos ou vozes na sua corda vocal; huma entre o *E Pequeno* e o *I Commum*; e outra entre o *O Pequeno* e o *U Commum*, as quaes, por serem surdas e pouco distinctas, se podem chamar *Ambiguas*, e por isso não tem signal Litteral proprio, e se notão na escriptura, a primeira ja com *e* ja com *i*, e a segunda ja com *o*, ja com *u*. Taes são as que mal se percebem quando estas mesmas vogaes se acabam em qualquer palavra, ou antes de alguma voz grande immediata, ou depois da mesma dos diphthongos e do fim das palavras. Assim *e* parece ter o mesmo som que *i* nas palavras *Cear* e *Ciar* (ter zelos) e nos diphthongos destas *Paes*, *Pai*; e pelo mesmo modo *o* tem o mesmo som confuso que *u* nas finaes de *Paulo*, *Justo*, *Amo*, e nas palavras *Soar*, e *Suar*, e nos diphthongos *Pao Paulo*, *Seo Sew*».

11 Os quais, por sua vez, parecem ter seguido a nomenclatura proposta, entre outros, pelos italianos Trissino e Tolomei, veja-se Kemmler (2001: 156).

‘grande’ para vogais abertas e ‘pequeno’ para vogais fechadas na gramatocografia portuguesa (Kemmler, 2001: 159; 164-165). Sem utilizar termos neste sentido, fica manifesto que o sistema de Barbosa (1796a) prevê dois sistemas, o das vogais ‘Grandes ou Longas’, isto é, o das vogais tónicas (que supomos serem os sons [a], [ɛ], [e], [i], [ɔ], [o], [u]) e o das ‘Pequenas ou Breves’, isto é, o das vogais átonas (que supomos serem [ɐ], [ə], [i], [o] / [u],<sup>[12]</sup> [u]), contando ainda as duas semivogais [j] e [v] entre o grupo dos sons vocálicos.

Na *Grammatica Philosophica*, o autor abandona pelo menos parcialmente a distinção explícita entre os sistemas concorrentes do vocalismo tónico vs. vocalismo átono e enumera as dez vogais orais segundo a ordem alfabética,<sup>[13]</sup> passando, portanto, a desconsiderar dois dos sons átonos ‘A Pequeno’ e ‘I Pequeno’. À exposição das vogais orais seguem as vogais nasais:

12 Em 1796, Soares Barbosa não deixa muito claro se considera o grafema <o> em posição átona como [o] ou se os factos fonéticos descritos como ‘O Pequeno’ e ‘U Pequeno’ testemunham que julga existirem duas grafias <o, u> para o som átono realizado como vogal posterior fechada [u], nomeadamente. Ora, sabemos que, segundo Teyssier (2007: 69), «por volta de 1800 este sistema já havia sofrido uma modificação importante no que se refere às vogais realizadas como [ɛ] e [ɔ] em posição átona, tanto pretónica (meter, morar) como final (passe, passo)».

Como vimos na nota 10, o autor não deixa dúvidas através dos exemplos *Cear, Paulo, Soar, Pao* na *Grammatica Philosophica*, que considera que a redução vocálica já era um facto foneticamente consumado. Se partirmos do pressuposto que o gramático tenta descrever as mesmas realidades fonéticas nas duas obras, devemos constatar que o testemunho não parece fazer sentido dentro do sistema exposto de Barbosa (1796a). A afirmação do gramático faria, no entanto, sentido se considerássemos que se possa tratar de um reflexo de uma mudança em curso, testemunhada por um gramático que nasceu em 1737, portanto numa altura em que as realidades fonéticas podem ter sido distintas das realidades na altura em que escreveu.

13 É verdade que Barbosa (1822: 3), quando trata das vogais orais, ainda fala de ‘Grande’ vs. ‘Pequeno’, sem, aliás, estabelecer a mesma oposição considerada no primeiro volume da *Eschola Popular*. Num óbvio retrocesso para a doutrina renascentista de Barros, o gramático faz o seguinte esclarecimento: «Esta divisão das vozes Portuguezas he a mesma com pouca differença, que a de João de Barros na sua Grammatica da edição de Lisboa 1785 pag. 186» (Barbosa, 1822: 3). Na verdade, Barros (1785: 186) apresenta somente as oito vogais [a], [ɐ], [ɛ], [e], [i], [ɔ], [o], [u] sem consideração de qualquer oposição fonológica: «Os latinos de quem ás nós recebemos, têm sómente estas cinco, a, e, i, o, u. Nós (como ia uimos) temos oito. s, á grande, a, pequeno. é. grande, e, pequeno, i, comũ, ó grande, o, pequeno, u comũ».

Barbosa (1796a)	Barbosa (1822)
<p>Alem das <i>Vozes Oraes</i>, tem a nossa lingua 10 <i>Nazaes</i>, assim chamadas, porque nas <i>Oraes</i>, saindo todo o ar sonoro pelo canal direito da bôca, nestas, parte delle sae pelo mesmo; e outra parte, refluindo pelo canal curvo, que comunica da garganta com o nariz, sae pelas duas aberturas das ventas; e nesta passagem recebe huma modificação nova, que distingue essencialmente as <i>Vozes Nazaes</i> das <i>Oraes</i>.</p> <p>Destas dez <i>Vozes Nazaes</i>, sinco são <i>Claras</i>, porque a nazalidade cae toda sobre ellas, e por isso se costumão escrever já com o til por sima, já com <i>N</i> ou <i>M</i> adiante, sendo finaes, ou antes de consoante; o que val o mesmo então que o til. Tais são o <i>Ã</i> Nazal Claro em <i>Sã</i>, ou <i>Sam</i> (sana); o <i>Ê</i> Nazal Claro como em <i>Sêpre</i> ou <i>Sempre</i>; o <i>Í</i> Nazal Claro, como em <i>Sî</i> ou <i>Sim</i>; o <i>Ô</i> Nazal Claro, como em <i>Sô</i> ou <i>Som</i>; o <i>Û</i> Nazal Claro, como em <i>ûto</i> ou <i>unto</i>.</p> <p>Outras sinco são <i>Surdas</i>, ou menos sensiveis. Porque, achando-se com o accento agudo, e seguidas immediatamente de alguma das tres consoantes <i>Nazaes M, N, NH</i>, pertencentes á syllaba seguinte, participão destas alguma parte da sua nazalidade, qual hum ouvido fino percebe no <i>A</i> da primeira syllaba de <i>Ama, Sanha</i>; no <i>E</i> da primeira syllaba de <i>Leme, Lenha</i>; no <i>I</i> da primeira syllaba de <i>Tina, Tinha</i>; no <i>O</i> da primeira syllaba de <i>Sôma, Sonho</i>; e no <i>U</i> da primeira syllaba de <i>Sûma, Unha</i> (5).</p>	<p>Alêm das vozes <i>Oraes</i> tem a nossa Lingua oito <i>Nasaes</i>, assim chamadas, porque nas <i>Oraes</i>, saindo todo o ar sonoro pelo canal direito da bocca, nestas, parte delle sae pelo mesmo, e outra parte, refluindo pelo canal curvo, que comunica da garganta com o nariz, sae pelas duas aberturas das ventas; e nesta passagem recebe da elasticidade e sinuosidade do canal huma especie de ressonancia, que distingue essencialmente as vozes <i>Nasaes</i> das puramente <i>Oraes</i>.</p> <p>Destas oito vozes <i>Nasaes</i>, cinco são <i>claras</i>, porque a nasalidade cahe toda sobre ellas, e por isso se costumão escrever, ja com <i>Til</i> por cima, ja com <i>n</i> ou <i>m</i> adiante, sendo finaes, ou seguindo-se consoante, o que então val o mesmo que o <i>Til</i>. Tais são, por exemplo, o <i>A til</i>, nasal claro, em <i>Sã</i> ou <i>Sam</i>, <i>Irmã</i> ou <i>Irmam</i>; o <i>E til</i>, nasal claro, em <i>Têpo Tempo, Dête</i> ou <i>Dente</i>; o <i>I til</i> nasal, como em <i>Sî</i> ou <i>Sim</i>, <i>Lido</i> ou <i>Lindo</i>; o <i>O til</i>, nasal claro, como em <i>Sô</i> ou <i>Som</i>, <i>Pôto</i> ou <i>Ponto</i>; e o <i>U til</i> nasal, como em <i>û</i> ou <i>um</i>, <i>ûto</i> ou <i>unto</i>.</p> <p>Outras tres são <i>Nasaes Surdas</i>, ou menos sensiveis. Porque, achando-se com o accento agudo, e seguidas imediatamente de alguma das tres consoantes <i>nasaes m, n, nh</i>, pertencentes á Syllaba seguinte; participão destas alguma parte da sua nasalidade, qual hum ouvido fino percebe no <i>a</i> da primeira Syllaba de <i>Ama, Anna, Sanha</i>; no <i>e</i> da primeira Syllaba de <i>Pena, Temo, Tenho</i>; e no <i>o</i> da primeira Syllaba de <i>Somma, Sonho</i> (4-5)</p>

Segundo o testemunho de Barbosa (1796a), o gramático considera no inventário nasal do português não somente as cinco vogais nasais propriamente ditas [ã], [ê], [î], [ô] e [û] que chama ‘Vogaes Nazaes Claras’, mas também as correspondentes tónicas nasaladas APB [ã̃], [ễ], [î̃], [ỗ], [û̃].<sup>[14]</sup>

Como se vê na comparação dos dois trechos, na *Grammatica Philosophica*, o autor retoma o texto anterior com um número bastante reduzido de alterações. Assim, uma das duas principais alterações encontra-se no primeiro parágrafo quando Soares Barbosa identifica a ‘modificação nova’ (Barbosa, 1796a: 5) com uma descrição do modo da articulação nasal quando afirma que o ar «[...] recebe da elasticidade e sinuosidade do canal huma especie de resonancia [...]» (Barbosa, 1822: 5). Ao lado de muitas divergências de natureza ortográfica (ou mesmo tipográfica), a maior alteração observa-se no tratamento das vogais nasaladas. Assim, Soares Barbosa passa a considerar somente as vogais médio fechadas nasaladas APB [ã̃], [ễ], [ỗ], deixando de lado as vogais anterior e posterior nasaladas.

Observa-se, portanto, que no concernente à parte da ortoépia, a descrição do manual escolar publicado em 1796 é algo mais detalhada, ficando óbvio que alguns assuntos foram sujeitos a alterações que o gramático escreveu posteriormente.

### 3.2 Parte Segunda: *Catecismos*

A primeira edição da segunda parte *Catecismos de Doutrina, e Civilidade Christam Para instrução, e para Exercício da Leitura* também é de 1796 e tem 75 páginas.<sup>[15]</sup> Sem qualquer paratexto, a obra tem o seguinte conteúdo:

14 Se bem que esta descrição do inventário nasal português não corresponda à totalidade das variantes nasais do português, cremos estar perante uma das primeiras tentativas de descrição destes alofones nasais. Para a «Correspondência entre o Alfabeto Fonético Internacional (AFI) e o alfabeto organizado por Paiva Boléo (APB)» veja-se Kemmler (1996: IV-VI).

15 O rosto e o verso do rosto não se encontram paginados, tal como acontece com a página 3 com o início do texto. A paginação começa com a página 4. Segundo o catálogo de António Barneoud, o preço deste opúsculo terá sido de 100 réis (Barbosa, 1796c: II).

	páginas
[Rosto] <i>Eschola Popular [...]: Parte Segunda [...]</i> .	[1]
[página em branco]	[2]
COMPENDIO DA FÉ, PARA SE ENSINÁR DE CÓR AOS MENÍNOS, QUE AINDA NÃO SÁBEM LÊR.	[3]-21
CATECISMO PEQUENO Para se mandár aprendêr de cór aos Menínos, que já sábem lêr. <sup>1</sup>	22-61
CATECISMO DE CIVILIDADE CHRISTAM Para se ensinár practicamente aos Menínos das Escólas.	61-75
<i>ARTIGO I. Modéstia comsigo.</i>	61-65
<i>ARTIGO II. Humildade com os Superiôres.</i>	65-69
<i>ARTIGO III. Caridáde com os Iguáes.</i>	69-75

A publicação dos catecismos dentro de um conjunto de obras dedicadas ao ensino dos saberes escolares básicos, recordará os investigadores da gramaticografia portuguesa do célebre alvará de 30 de Setembro de 1770, através do qual foi (pelo menos na teoria legislativa) estabelecido o ensino obrigatório da língua portuguesa durante seis meses através da *Arte da grammatica da lingua portugueza* de António José dos Reis Lobato (1770). O mesmo diploma régio estabelece como livro único de leitura a seguinte obra:

«[...] mando, que em lugar dos ditos processos, e sentenças, se ensine aos meninos por impressos, ou manuscritos de diferente natureza, especialmente pelo Catecismo pequeno do Bispo de Montpellier Carlos Joaquim Colbert, mandado traduzir pelo Arcebispo de Evora para instrução de seus Diecesanos, para que por elle vão tambem aprendendo os Principios da Religião, em que os Mestres os devem instruir com especial cuidado, e preferencia a outro qualquer estudo.<sup>[16]</sup>

16 Veja-se a reprodução do texto integral do alvará em Kemmler (2007: 521-522).

O referido *Catecismo pequeno* não é outra coisa senão a tradução portuguesa<sup>[17]</sup> das últimas duas partes do catecismo de Montpellier, intituladas «Catechisme, ou abrégé de la doctrine chrétienne, à l'usage des Enfants déjà confirmés» e «Petit Catechisme pour les enfants qui ne sont pas encore confirmés» das *Instructions générales en forme de Catechisme, ou l'on explique en abrégé par l'Écriture sainte & par la Tradition, l'Histoire & les Dogmes de la Religion, la Morale Chrétienne, les Sacrements, les Prières, les Cérémonies, & les Usages de l'Église* (1702), uma obra que terá sido redigida por François-Aimé Pouget<sup>[18]</sup> a mandado do Bispo jansenista de Montpellier Charles Joachim Colbert (1667-1738).<sup>[19]</sup> Este texto costuma encontrar-se no fim do último volume da coleção em língua francesa,<sup>[20]</sup> tendo sido publicado em edições próprias na tradição editorial portuguesa. Sem referência às *Instruções geraes em Fôrma de Catecismo* que foram publicadas em Portugal desde 1765, os *Catecismos da Diocese de Montpellier* foram publicados separadamente desde 1770, parecendo, aliás, conservar no título a palavra *Diocese* em vez de *Diocese* ao longo da sua história editorial.<sup>[21]</sup> Vejamos o relacionamento entre as duas obras:

- 
- 17 Consta que a tradução portuguesa do conjunto das *Instruções geraes em forma de Catecismo* foi elaborada a mandado do Bispo de Évora, D. João Cosme da Cunha (1715-1783), tendo sido publicada em quatro tomos desde 1765 (para a reprodução do prefácio do Cardeal da Cunha, veja-se Santos, 2007: 119-124). Apesar de ter sido uma obra de enorme divulgação na época (a coleção da obra adotada como catecismo oficial foi impressa para o uso 'Dos Reinos e Domínios de Portugal', 'Do Arcebispado de Braga', 'Do Bispado de Coimbra', 'Do Bispado de Faro' e 'Do Bispado do Porto'), é hoje bastante difícil ter acesso a coleções completas, quer nas bibliotecas públicas, quer nas particulares. Tanto o impacto livreiro como a importância cultural da obra caíram em relativo esquecimento, sendo modernamente recordado em poucos estudos. É digno de nota que mesmo o artigo de Franco (2005), cujo título parece indicar que este se ocupa com os catecismos na época pombalina, não faz nenhuma referência ao catecismo oficial das reformas pombalinas (que, na verdade, não era declaradamente anti-jesuítico), mas sim às obras de Pombal e seguidores, destinadas à defesa das ações contra os Jesuítas. Para informações sobre o Catecismo de Montpellier em Portugal veja-se Vaz (1998: capítulo 2) e Sousa (s.d.: 6).
- 18 Segundo Michaud (s.d.: 213), Pouget nasceu em 28 de Agosto de 1666 e faleceu em 14 de Abril de 1723. Entrou na Congregação do Oratório em 1696, onde terá travado conhecimento de Colbert, que mais tarde viria a ser nomeado bispo de Montpellier.
- 19 Para informações adicionais sobre Colbert veja-se Kemmler (2007: 119) e Durand (1907).
- 20 O texto original em língua francesa foi publicado em duas versões, num só volume in-quarto e em quatro tomos in-oitavo. No exemplar Pouget / Colbert (1706), as duas partes do texto do catecismo pequeno ocupam as páginas 308-353 e 354 até 381 da terceira parte.
- 21 Devemos notar que não sabemos qual poderá ser o verdadeiro número de edições desta obra. Sabemos, porém, que a obra se deve considerar muito rara, uma vez que a consulta do catálogo PORBASE somente testemunhou a existência de um único exemplar (Lisboa: 1836), conservado na Biblioteca Nacional de Portugal (cotas R. 25114 P. / F.G. 2073), que coexiste com os nossos seis exemplares que datam de 1770, 1776, 1811, 1825, 1864 e 1875 (cf., por exemplo, Pouget / Colbert, 1770; 1776; 1811; 1825).



Pouget / Colbert (1770)	Barbosa (1796b)
<p style="text-align: center;">COMPENDIO DA FÉ</p> <p style="text-align: center;">Que deve ler-se nas Igrejas Paroquiaes todos os Domingos á Estação.</p> <p>HÁ hum Deos, que he hum Ente infinito, e eterno, o qual não tem corpo: he puro Espirito, e por isso não póde ser percebido dos nossos sentidos. Este Senhor subsiste em tres Pessoas distintas, que são o Padre, o Filho, e o Espirito Santo. O Padre he Deos, o Filho he Deos, e o Espirito Santo he Deos. Estas tres Pessoas com tudo não são mais que hum só Deos, e he impossivel que haja muitos Deoses. O Mysterio de hum Deos subsistindo em tres Pessoas, se chama o Mysterio da Santissima Trindade.</p> <p>Deos he que fez o Ceo, e a terra, e tudo aquillo, que o Ceo, e a terra comprehendem. Os Anjos, e os homens são as creaturas de Deos mais perfeitas. Deos as creou para as fazer felices eternamente. Muitos Anjos gozão da eterna felicidade, hum grande numero de outros por sua soberba estão excluidos della para sempre, e merecêrão as penas eternas do Inferno. Depois da sua quêda são chamados diabos, e demonios.</p> <p>Os homens merecêrão a mesma pena que os Anjos apostatas; porque Adão, e Eva, que forão os primeiros homens creados por Deos no estado de santidade, e de justiça, desobedecêrão a Deos, comendo do fruto, de que Deos lhes tinha prohibido que comessem, e communicarão este peccado geralmente a todos os homens, que são seus descendentes; de sorte que nascemos todos reos deste peccado, o qual se chama peccado original (141-142).</p>	<p style="text-align: center;">COMPENDIO DA FÉ</p> <p style="text-align: center;">PARA SE ENSINÁR DE CÓR AOS MENÍNOS, QUE AINDA NÃO SÁBEM LÊR.</p> <p>HÁ hum Dêos, que hé hum Ente infinito, e etérno, o qual não tem còrpo: hé puro Espirito, e por isso não póde sêr percebido dos nósos sentidos. Este Senhòr subsiste em três Pessôas distintas, que são o Pádre, o Filho, e o Espirito Santo. O Padre hé Dêos, o Filho hé Dêos, e o Espirito Santo hé Dêos. Estas três Pessôas com tudo não são mais que hum só Dêos, e hé impossivel que hája muitos Dêoses. O Mystério de hum Dêos subsistindo em três Pessôas, se chama o Mystério da Santissima Trindáde.</p> <p>Dêos hé que fêz o Céu, e a Terra, e tudo aquillo, que o Ceo, e a terra comprehendem. Os Anjos, e os hómens são as creaturas de Dêos mais perfêitas. Dêos as creou para as fazêr felices eternamente. Muitos Anjos gózão da etérna felicidade; hum grande número de outros por sua sobêrba estão excluidos délla para sempre, e merecêrão as penas etérnas do Inférno. Depóis da sua quêda são chamádos diabos, e demónios.</p> <p>Os hómens merecêrão a mêsa pena que os Anjos apóstatas; porquê Adão, e E'va, que fôrão os primêiros hómens creados por Dêos no estádo de santidade e de justiça, desobedecêrão a Dêos, comendo do fruto, de que Dêos lhes tinha prohibido que comêssem, e communicarão este peccádo geralmente a tôdos os hómens, que são sêus descendentes; de sorte que nascêmos tôdos réos dêste peccádo, o qual se chama peccádo original (3-4).</p>

Torna-se desde logo óbvio que Soares Barbosa retoma o texto do *Catecismo pequeno* sem alterações textuais, o qual, por sua parte, parece ser uma tradução bastante fiel do original francês.<sup>[22]</sup> Desde a página [3] até à página 57 o autor retoma o texto do catecismo, alterando, porém, a disposição original do texto.<sup>[23]</sup> Dentro deste texto apropriado pelo gramático, observam-se duas alterações que se devem à natureza didática: Onde Pouget / Colbert (1770), dispõem o «Compêndio da Fé» e o «Catecismo pequeno» segundo o calendário eclesiástico ou a idade dos meninos,<sup>[24]</sup> Soares Barbosa, como vimos, unicamente distingue os textos segundo os diferentes conhecimentos que os meninos têm na leitura. Com a mesma preocupação didática, torna-se evidente que o gramático introduz neste opúsculo uma acentuação prosódica,<sup>[25]</sup> pois marca grande parte das sílabas tónicas com os acentos agudo e circunflexo, de modo que os alunos que deviam ler o catecismo podiam adquirir os necessários conhecimentos sobre a sílaba tónica e o grau de abertura das respetivas vogais.

Para além dos trechos claramente retomados de Pouget / Colbert (1770) – que, aliás, constituem a maior parte da obra –, Barbosa (1796b) apresenta três textos que não vêm do catecismo jansenista. Trata-se dos textos intitu-

22 Veja-se o texto original em Pouget / Colbert (1706: 367) com o qual inicia o capítulo «ABRÉGÉ DE LA FOY. Qui doit être lu dans les Eglises Paroissiales tous les Dimanches au Prône, ou avant Vêpres. On pourra n'en lire que la moitié chaque fois»: «Il y a un Dieu, qui est un être infini & éternel. Dieu n'a point de corps; c'est un esprit: il ne peut pas être aperçu par nos sens. Il subsiste en trois Personnes distinctes qui sont le Pere, le Fils, & le Saint-Esprit. Le Pere est Dieu, le Fils est Dieu, le Saint-Esprit est Dieu. Ces trois Personnes néanmoins ne sont qu'un seul Dieu; & il est impossible qu'il y ait plus d'un Dieu. Le Mystère d'un Dieu subsistant en trois Personnes, se nomme le Mystère de la très-sainte Trinité.

C'est Dieu qui a fait le Ciel & la terre, & tout ce que le Ciel & la terre renferment. Les Anges & les hommes sont les créatures de Dieu les plus parfaites. Dieu les a créés pour les rendre heureux éternellement. Plusieurs Anges jouissent du bonheur éternel, un grand nombre d'autres en sont exclus à jamais par leur orgueil, & ont mérité les peines éternelles de l'Enfer. Depuis leur chute on les nomme les diables & les démons.

Les hommes avoient mérité la même peine que les Anges apostats: car Adam & Eve qui ont été les premiers hommes, créés de Dieu dans un état de sainteté & de justice, désobéirent à Dieu en mangeant d'un fruit dont Dieu leur avoit défendu de manger; & ils ont communiqué ce péché généralement à tous les hommes, qui sont leurs descendans: en sorte que nous naissons tous coupables de ce péché: on le nomme péché originel».

23 No total, foram retomadas as páginas 111-140, 141-149, 152-153, 158-161, 166-167 e 169-171 de Pouget / Colbert (1770).

24 Veja-se Pouget / Colbert (1770: 111): «Catecismo pequeno Para os Meninos, que ainda não Estão confirmados».

25 Dado que se trata de um livro de leitura, não temos dúvidas que o acento era meramente prosódico, uma vez que não ficou patente em parte nenhuma que o autor quisesse estabelecer uma acentuação gráfica tão regular e tão excessiva.

lados «Modo de ajudar a' missa ao úso da Igrêja Romana»<sup>[26]</sup> (págs. 57-61) e do «Catecismo de Civilidade Christam» (61-75),<sup>[27]</sup> bem como da oração *Salve Rainha* (Barbosa, 1796b: 17-18; trata-se da tradução portuguesa da antífona latina *Salve Regina, Mater misericordiae*).

Face à panorâmica bibliográfica hoje conhecida, os *Catecismos* parecem constituir a única parte da *Eschola Popular* que teve mais do que a edição setecentista a que se seguiu uma reedição parcial oitocentista.<sup>[28]</sup> Tivemos acesso a uma reedição, impressa em 1828 pela mesma Imprensa da Universidade de Coimbra e que reproduz o texto com a mesma disposição textual e com a mesma acentuação prosódica (divergindo apenas na paginação), contando ainda com um «*Appendix. Formulas da Doutrina Christam Que faltão no Catecismo Pequeno*» (Barbosa, 1828: 73-80).

### 3.3 Parte Terceira: *Da Calligraphia e Orthographia*

A terceira parte intitulada *Da Calligraphia, e Orthographia, ou Arte de escrever bem e certo a Lingua Portuguesa* data igualmente 1796 e tem [II], 89, [IV] páginas, seguidas por nove estampas.<sup>[29]</sup> O opúsculo também não tem qualquer paratexto, mas apresenta a anotação sobre a taxaço que permite concluir que o livrinho na realidade somente chegou a ser divulgado em 1797 (mesmo que a impressão já tenha começado em 1796):

Taxaõ este Livro em papel em 300 reis.

Lisboa 13 de Janeiro de 1797.

*Com cinco rubricas* (Barbosa, 1796c: [II]).

A obra encontra-se repartida por cinco capítulos, subdivididos em dez parágrafos (na caligrafia) e dois artigos (na ortografia):

26 Grande parte deste texto também se encontra nas edições posteriores Pouget / Colbert (1811: 229-236) e Pouget / Colbert (1825: 164-170).

27 Segundo Teensma (1985) e Ferreira (2004), este catecismo é uma tradução portuguesa da obra quinhentista *De civilitate morum puerilium libellus* (11530), de Desidério Erasmo (Desiderius Erasmus Roterodamus; ?-1536).

28 Os catálogos bibliotecários que conseguimos consultar parecem permitir a conclusão de que possa ter havido outras edições a que ainda não tivemos acesso. Temos, por exemplo, confirmação de que existe, na Biblioteca Nacional de Portugal, um exemplar publicado em 1885 (cota L 1291 V).

29 As estampas referem-se ao capítulo da caligrafia. Ao passo que o nosso exemplar só contém as estampas n.º I, II, III, IV, V, VII e VIII, consta que o exemplar de Ricardo Charters d'Azevedo é completo, apresentando também as estampas VI e IX.

	páginas
[Rosto] <i>Eschola Popular</i> [...]: <i>Parte Terceira</i> [...].	[I]
[taxação]	[II]
CAPITULO I. DA CALLIGRAPHIA.	[1]-55
§. I. <i>Quando se devem ensinar os Meninos a Escrever.</i>	[1]-2
§. II. <i>Por qual Escripura se deve começar.</i>	3-5
§. III. <i>Que methodo geral se deve seguir para ensinar a Escrever.</i>	6-8
§. IV. <i>Dos adereços, materias, e instrumentos da Escripura.</i>	9-14
§. V. <i>Da postura do corpo, pegar da penna, movimentos da mão, situações da penna e seus effeitos.</i>	15-20
§. VI. <i>Das Figuras radicaes de toda a Escripura, e redução de todas as letras do Alphabeto a dois Elementos.</i>	20-29
§. VII. <i>Da bella fórma dos Caracteres, nascida da sua Direcção, Regularidade, Proporções, e Intervallos.</i>	30-43
§. VIII. <i>Dos Ensaios Preparatorios para a Escripura seguida.</i>	43-49
§. IX. <i>Das Letras Grandes.</i>	49-53
§. X. <i>Das Letras Capitaes ou Cabidolas, Rasgos, e Pennadas.</i>	53-55
CAPITULO II. DA ORTHOGRAPHIA.	56-89
ARTIGO I. <i>Orthographia Popular, ou da Pronunciação.</i>	57-71
§. I. <i>Aplicação da Regra Geral ás Vozes Oraes.</i>	58-60
§. II. <i>Aplicação da Regra Geral ás Vozes Nazaes.</i>	60-61
§. III. <i>Aplicação da Regra Geral ás Articulações.</i>	61-65
§. IV. <i>Aplicação da Regra Geral aos Diphthongos.</i>	66-68
§. V. <i>Aplicação da Regra Geral ás Syllabas.</i>	69-70
§. VI. <i>Aplicação da Regra Geral ás Letras Grandes.</i>	70-71
ARTIGO II. <i>Da Pontuação.</i>	72-89
CATALOGO <i>De alguns Livros Portuguezes, que se vendem casa [sic!] de Antonio Barneoud, Mercador de Livros em Coimbra, Administrador da Imprensa da Universidade; e em Lisboa na de Dubeux e Barneoud ao Chiado defronte da Igreja dos Martyres.</i> <sup>2</sup>	[I]-[IV]

Dado que a ortografia como manual linguístico merece um estudo independente, limitar-nos-emos à seguinte comparação da definição de ortografia:

Barbosa (1796c)	Barbosa (1822)
<p>ORTHOGRAPHIA he a Arte de escrever certo, isto he, de representar exactamente aos olhos por meio dos caracteres litteraes do Alphabeto Nacional os sons nem mais nem menos de qualquer vocabulo, e na mesma ordem, em que se pronunção no uso vivo da lingua; ou bem assim os que o mesmo vocabulo em outro tempo teve nas linguas mortas, donde nos veio. Assim o vocabulo <i>Ortografia</i>, escripto deste modo, representa ao justo os sons da sua pronunção viva na Lingua Portugueza. Porem escripto como se vê ao principio, representa não só os sons que tem, mas tambem os que teve em outro tempo no uso vivo da Lingua Grega, donde o houvemos. A primeira Orthographia chama-se da <i>Pronunção</i>; porque não emprega caracteres alguns ociosos e sem valor, mas tão sómente os que correspondem aos sons vivos da Lingua. A segunda chama-se <i>Etymologica</i>; porque admite letras, que presentemente não tem outro valor mais, que o de mostrar a origem das palavras (56).</p>	<p>A <i>Orthographia</i> he a Arte de escrever certo, isto he, de representar exactamente aos olhos por meio dos caracteres Litteraes do Alphabeto Nacional, os sons, nem mais nem menos, de qualquer vocabulo, e na mesma ordem, com que se pronunção no uso vivo da Lingua: ou bem assim os que o mesmo vocabulo em outro tempo teve nas Linguas mortas, donde o houvemos.</p> <p>Assim o vocabulo <i>Ortografia</i>, escripto por este modo, representa ao justo os sons de sua pronunção viva na Lingua Portugueza. Porê m escripto, como se vê ao principio, representa, não so os sons, que tem presentemente, mas tambem os que teve em outro tempo no uso vivo da Lingua Grega, donde o houvemos.</p> <p>A primeira Orthographia chama-se da <i>Pronunção</i>; porque não emprega caracteres alguns ociosos e sem valor: mas tão somente os que correspondem aos sons vivos da Lingua. A segunda chama-se <i>Etymologica</i>, ou de <i>Dirivação</i>; porque admite letras, que presentemente não tem outro prestimo senão para mostrar a origem das palavras (56-57).</p>

A comparação dos trechos citados permite concluir que Barbosa (1822) retoma com algumas alterações de natureza gráfica e com alterações nalgumas palavras (que não chegam a mudar o sentido das afirmações) o texto de Barbosa (1796c). Torna-se óbvio que o relacionamento entre as ideias ortográficas postuladas em Barbosa (1796c) e Barbosa (1822) deverá ser analisado mais pormenorizadamente noutra ocasião.

### 3.4 Parte Quarta: *Arithmetica Vulgar*

Com o título *Arithmetica Vulgar*, a quarta parte também data de 1796 mas consta ter sido publicada em 1797. De maior extensão, este opúsculo tem 123, [IV] páginas, igualmente sem qualquer paratexto:<sup>[30]</sup>

	páginas
[Rosto] <i>Eschola Popular [...]: Parte Quarta [...]</i> .	[1]
[taxação] <sup>3</sup>	[2]
CAPITULO I. <i>Das Taboadas de Numeração, Adição, Diminuição, Multiplicação, Divisão, e Caixaria.</i>	[3]-37
ARTIGO I. <i>Da Numeração.</i>	[3]-11
ARTIGO II. <i>Da Adição.</i>	11-13
ARTIGO III. <i>Da Diminuição.</i>	14-17
ARTIGO IIII. <i>Da Multiplicação.</i>	17-20
ARTIGO V. <i>Da Divisão, ou Repartição.</i>	20-23
ARTIGO VI. <i>Da Divisão dos Numeros Complexos, ou Caixaria.</i>	23-25
TABOADA I. <i>De Numeração.</i>	26
TABOADA II. <i>De Adição.</i>	27
TABOADA III. <i>De Diminuição.</i>	28
TABOADA IV. <i>De Multiplicação.</i>	29
TABOADA V. <i>De Divisão.</i>	30
TABOADA VI. <i>De Caixaria.</i>	31-34
TABOADA VII. <i>De Adição, e Diminuição.</i>	35
TABOADA VIII. <i>De Diminuição.</i>	36
TABOADA IX. PYTHAGORICA <i>De Multiplicação, e Divisão.</i>	37
CAPITULO I. <i>Das Operações Vulgares da Arithmetica, e da Regra de Tres, Juros, e Companhia.</i>	38-123
ARTIGO I. <i>Da Especie de Somar.</i>	38-50
ARTIGO II. <i>Da Especie de Diminuir.</i>	51-57
ARTIGO III. <i>Da Especie de Multiplicar.</i>	57-69

<sup>30</sup> Por razões de pertinência, não vamos levar adiante a análise da aritmética, para a qual julgamos que possam ter servido as traduções de obras contemporâneas, tais como, por exemplo, as publicações do francês Étienne Bézout (1730-1783).

	páginas
ARTIGO IIII. <i>Da Especie de Repartir.</i>	69-94
ARTIGO V. <i>Da Regra de Tres, Juros, e Companhia.</i> <sup>4</sup>	94-119
ARTIGO VI. <i>Do uso das operações vulgares da Arithmetica, e da Caixaria.</i>	120-123
CATALOGO <i>De alguns Livros Portuguezes, que se vendem em casa de Antonio Barneoud, Mercador de Livros em Coimbra, Administrador da Imprensa da Universidade; e em Lisboa na de Dubeux e Barneoud ao Chiado defronte da Igreja dos Martyres.</i>	[I]-[IV]

### 3.5 Parte Quarta: *Taboadas da Arithmetica Vulgar*

As *Taboadas da Arithmetica Vulgar* foram publicadas em 1796 com o mesmo rosto que a *Arithmetica Vulgar*, ou seja, sem qualquer indicação de que se tratasse de uma publicação separada,<sup>[31]</sup> sendo reproduzidas as dez tabelas de Barbosa (1796d: 26-37) ao longo de 14, [I] páginas (a contar o rosto):

	páginas
[Rosto] <i>Eschola Popular [...]: Parte Quarta [...]</i> .	[1]
[página em branco]	[2]
TABOADA I. <i>De Numeração.</i>	3
TABOADA II. <i>De Adição.</i>	4
TABOADA III. <i>De Diminuição.</i>	5
TABOADA IV. <i>De Multiplicação.</i>	6
TABOADA V. <i>De Divisão.</i>	7
TABOADA VI. <i>De Caixaria.</i>	8-11
TABOADA VII. <i>De Adição, e Diminuição.</i>	12
TABOADA VIII. <i>De Diminuição.</i>	13
TABOADA IX. <i>PYTHAGORICA De Multiplicação, e Divisão.</i>	14
[aviso de venda do livreiro] <sup>5</sup>	[1]

31 Perante a ausência da taxação de 13 de Janeiro de 1797 que se observa em Barbosa (1796d), julgamos que não poderá haver dúvida que o opúsculo com as tabelas realmente terá chegado a ser publicado em 1796. No catálogo de António Barneoud encontramos a seguinte referência a este opúsculo: «Vendem-se separados da Obra as Cartas - - - - - Traslados - - - - - Taboadas - - - - - 50» (Barbosa, 1796c: [II]).

## 4 Conclusão

Com o presente artigo pretendemos sintetizar o manual de ensino básico que constitui a obra denominada *Eschola Popular*. Se bem que tudo leva a crer que esta obra de um dos membros-chave da Junta da Diretoria Geral dos Estudos na altura da publicação terá sido uma obra de grande divulgação, hoje quase não restam vestígios, tendo este conjunto de manuais didáticos sido quase esquecido pelos investigadores modernos.<sup>[32]</sup>

A comparação de trechos escolhidos das duas obras declaradamente linguísticas Barbosa (1796a) e Barbosa (1796c) permite a conclusão que grande parte do texto publicado na *Eschola Popular* chegou a ser aproveitada pelo gramático na *Grammatica Philosophica* de 1822. Mesmo que não haja hoje quem duvidasse que Jerónimo Soares Barbosa tenha sido o autor das duas obras, observa-se que alguns dos poucos exemplares existentes nas bibliotecas portuguesas normalmente não se encontram atribuídas a Soares Barbosa, sendo catalogados como obras anónimas.<sup>[33]</sup> Além disso, uma comparação mais detida promete que possamos chegar a conclusões sobre a génese da *Grammatica Philosophica*, uma vez que a *Eschola Popular* foi redigida pelo menos sete anos antes da presumível data da redação da gramática (1803) e quase vinte anos antes da morte do próprio gramático.

Para finalizar, podemos constatar que ficou comprovado que Barbosa (1796b) não só se orientou no *Catecismo pequeno* de Montpellier, mas retirou a maioria do conteúdo deste manual escolar divulgadíssimo que era uma das principais obras das reformas pombalinas, remontando a outra parte ao grande humanista do século XVI que era Erasmo.

Não se testemunha, enfim, somente na doutrina exposta por Soares Barbosa na *Eschola Popular*, mas também na disposição da matéria em quatro livrinhos destinados a serem obras de divulgação, que este professor e gramático se tinha afastado bastante da pompa elitista que podemos observar na *Nova Escola para aprender a ler, escrever, e contar* de Manuel Andrade de Figueiredo (<sup>1</sup>1722, <sup>2</sup>1973).

---

32 Constitui uma notável exceção o artigo de Baptista (2006), que parece referir-se ao catecismo e as regras da civilidade.

33 Como se verifica numa consulta nos respetivos catálogos, tal procedimento observa-se nos exemplares conservados na Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.



## 5 Referências bibliográficas

### 5.1 Obras de Jerónimo Soares Barbosa

- [BARBOSA, Jerónimo Soares] (1796a), *ESCHOLA / POPULAR / das / PRIMEIRAS LETRAS / dividida em quatro partes. / PARTE PRIMEIRA. / ORTHOEPIA, / ou boa pronunção, e leitura / da / lingua portugueza. // COIMBRA, / Na Real Imprensa da Universidade. / anno de 1796. / Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço. ([II], 62 págs.)*
- [BARBOSA, Jerónimo Soares] (1796b), *ESCHOLA / POPULAR / das / PRIMEIRAS LETRAS / dividida em quatro partes. / PARTE SEGUNDA. / CATECISMOS, / de doutrina, e civilidade / christam, / Para Instrucção, e para Exercicio / da Leitura, // COIMBRA, / Na Real Imprensa da Universidade. / anno de 1796. / Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço. ([II], 75, [II] págs.)*
- [BARBOSA, Jerónimo Soares] (1796c), *ESCHOLA / POPULAR / das / PRIMEIRAS LETRAS / dividida em quatro partes. / PARTE TERCEIRA. / da / CALLIGRAPHIA, / e / ORTHOGRAPHIA, / ou arte de escrever bem / e certo / a lingua portugueza. // COIMBRA, / Na Real Imprensa da Universidade. / anno de 1796. / Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço. ([II], 89, [IV] págs., 8 estampas)*
- [BARBOSA, Jerónimo Soares] (1796d), *ESCHOLA / POPULAR / das / PRIMEIRAS LETRAS / dividida em quatro partes. / PARTE QUARTA. / ARITHMETICA / VULGAR. // COIMBRA, / Na Real Imprensa da Universidade. / anno de 1796. / Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço. ([II], 123 págs.)*
- [BARBOSA, Jerónimo Soares] (1796e), *ESCHOLA / POPULAR / das / PRIMEIRAS LETRAS / dividida em quatro partes. / PARTE QUARTA. / ARITHMETICA / VULGAR. // COIMBRA, / Na Real Imprensa da Universidade. / anno de 1796. / Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço. (14, [I] págs.)*
- BARBOSA, Jerónimo Soares (<sup>1</sup>1807), *As duas Linguas, / ou / Grammatica / Philosophica / da / Lingua Portugueza, / comparada / com a / Latina, / Para / Ambas se aprenderem ao / mesmo tempo. / por / jeronymo soares barboza, / Deputado da Junta da Directoria Geral dos / Estudos, e Escolas do Reino na / Universidade de Coimbra // Coimbra. / na real impressão da universidade. (XVI, 174, [II] págs.)*
- B[ARBOSA], J[erónimo] S[oaes] (<sup>1</sup>1822), *GRAMMATICA / PHILOSOPHICA / da / LINGUA PORTUGUEZA, / ou / PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL / APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM. / Por J. S. B. / Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos, e Es- / colas do Reino em a Universidade de Coimbra // Lisboa: / Na Typographia da Academia das Sciencias. / 1822 ([IV], XIV, 466 págs.)*
- [BARBOSA, Jerónimo Soares] (1828), *ESCHOLA / POPULAR / das / PRIMEIRAS LETRAS / dividida em quatro partes. / PARTE SEGUNDA. / CATECISMOS, / de doutrina, e civilidade / christam, / Para Instrucção, e para exercicio / da Leitura, // COIMBRA, /*

- na real imprensa da universidade, 1828. / *Com licença da R. Comissão de Censura.* ([II], 80 págs.)
- [BARBOSA, Jerónimo Soares] (1829), *ESCHOLA / POPULAR / das / PRIMEIRAS LETRAS / dividida em quatro partes. / parte primeira. / ORTHOEPIA, / ou / boa pronunção, e leitura / da / lingua portugueza. // COIMBRA, / na real imprensa da universidade. / 1829. / Com Licença da Real Comissão de Censura.* (32 págs.)

## 5.2 Bibliografia ativa e passiva

- BAPTISTA, Maria Isabel (2006), “Currículo e Ensino: Uma Leitura Paralela nas Escolas Régias e nas Escolas Regimentais na Província de Tras-os-Montes”, in *Sísifo: revista de ciências da educação* 1, in <http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/01sisifopt07.pdf>, consultado em 16 de dezembro de 2011.
- BARROS, João de (1785), *COMPILAÇÃO / de / VARIAS OBRAS / do insigne portuguez / JOAM DE BARROS, / DIRIGIDAS PELO MESMO AUTOR / ao muito alto, e excelente / PRINCIPE D. FELIPE. / Impressas em lisboa em caza de Luiz Ro- / driguez Livreiro d’Elrey, pelos an- / nos de 1539, e 1540. / E agora reimpressas em beneficio público / pelos Monges da Real Cartucha de / N. S. da Escada do Ceo. // Lisboa: / Na Officina de Jozé da Silva Nazareth. / anno m.dcc.l xxxv. / Com licença da Real Meza Censoria.*
- DURAND, Valentin (1907), *Le jansénisme au XVIIIe siècle et Joachim Colbert, évêque de Montpellier (1696-1738)*, Toulouse: Imprimerie et Librairie Édouard Privat.
- FERREIRA, António Gomes (2004), «Educação e regras de convivência e de bom comportamento nos séculos XVIII e XIX», in III Congresso Brasileiro de História da Educação (2004), atas publicadas on-line, <http://www.sbbe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo4/489.pdf>, consultado em 16 de dezembro de 2011.
- FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de (<sup>2</sup>1973), *NOVA / ESCOLA / PARA APRENDER / A ler, escrever, e contar. / OFFERECIDA / A’ AUGUSTA MAGESTADE / DO SENHOR / DOM JOAÕ V. / REY DE PORTUGAL. / Primeira parte. / por / MANOEL DE ANDRADE DE FIGUEIREDO, / Mestre desta Arte nas Cidades de Lisboa. / Occidental, e Oriental. // LISBOA OCCIDENTAL. Na Officina de BERNARDO DA COSTA DE CARVALHO, / Impressor do Serenissimo Senhor Infante. / Com as licenças necessarias, e Privilegio Real. / [1722], edição fac-similada, Lisboa: Livraria Sam Carlos.*
- FRANCO, José Eduardo (2005), “Os catecismos antijesuíticos pombalinos: As obras fundadoras do antijesuítismo do Marquês de Pombal”, in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* IV, 7/8, pp. 247-268.
- Gazeta de Lisboa* (1797) = *SEGUNDO SUPPLEMENTO / A’ / GAZETA DE LISBOA / NUMERO XI. / Com Privilegio de Sua Magestade. / Sabbado 18 de Março de 1807.*

- KEMMLER, Rolf (1996), “Esboço para uma História da Ortografia Portuguesa: O texto metaortográfico e a periodização da ortografia do século XVI até aos prelúdios da primeira reforma ortográfica de 1911”, Magisterarbeit im Fach Romanische Philologie I (Portugiesisch), vorgelegt an der Neuphilologischen Fakultät der Eberhard-Karls-Universität Tübingen, Prof. Dr. Brigitte Schlieben-Lange, im März 1996.
- KEMMLER, Rolf (2001), “Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911”, in *Lusorama* 47-48 (Oktober), pp. 128-319.
- KEMMLER, Rolf (2007), *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*, Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea (Beihefte zu *Lusorama*; 1. Reihe, 12. Band).
- KEMMLER, Rolf/ASSUNÇÃO, Carlos / FERNANDES, Gonçalo (2009), “Subsídios para o estudo das Gramáticas Filosóficas de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816)”, in *Domínios de Linguagem* (ISSN 1980-5799) 6 (ano 3, n.º 2), pp. 202-223, in <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11514/6794>, consultado em 16 de dezembro de 2011.
- OLIVEIRA, Fernão de (1970): *Gramática da linguagem portuguesa (1536)*, edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, com um estudo introdutório do Prof. Eugenio Coseriu, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras.
- [POUGET, François Aimé] / Colbert, Charles Joachim (1706), *INSTRUCTIONS GÉNÉRALES / EN FORME / DE CATECHISME, / OU L'ON EXPLIQUE EN ABRÉGÉ / par l'écriture sainte & par la Tradition, l'Histoire / & les Dogmes de la Religion, la Morale Chrétienne, / les Sacrements, les Prières, les Cérémonies, & les / Usages de l'Eglise. / IMPRIMÉES PAR ORDRE / De Messire CHARLES JOACHIM COLBERT, / Evêque de Montpellier. / A l'usage des anciens & des nouveaux Catholiques de son Diocèse, / & de tous ceux qui sont chargés de leur instruction. / Avec deux Catechismes abrégés, à l'usage des Enfants. / Nouvelle Edition revue & augmentée. // A PARIS, / Chez GUILLAUME VANDIVE, Imprimeur-Libraire de Monseigneur, / rue Saint Jacques, au Dauphin couronné. / M. D CC VI. / AVEC PRIVILEGE DU ROY (xv [= xx], 315, 381, [II] págs.).*
- [POUGET, François Aimé] / Colbert, Charles Joachim (1770), *CATECISMOS / DA DIECESE / de / MONTPELLIER / IMPRESSOS POR ORDEM / DO BISPO / CARLOS JOAQUIM COLBERT, / TRADUZIDOS NA LINGUA PORTUGUEZA / PARA POR ELLES SE ENSINAR / A DOCTRINA CHRISTA / AOS MENINOS NAS ESCOLAS / DOS REINOS, E DOMINIOS / DE PORTUGAL. // LISBOA / NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA. / ANNO M D C C L X X. / Com licença da Real Meza Censoria, / E PRIVILEGIO REAL ([II], 171 págs.).*
- [POUGET, François Aimé] / Colbert, Charles Joachim (1776), *CATECISMOS / DA DIECESE / DE / MONTPELLIER / IMPRESSOS POR ORDEM / DO BISPO / CARLOS JOAQUIM COLBERT, / TRADUZIDOS NA LINGUA PORTUGUEZA / PARA POR ELLES SE ENSINAR /*

- A DOCTRINA CRISTÃ / AOS MENINOS NAS ESCOLAS / DOS REINOS, E DOMINIOS / DE PORTUGAL. // LISBOA / NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA. / ANNO M D C C L X X V I. / Com licença da Real Meza Censoria, / E PRIVILEGIO REAL ([II], 171 págs.).
- [POUGET, François Aimé] / Colbert, Charles Joachim (1811), *CATHECISMOS / DA DIECESE / DE / MONTPELLIER / IMPRESSOS POR ORDEM DO BISPO / CARLOS JOAQUIM COLBERT, / TRADUZIDOS NA LINGUA PORTUGUEZA / PARA POR ELLES SE ENSINAR / A DOCTRINA CRISTÃ / AOS MENINOS NAS ESCOLAS / DOS REINOS, E DOMINIOS / DE PORTUGAL.* / Acrescentado com a Ladainha, e modos de / ajudar á Missa // PORTO / NA OFFICINA DE ANTONIO ALVAREZ RIBEIRO. / ANNO DE M. DCCC. XI. / Com licença da Mesa do Desembargo do Paço. / Vende-se na mesma Officina no largo de S. Eloy nas / casas N. 6, 7, 8 e 9. (236, [IV] págs.).
- [POUGET, François Aimé] / Colbert, Charles Joachim (1825), *CATECISMOS / DA DIECESE / DE / MONTPELLIER / IMPRESSOS POR ORDEM / DO BISPO / CARLOS JOAQUIM COLBERT, / TRADUZIDOS NA LINGUA PORTUGUEZA / PARA POR ELLES SE ENSINAR / A DOCTRINA CRISTÃ / AOS MENINOS NAS ESCOLAS / DOS REINOS, E DOMINIOS / DE PORTUGAL.* / Acrescentados com a Ladainha, e Modos / de ajudar a Missa // LISBOA / NA TYPOGRAPHIA ROLLANDIANA. / 1825 / Com licença da Meza do Desembargo do Paço. / Vende-se em Casa de Roland, Rua Nova dos Martyres, N. 10. (171, 16 págs.).
- SANTOS, Cândido dos (2007), *O Jansenismo em Portugal*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SCHÄFER-PRIEß, Barbara (2000), *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie; Band 300).
- SCHÄFER-PRIEß, Barbara (no prelo), *A Gramaticografia Portuguesa de 1540 até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*, Tradução de Jaime Ferreira da Silva, revista e atualizada pela autora.
- SOUSA, Evergton Sales (s.d.), “Jansenismo e reforma da Igreja na América Portuguesa”, in *Actas do Congresso Internacional “O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades” (Lisboa 2 a 5 de Novembro de 2005)*, Universidade de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, in [http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/evergton\\_sales\\_sousa.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/evergton_sales_sousa.pdf), consultado em 16 de dezembro de 2011.
- TABARAUD, [Mathieu-Mathurin] (1843), “POUGET François-Aimé”, in Michaud, Louis-Gabriel (ed.) (1843), *Biographie universelle, ancienne et moderne, ou Histoire, par ordre alphabétique, de la vie publique et privée de tous les hommes qui se sont fait remarquer par leurs écrits, leurs actions, leurs talents, leurs vertus ou leurs crimes*, tome trente-quatrième, Paris: A. Thoissnier Desplaces, p. 213.

- TEENSMA, Benjamin Nicolaas (1985), “Erasmus, Retocado, Traduzido, Descristianizado e Judaizado: Duas versões portuguesas de *De Civilitate Morum Puerilium*: Coimbra 1796, e Amsterdão 1816”, in *BIBLOS: Revista da Faculdade de Letras* 61, pp. 267-298.
- TERENCIANUS MAURUS (³2007), “De litteris, de syllabis, de metris”, in Keil, Heinrich (Hrsg.) (³2007), *Grammatici latini: VI, Scriptores artis metricae*, Leipzig: B. G. Teubner, 1874, edição fac-similar, Hildesheim: Georg Olms Verlag, pp. pp. 325-413
- TEYSSIER, Paul (³2007), *História da Língua Portuguesa*, tradução de Celso CUNHA, São Paulo: Martins Fontes.
- VAZ, Francisco António Lourenço (1998), “O Catecismo no Discurso da Ilustração Portuguesa do Século XVIII”, in *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias* X, pp. 217-240, in <http://home.uevora.pt/~fvaz/PUBLICA%20D5ESFVAZ/1998%20-%20O%20CATECISMO%20NO%20DISCURSO%20DA%20ILUSTRA%20C3O.pdf>, consulta do em 16 de dezembro de 2011.

# LÉXICO E ADAPTAÇÃO TEXTUAL NA PRODUÇÃO DE MATERIAL DE LEITURA EXTENSIVA EM PL2

## LEXICON AND TEXTUAL ADAPTATION IN THE PRODUCTION OF GRADED READERS FOR EXTENSIVE READING IN PL2

Ana Martins  
ana\_cristina\_martins@clul.ul.pt

O presente artigo decorre do trabalho realizado no âmbito do projecto de pós-doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – Ref. SFRH / BPD / 40498 / 2007

Este artigo apresenta os resultados de um estudo sobre processos de retextualização activados na produção de textos modificados para leitura extensiva em português L2 (PL2). São descritas primeiramente as técnicas de reescrita usadas na construção de três textos modificados, destinados aos níveis A2 e B1 (do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas). Num segundo momento, são apresentados os resultados preliminares da testagem em curso, relativa a tarefas de leitura atribuídas a alunos adultos de PL2, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O objectivo desta testagem é duplo: (i) verificar o grau de tolerância aos textos modificados; (ii) gerar dados sobre os contextos ideais para a promoção de inferências controladas sobre o significado das palavras e para o aumento da aquisição de novos itens. Os resultados sugerem que a adequação global dos textos modificados foi alcançada e que a leitura extensiva de textos modificados, que sejam rigorosamente construídos sobre os critérios analisados, em articulação com a possibilidade de leitura em suporte multimédia, não apenas pode consolidar vocabulário já adquirido, mas também acelerar significativamente a aquisição de novos itens.

**Palavras-chave:** leitura extensiva, texto modificado, aquisição lexical, inferência, processos de retextualização

---

\* Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – Grupo ANAGRAMA; Fundação para a Ciência e a Tecnologia – bolsa de pós-doutoramento, Lisboa, Portugal.

This article reports on a study about rewriting processes of modified texts for extensive reading in Portuguese L2. Firstly it describes the rewriting techniques used in the construction of three graded readers for A2 and B1 levels (CEFR). Secondly it presents the preliminary results of the ongoing trial, concerning modified texts reading tasks given to adult PL2 learners of the Faculty of Letters of the University of Coimbra. The aim of this trial is twofold: (i) to verify the tolerance grade to the adapted texts produced; (ii) to elicit data about ideal discursive contexts that promote controlled guesses about word meaning and boost the acquisition of new lexical items. Results allow us to conclude that general adequacy of the graded readers was achieved. Results also suggest that extensive reading of graded readers thoroughly built under the analysed criteria, combined with multimedia access to texts, may not only consolidate vocabulary already acquired but also speed new items acquisition significantly.

**Key words:** extensive reading, graded readers, lexical acquisition, inference, rewriting processes

## Introdução

O presente artigo tem como objectivo central apresentar os resultados e conclusões preliminares do trabalho de produção e avaliação de textos para leitura extensiva em português L2 (PL2).

Depois de fixados os principais pressupostos teóricos e da constatação do alcance limitado dos resultados da análise dos processos de simplificação textual para o inglês, passa-se à descrição dos procedimentos activados aquando do primeiro passo deste estudo, a saber, a retextualização de três obras não literárias de autores portugueses contemporâneos. Apresentar-se-á, de seguida, o teor do trabalho de testagem, bem como a leitura dos dados obtidos. Concluir-se-á que os produtos retextualizados estão dentro do grau expectável de tolerância à leitura do público-alvo. Ponderar-se-ão, por último, os desenhos discursivos mais favoráveis à expansão vocabular do aprendente.

## 1. Estado da arte

### 1.1. Textos modificados: uma análise crítica

É reconhecida, em numerosos estudos, a importância da leitura extensiva na transformação dos aprendentes em leitores fluentes. Krashen (1993) faz uma avaliação muito favorável do recurso à leitura extensiva que, garante, faz aumentar o vocabulário, melhora o domínio da gramática e, inclusivamente, reflecte-se positivamente no aperfeiçoamento da escrita. Depois de Krashen, vários trabalhos vieram confirmar estas conclusões (Grabe & Stoller, 1997; Nation, 2001, 2009; Waring & Takaki, 2003).

Iwahori (2008) leva a cabo um estudo destinado a verificar a eficácia da leitura extensiva junto de alunos da escola secundária, no Japão, concluindo que a implementação de programas de leitura extensiva tem consequências muito positivas nas taxas de fluência de leitura e na proficiência linguística em geral. Também Waring e Nation (2004) mostram que a leitura extensiva, ao fornecer as melhores condições de exposição a novas palavras – pois potenciam encontros repetidos e em diferentes contextos, num breve período de tempo, em que a memória de curto prazo ainda está activa – constitui-se como uma prática ideal para fazer crescer o espectro vocabular do aprendente.

Importa salientar que, não raro, a abordagem da leitura extensiva pressupõe o recurso a textos modificados. Nation (2009) mostra que os textos originais têm um peso vocabular muito forte para os objectivos da leitura extensiva e que, por isso, não preenchem os requisitos necessários para uma aprendizagem bem sucedida. Por sua vez, se o texto contém muitas palavras desconhecidas, então deixa de poder servir a leitura extensiva para passar a servir a leitura intensiva – esta, sim, operacionalizada pela constante interrupção do fluxo de leitura. Compreende-se, pois, esta associação, *leitura extensiva – leitura de textos modificados*. De facto, reconhece-se como certo que a leitura extensiva de textos originais propulsiona o reconhecimento automático de vocabulário de baixa frequência e o processamento de estruturas transfrásicas, mas também não se dá como menos certo ser pernicioso propor textos de leitura extensiva para os quais os aprendentes ainda não ganharam suficiente automatismo de decodificação, por insuficiente competência lexical e sintáctica.

Por último, há a mencionar Bamford (1984) e Day e Bamford (1998), que são, depois de Krashen (1981, 1985) e da sua célebre *Teoria do Input Compreensível*, exemplos da defesa peremptória da leitura extensiva de textos modificados como componente absolutamente indispensável em qualquer programa de aprendizagem de línguas.



Se assim é, então os textos modificados deverão ser alvo de escrutínio constante. Crossley, Louwerse, McCarthy e McNamara (2007) levam a cabo um extenso estudo empírico que, ao invés de apurar os efeitos dos textos modificados e autênticos no desempenho dos aprendentes, como a maioria dos estudos faz, analisam comparativamente textos modificados e textos autênticos. Os autores procedem a este trabalho através da medição com indicadores de coesão: lexical, interfrásica e subfrásica. As conclusões deste trabalho são, em grande medida, uma resposta quer às assunções favoráveis, quer às assunções desfavoráveis em relação ao uso de textos modificados, a saber: (i) os textos modificados fornecem maior cobertura semântica para um dado tópico, ao passo que os textos autênticos apresentam menor similaridade temática entre tópicos; (ii) os textos modificados têm mais frases encabeçadas por SN e uma média mais elevada de modificadores de N; (iii) nos textos autênticos recorre-se a um número significativamente mais elevado de palavras abstractas e de baixa frequência em comparação com os textos modificados correspondentes; e, por último, (iv) os textos modificados acabam por apresentar uma maior complexidade sintáctica, designadamente, na oposição de mais constituintes oracionais, o que pode redundar, segundo os autores, numa construção discursiva atípica.

Destaque-se que Davison e Kantor (1982), em relação a esta crítica, mais ou menos consensualizada – a de que os textos modificados acarretam sempre algum grau considerável de complexidade sintáctica – já tinham relevado que tal complexidade não implica necessariamente maior dificuldade ou ininteligibilidade para o aprendente (não aludem, no entanto, à consequência da atipicidade). Na verdade, não é previsível que a adição de estruturas coordenadas ou de orações infinitivas bloqueie ou dificulte a compreensão do sentido de uma micro-sequência textual ou de uma sequência textual intermédia.

A análise de Allan (2008) concorre, parcialmente, com a de Crossley et al. (2007): também esta autora faz um estudo empírico incidente sobre as características do input textual. Allan compara sequências multipalavra presentes num corpus de textos modificados com as contidas no British National Corpus, passando em revista os parâmetros frequência, tipo e composição para avaliar a autenticidade dos textos modificados. Consegue provar que, apesar de haver diferenças assinaláveis entre um e outro corpus, o número e o tipo destes agregados lexicais são suficientes para fornecer input que reflecta a língua “natural”. Os dados que apresenta sugerem que os textos modificados podem oferecer um equilíbrio aceitável entre lisibilidade e autenticidade.

Em face do exposto, constata-se que falta, no entanto, também para o inglês, investigação experimental que conduza a uma definição dos factores que determinam a lisibilidade de uma versão modificada para um dado nível de proficiência. É dado como certo que as fórmulas de lisibilidade não podem servir de guia para a produção de texto. Estas fórmulas ignoram e violam muito do actual conhecimento sobre o processo de leitura. Todas elas têm em comum proceder a uma análise quantitativa simplificada, fundada, basicamente, na extensão da frase, em número de palavras, e na extensão da palavra, em número de sílabas, por frase. Os vários estudos (Davison & Kantor, 1982; Bernhardt, 1984; Coady, 1993; Carver, 1994) que demonstram a falibilidade destas fórmulas, revelam, por exemplo, que frases com pontuação aproximada nas fórmulas apresentam índices de frequência de vocabulário e complexidade estrutural muito diferenciados.

Vale a pena, todavia, ver no que as fórmulas de lisibilidade falham para perceber que vectores podem estar em causa aquando do apuramento dos factores de lisibilidade – “a combination of unexplored and undefined factors, called in some circles a *Black Box*.” (Davison & Kantor, 1982: 191). Fazem parte dessa *caixa negra*: o grau de coesão discursiva (explicitação, ou não, da conectividade interfásica/interaccional; factores discursivos de atribuição de foco e distribuição de tópicos), a carga inferencial colocada no leitor, o número de itens lexicais novos, a complexidade conceptual, a tipologia discursiva e registo de língua, o conhecimento do mundo e a tábua de valores disponível (Bruce, Rubin & Starr 1981; Bernhardt, 1984; Davison & Kantor, 1982) – pelo menos.

A proposta subjacente a este trabalho é, pois, a de que é possível apurar procedimentos regulares no processo de simplificação de textos para PL2 fora dos parâmetros impostos por fórmulas de lisibilidade (aliás geradas sobre e para o inglês). Serão, mais adiante, focadas essas operações.

## 1.2. Relação bidireccional entre aquisição do léxico e compreensão da leitura

O nível de domínio de vocabulário – que acarreta rigor e rapidez na determinação do significado de uma forma de palavra, assim como flexibilidade na associação de conceitos na memória semântica do leitor – é preditivo e determina o nível de compreensão da leitura em L2 (e L1). Nesta medida, a distribuição de textos modificados em função dos níveis de proficiência é feita, para o inglês, com recurso ao *Vocabulary Levels Test* (Schmitt, 2000;

Schmitt, Schmitt & Clapham, 2001). Aliás, as séries de edição dos *graded readers* (da Collins, Grafisk Forlag, Heinemann, Longman, Macmillan, Oxford, entre outras editoras) são publicadas em função de diferentes níveis de quantificação de vocabulário.

Segundo a análise de Simensen (1987), a maioria das séries de edição tem entre quatro a oito níveis de vocabulário: os níveis mais baixos variam entre 300 e 650 itens e os níveis mais altos podem apresentar uma diferença entre 1800 e 3200 itens. No estudo de Laufer (1991), realizado com 97 alunos de inglês L2, os níveis também não são integralmente coincidentes com nenhum dos níveis das séries mencionadas.<sup>[1]</sup> Para o espanhol, há a referir o trabalho de Gisbert (2001), que apurou o valor de 1012 lemas para o nível inicial e 2083 lemas para o nível intermédio. Para o português, Leiria (2001), através da análise de produções escritas de alunos com pelo menos seis meses de aprendizagem formal na FLUL, conseguiu chegar a uma variação entre 1200 a 1500 lemas, cobrindo um grande número de temas de escrita.

O pressuposto é o de que se um texto contém demasiadas palavras de baixa acessibilidade, a compreensão será afectada. As palavras desconhecidas criam hiatos no sentido do texto e a ocorrência de demasiados hiatos pode comprometer a construção do sentido global do texto.

Mas se, por um lado, é necessário salvaguardar o conforto de leitura, por outro, há também que propulsionar a aquisição de novos itens. Neste âmbito, os textos modificados podem apresentar reais mais-valias em relação aos textos originais, no que toca à aquisição accidental – não dirigida e não intencional – de vocabulário. Consideram-se dois factores diferenciais nucleares em relação aos textos originais.

– *Frequência no texto.* Wodinsky e Nation (1988) investigam as oportunidades para a aquisição de vocabulário através da comparação de dois textos modificados com um texto não modificado correspondente. Concluem que o texto não modificado tem um grande número de palavras que ocorre apenas uma vez (42,2%), o que limita a possibilidade de aprendizagem de vocabulário através de encontros frequentes com essas palavras. Nation (1990) estima que sejam necessárias pelo menos seis exposições para que um lema venha a ser retido.

---

1 Nível 1: menos de 2000 lemas; nível 2: 2000 lemas; nível 3: 3000 lemas; nível 4: 4000 lemas e nível 5: 5000 lemas.

Ver também a proposta de graduação de glossários lexicais (de famílias de palavras) da *Extensive Reading Foundation*: <http://www.erfoundation.org/erf/node/44>

– *Riqueza das pistas contextuais*. Apesar de a investigação em L2 (e L1) indicar que a aquisição de palavras desconhecidas é maioritariamente derivada do contexto, por suposição ou conjectura do significado da palavra desconhecida, Coady (1993) assinala que as altas taxas de sucesso deste procedimento só ocorrem sob óptimas condições de leitura, em que os contextos são bons preditores de palpites sobre o significado das palavras. Igualmente, Frantzen (1998) aponta as razões para o fracasso das conjecturas sobre o significado de palavras: uma delas é justamente a insuficiência dos contextos dos textos originais.

Há outros factores que importa também ter em conta, ainda que não tenham sido abordados no paralelo entre textos originais e textos modificados, a saber: o *reconhecimento de cognatos* (Holmes & Ramos, 1993) e a *saliência textual da palavra* (Brown, 1993). Este último factor veio a ser confirmado por Kweon e Kim (2008) num estudo com alunos sul-coreanos de inglês: as palavras mais frequentes no texto foram mais facilmente apreendidas do que as menos frequentes, nas três classes visadas (nomes, adjetivos e verbos).<sup>[2]</sup> No entanto, as palavras de mais baixa frequência foram mais bem apreendidas do que as palavras de alta frequência sempre que o significado daquelas era crucial para a compreensão do texto.

Em face do assentimento generalizado de que a maior parte das palavras é aprendida a partir do contexto, então importa saber como otimizar e acelerar esse processo. Waring e Nation (2004) fazem a estimativa: se os alunos aprenderem 3 a 6 palavras por hora de leitura, adquirem entre 150 a 300 palavras novas por ano – o que é muito pouco. Daí que, defendem os autores, o aprendente beneficie de algum tipo de combinação entre a aprendizagem “natural”, em contexto da língua escrita, e o estudo intencional directo, de modo a construir um mais lato espectro vocabular. Advogam, no entanto, que tal opção tem de ir de par com a selecção de textos adequados para um dado nível – e, por conseguinte, nas doses de vocabulário certas, capazes de favorecer a subsequente consolidação de vocabulário novo. Aliás, as conclusões de Stahl e Fairbanks (1986) já iam no mesmo sentido: os métodos que produzem os mais elevados efeitos na medição da compreensão e do vocabulário são aqueles que envolvem, em simultâneo, informação contextual e informação definicional para cada palavra a ser apreendida.

2 O mesmo concluiu Leiria (2001) para o português L2.

Com base em assunções desta ordem, vários estudos foram sendo feitos no sentido de mostrar que as taxas de sucesso de aquisição acidental de vocabulário podem ser optimizadas através de canais adicionais de acesso ao significado das palavras, como sejam as anotações dadas por via de recursos multimédia (Chun & Plass, 1996; Alessi & Dwyer, 2008; Ellis, Tanaka & Yamazaki, 1994). Há vantagens, então, em criar material de leitura desenhado e editado de modo a controlar o risco de os aprendentes fazerem inferências erradas sobre o significado.

É deste modo que vem surgindo investigação abundante sobre a assistência em hipertexto no acesso ao vocabulário durante a leitura, isto é, sobre usos de aplicações multimédia para ler textos electrónicos, que disponibilizem uma grande variedade de anotações de palavras na forma de texto, imagens e vídeo (glosas).<sup>3</sup> Desde logo, há as vantagens da glosa, por si só. Em primeiro lugar, a glosa escrita não é a reprodução do verbete do dicionário, mas corresponde a uma selecção e explicação adaptada dos sememas activados no contexto discursivo em causa. Por outro lado, o aluno não tem de interromper a leitura para consultar no dicionário a palavra desconhecida numa lista alfabética, ao mesmo tempo que tem de manter em mente o contexto discursivo do texto que está a ler. Se, em acréscimo, a glosa é dada em *link*, então o aprendente-leitor passa a ter controlo sobre o *input* adicional que recebe e pode treinar o hábito de identificar e resolver autonomamente problemas de compreensão.

### 1.3. Factores de obstrução à compreensão da leitura em PL2

No âmbito do apuramento de factores de complexidade de estruturas gramaticais, há a relevar Costa, Faria e Matos (1997) sobre expressões referencialmente dependentes e Costa (2005) sobre a frase simples declarativa e as frases subordinadas causais e clivadas. Aqui se descrevem as condições que mais custos trazem para o processamento de unidades frásicas, a leitores nativos, com aplicação a leitores em PL2.

No que toca ao processamento lexical, o português não difere das demais línguas: é a baixa frequência da palavra e a especificidade da sua estrutura morfológica e fonológica que podem criar problemas no reconhecimento da palavra e no acesso ao seu significado e às suas propriedades sintácticas.

3 “Glosa” será, doravante, o termo genérico usado para designar quer as anotações em texto, quer a disponibilização de imagem ou vídeo, na explicação do significado contextualizado de uma palavra do texto.

Não existem, para o português (pelo menos, que tenham sido, até ao momento, divulgados) glossários lexicais de nível, isto é, listas de lemas correspondentes ao vocabulário (receptivo e/ou produtivo) que previsivelmente os aprendentes em cada grupo de nível devam dominar. Em face desta carência, o *Português Fundamental* (1984), com 2217 entradas que cobrem o vocabulário mais frequente em português, oferece-se como um bom *corpus* de confrontação com listas de lematizações de textos escritos para ou por aprendentes de PL2. Leiria (2001) faz justamente esse trabalho de confrontação para a caracterização do vocabulário disponível, para uso na escrita, de aprendentes de PL2 falantes de espanhol, francês, alemão, sueco e chinês.

## 2. Retextualização

A primeira etapa do trabalho deste estudo, que doravante se passa a descrever, consistiu na retextualização de três obras integrais, dada a total inexistência de publicações de textos modificados para leitura extensiva em português europeu. Deste modo, ao mesmo tempo que o trabalho de reconstrução textual avançava, iam sendo inventariadas, e faseadamente sistematizadas, as principais soluções de retextualização, adiante descritas (ponto 2.2.).

### 2.1. Fundamentação da selecção dos textos originais

Os três textos originais que foram, neste estudo, objecto de retextualização pertencem ao género do relato de viagem:

- *No Dorso do Dragão*, de Cláudia Ribeiro;
- *A Mais Alta Solidão*, de João Garcia;
- *Planisfério Pessoal*, de Gonçalo Cadilhe.

As versões modificadas encontram-se em:

<http://users.janssenweb.com/anamartins/nodorsododragao/>

(*No Dorso do Dragão*, doravante T1);

<http://users.janssenweb.com/anamartins/altasolidao/>

(*A Mais Alta Solidão*, doravante T2);

<http://users.janssenweb.com/anamartins/planpes><sup>[4]</sup>

(*Planisfério Pessoal*, doravante T3).

4 O acesso é restrito. Solicitar *login* através do e-mail da autora.

O relato de acções – modo de enunciação/textualização activado no relato de viagem –, ao contrário da narrativa, tem o tempo da enunciação como ponto de orientação último e um tempo de referência derivado como ponto de radicação reinstanciado. As acções denotadas no relato são tomadas como contemporâneas da percepção, do pensamento e da enunciação, ficando a progressão temporal a cargo de adverbiais e da expressão de culminações. O relato consubstancia-se numa enumeração de acções, num mesmo plano linear. Essas acções, representadas como não acabadas, estão despojadas do seu valor de acto, cumprindo, por essa via, uma função qualitativa e ilustrando uma visão do mundo (Martins, 2010).

Por conseguinte, diferentes factores motivaram a opção por este género.

*Do ponto de vista da produção:*

- Dadas as estratégias enunciativo-discursivas inerentes ao relato de acções, a versão modificada dificilmente resultará num texto menos coeso do que o texto original, pois a estrutura paratáctica e não culminativa do relato oferece mais oportunidades de supressão de sequências<sup>5</sup> se comparada com as estruturas de outras tipologias discursivas.

*Do ponto de vista da recepção/leitura:*

- A narrativa, ao contrário do relato, desencoraja o aprendente a ir procurar o significado das palavras que desconhece; a sua predisposição para interromper a leitura da história e quebrar o desenvolvimento do enredo é menor do que noutro tipo de texto. (Bernhardt, 1990; Hulstijn, Hollander & Greidanus, 1996).
- O relato, mais do que a narrativa, porque é um tipo de texto que avança por acumulação de objectos e situações, por justaposição continuada de tópicos introduzidos de modo disperso, fragmentário, próprio da deriva de espaços, situações e personagens que perfazem a viagem, favorece o aumento do conhecimento tópico do aprendente-leitor (Martins, 2010).
- O relato permite, mais facilmente, a introdução de *estímulos de interesse* na leitura, como sejam a introdução de exclamações e de perguntas retóricas em monólogo interior, assim como a introdução de discurso directo e a interpelação directa ao leitor.

5 Está minimizado o risco de criar um texto sem coesão (Yano, Long & Ross, 1994).

## 2.2. Operações de retextualização recorrentes

A retextualização aglutina várias tarefas que decorrem em simultâneo, a saber: (i) as manipulações de ordem morfológica, semântica e discursiva operadas sobre o texto original; (ii) a agregação dos lemas mais frequentes, de acordo com o universo de discurso em causa, dentro dos limites aproximados de 700 (T2), 1000 (T1) e 1300 (T3) itens; (iii) a construção de glosas, também em registo adaptado; (iv) a inserção, ao longo do texto modificado, de pseudo-palavras (para T1 e T3<sup>6</sup>) aquando da realização de diferentes actos composicionais do discurso (especificamente, actos de expansão, ilustração e oposição), como forma de gerar mecanismos de avaliação do potencial inferencial inerente a esses movimentos discursivos.

No processo de produção de um texto altamente motivado, como é o texto modificado, cada sequência é laboriosamente construída para activar um agregado de interfaces. Apresentam-se as opções de alteração regulares tomadas ao longo do trabalho de retextualização.

### Macro-operações

#### – *Supressão*

A operação de supressão de sequências do texto original é exigida pela necessidade de controlo da informação, controlo de idiomatismos, de redução de domínios lexicais e de estruturas oracionais.

#### – *Substituição*

As estruturas substituintes observam os critérios da frequência na língua e da ordem dos constituintes na frase; atendem às construções de encaixe, à topicalização e às dependências referenciais intra e interfrásicas.

#### – *Repetição*

São exploradas as propriedades de redundância natural do discurso, em procedimentos de reincidência lexical, sintáctica, morfológica e semântica.

#### – *Reconstrução textual*

Todas as operações sumariamente descritas acima actuam por *efeito de dominó* e exigem uma recodificação proposicional e uma nova conectividade lógica.

### Operações microestruturais

- *Seleccção e gestão lexical*

6 Ver abaixo ponto 3.2.2., sobre a não utilização de pseudo-palavras em T2.



O primeiro constrangimento no processo de retextualização é a contenção lexical. Há que preservar o limite máximo calculado para o texto em laboração e, simultaneamente, optar pelos lemas de mais alta frequência. Não se parte de uma lista prévia de lemas; ela é construída ao longo da retextualização e a sua fixação só culmina quando a retextualização é dada como acabada. Só assim é possível preservar os universos de referência do texto original.

Algumas operações de substituição lexical implicam apenas substituições paradigmáticas, que acarretam alterações de registo:

- |  |   |
|--|---|
| (1) a. "...mudanças que, entretanto, se desencadearam." (T1 original, p. 11) | b. "... mudanças que, entretanto, aconteceram." (T1 modificado) |
| c. "... enveredámos pela noite de Hong Kong..." (T1 original, p. 243)        | d. "...entrámos na noite de Hong Kong..." (T2 modificado)       |

Outras operações há, no entanto, em que a necessidade de supressão de vocabulário exige alteração completa da frase. O que remanesce é uma interpretação do valor comunicativo do enunciado:

- |   |  |
|---|--|
| (2) a. "... o precipício da beira cada vez mais abissal." (T1 original, p. 387) | b. "Uma roda fora da estrada e era morte certa." (T1 modificado) |
|---|--|

Na observação do critério de frequência, é necessário verificar se a substituição de um lema por outro não adúltera a intenção comunicativa. Na sequência abaixo, expositiva quanto ao tipo e digressiva quanto à dimensionalidade textual, a substituição operada não acarreta qualquer alteração no rumo discursivo encetado no texto original:

- |  |  |
|--|--|
| (3) a. "Claro que não há qualquer semelhança com umas férias num pacote*." (T3 original, p.21) | b. "É claro que uma viagem de cargueiro não tem nada a ver com umas férias num cruzeiro*." (T3 modificado) |
|--|--|

\**pacote*: 583 ocorrências no AC/DC Linguateca

\**cruzeiro*: 6994 ocorrências no AC/DC Linguateca

Simultaneamente, há que ter em conta a produtividade de um lema substituinte. Por exemplo, "episódio", em T3, é activado como substituinte

de “peripécia” e como substituinte de “assalto”. Como é sabido, tipicamente, um lema de alta frequência é um lema polissêmico ou multifuncional:

(4) a. “Os excertos que dizem respeito às peripécias\* da viagem...”

(T3 original, p. 9)

\**peripécia*: 1234 ocorrências no AC/DC  
Linguatca

b. “Juntei aqui textos que contam alguns episódios\* engraçados da viagem.”

(T3 modificado)

\**episódio*: 14791 no AC/DC Linguatca

Para além disso, as técnicas de gestão do léxico ao longo da textualização têm em conta uma previsão das competências estratégicas do aprendente, designadamente, estratégias de memorização, de associação ou de compensação. Visando o fim específico da consolidação/aquisição de um item lexical, opera-se a transição de um termo dado como previamente conhecido para um termo co-referente de mais baixa frequência, em contextos equivalentes – termo que se irá repetir desde o momento em que se dá essa transição. É o que acontece, por exemplo, na correspondência «viajante» – «passageiro», em T3.

A substituição de vocabulário de baixa frequência pode também fazer-se através do recurso a expressões fixas, evitando, todavia, as mais opacas:

(5) a. “substituir” (T2 original).

b. “dar lugar”; “fazer as vezes” (T2 modificado).

Mas a simples operação de supressão pode exigir alterações na ordem das sequências e na topicalização. No exemplo abaixo, a necessidade de suprimir todas as palavras da área lexical relativa aos objectos e procedimentos requeridos para o acampamento em alta montanha motivou a sequência resumativa e a troca de posição de sequências:

(6) a. “Faltavam quatro dias para partirmos para o Tibete e eu e o Pascal ainda tínhamos muitos afazeres à nossa espera: tratar de antenas, painéis solares, verificar as tendas, a repartição das coisas pelos sacos. (...) Além desse trabalho, todas as noites jantávamos com os membros do grupo (p. 83) (...) O equipamento da expedição pesa aproximadamente duas toneladas e meia (...)” (p. 85, T2 original)

b. “Bom, só faltam quatro dias para partirmos para o Tibete (o Evereste fica no Tibete). Eu e o Pascal não parávamos: era preciso ter tudo pronto e organizado. No nosso caso, 'tudo' era só duas toneladas e meia de material. Aliás, os materiais tinham de ir num camiãõ à parte. Nesses quatro dias jantámos sempre todos juntos.” (T2 modificado)

• *Alterações de plano enunciativo/ponto de vista*

Um dos recursos regulares para a construção de estruturas supletivas de perfeito e de condicional ou conjuntivo (imperfeito) é a mudança de plano enunciativo:

Plano enunciativo inactual/narrativo:

(7) a. “Tinha chegado ao ponto mais alto do mundo.” (T2 original, p. 23)

c. “Resolvi rumar a Hong Kong, no dia seguinte, apenas com uma vaga recordação do hotel aonde John, ainda em Pequim, me dissera que se alojaria.” (T1 original, p. 241)

e. “Daí a alguns dias, este espaço ganharia a aparência de uma grande aldeia...” (T2 original, p. 126)

Plano enunciativo de reinstanciação<sup>[9]</sup>:

b. “Cheguei, finalmente, ao ponto mais alto do mundo!” (T2 modificado)

d. “Decidi então ir sozinha para Hong Kong, sem me lembrar bem do nome do hotel onde John me disse que ia ficar.” (T1 modificado)

f. “Dentro de dias iam chegar mais 16 expedições! Este acampamento ia parecer uma grande aldeia...” (T2 modificado)

A incursão por formas de discurso relatado – discurso directo e monólogo interior – cumpre o mesmo objectivo de supressão de estruturas encaixadas/formas de conjuntivo:

<sup>7</sup> Martins, 2010: 263-270.

(8) a. “Mas, se esquecêssemos o pormenor e nos detivéssemos na imensidão, o fascínio era inevitável.” (T1 original, p. 203)

c. “Perdia-me nas belíssimas livrarias inglesas, no ambiente descontraído, nos livros empilhados, que não se exibiam nem se expunham, antes pareciam pedir que os descobríssemos.” (T1 original, p. 248)

b. “Bom, pensei eu, o melhor era esquecer isso e ficar a olhar longamente a paisagem. O encanto não podia ser maior:...” (T1 modificado)

d. “Perdia-me nas belíssimas livrarias inglesas, com livros aos montes, uns sobre os outros. Pareciam pedir: *anda, descobre-me!*” (T1 modificado)

O monólogo interior pode também, no entanto, figurar como estratégia de reconstrução textual originada por supressão de vocabulário:

(9) a. “Calhaus meio submersos fazem-me pensar que há sítios melhores para naufragar.” (T3 original, p. 53)

b. “Noto que há muitas rochas no fundo do rio. E se o nosso barco bate numa dessas rochas e ficamos aqui parados no meio do nada?” (T3 modificado)

• *Atribuição de tópico e foco*

Frequentemente, na supressão de estruturas encaixadas, oracionais e não oracionais, opta-se por construção frásica com sujeito animado e com traços de elevada transitividade<sup>[8]</sup>:

(10) a. “No entanto, a afabilidade desaparece nos locais de trabalho, em especial sob o domínio directo do Estado.” (T1 original, p.23)

c. “Tanto que a palavra sherpa já se tornou sinónimo de carregador de altitude.” (T2, p. 70)

b. “Mas os empregados dependentes do Estado não são nada amáveis, pelo contrário, são antipáticos e mal educados.” (T1 modificado)

d. “Alguns turistas pensam que “sherpa” quer dizer “carregador”...” (T2 modificado)

8 Ver Hopper & Thompson, 1980.

e. “Os excertos que dizem respeito às peripécias da viagem aparecem sob o título “Em Trânsito”. Os momentos fundamentais deste período agrupam-se no “Planisfério para Sempre”. Os confrontos culturais encontram-se na série “Diferença Horária”” (T3 original, p. 9)

f. “Juntei aqui os textos que contam alguns episódios engraçados da viagem. Há também muitos outros textos que tratam das diferenças entre países e culturas.” (T3 modificado)

Não raro, ao duplicar uma frase original, altera-se o foco:

(11) a. “Mostra-me um molho de cruzeiros na bermada de uma curva, junto a um precipício.” (T3 original, p. 58)

b. “Passamos numa curva e ele mostra-me um monte de cruzeiros que ali estão. Lá em baixo, o precipício.” (T3 modificado)

Recorrentemente, também, altera-se a posição focal para servir a sinalização toponímica:

(12) a. “Para chegar a Nova Iorque tenho primeiro de passar por Valência.” (37 linhas adiante; “Valência” não é tópico)  
“Valência comove-me.” (T3 original, p. 17)

b. “Estou agora em Valência, pronto para partir.” (10 linhas adiante)  
“Entretanto, passeio por Valência.” (T3 modificado)

c. “De Cortez, ficou apenas este mar...” (T3 original, p. 42)

d. “Atravesso agora o Mar de Cortez...” (T3 modificado)

• *Controlo de inferências*

No texto original, como em qualquer texto escrito para ser lido por leitores nativos, há enlaces construídos apenas com base em implicaturas e, comumente, os conhecimentos culturais são dados como pressupostos. No texto modificado, os erros ou as ausências de inferência são acautelados, através de explicitação de informação, que pode ocorrer sob várias formas:

– por explicitação de pergunta retórica:

(13) a. “Todavia, numa época em que viajar se torna cada vez mais fácil, como justificar outro livro sobre a China?” (T1 original, p. 11)

b. “Mas, pergunta-me o leitor, que interesse pode ter, hoje em dia, um livro sobre a China? Nos tempos que correm, é muito fácil viajar...” (T1 modificado)

– por explicitação do propósito da acção relatada no texto original:

(14) a. “Toda a nossa visita a Chengdu foi sendo entremeada por exasperantes esperas no aeroporto da cidade (...)” (T1 original, p. 290)

b. “Durante toda a nossa visita a Chengdu, fizemos várias tentativas para sair da cidade. Uma e outra vez, esperámos horas e horas no aeroporto.” (T1 modificado)

– por explicitação de informação de conhecimento do mundo:

(15) a. “Chegamos então à China e a mudança de ambiente é brusca. (...) O exército vermelho invadiu definitivamente o Tibete nos anos 50, pouco depois do triunfo da revolução comunista.” (T1 original, p. 93)

b. “Já na China, o ambiente é completamente diferente (...) Há cerca de 50 anos, com a revolução comunista, a China ocupou o Tibete. Ainda hoje o ocupa, como se sabe.” (T2 modificado)

– por explicitação de relações entre actos discursivos, através de conectores:

(16) a. “O objectivo final, para mim, não era terminar a viagem – era editá-la em livro. Só agora chego, por fim, a casa.” (T3 original, p. 9)

b. “O objectivo final, para mim, não era terminar a viagem, era escrever um bom livro sobre essa viagem. Por isso, acho que só agora, em 2005, essa viagem realmente acabou.” (T3 modificado)

(17) a. “Outra diferença em relação à ideia idílica de um cruzeiro é a ausência de outros passageiros. (...) Quanto a amenidades e diversões, conceptualmente o *London Senator* está mais perto de um cacilheiro (...). Apesar das dimensões do cargueiro, é impossível caminhar ao ar livre (...). À medida que avançamos para oeste, avançamos também no fuso horário. Cada dia, se atrasa o relógio uma hora (...).” (T3 original, pp. 21-22)

b. “Outra diferença em relação às férias num cruzeiro é que não há mais nenhuns passageiros. Para além disso, também não há nada para fazer (...) Apesar de o cargueiro ser muito grande, não posso caminhar ao ar livre. (...) Ainda por cima, à medida que avançamos para oeste, vamos sempre ganhando tempo.” (T3 modificado).

### 3. Testagem

#### 3.1. Objectivos

Os três textos, editados *online* em versão multimédia (com áudio e itens glosados em *link*) foram testados junto de alunos dos níveis A2 e B1. A realização destes testes visa dar a garantia mínima de o texto modificado se ter mantido abaixo do limite de tolerância à leitura extensiva destinada àqueles grupos de nível. Cumulativamente, a testagem visa apurar se estes materiais estimulam o processo de inferência lexical correcta e se capitalizam a retenção de itens lexicais. Apresentar-se-ão os resultados para T1 e T2, uma vez que os dados de T3 ainda estão em tratamento. Os dados obtidos foram tratados com recurso a estatística descritiva.

#### 3.2. Constituição dos grupos de informantes

Os textos modificados foram apresentados como proposta de leitura extensiva a alunos adultos não universitários, em contexto de imersão, integrados em turmas multilingues do *Curso Anual de Língua e Cultura Portuguesas para Estrangeiros da* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Os alunos foram colocados em grupos de nível (A2, 22 alunos; e B1, 20 alunos) mediante teste de ingresso padrão. Foi dada a possibilidade de os alunos poderem ler o texto em qualquer altura que lhes fosse conveniente, dentro de um período de três meses.

Não foram consideradas neste estudo diferenças individuais em idade e competência de leitura, memória de trabalho ou conhecimento do mundo.

A razão principal por que não foram levadas em conta estas variáveis prendeu-se com a heterogeneidade das turmas no que concerne a esses parâmetros.

### 3.3. Testes utilizados

Os testes utilizados integram perguntas dirigidas (i) à compreensão e interpretação de macro-estruturas textuais, (ii) ao reconhecimento e retenção de vocabulário, (iii) à realização de inferências correctas e (iv) à detecção de diferenças valores pragmático-discursivos no uso de uma mesma forma de palavra. As tipologias de pergunta repartem-se pela escolha múltipla, correspondência e preenchimento a partir de estímulo verbal e de imagem.

Os testes podem ser consultados em: <http://users.janssenweb.com/anamartins/nodorsododragao/teste.html> (T1), <http://users.janssenweb.com/anamartins/altasolidao/exercicio.html> (T2) e [http://users.janssenweb.com/anamartins/planpes/exerc\\_planisferio.doc](http://users.janssenweb.com/anamartins/planpes/exerc_planisferio.doc) (T3).

### 3.2. Resultados

*Resultados da testagem da leitura de T1*

**Tabela 1. Resultados globais**

Grupo de perguntas	COTAÇÃO	MÈDIA	MEDIANA	MODA
I-V	26	21,54	22	19
VI	28	24,54	24	28
VII	16	13,54	16	16
VIII	30	19,09	21	21
<b>Total</b>	100	78,72	80	86

**I-V:** compreensão/interpretação; **VI:** vocabulário; **VII:** inferenciação; **VIII:** valores pragmático-discursivos.



Tabela 2. Resultados por alínea/grupo

I		II		III		IV		V		VI		VII		VIII	
al.	n.º de erros	al.	n.º de erros	al.	n.º de erros	al.	n.º de erros	al.	n.º de erros	Associações erradas	n.º de vezes	al.	n.º de erros	al.	n.º de erros
1.	0	a.	8	a.	4	a.	1	1.	4	<i>birra-sentimento</i>	8	1.	3	a.	13
2.	3	b.	9	b.	3	b.	2	2.	5	<i>repulsa-atitude</i>	7	2.	2	b.	6
3.	2	c.	5	c.	1	c.	2	3.	1	<i>modéstia-atitude</i>	6	3.	5	c.	7
4.	3	d.	8	d.	3	d.	2	4.	4	<i>birra-característica</i>	5	4.	3	d.	6
5.	5	e.	6			e.	4			<i>modéstia-sentimento</i>	3	5.	3	e.	6
6.	2	f.	2			f.	8			<i>repulsa-característica</i>	3	6.	7	f.	3
										<i>farda-característica</i>	1	7.	1	g.	6
										<i>birra-roupa</i>	1	8.	2	h.	2
										<i>repulsa-cópia</i>	1			i.	19
										<i>imitação-maneira</i>	1			j.	11
										<i>método-atitude</i>	1				
										Palavras não associadas					
										<i>atitude, desporto, livro</i>					

**Tabela 3. Resultados da avaliação do grau de dificuldade pelo aluno**

Grau	Difícil	Fácil	Muito fácil
n.º de alunos	7	14	1

Os principais indicadores da tolerância à leitura – respostas nos grupos relativos à compreensão/interpretação e ao vocabulário – são favoráveis à consideração de que o texto se adequa ao nível de proficiência em compreensão escrita dos aprendentes. Isso mesmo é corroborado pela avaliação do grau de dificuldade.

Observando as respostas erradas dos grupos de compreensão/interpretação (Grupos I-V) que mais se repetiram, é lícito sugerir que essas falhas podem não ser atribuídas a uma falta de compreensão absoluta da sequência visada, mas, provavelmente, à ausência de capacidade de detecção da informação mais proeminente no texto; à associação indevida, na perspectiva do sujeito da enunciação, de sentidos afectivos a situações e eventos; ou ainda ao facto de os distractores apresentarem inferências plausíveis, baseadas em informações veiculadas no texto.

Já no grupo da recuperação passiva de palavras (Grupo VI), as respostas que mais falharam dizem respeito a associações que envolviam hiperónimos nocionalmente contíguos, como “sentimento”, “atitude” e “característica”. As associações aleatórias e as palavras não associadas ocorrem em número residual.

Em todo o caso, as pontuações mais altas são as das respostas em que o processo cognitivo requerido é o da inferência (Grupo VII). Importa notar que este grupo de perguntas se destinava a testar a funcionalidade das paráfrases construídas no texto, com recurso à substituição da palavra parafraçada por uma pseudo-palavra<sup>9</sup> (o texto inclui 8 pseudo-palavras).

As pontuações mais baixas dizem respeito à detecção de valores pragmático-discursivos da palavra “mesmo”. Apesar da alta frequência desta partícula discursiva no texto – aparece 29 vezes, em diferentes universos de referência, servindo diversas intenções comunicativas – a leitura integral da versão modificada da obra não foi suficiente para fazer sedimentar os sentidos e funções da palavra, nos seus diferentes contextos discursivos.

9 A inserção de pseudo-palavras para testar a capacidade de inferência foi um método aplicado com sucesso por Hulstijn (1993). Recorri a essa estratégia para testar a produtividade das pistas contextuais indutoras de inferência. Assim, substituí oito palavras-alvo por palavras inexistentes em português. Para a criação destas palavras teve-se em conta a estrutura silábica e mórfica das palavras em português.

*Resultados da testagem da leitura de T2***Tabela 4. Resultados globais**

<b>Grupo de perguntas</b>	<b>COTAÇÃO</b>	<b>MÈDIA</b>	<b>MEDIANA</b>	<b>MODA</b>
<b>I</b>	22	19,8	20	20
<b>II</b>	32	21,9	22	22
<b>III</b>	12	10,7	10	10
<b>IV</b>	10	7,68	7,5	7,5
<b>V</b>	24	21,9	22,5	24
<b>Total</b>	100	81,53	82,5	72,25

**I:** compreensão global; **II:** detecção de valores pragmático-discursivos; **III:** Identificação de referente pronominal em cadeia anafórica; **IV:** Recuperação activa de vocabulário (através de imagem); **V:** Reconhecimento de vocabulário mediante associação por equivalência de sentido

Tabela 5. Resultados por alínea/grupo

I		II		III		IV		V	
al.	n.º de erros	al.	n.º de erros	al.	n.º de erros	al.	n.º de erros	Associações erradas	n.º de vezes
1.	2	1.	6	1.	1	1.	9	<i>seguir-adiante</i>	3
2.	0	2.	5	2.	0	2.	1	<i>momento-naquele estado</i>	3
3.	0	3.	8	3.	0	3.	5	<i>altura -precipício</i>	2
4.	5	4.	3	4.	0	4.	11	<i>à frente -avançar</i>	2
5.	1	5.	2	5.	5	5.	4	<i>momento-sítio</i>	2
6.	3	6.	13	6.	7	6.	0	<i>sítio-altura</i>	2
7.	4	7.	14			7.	0	<i>assim – por causa</i>	2
8.	5	8.	11			8.	4	<i>seguir – à frente</i>	2
9.	5	9.	4					<i>avançar-adiante</i>	2
10.	0	10.	0					<i>parte-assim</i>	2
11.	0	11.	12					<i>naquele estado-sítio</i>	1
		12.	1					<i>ajudar-livrar</i>	1
		13.	12					<i>apoiar-proteger</i>	1
		14.	3					<i>momento-parte</i>	1
		15.	5					<i>livrar-recusar</i>	1
		16.	5					<i>mentir-pensar</i>	1
								<i>sítio-comum</i>	1
								<i>normal-devido</i>	1
								<i>assim-porém</i>	1
								<i>livrar-parte</i>	1
								<i>avançar-proteger</i>	1
								<i>altura-parte</i>	1
								<b>Palavras não associadas</b>	
								<i>assim (3x), livrar, cadáver, proteger, duro, violento, parte, sítio, naquele estado, por causa, devido</i>	

**Tabela 6. Resultados da avaliação do grau de dificuldade pelo aluno:**

Grau	Muito difícil	Difícil	Fácil
n.º de alunos	1	11	8

Os resultados do grupo de questões relativo à compreensão global (Grupo I) – apenas a dois pontos abaixo da cotação – sugerem que a composição textual e o vocabulário seleccionados na retextualização são confluentes com a capacidade dos alunos de extracção e retenção de informação a partir da leitura. No entanto, atendendo à percepção da maioria dos alunos, a leitura oferece dificuldade. Este desajuste pode dever-se ao facto de ser a primeira vez que os alunos realizam uma actividade de leitura extensiva ou então a baixos índices de auto-confiança, atendendo a que são alunos do nível elementar. Em todo o caso, a diferença entre os graus *muito difícil/difícil* e *fácil* é de apenas 4 alunos.

O desempenho mais baixo verifica-se no grupo dos valores pragmático-discursivos (Grupo II). Os sentidos prototípicos das palavras visadas foram os preferenciais, apesar de, claramente, o contexto local instigar à busca de outros valores ou, pelo menos, não favorecer a inferência feita. Por exemplo, a associação “brincadeira” – “ideia de criança” foi a opção mais comum, em vez de “associação perigosa e irresponsável” (al. 6); o valor atribuído a “logo” foi o de adverbial de modo (rapidamente) e não o de marcador modal (“por azar”) (al. 7); do mesmo modo, a opção pelo valor adverbial de “sempre” (no distractor, “a qualquer hora do dia”) prevalece em detrimento de “pelo menos” (al. 11).

Tal como se verificou na testagem de T1, as dimensões funcionais e pragmáticas do discurso são as de mais difícil aquisição. Acresce que T2, especificamente, por se tratar de um relato eventivo (com menos blocos textuais explicativos ou descritivos, se comparado com T1), em as sequências de acções relatadas são muito mais ritmadas, oferece menos oportunidades à introdução da redundância e paráfrase.

O desempenho na recuperação de referentes pronominais confirma que nem a ambiguidade na forma dos pronomes (“o”, “a”, “outro”), nem a ambiguidade sintáctica (al. 2), nem a re-ocorrência do pronome com referentes distintos (al. 3) constituem obstáculo ao processamento da frase; isso apenas acontece, como o previsto, com o recurso ao sujeito oculto na mesma oração em cuja predicação ocorre pronome acusativo, cumulativa com a silepse (“sherpa”, singular, é retomado por pronome plural “os”) (al. 6). É de desconsiderar a percentagem de erros verificada na alínea 5, dado

que ela tem justificação gramatical e não referencial (alínea a suprimir na próxima testagem).

Quanto a saber se o texto e o seu suporte de edição propulsionam a aquisição do vocabulário (Grupos IV e V), os resultados sugerem uma resposta positiva. As taxas de reconhecimento de palavras de baixa frequência, como “amputar”, “cadáver” ou “precipício”, são elevadas. Verificam-se apenas algumas confusões de ordem nocional, por exemplo, confusão espaço-tempo (*momento-sítio*) ou justificação-consequência (*assim-por causa*). Há ainda falhas que são de ordem gramatical, pois o aluno não atendeu à correspondência das classes de palavra (casos de *avançar – adiante* ou de *seguir – à frente*). De notar também que a indicação do sentido espacial (prototípico e concreto) para a palavra “altura”, em detrimento do significado temporal (não prototípico e não tangível) é feita por cinco alunos, apesar de este valor temporal ocorrer no texto 28 vezes.

Já na recuperação activa de palavras, as falhas são maiores, conforme o previsto, sendo as palavras “esfolado” e “beco” as menos recuperadas, apesar de as imagens no teste serem muito semelhantes às imagens dadas em glosa-*link*.

Para este texto, não foram usadas pseudo-palavras, por se considerar que, para alunos em processo de aquisição das primeiras 700 a 1000 palavras, a introdução de palavras inexistentes é muito deceptiva, sobretudo para aqueles que são mais voluntariosos na consulta de dicionário. Esta perturbação, aliás, aconteceu já no nível B1, na leitura T1.

Quando cruzamos a contagem de acessos, através dos recursos às estatísticas do servidor, com as informações dadas no teste relativas às palavras que os alunos consultaram no dicionário, verificamos que são indicadas as palavras que estão no texto glosadas em *link* e, inclusivamente, com um número de acessos elevado: “corda” (34 acessos), “avalanche” (38), “pitões” (40), “lentilhas” (25). Uma explicação para este facto pode estar na opção de recorrer exclusivamente a imagens. Valerá a pena, portanto, apostar na combinação texto-imagem aquando da constituição da glosa.

Um número elevado de acessos tiveram também as palavras visadas nas perguntas de vocabulário. Atendendo a que, muito provavelmente, os alunos não foram reler o texto depois de verem o teste, não apenas porque isso mesmo era pedido na introdução do teste, mas também porque tal exigiria a aplicação de um esforço acrescido, a que muitos alunos não estão dispostos, é lícita a conclusão de que as palavras foram bem seleccionadas para serem palavras glosadas em *link* e para figurarem como palavras-alvo.

Outras palavras de baixa frequência tiveram igualmente um elevado número de acessos, por exemplo “papagaio” (40 acessos), “sede” (34), “abrigo” (31), “ribeiro” (24). Nota-se também, claramente, que à medida que o número de páginas avança, o número de consultas de glosas-*link* diminui, o que sugere que os alunos vão ganhando mais à-vontade na leitura e que passam a apostar mais na sua capacidade de inferênciação.

#### 4. Conclusão

Os resultados obtidos até ao momento concorrem para determinar quais são, de entre a multiplicidade de opções de simplificação de um mesmo segmento de texto original, as operações mais eficazes, i.e., aquelas que, por um lado, não transpõem o limiar de dificuldade calculado para os níveis A2 e B1 e que, por outro, colocam o aprendente em contacto com um material que potencia a aquisição de novos itens. As operações apuradas são: (i) a substituição lexical, em que se atende à produtividade do lema substituinte, de mais alta frequência, e à reintrodução, em equivalência semântica, de lema menos frequente; (ii) a alteração de plano enunciativo, de modo a evitar o recurso a adverbais do plano temporal inactual e a minimizar construções subordinadas e formas verbais de conjuntivo e condicional; (iii) o recurso frequente a construções com sujeito animado e com traços de alta transitividade; (iv) a regulação de inferência sobre nexos interfrásicos e intersequenciais, através da adução de micro-sequências que explicitam implicaturas conversacionais, relações de causa e efeito e conhecimento do mundo/tábua de valores.

Prevê-se que a continuação e repetição da testagem venham a fornecer os indicadores de base que sustentem um instrumentário de avaliação da lisibilidade de textos, modificado ou autênticos, para leitura extensiva em português L2.

## Referências

- ALESSI, S. & DWYER, A. (2008), "Vocabulary assistance before and during reading", *Reading in a Foreign Language*, vol. 20, n.º2, pp. 246-263.
- ALLAN, R. (2008), "Can a graded reader corpus provide 'authentic' input?", *ELT Journal*, vol. 63, n.º1, pp. 23-32.
- BAMFORD, J. (1984), "Extensive reading by means of graded readers", *Reading in a Foreign Language*, vol. 2, pp. 218-260.
- BERNHARDT, E. B. (1984), "Towards an Information Processing Perspective in Foreign Language Reading" *The Modern Language Journal*, vol. 68, n.º 4, pp. 322-331.
- BROWN, C. (1993), "Factors affecting the acquisition of vocabulary: Frequency and saliency of words", in T. Huckin, M. Haynes & J. Coady (Eds.), *Second language reading and vocabulary learning*, Norwood, NJ, Ablex, pp. 263-286.
- BRUCE, M.; RUBIN, A. & STARR, K. S. (1981), "Why readability formulas fail", *IEEE Transactions on Professional Communication*, PC-24, pp. 50-55.
- CARVER, R. P. (1994), "Percentage of unknown vocabulary words in a text as a function of the relative difficulty of the text: implications for instruction" *Journal of Reading Behaviour*, vol. 26, pp. 413-437.
- CHUN, D. N. & PLASS, J. L. (1996), "Effects of Multimedia Annotations on Vocabulary Acquisition", *The Modern Language Journal*, vol. 80, n.º 2, pp. 183-198.
- COADY, J. (1993), "Research on ESL/EFL vocabulary acquisition: putting in context", in: T. Huckin ; M. Haynes; J. Coady (Eds.), *Second Language reading and vocabulary learning*, Norwood NJ, Ablex Publishing Corporation, pp. 3-23.
- COSTA, M. A. (2005), *Processamento de frases em português europeu. Aspectos cognitivos e linguísticos implicados na compreensão da língua escrita*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- COSTA, M. A.; FARIA, I. H. & MATOS, G. (1997), "Ambiguidade referencial na identificação do sujeito em estruturas coordenadas", *Actas do XIII Encontro da APL*, pp. 173-188.
- CROSSLEY, S. ET AL. (2007), "A Linguistic analysis of simplified and authentic texts", *The Modern Language Journal*, vol. 91, n.º 1, pp. 15-30.
- DAVISON, A. & KANTOR, R. N. (1982), "On the failure of readability formulas to define readable texts: a case study from adaptations", *Reading Research Quarterly*, vol. 17, n.º 2, pp. 187-209.
- DAY, R. R. & BAMFORD, J. (1998), *Extensive reading in the second language classroom*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ELLIS, R., TANAKA, Y. & YAMAZAKI, A. (1994), "Classroom interaction, comprehension, and the acquisition of L2 word meanings" *Language Learning*, vol. 44, pp. 449-491.



- GISBERT, J. M. B. (2001), "Definición de glosarios léxicos del español: niveles inicial e intermedio", *Enseñanza*, vol. 19, pp. 35-72.
- GRABE, W. & STOLLER, F. (1997), "Reading and vocabulary development in a second language. A case study", in J. Coady & T. Huckin (Eds.), *Second language vocabulary acquisition. A rationale for pedagogy*, New York, Cambridge University Press, pp. 98-122.
- HOLMES, J. & RAMOS, R. G. (1993), "False friends and reckless guessers: Observing cognate recognition strategies", in T. Huckin, M. Haynes & J. Coady (Eds.), *Second language reading and vocabulary learning*, Norwood, NJ, Ablex, pp. 86-107.
- HOPPER, P. J. & THOMPSON, S. A. (1980), "Transitivity in grammar and discourse", *Language*, vol. 56, n.º 2, pp. 251-299.
- HULSTIJN, J. H. (1993), "When Do Foreign-Language Readers Look up the Meaning of Unfamiliar Words? The Influence of Task and Learner Variables", *The Modern Language Journal*, vol. 77, n.º 2, pp. 139-147.
- HULSTIJN, J. H.; HOLLANDER, M. & GREINADUS, T. (1996) "Incidental Vocabulary Learning by Advanced Foreign Language Students: The Influence of Marginal Glosses, Dictionary Use, and Reoccurrence of Unknown Words", *The Modern Language Journal*, vol. 80, n.º 3, pp. 327-339.
- IWAHORI, Y. (2008), "Developing reading fluency: A study of extensive reading in EFL", *Reading in a Foreign Language*, vol. 20, n.º 1, pp. 70-91.
- KRASHEN, S. (1981), *Second language acquisition and language learning*, Oxford, Pergamon Press.
- KRASHEN, S. (1985), *The input hypothesis: Issues and implications*, London, Longman.
- KRASHEN, S. (1993), *The power of reading. Insights from the research*, Englewood, CO, Libraries Unlimited.
- KWEON, SOO-OK & KIM, HAE-RI (2008), "Beyond raw frequency: Incidental vocabulary acquisition in extensive reading", *Reading in a Foreign Language*, vol. 20, n.º 2, pp. 191-215.
- LAUFER, B. (1991), "The development of L2 lexis in the expression of the advanced language learner", *Modern Language Journal*, vol. 75, n.º 4, pp. 440-448.
- LEIRIA, I. (2001), *Léxico: aquisição e ensino do português europeu língua não materna*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; também em 2006, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- MARTINS, A. (2010), *A Textualização da Viagem. Relato vs. Narração. Uma abordagem enunciativa*, Porto, U. Porto Editorial.
- NATION, P. (1990), *Teaching and learning vocabulary*, Boston, Heinle & Heinle Publishers.

- NATION, P. (2001), *Learning vocabulary in another language*, Cambridge, Cambridge University Press.
- NATION, P. (2009), *Teaching ESL/EFL reading and writing*, New York, Routledge.
- Português Fundamental* 1984 – *Vocabulário e Gramática*, tomo 1, Lisboa, INIC, CLUL.
- SCHMITT, N. (2000), *Vocabulary in language teaching*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SCHMITT, N.; SCHMITT, D. & CLAPHAM, C. (2001), “Developing and exploring the behaviour of two new versions of the vocabulary level test”, *Language Testing* vol. 18, pp. 55-88.
- SIMENSEN, A. M. (1987), “Adapted readers: how are they adapted?”, *Reading in a Foreign Language*, vol. 4, n.º 1, pp. 41-57.
- STAHL, S.A. & FAIRBANKS, M.M. (1986), “The effects of vocabulary instruction: A model-based meta-analysis”, *Review of Educational Research*, vol. 56, pp. 72-110.
- WARING, R. & NATION, P. (2004), “Second language reading and incidental vocabulary learning”, *Angles of the English-speaking World*, vol. 4, pp.11-23.
- WARING, R. & TAKAKI, M. (2003), “At what rate do learners learn and retain new vocabulary from reading a graded reader?”, *Reading in a Foreign Language*, vol.15, n.º 2, pp. 130-163.
- WODINSKY, M. & NATION, P. (1988), “Learning from graded readers”, *Reading in a Foreign Language*, vol. 5, pp. 155-161.
- YANO, Y.; LONG, M. H. & ROSS, S. (1994), “The Effects of Simplified and Elaborated Texts on Foreign Language Reading Comprehension”, *Language Learning*, vol. 44, n.º 2, pp. 189-219.

### Obras retextualizadas

- CADILHE, GONÇALO (2005), *Planisfério Pessoal*, Lisboa, Oficina do Livro.
- GARCIA, JOÃO (2002), *A Mais Alta Solidão. O primeiro português do cume do Evereste*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- RIBEIRO, CLÁUDIA (2001), *No Dorso do Dragão. Aventuras e Desventuras de uma Portuguesa na China*, Lisboa, Europa – América.



# CONSTRUÇÕES MODAIS COM *TER*: GRAMMATICALIZAÇÃO E VARIAÇÃO

## MODAL CONSTRUCTIONS WITH *TER*: GRAMMATICALIZATION AND VARIATION

Maria da Conceição de Paiva\*  
paiva@club-internet.fr

Elzimar de Castro M. de Barros\*\*  
elzimar.castro@gmail.com

Neste artigo, focalizamos a variação entre as construções modais derivadas do verbo *ter* – *ter que* + *infinitivo* e *ter de* + *infinitivo* – no discurso escrito do português brasileiro contemporâneo. Através da análise de uma amostra de textos jornalísticos, mostramos algumas evidências para a hipótese de que *ter de* + *infinitivo* sofre uma crescente subjetivização, ou seja, adquire usos epistêmicos, codificando crenças e atitudes do locutor. A consequência desse movimento é a redução da variação entre as duas construções: ainda que possam alternar em contextos mais estritamente deônticos, elas se distribuem de forma diferente no que diz respeito à oposição [+objetivo]/[+subjetivo].

**Palavras-chave:** gramaticalização, subjetivização, perífrases modais

In this article, we focus on the variation between modal constructions derived from verbal base *ter* (*have*) – *ter que* + *infinitivo* and *ter de* + *infinitivo* - in the written discourse of contemporary Brazilian Portuguese. By the analysis of a sample of newspaper texts, we show some evidences for the hypothesis that *ter de* + *infinitivo* construction is increasingly subjectified, i.e., is used to encode attitudes and beliefs. The consequence of this movement is the reduction of the variability between the two modal constructions: although they can alternate in strictly deontic contexts, they are differently distributed concerning the objective/subjective opposition.

**Key words:** grammaticalization, subjectification, modal periphrasis

\* Maria da Conceição de Paiva é professora adjunta junto do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

\*\* Elzimar de Castro M. de Barros é aluna do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## 1. Introdução

A emergência e desenvolvimento de auxiliares nas línguas humanas constituem um campo fértil para a análise de pressupostos e mecanismos inerentes aos processos de gramaticalização. Auxiliares de tempo, aspecto ou modalidade derivam, de forma unidirecional, de bases lexicais que, na medida em que desenvolvem funções gramaticais, se submetem a diversas mudanças semânticas. Os auxiliares modais são um exemplo prototípico desse movimento e têm recebido atenção especial, por envolverem constantes rearranjos num conjunto de diversas formas coexistentes.<sup>[1]</sup>

Um processo corrente na formação de auxiliares modais em diferentes línguas é pelo recrutamento de bases verbais ligadas ao domínio da posse (Bybee, Perkins & Pagliuca, 1994; Olbertz, 1998; Krug, 2000; Heine, 1993, 2003). No português, esse fenômeno pode ser atestado na utilização do verbo *ter* como base para duas construções, *ter de + infinitivo* e *ter que + infinitivo*, ambas ligadas à modalidade deôntica e atestadas já em períodos anteriores do português. No estágio atual do português brasileiro falado, a construção *ter de + infinitivo* é suplantada pela construção *ter que + infinitivo*, ficando relegada, segundo alguns autores, a registros mais formais. No entanto, as duas construções coexistem no português escrito, principalmente em registros mais formais, colocando algumas questões interessantes no que se refere à possibilidade de alternância entre elas.

Neste artigo, focalizamos o uso de *ter de + infinitivo* e *ter que + infinitivo* em uma amostra de escrita jornalística constituída de gêneros textuais diversificados. Partimos da hipótese de que as duas construções se distinguem na forma como instanciam o valor de necessidade/obrigatoriedade em decorrência de uma crescente subjetivização de *ter de + infinitivo* (cf. Traugott, 1988, 1989, 2003, 2010), desenvolvendo valores epistêmicos. Esse movimento da construção modal *ter de + infinitivo* tem consequências diretas na forma como se configura a variação entre elas no português brasileiro contemporâneo. Tomando por base o pressuposto de que qualquer variação é motivada e sistemática (Weinreich, Labov & Herzog, 1968; Labov, 1972, 1994), destacamos alguns fatores gramaticais, semânticos e discursivos associados à ocorrência de cada uma das construções com *ter*.

Este artigo está organizado da seguinte forma: na seção 2, traçamos um panorama das construções modais com *ter*, suas características e restrições. Na seção 3, retomamos alguns aspectos ligados à importância do processo

1 Agradecemos as observações relevantes dos pareceristas *ad hoc* que vieram contribuir para o esclarecimento de muitos pontos deste artigo. Problemas restantes são de nossa inteira responsabilidade.

de subjetivização em fenômenos de gramaticalização, mais especificamente de perífrases modais. Na seção 4, analisamos o uso das construções *ter de + infinitivo* e *ter que + infinitivo* na modalidade escrita sob o prisma de diferentes nuances modais que elas podem realizar. A seguir, verificamos a correlação entre esses diferentes valores modais e algumas propriedades gramaticais, semânticas e discursivas. Nas considerações finais, destacamos os contextos em que as duas construções alternam e os contextos em que se excluem mutuamente.

## 2. Construções modais com *ter*

Como mostram os exemplos a seguir, no português contemporâneo, coexistem duas construções modais derivadas da base verbal *ter*:

- 1) [...] A carga tributária só tem aumentado – lembram-se que o PT tanto reclamava disso e dizia que era a sua bandeira? – e não vemos contrapartida. A classe média tem de pagar plano de saúde, educação e, alguns até pela segurança particular. (Carta do leitor – O Globo – 15-03-04)
- 2) Além de conviver com dificuldades operacionais e em uma situação de trabalho precária, os profissionais do Conselho Tutelar do Centro tiveram que enfrentar, ontem, os estragos da chuva. O espaço situado no setor 4 do Sambódromo do Rio, por onde diariamente passam cerca de 50 crianças, amanheceu alagado. (Notícia/Reportagem – JB – 24-10-02).

Na opinião de Said Ali (1966a: 162), a construção *ter de + infinitivo* é um neologismo que se expande e se consagra na literatura a partir do século XVIII, com sentido especializado, indicando que a ação a praticar não depende da vontade do sujeito. Ainda segundo o autor, essa construção concorria, num primeiro momento, com a perífrase *haver de + infinitivo* (como em *haver de partir*), forma mais antiga de expressão de necessidade/obrigatoriedade. Há, no entanto, indícios de que, já no português arcaico, a construção *ter de + infinitivo* convivia não apenas com a perífrase com *haver*, mas também com a sua congênera *ter que + infinitivo* (cf. Almeida, 2006; Vitral, 2006).

No que se refere à sua origem, Said Ali (1966b: 118) admite que a explicação mais simples para a construção *ter de + infinitivo* seria o “costume” de omitir um nome “que a inteligência sem custo completaria”, como em *tenho (obrigação) de ir*, mas o autor reconhece a ausência de fatos que possam confirmá-la (cf. também Amaral, 1950). O autor apresenta argumentos

para a hipótese de que a construção *ter de + infinitivo* tenha sido influenciada não só pela expressão de necessidade inerente à perífrase com *haver* (*haver de*) como também pelo cruzamento sintático com a construção *ter que*, resultante do apagamento do argumento interno do verbo *ter* (*tenho algo que fazer* > *tenho que fazer algo*) (cf. também Rocha Lima, 2008: 370).

Admitir um processo de contaminação entre *ter de + infinitivo* e *ter que + infinitivo* requer definir as diferenças estruturais entre as duas construções. Embora aceitem que as duas perífrases indiquem obrigatoriedade/necessidade, alguns autores (cf. Almeida, 1979; Rocha Lima, 2008) alegam que elas possuem contextos particulares. Algumas especificidades morfossintáticas de cada uma das construções com *ter* transparecem em prescrições relativas ao seu uso. Rocha Lima (2008: 370), por exemplo, destaca que: (i) *ter que* só deve ser usado com verbo infinitivo transitivo; (ii) *ter de* pode ser usado com infinitivo transitivo ou intransitivo (*Tenho de sair à noite / Tenho de escrever umas cartas*). A essa distinção subjaz uma análise de *que* como pronome relativo na função de objeto direto que conduz, inclusive, Almeida (1979: 243) a advertir que são erradas orações em que a partícula *que* não exerce nenhuma função sintática<sup>2</sup>. Retomando os termos do autor:

Quando não corresponde a nenhum antecedente, o *que* é errado, erro que não existia até Bernardes. Assim devemos dizer: Tenho *de* fazer, tenho *de* correr, temos todos *de* morrer – expressões em que existe a idéia de necessidade, de obrigatoriedade. O *de* é preposição; rege o substantivo verbal que se lhe segue. Quando este verbo for intransitivo, ou transitivo empregado em sentido geral, sem objeto, ou, ainda, quando não houver nenhum antecedente, nem expresso nem oculto, o *de* é que deve aparecer, porquanto a idéia de necessidade, de obrigatoriedade. (Almeida, 1979: 243)

Outra questão diz respeito à equivalência semântica entre as duas construções modais com *ter*. Para alguns autores, o mesmo valor modal de necessidade pode ser atribuído às duas perífrases com *ter* (Neves 2002; Câmara Jr., 1981; Mira Mateus *et al.*, 1983), equivalência essa independente do tempo verbal, de acordo com Câmara Jr (op. cit.). A possibilidade de sinonímia entre as duas construções não chega a ofuscar, no entanto, as diferenças de registro entre elas: *ter que + infinitivo* fica associada ao regis-

2 Essa interpretação de *que* na construção *ter que + infinitivo* como pronome relativo está longe de ser consensual. Haug (1983), por exemplo, considera que nessa construção o *que* se encontra no predicado e não possui função sintática. Bechara (2009) considera que a partícula *que* nesse caso funciona como verdadeira preposição e adverte que não se pode confundir este *que* preposição com o *que* pronome relativo em construções do tipo *tenho muito que fazer*.

tro coloquial e *ter de + infinitivo* a registros mais formais (Câmara Jr, op. cit.) ou mesmo restrito à modalidade escrita, como propõe Luft (2003).

Outros autores, todavia, destacam diferenças entre as duas perífrases com base em critérios como externo/interno ou numa diferença de força modal (obrigação mais forte/obrigação menos forte). Said Ali (1966b: 118), por exemplo, relaciona a perífrase *ter de* à menor participação do sujeito, ou seja, necessidade externa, e a perífrase *ter que* à maior participação do sujeito, isto é, indicação de necessidade interna. De forma semelhante Almeida (1979) e Rocha Lima (2008) apontam uma gradação na forma como as duas perífrases expressam obrigatoriedade/necessidade, considerando que, diferentemente de *ter que*, *ter de* indica ser infalível ou necessário o fato expresso pelo infinitivo. Almeida (op. cit: 243) salienta que uma frase como “*Tenho de conquistar o poder*” corresponde a “*Custe o que custar, conquistarei o poder.*”, envolvendo o firme propósito do locutor em tornar o fato real.

A recorrência da construção *ter que + infinitivo* no uso linguístico é incontestável, tornando-se *um fato da língua*, como admite Rocha Lima (2008: 370)<sup>[3]</sup> ou um uso “amplamente consagrado”, nos termos de Luft (2003: 503). Na mesma direção, Bechara (2009: 232) admite que se usa “mais modernamente” *ter que + infinitivo*.<sup>[4]</sup>

Um levantamento em diferentes *corpora* do português brasileiro falado confirma a expansão de *ter que + infinitivo* em detrimento de *ter de + infinitivo*. Uma análise de 32 entrevistas sociolinguísticas, gravadas com falantes de até 11 anos de escolarização (Amostra Censo 1980)<sup>[5]</sup>, permite constatar o uso categórico da construção *ter que + infinitivo*. Em entrevistas realizadas com falantes universitários (Amostra NURC-RJ)<sup>[6]</sup>, essa construção modal possui elevada recorrência, atingindo um percentual de 89,85% (62/69) (cf.

3 Rocha Lima destaca que essa construção já era empregada por grandes escritores, como Rui Barbosa.

4 Uma situação semelhante é constatada por Izquierdo (2006) para o espanhol da Espanha, em que a perífrase mais antiga *tener de + infinitivo*, praticamente, não é mais usada hoje. Quanto a *tener que + infinitivo*, segundo a autora, os primeiros exemplos aparecem no séc. XV, mas sua expansão só é notável a partir do séc. XVI.

5 A Amostra Censo 1980 é um conjunto de 64 entrevistas gravadas no período de 1980 a 1984 com homens e mulheres de quatro faixas etárias e três níveis distintos de escolaridade. A amostra se encontra disponível no site do grupo Peul da Universidade Federal do Rio de Janeiro ([www.lettras.ufrj.br/~peul](http://www.lettras.ufrj.br/~peul)).

6 A Amostra Nurc – RJ compreende apenas falantes universitários da cidade do Rio de Janeiro, gravados na década de 70 e foi estratificada segundo as variáveis gênero (homens e mulheres) e três faixas etárias distintas. Essa amostra compreende dois tipos de entrevistas (Diálogo entre dois informantes e diálogo entre informante documentador. Para a realização deste estudo, utilizamos 12 entrevistas do tipo DID, em razão da sua maior proximidade com as entrevistas da Amostra Censo – 1980. A amostra está disponível no site [www.lettras.ufrj.br/nurc-rj](http://www.lettras.ufrj.br/nurc-rj).



também Costa, 1995). Diferentemente do que se pode esperar, mesmo em registros orais mais formais, como aulas, palestras e conferências<sup>7</sup>, essa construção é predominante, alcançando 91,48% (43/47), índice mais elevado do que o observado em entrevistas semi-espontâneas. A distribuição observada nessas diferentes amostras de fala vai ao encontro, portanto, da alegada correlação entre *ter de + infinitivo* e uma escala de formalidade.

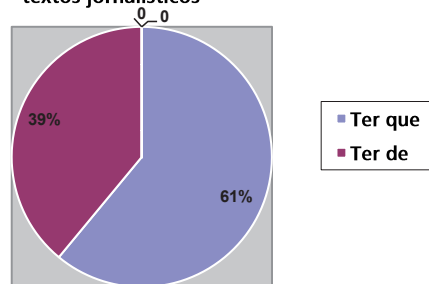
Na modalidade escrita, todavia, atesta-se a ocorrência das duas construções que podem, aparentemente, alternar nos mesmos contextos, como mostram os exemplos (3) e (4):

3) O Rio de Janeiro, informa a reportagem, é, em tese, o mais avançado nessa área. Comprou um sistema sofisticado, mas ainda não testado. E mesmo que funcione, a polícia de São Paulo, por exemplo, se precisar consultar dados do arquivo, terá de usar a ponte aérea em vez de um terminal de computador. (Editorial – O Globo – 22-10-02)

4) E o posto policial da cidade de Maricá tem que usar orelhão para seus telefonemas. (Carta do leitor – O Globo – 25-02-04).

O levantamento em uma amostra de 127 textos jornalísticos distribuídos pelos gêneros *Cartas do leitor*, *Crônicas*, *Editorial*, *Horóscopo*, *Coluna Social*, *Notícias/Reportagens e artigos de Opinião*, publicados em diferentes jornais da cidade do Rio de Janeiro (*O Globo*, *Povo*, *Extra* e *Jornal do Brasil*), permite observar que, mesmo na escrita formal, a construção *ter que + infinitivo* sobrepõe a construção *ter de + infinitivo*, como mostra o gráfico 1:

Gráfico 1- Distribuição das construções com *ter* em textos jornalísticos



7 Neste estudo, foram analisados 6 elocuições formais, distribuídas entre aulas e conferências. Esse material, igualmente organizado pelo projeto NURC-UFRJ, está disponível no site citado na nota 5.

Embora *ter que + infinitivo* alcance 60% de ocorrência na amostra considerada, a frequência de *ter de + infinitivo* não é desprezível (40%). Uma explicação mais imediata para essa coexistência das duas construções em textos jornalísticos poderia fazer apelo à variável registro: a construção *ter de + infinitivo*, em franco desaparecimento na modalidade falada, é conservada em registros de maior formalidade, como é o caso da escrita de jornais. Acreditamos, no entanto, que aspectos ligados à forma como essas duas construções com o verbo *ter* operam na expressão de modalidade podem explicar a distribuição observada no gráfico 1.

### 3. (Inter)subjativização e gramaticalização de construções modais

O desenvolvimento das construções modais derivadas do verbo de posse (verbo pleno > verbo auxiliar) é explicado por diversos autores como uma instanciação da trajetória semântica mais geral e unidirecional de [+ concreto] > [+ abstrato] (cf. Heine, 1993 e Krug, 2000, em relação à língua inglesa, Izquierdo, 2006, para o espanhol, Peixoto, 2006, para a gramaticalização de *ter* no português brasileiro). Nessa perspectiva, a gramaticalização das construções *ter de + infinitivo* e *ter que + infinitivo* constitui, como em outros processos de gramaticalização, uma estratégia de recrutamento de formas linguísticas de sentido concreto para expressar significados menos concretos, menos acessíveis e menos delineáveis (cf. Heine, 1991). De acordo com os postulados dos estudos sobre gramaticalização, essa mudança semântica é unidirecional, ou seja, só pode desenvolver-se da esquerda para a direita: a um estágio A deve seguir-se um estágio B, e não o contrário (Hopper, 1991; Hopper & Traugott, 2003).

Na perspectiva defendida por Traugott (1989, 2003, 2010), a trajetória acima decorre de um processo crescente de (inter)subjativização, entendida como “the ambient context in which linguistic changes take place and to which linguistic changes contribute” (Traugott, 2010: 32). Construções em processo de gramaticalização tendem, gradativamente, a expressar significados baseados nas crenças e atitudes do falante em relação ao estado de coisas (Ecs, daqui para a frente). Ainda nos termos da autora:

[...] subjectification is the mechanism whereby meanings came over time to encode or externalise the SP/W’s perspectives and attitudes as constrained by the communicative word of speech event, rather than by the so-called ‘real-world’ characteristics of the event or situation referred to. (Traugott, 2003: 126).

O processo de subjetivização, acionado por inferências possibilitadas pelo contexto<sup>[8]</sup>, está na origem de inúmeros elementos gramaticais, tais como conectores, marcadores discursivos e construções modais, e parece explicar de forma convincente não apenas a trajetória verbo de posse > verbo modal, como também a possibilidade de que construções gramaticalizadas no domínio deôntico possam derivar um valor/sentido epistêmico. Um exemplo prototípico é fornecido pelo desenvolvimento diacrônico de *have to*, em inglês que, de acordo com Traugott (1988) e Krug (2000), pode ser descrito em termos de um movimento *unidirecional posse > modal deôntico > modal epistêmico*. Segundo Traugott (1988):

In the case of the development of the epistemics from volitionals or deontics, there is strengthening of the subjective element, and of focus on belief and knowledge: if I say *You had to go* in the obligation sense, I invite the inference that I believe you did go. Therefore, in *You had to have gone*, derived from *You had to go*, the inference of the speaker's belief in the truth of the complement is strengthened. (Traugott, 1988: 411).

Essa interpretação em termos de um processo metonímico é partilhada por Krug (op. cit.), para quem a origem tanto do uso deôntico como do uso epistêmico de *have to* tem que ser buscada na forma como se instauram inferências possibilitadas no plano sintagmático. Uma etapa crucial na gramaticalização de *have to* como modal é representada pelo uso dessa forma verbal com verbos de elocução, como *say e tell (have to say/tell)*, que admitem uma interpretação epistêmica. Essa interpretação emerge da inadequação do significado de *posse* do verbo *have* nesse contexto, o que motiva o ouvinte a buscar uma interpretação alternativa, mais informativa e mais adequada para a construção *have to say/tell*. Inferências pragmáticas autorizam o ouvinte a supor que alguma força interna ou externa obriga o falante a dizer alguma coisa. Essa *reinterpretação induzida contextualmente* instaura a coexistência de duas leituras da proposição: uma leitura *possessiva* (abstrata) e uma leitura *deôntica* (mais focalizada). Num segundo estágio, ela se generaliza para outras classes verbais em que uma leitura de posse é impossível e a interpretação modal se impõe<sup>[9]</sup>.

8 Bybee, Perkins & Pagliuca (1985: 73) discordam dessa interpretação metonímica, afirmando que «o sentido de obrigação de *have to* atribui certas condições sobre um agente intencional: x é obrigado por y. O sentido epistêmico é uma extensão metafórica da obrigação aplicada à verdade de uma proposição: X (uma proposição) é obrigada a ser verdadeira.

9 Como, por exemplo, em *I have to go*.

Não apenas o processo de subjetivização como também o de intersubjetivização podem estar envolvidos na gramaticalização de elementos gramaticais. Como lembra Traugott & Dasher (2005) e Traugott (2003, 2010), o ato de comunicação requer uma díade, locutor e interlocutor que, inclusive, alternam esses papéis em um processo dinâmico. Essa dimensão intersubjetiva da linguagem (Benveniste, 1995) motiva o uso de elementos linguísticos para tornar explícita a atenção dispensada pelo locutor às atitudes e crenças do interlocutor, assim como à sua face, ou seja, às exigências impostas pela sua imagem. Na perspectiva da autora, essa dimensão ganha maior importância na compreensão dos processos de gramaticalização, na medida em que,

From a historical perspective, in so far as subjectification involves recruitment of meanings not only to encode but also to regulate attitudes and beliefs, it inevitably involves intersubjectivity to some degree. (Traugott, 2003: 129).

Do ponto de vista da mudança, a autora defende a plausibilidade de uma trajetória *não subjetivo > subjetivo > intersubjetivo*, segundo a qual, se um elemento adquire significados/funções no nível interpessoal, esses novos significados derivam da aquisição de significados subjetivos em um estágio anterior. Nesse sentido, a intersubjetivização não constitui um mecanismo independente, mas uma extensão da subjetivização (cf. Traugott, 2003: 134).<sup>10</sup> Em resumo, as mudanças semânticas ocorrem sempre no sentido de desenvolvimento de significados/valores procedurais a partir de significados já subjetivizados.

Subjetivização e intersubjetivização constituem, na verdade, processos independentes, de mais larga extensão nas línguas e não estão necessariamente associados a mudanças estruturais ou de categorias. No entanto, é plausível sua correlação com processos de gramaticalização, principalmente nos seus estágios iniciais. (cf. Traugott & Dasher, 2002). No que se refere às construções modais, pode-se esperar que, a partir de significados mais subjetivos, relacionados ao mundo das crenças do falante, possam ser desenvolvidos significados orientados para o ouvinte, através de uma mudança de domínio e da força modal de uma expressão linguística.

Crescente subjetivização relacionada a uma mudança categorial pode ser atestada em diversos processos de gramaticalização no português bra-

10 Um exemplo ilustrativo dessa direcionalidade subjetivização > intersubjetivização é fornecido pela autora na análise da construção *Let's* do inglês cuja trajetória poderia ser esquematizada como *let us* (imperativo) > *let's* (hortativo) > marcador de atenuação.

sileiro, como o caso de *parecer* ou *diz que*. Segundo Gonçalves (2002), o uso de *parecer* para a expressão de categorias semântico-pragmáticas como modalidade epistêmica e evidencialidade (um satélite atitudinal) resulta da codificação linguística das perspectivas e das atitudes do falante, baseadas no mundo comunicativo do evento de fala. De forma semelhante, Galvão (2001) mostra que a trajetória de *diz que* de predicado matriz para operador evidencial é impulsionada por alterações no eixo sintagmático.<sup>[11]</sup>

Processo similar pode explicar o desenvolvimento das construções modais com *ter* no português contemporâneo. Alguns autores (cf. por ex. Mira Mateus *et al.*, 1983; Neves, 2002) já sinalizam a utilização das construções com *ter* (*ter de + infinitivo* e *ter + que + infinitivo*) no domínio epistêmico. Em outros termos, em muitos dos seus empregos, como em *Para conseguir essa nota ele tem que ter estudado muito*, as perífrases com *ter* sinalizam uma posição do locutor em relação à verdade da proposição, codificando valor de possibilidade ou plausibilidade. Nesse uso, as construções com *ter* do português se aproximam de *have to*, do inglês, e *tener que*, do espanhol. Izquierdo (2006) admite para *tener que* “o desenvolvimento de um valor epistêmico (a proposição afirmada não é necessariamente verdadeira), de forma semelhante ao que ocorre com *haber*. No entanto, há indicações de que as duas construções não chegam a constituir alternativas contextuais equivalentes, já que, de acordo com a autora, em *tener que* o valor epistêmico é enfraquecido. Na interpretação de Gómez Torrego (1999), porém, no seu valor epistêmico, *tener que* se encontra mais próximo de um polo de certeza do que *haber*, estabelecendo-se, assim, uma gradação entre as duas formas.

Como destacam Mira Mateus *et al.* (op. cit.), a ambiguidade entre modalidade deontica e modalidade epistêmica é inerente às construções modalizadoras e o reconhecimento de uma ou outra depende, em grande parte, da identificação que o ouvinte faz acerca das intenções do seu interlocutor. Assim, uma modalidade epistêmica pode ser reconhecida pelo interlocutor como deontica e vice-versa. Segundo a posição de Vilela & Koch (2001), no ato de comunicação, o falante toma posição sobre o conteúdo fixado linguisticamente no enunciado, jogando entre duas categorias básicas: realidade e não-realidade. A partir daí, uma mesma forma ou construção linguística pode operar no interior de uma escala que envolve certeza

11 Heine *et al.* (1991) propõem a possibilidade de ação combinada dos procedimentos metonímicos e metafóricos (*modelo metonímico-metafórico de gramaticalização*), conjugando as duas explicações como partes integrais do mesmo mecanismo.

e incerteza, suposição, condição, necessidade, exigência, possibilidade ou impossibilidade de realização de um determinado ECs.

Com base nas considerações acima, podemos levantar a hipótese de que a gramaticalização das construções *ter de/ter que + infinitivo*, iniciada no desenvolvimento de significados no domínio deôntico, ou seja [-subjetivo] prossegue no estágio atual do português brasileiro, com o desenvolvimento do valor epistêmico, ou seja [+ subjetivo]. A questão central envolve, no entanto, a coexistência das duas construções modais no português escrito contemporâneo: em que medida essa trajetória poderia explicar a predominância de *ter que + infinitivo* sobre *ter de + infinitivo*?

#### 4. Circunscrevendo a variação entre *ter de + infinitivo* e *ter que + infinitivo* na escrita jornalística

Para responder à questão colocada no final da seção anterior, procedemos a uma análise das construções *ter de/ter que + infinitivo* na modalidade escrita em termos das diferentes nuances modais que elas podem expressar. Dada a própria ambiguidade, ou indeterminação como prefere Coates (1983) dos elementos modais, distintas definições de modalidade têm sido propostas e as formas de categorização nem sempre convergem. Como destaca Palmer (1986:4) “to begin with, the definitions are, in practice, vague and difficult to apply with any degree of precision and do not lead to clearly distinct categories.

Herdados da tradição grega, termos como deôntico e epistêmico, ainda que não inteiramente consensuais, têm a vantagem de ser mais abrangentes e mais usuais (Lyons, 1977, Palmer, 1986, Sweetser, 1990)<sup>12</sup>. Enquanto a modalidade deôntica, ou “root modality” nos termos de Coates (op. cit.), situa os ECs no domínio do obrigatório e da permissão, a modalidade epistêmica envolve a avaliação do locutor acerca da verdade de uma proposição. Associa-se, portanto, a probabilidade, possibilidade ou necessidade lógica. Uma questão relevante nessa dicotomia diz respeito ao lugar da volição e à sua inclusão no domínio deôntico.

Um problema frequentemente levantado (cf, por ex, Coates, op. cit.) é que a modalidade deôntica se caracteriza, necessariamente por maior gradi-

12 Uma proposta alternativa baseada em argumentos tipológicos, é apresentada por Bybee (1985) e Bybee, Perkins e Pagliuca (1994). Os autores sugerem distinguir entre modalidade orientada para o agente (desejo, obrigação, habilidade, permissão, *root* possibilidade), modalidade epistêmica (possibilidade, probabilidade) e modalidade orientada para o ouvinte (imperativo, hortativo, optativo)

ência, envolvendo tanto subjetividade como força, o que permite que diversas nuances semânticas de significados possam se abrigar sob esse rótulo. Além disso, a obrigação imposta sobre um Ecs pode se originar tanto em normas e princípios morais, sociais ou religiosos como de circunstâncias externas. Tentando contornar essa dificuldade, Hengeveld (1991), acompanhado por Olbertz (1998), propõe que a compreensão das diferenças entre os elementos modais requer considerar não apenas o domínio, como também o alvo da modalização. Por domínio, entende-se a perspectiva a partir da qual o falante procede à avaliação de um Ecs, ou seja, extrínseca, deôntica, epistêmica, volitiva ou evidencial. Por alvo, entende-se a parte do enunciado sobre a qual incide a modalização, que pode ser um participante, mais frequentemente o sujeito, o evento ou a proposição (cf. também Lyons, 1977).

Na análise das perífrases modais com *ter* seguido de infinitivo, interessa-nos, sobretudo a dimensão domínio que permite distinguir usos das construções modais como em (5) e (6):

5) Sou morador da Rua Rocha Freire, no bairro Irajá, e gostaria que a Cedaef fizesse uma vistoria no local porque a tubulação está com problemas. Quando chove muito, os esgotos entopem, transbordam e deixam as casas alagadas. Peço providências, com urgência, pois não suporto mais ter que tirar água da minha varanda. (Carta do leitor – Extra – 01-01-04).

6) Justifica-se usar o escasso dinheiro público, tantas sendo as carências por atender, na eleição de nossos representantes? Cotejando custos e benefícios, concluímos que sim. No atual sistema de eleição, o candidato tem de financiar-se pessoalmente. Fica amarrado ao financiador, que pode ser o bicheiro, o narcotraficante, o contraventor em geral, a ser ressarcido com toda sorte de favorecimento. Custa caro ao Tesouro. (Opinião - JB - 09-03-04)

No exemplo (5), a necessidade/obrigação de retirar água de sua varanda é imposta ao falante por uma circunstância independente da sua vontade – o entupimento da tubulação de escoamento da água da chuva que provoca o alagamento da casa. No caso em análise, trata-se de uma circunstância inteiramente objetiva e **extrínseca**. O estado de coisas gerador do problema têm como consequência obrigar o falante a “retirar água da sua varanda”.

No exemplo (6), a obrigação/necessidade do EC’s modalizado por *ter de + infinitivo* decorre de uma regra, um princípio que prevê o financiamento de campanhas eleitorais no país. Não sendo financiados pelos partidos a que se ligam, os candidatos se vêem na necessidade de angariar os fundos necessários para a própria campanha eleitoral. Assim como no exemplo

(5), a obrigação é externa ao falante, mas se distingue pelo seu caráter não contingente. Na terminologia aqui adotada, trata-se de **Modalidade deôntica**, ou seja, da convocação de normas morais, sociais, legais ou, ainda, de convenções sociais que se impõem por um *background* compartilhado.

O uso de *ter* que/*ter* de + infinitivo no domínio **epistêmico** é exemplificado em (7):

7) Goleador da Copa do Brasil com quatro gols, Alex Alves destaca o trabalho do grupo e se diz longe de ser um salvador da pátria.

- Não gosto disso. Mas também detesto desperdiçar chances na área. Uma tem que entrar no gol adversário. (Notícia/Reportagem – O Globo – 06-03-04)

Em (7), o enunciador, através de seu conhecimento de mundo e de suas crenças pessoais, mais do que colocar uma obrigação de que o EC's (*a bola entrar no gol*) se realize, justifica seu comportamento de não perder chances na área pela possibilidade de que tal atitude dê resultado, ou seja, de que uma bola entre no gol. Observemos que, nesse caso, a relação entre os fatos não constitui uma regra, visto que o fato de chutar da área, ainda que aumente a probabilidade de marcar um gol, não pode por si mesmo garantir a ocorrência de tal evento.

A análise foi processada de forma a identificar a correlação entre as diferentes possibilidades modais relacionadas acima e o uso das duas construções com *ter*. Para tanto, nos valem do instrumental estatístico possibilitado pelo programa GoldVarb2001.<sup>[13]</sup> Colocamos o foco na construção *ter* que + infinitivo em razão da sua maior recorrência.

13 Os programas GoldVarb, nas suas diferentes versões, permitem aferir não apenas a distribuição dos dados como também a importância relativa de um determinado grupo de fatores em relação a outros, a partir do nível de significância obtido. Constitui, portanto, um instrumental estatístico eficaz para a análise de fenômenos multivariacionais, como é o caso do objeto de estudo deste artigo.



**Tabela 1 – Uso das construções *ter que + infinitivo* e *ter de + infinitivo* de acordo com o domínio modal.**

DOMÍNIOS DA AVALIAÇÃO	Freq. %	PR1
Modalidade Extrínseca	40/51 = 78	.72
Modalidade Deôntica	17/30 = 56	.39
Modalidade Epistêmica	38/77 = 49	.32
Total	95/158 = 60	Input = .62

A distribuição de pesos relativos da tabela 1 particulariza a construção *ter que + infinitivo*, nitidamente associada à modalidade extrínseca (0.72), ou seja, àqueles contextos em que uma circunstância externa, objetiva, se impõe sobre um Ecs. Ao que tudo indica, a construção *ter de + infinitivo*, por sua vez, tem mais chance de ocorrer nos domínios deôntico (.39) e epistêmico (.32). Considerando os valores percentuais, observa-se, no entanto, que a possibilidade de alternância entre as duas construções modais derivadas da base verbal *ter* é significativa nesses dois domínios.

As diferenças entre modalidade inerente extrínseca, deôntica e epistêmica podem ser interpretadas tanto em termos da oposição externo/interno como de grau de subjetividade (cf. Lyons 1977). A modalidade extrínseca envolve contingências objetivas, materiais, independentes da vontade do locutor e que tornam a realização do ECs imperiosa. Trata-se, no caso, de um dever transferido. No domínio deôntico, de forma semelhante trata-se de uma obrigação externa, mas respaldada em princípios e normas supostamente compartilhados pelo locutor. Envolve, portanto, um grau maior de subjetividade. No domínio epistêmico, a necessidade de realização do Ecs só pode ser entendida em termos de necessidade lógica, interna, envolvendo, assim, um grau mais alto de subjetividade. Essas diferenças podem ser esquematizadas da seguinte forma:

Extrínseca	deôntica	epistêmica
+ externa	+ externa	- externa
Envolvimento 0	envolvimento 1	envolvimento 2

Embora as duas construções possuam um ponto de interseção nos seus empregos deônticos, elas se distinguem em termos do grau de envolvimento do enunciador com a obrigatoriedade de realização do estado de coisas.

Essa diferença pode ser interpretada em termos de força modal: uma obrigação imposta por condições externas e materiais é irrecusável, um raciocínio inferencial é refutável. É nesse sentido que muitos dos enunciados com *ter que + infinitivo* adquirem um valor imperativo.

Diferentemente do proposto por Said Ali (1966b) e Almeida (1979) a construção *ter de + infinitivo* sinaliza maior envolvimento do enunciatador, ou seja, maior subjetividade. Pelo recurso a essa construção, o redator imprime, de forma mais explícita, sua própria avaliação a respeito das relações possíveis entre os fatos, situando-os num ponto mais alto da escala epistêmica, qual seja, o da certeza.

A associação entre a construção *ter que + infinitivo* e circunstâncias externas encontra uma evidência adicional na análise do contexto em que se situa a oração modalizada. Mais frequentemente, elas se inserem em pontos nos quais emergem relações proposicionais como causa, finalidade, condição ou, ainda, oposição/contraste, como mostram os exemplos a seguir:

8) O Brasil será sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007. *Para ir mais longe e conquistar o direito de realizar os Jogos Olímpicos de 2012 e a Copa do Mundo de 2014 vai ter que trabalhar muito.* Melhorar a segurança e modernizar a maioria dos estádios. Como estão hoje, muito poucos passariam pelo caderno de encargos da Fifa e do COI. (Editorial - JB 02-06-03)

9) A inseparabilidade entre ética e política se baseia em que a conduta do indivíduo e os valores da sociedade têm que ser coerentes entre si, porque é na existência compartilhada com os outros que podemos realizar a liberdade, a justiça e a felicidade, como valores humanos. Baseia-se igualmente no caráter moral dos homens, como seres que escolhem seus destinos e podem fazê-lo conforme critérios que decidam por sua própria consciência. (Artigo de opinião - JB - 07-03-04)

10) Gustavo Kuerten começou bem a temporada. Em um jogo equilibrado, ele venceu, de virada, o espanhol Alex Corretja por 2 sets a 1 6/7, 7/6 e 7/5 e avançou à segunda rodada do ATP Tour de Auckland, na Nova Zelândia. O próximo adversário sairá do duelo entre o austríaco Stefan Koubek e o espanhol Alberto Martin. Os dois primeiros sets foram muito disputados e tiveram que ser decididos no tie-break. No primeiro, o espanhol levou a melhor, fechando em 9/7. No segundo, Guga deu o troco: 7/3. (Notícias/Reportagens - Extra 13-01-04)

Os exemplos relacionados acima instanciam um esquema mais geral em que uma circunstância C é tomada como condição suficiente para que

um estado de coisas se torne obrigatório. No trecho (8), a necessidade de o Brasil *ter que trabalhar muito* se justifica pelo propósito explicitado pelo segmento *para ir mais longe e conquistar o direito de realizar os Jogos Olímpicos de 2012 e a Copa do Mundo de 2014*. Em (9), a obrigação de manter a coerência entre a conduta do indivíduo e os valores da sociedade se explica pelo fato de que a liberdade se realiza na existência compartilhada do indivíduo com os demais. No exemplo (10), pode-se reconstituir uma relação causa-efeito na forma de: como os dois primeiros sets do jogo foram muito disputados, foram decididos no *tie-break*..

Na tabela 2, consideramos a distribuição da construção *ter que + infinitivo* de acordo com a relação semântico-pragmática entre as orações.

**Tabela 2- Uso de *ter que + infinitivo* e relação semântica**

RELAÇÃO SEMÂNTICA	Freq. %
Condição/Causa./Tempo.	26/43 = 60
Finalidade	24/36 = 66
Contraste/Oposição	08/18 = 44
Adição	15/23 = 65
Especificação/expansão de SN	04/10 = 40
Consecução/Conclusão	02/03 = 66
Sem dependência semântica	15/24 = 62
TOTAL	94/157 = 59

De forma geral, a construção *ter que + infinitivo* predomina em contextos nos quais a oração modalizada se insere em um contexto no qual está explícita uma finalidade (65%) uma circunstância de tempo, lugar ou condição (60%), consecução/conclusão (66%) ou adição (65%). É igualmente frequente nos contextos em que a oração modalizada ocorre isolada (62%). O mais interessante a considerar, no entanto, é que essas correlações se definem de forma distinta em relação à modalidade expressa pela construção *ter que + infinitivo*. Na expressão de modalidade extrínseca, a construção *ter que + infinitivo* se correlaciona à co-ocorrência de uma oração final (47, 50%). Segue-se o contexto em que a oração contendo *ter que + infinitivo* se articula a uma oração causal, com 12,50%. A construção *ter que + infinitivo*

no domínio deontico, por sua vez, é mais frequente em contextos nos quais a oração com a perífrase modalizadora é apresentada de forma isolada, sem o apoio de uma justificativa.

O contexto predominante de *ter que + infinitivo* no valor de obrigação *externa* leva a pressupor que o acréscimo de uma finalidade ou de uma causa, uma condição C na proposta de Kiefer (2009), reduz a força imperativa inerente a esse valor modal, funcionando como atenuador de uma imposição que, em muitos casos, admite a interpretação de uma ordem. Nesse caso, é possível levantar a hipótese de que essa construção, diferentemente de *ter de + infinitivo*, possui uma função hortativa que a situa mais no plano interpessoal do que no plano referencial da linguagem (cf. Halliday 1994, 2004). Ao ancorar a ordem/injunção em uma finalidade a ser alcançada, o locutor reduz seu possível impacto e, sob certos aspectos, assegura sua realização. Nesse sentido, há evidências de que a perífrase *ter que + infinitivo* empreende uma trajetória de intersubjetização, evoluindo da constatação de uma obrigação para um ato performativo.

*Ter de + infinitivo*, por sua vez, predomina em contextos nos quais emerge a relação de contraste (40%) ou naqueles em que a oração com a construção modal especifica um sintagma nominal. Se considerarmos que tais contextos não possuem em si mesmo uma função atenuadora, somos levados a crer que *ter de + infinitivo* se limita a constatar uma necessidade mais do que colocar uma injunção.<sup>[14]</sup>

11) Os militares alegam enfrentar condições específicas à atividade que os credenciam a uma aposentadoria especial: deslocamento constante pelo país, trabalho em locais inóspitos, etc. Ora, como em qualquer profissão, essas questões têm de estar contempladas nos respectivos planos de carreira, e sem qualquer impacto posterior na previdência. (Editorial - O Globo - 16-01-03)

em que a contra-argumentação do editorialista, introduzida pelo elemento *ora*, se baseia no conhecimento de que as condições que regulam a aposentadoria dos militares já devem estar previstas num plano de carreira.

As especificidades modais das construções *ter que + infinitivo* e *ter de + infinitivo* encontram correspondência em algumas propriedades morfossintáticas, semânticas e discursivas das orações em que ocorrem. No nível morfossintático, destaca-se, sobretudo, a distribuição diferenciada das

14 Agradecemos a um dos pareceristas pelo fato de nos ter alertado para este aspecto.

construções modais com *ter* de acordo com a pessoa verbal, na forma como mostram os resultados da tabela 3:

**Tabela 3- Uso de *ter que* + *infinitivo* de acordo com a pessoa verbal**

PESSOA GRAMATICAL	Freq.	PR
1ª Pessoa do Singular	09/19 = 47	.29
3ª Pessoa do Singular	55/83 = 66	.55
1ª Pessoa do Plural	14/20 = 70	.68
3ª. Pessoa do Plural	17/35 = 48	.38
TOTAL	95/157 = 60	Input = .62

A construção *ter que* + *infinitivo* predomina com formas verbais de primeira pessoa do plural (.68) e é muito menos provável com as formas de 1ª. Pessoa do singular e a 3ª. do plural. Uma primeira explicação para tal correlação envolve a natureza mais inclusiva da primeira pessoa do plural, mais condizente com o caráter mais objetivo e geral da modalidade extrínseca e da modalidade deôntica. Imposições que se ancoram em fatos materiais independentes ou em princípios e regras mais gerais não decorrem da responsabilidade unicamente do falante, mas são compartilhadas por grupos maiores, nos quais o locutor pode não estar necessariamente incluído. A exclusão do locutor como fonte da imposição operada por *ter que* + *infinitivo* é reforçada pelo índice mais alto dessa construção com sujeito de 3ª. pessoa do singular. Essa questão é retomada um pouco à frente, na consideração dos traços semânticos do sujeito da oração.

A construção *ter de* + *infinitivo* tende a se concentrar, principalmente, em orações com verbos na primeira pessoa do singular (.29), sendo expressiva também com verbos na terceira pessoa do plural (.38). A associação entre *ter de* + *infinitivo* e primeira pessoa do singular vai ao encontro da maior recorrência dessa construção no domínio epistêmico Acompanhando Aaron & Caccoullous (2005: 616) e Traugott (2010), podemos afirmar que referentes de primeira pessoa, o EU, são emocionalmente e discursivamente mais salientes, pois constituem o ponto de origem do processo inferencial que caracteriza a modalidade epistêmica. Embora não possa ser tomada como uma prova decisiva, a correlação entre *ter de* + *infinitivo* e primeira

pessoa fornece evidências suplementares de associação entre essa construção e maior subjetividade, ou envolvimento do enunciador.

As correlações depreendidas acima, principalmente no que se refere à terceira pessoa, do singular se tornam mais claras, se considerarmos também os traços semânticos do sujeito, como mostra a tabela 4:

**Tabela 4 - Uso de *ter que* + *infinitivo* de acordo com o tipo de sujeito**

SUJEITO	Freq.	PR
Animado	61/112 = 54	.41
Arbitrário	12/13 = 92	.88
Abstrato	10/18 = 55	.59
Oração sem sujeito	01/02 = 50	.48
Referência estendida	03/05 = 60	.65
TOTAL	87/150 = 58	Input = .62

Considerando-se o traço semântico do sujeito da oração modalizada, atesta-se mais uma vez, uma certa complementaridade entre as duas construções modais. Destaca-se, sobretudo, a recorrência de *ter que* + *infinitivo* com sujeitos arbitrários (.88), como mostra o exemplo (12):

12) Algumas pessoas podem não estar jogando limpa e honestamente com você. Sempre que se tem que lidar com pessoas que se escondem por trás de uma máscara de simpatia que esconde inveja, o melhor é agir com calma, sem desafiar o oponente. Finja que não está percebendo. (Horóscopo - O Globo - 19-03-04)

No exemplo acima, a fonte do estado de coisas (*lidar com pessoas que se escondem por trás de uma máscara de simpatia que esconde inveja*) sobre o qual incide a obrigação/necessidade é indeterminada, ou seja, não possui um referente específico. Em tal situação pode-se considerar que o estado de coisas se impõe por si mesmo, tomando a forma de uma regra geral inelutável. A estreita correlação entre *ter que* + *infinitivo* e sujeito arbitrário explica, em grande parte, a incidência mais expressiva dessa construção com sujeitos de terceira pessoa do singular.

Orações com sujeito [+animado], por sua vez, se caracterizam por maior variabilidade, embora favoreçam maior recorrência de *ter de + infinitivo*, o que é compatível com uma hipótese de maior subjetivização dessa construção. Apenas sujeitos com o traço [+animado] e, mais especificamente, humanos como a maioria dos casos incluídos nessa categoria, podem constituir o *locus* de um raciocínio inferencial.

Evidentemente é necessária certa cautela na interpretação desses indícios em termos de comprometimento ou envolvimento do enunciador, dado que a avaliação de um Ecs é inerente ao próprio processo de modalização. No entanto, essas distintas correlações sugerem a existência de uma escala que envolve maior ou menor subjetividade. A construção *ter que + infinitivo* sinaliza menor envolvimento do enunciador/escritor, na medida em que essa construção convoca uma fonte de imposição extrínseca e independente da responsabilidade, do locutor. A construção *ter de + infinitivo*, por sua vez, envolve maior grau de comprometimento do redator com a verdade da proposição, situando-se, portanto, em um ponto mais alto de uma escala de subjetividade.

### Considerações finais

Ao longo deste artigo, discutimos alguns aspectos associados à variação entre as construções *ter de + infinitivo* e *ter que + infinitivo* no português escrito contemporâneo. De acordo com a análise realizada, há indícios de que as duas construções modais apresentam uma distribuição diferenciada no que se refere aos seus valores modais. A construção *ter que + infinitivo* predomina em enunciados nos quais se impõe uma obrigação externa, objetiva e imperiosa sobre um Ecs. A construção *ter de + infinitivo*, por sua vez, é mais frequente em contextos de modalidade epistêmica, que envolvem a expressão de atitudes e crenças do enunciador. No domínio deontico, em que são convocadas regras e princípios mais gerais, instala-se maior alternância entre as duas construções. Logo, é possível dizer que, enquanto a primeira sinaliza o descomprometimento do enunciador, a segunda torna mais explícito o envolvimento do enunciador, que se apresenta como a fonte de um processo inferencial autorizado pelos seus conhecimentos acerca das relações possíveis entre os fatos. Assim, *ter que + infinitivo* possui um escopo mais restrito; *ter de + infinitivo*, por sua vez, amplia seu escopo.

A maior subjetivização de *ter de + infinitivo* é evidenciada por algumas características sintático-semânticas dessa construção, tais como sua significativa correlação com formas de primeira pessoa do singular, e, conseqüentemente, com o traço [+ humano]. Características do contexto mais amplo em que se insere essa construção, como sua ocorrência em discursos contrastivos, apoiam igualmente a hipótese de que ela progride numa trajetória de [+deôntico] > [+epistêmico]. Há indícios ainda de uma trajetória distinta de *ter que + infinitivo* para o domínio interpessoal, operando como estratégia que busca, sobretudo, influenciar o interlocutor.

Essa distribuição funcional se reflete necessariamente no âmbito da variação, tornando-a mais localizada. Se as duas construções podem alternar no domínio deôntico, elas se especializam contextualmente de acordo com a oposição [-subjeto]/[+subjeto], confirmando o pressuposto de que um processo de gramaticalização em curso provoca mudanças na configuração da variação em um dado estado da língua (Hopper e Traugott 2003).

Para concluir, as tendências apreendidas ao longo da análise permitem afirmar que seria simplificador reduzir a instanciação de *ter que + infinitivo* e *ter de + infinitivo* na modalidade escrita unicamente a uma diferença de registro. Ao uso das duas construções subjazem diferenças mais sutis que podem ser interpretadas em termos de diferentes estágios de gramaticalização. Todavia, uma questão resta em aberto: como explicar a expansão de *ter que + infinitivo* em detrimento da sua congênere *ter de + infinitivo* na modalidade falada? Uma explicação possível requer considerar as diferenças entre as duas modalidades no que diz respeito à codificação de modalidade.

### Referências bibliográficas

- AARON, Jessi E. & CACCOULOS, Rena Torres (2005). "Quantitative measures of subjectification: a variationist study of *salir* (se)". *Cognitive linguistics*, vol 16, no. 4, pp. 347-358.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de (1979). *Gramática metódica da língua portuguesa*, 28. ed. São Paulo: Saraiva.
- ALMEIDA, Erica Sousa de (2006). *A formação de perífrases verbais no português: um processo diacrônico*, Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ. (Dissertação de Mestrado).
- AMARAL, Vasco Botelho de (1950). *Mistérios e maravilhas da língua portuguesa*. Porto – Portugal: Livraria Simões Lopes.



- BECHARA, Evanildo (2009). *Moderna gramática portuguesa*, 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BENVENISTE, Emile (1995). Da subjetividade da linguagem, in Benveniste, Emile. *Problemas de linguística geral I*, 4. ed. Trad. Maria da Glória Novak; Luiza Neri, Campinas, SP: Pontes.
- BYBEE, Joan (1985). *Morphology: A Study of the Relation between Meaning and Form*. Amsterdam: John Benjamins.
- BYBEE, Joan et alii. (1994). *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the language of the world*, Chicago/London, The University of Chicago Press.
- CACCOULOS, Rena Torres & SCHWEENTER, Scott A. (2007). “Towards an operational notion of subjectification” in Berkeley Linguistics Society 31, pp. 347-358.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1981). *Dicionário de lingüística e gramática: referente à língua portuguesa*. 10. ed. Petrópolis: Vozes.
- COATES, Jennifer (1983). *The semantics of the modal auxiliaries*. London: Croom Helm.
- COSTA, Maria Cristina Rigoni (1995). *Modalidade e gramaticalização*. Estratégias discursivas na fala carioca. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado).
- GALVÃO, Vânia Cristina Casseb (2001). *Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão diz que*. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista: Araraquara. (Tese de Doutorado)
- GOMES TORREGO, Leonardo (1999). “Los verbos auxiliares, las perífrasis verbales de infinitivo”, in: Ignacio Bosque & Violeta Demonte (ed) *Gramática descriptiva de la lengua española: las construcciones sintácticas fundamentales, relaciones temporales, aspectuales y modales*, Madrid, Editorial Espasa, 1999. v. 2. pp. 3323-3389.
- GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite (2002). *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*, Campinas, UNICAMP. (Tese de Doutorado)
- HALLIDAY, M. A. K. (1994). *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold.
- HALLIDAY, M. A. K. (2004). *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold.
- HEINE, Bernd et alii (1991). *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago/London, The University of Chicago Press.
- HEINE, Bernd (1993). *Auxiliaries: cognitive forces and grammaticalization*, New York: Oxford University Press.
- (2003). “GRAMMATICALIZATION”, in Brian Joseph & D. Richard (eds.). *The handbook of historical linguistics*, Oxford: Blackweel, pp. 575-601.
- HENGEVELD, Kees (1991). “Mood and Modality”, in Geert Booij et al (eds.), *Morphology: a handbook on inflection and word formatio*, Berlin/New York, Walter de Gruyter, pp. 1190-1202.

- HOPPER, Paul (1991). "On some principles of grammaticization", in E. C. Traugott & B. Heine (eds.), *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamin, pp. 17-35.
- & TRAUGOTT, Elizabeth C. (1993). *Grammaticalization*, Cambridge, Cambridge University Press.
- (2003). *Grammaticalization*, 2. ed, Cambridge, Cambridge University Press.
- IZQUIERDO, Marta López (2006). *L'expression de l'ordre en espagnol: l'emploi de l'impératif et des périphrases verbales*, Paris, Université Paris 8/CNRS.
- KIEFER, Ferenc (2009). "Modality", in Franck Brisard et alli (org), *Grammar, meaning and pragmatics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, pp. 179-207.
- KRUG, Manfred G (2000). *Emerging English modals: a corpus-based study of grammaticalization*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter.
- LABOV, William (1972). *Sociolinguistics patterns*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- (1994). *Principles of linguistics change: internal factors*, Cambridge, Blackwell, v. 1.
- LUF, Celso Pedro (2003). *Dicionário prático de regência verbal*, 8 ed. São Paulo, Ática.
- LYONS, John (1977). *Semantics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2001). *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. 2. ed, São Paulo, Contexto.
- MIRA MATEUS, Maria Helena et alii (1983). *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*, Coimbra, Almedina.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2000). *Gramática de usos do português*, São Paulo, Editora da UNESP.
- A modalidade (2002). IN INGEDORE V. KOCH (ORG), *Gramática do português falado*, 2. ed. v. 6, São Paulo, Unicamp/FAPESP, pp. 163-195.
- OLBERTZ, Hella (1998). *Verbal periphrases in a functional grammar of Spanish*, Berlin, New York, Mouton de Gruyter.
- PALMER, F.R. (1986). *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PEIXOTO, Cleiliane S. (2006). *Os usos do verbo ter no português do Brasil: descrição e gramaticalidade*, Rio de Janeiro, UFRJ. (Dissertação de Mestrado)
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da (2008). *Gramática normativa da língua portuguesa*, 47. ed. Rio de Janeiro, José Olympio.
- SAID ALI, Manuel (1966a). *Gramática histórica da língua portuguesa*, 6. ed, São Paulo: Melhoramentos.
- (1966b). *Dificuldades da língua portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- SWEETSER, Eve. (1990) *From etymology to pragmatics : metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge; New York : Cambridge University Press.

- TRAUGOTT, Elisabeth C. (1988). "Pragmatic strengthening and grammaticalization", *Proceedings of the Berkeley Linguistics Society* 14, pp. 406-416.
- (1989). "On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change", *Language*, vol 65, n. 1, pp. 31-55.
- (2003). "From subjectification to intersubjectification" in Raymond Hickey (ed.). *Motives for language change*, New York, Cambridge University Press.
- (2010) "(Inter)subjectivity and (inter) subjectification: a reassessment", in Kristin Davidse et alii (org), *Subjetificação, intersubjetificação and grammaticalisation*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter, pp. 29-74.
- & DASCHER, Richard B. (2000). *Regularity in semantic change*, Cambridge, Cambridge University Press.
- VILELLA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça (2001). *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso*, Coimbra: Livraria Almedina.
- VITRAL, Lorenzo (2006). "O papel da frequência na identificação de processos de gramaticalização" in Jânia Ramos (org.) *Estudos sociolinguísticos: os quatro vértices do GT da Anpoll*, Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, pp. 105-140.
- WEINREICH, Uriel et alii (1968). "Empirical foundations for a theory of language change", in W. P. Lehmann & Malkiel P. (eds.), *Directions for historical linguistics*, Austin-London: University of Texas Press, pp. 95-195.

# **FUTEBOL, INFERNO, JOGO E GUERRA: AS REALIZAÇÕES LINGUÍSTICAS DO JOGO COMO METÁFORA NAS CAPAS DOS JORNAIS DESPORTIVOS PORTUGUESES**

FOOTBALL, HELL, GAME AND WAR: LINGUISTIC  
EXPRESSIONS OF THE GAME AS A WAR METAPHOR ON  
THE COVERS OF PORTUGUESE SPORTS NEWSPAPERS

José Teixeira

jsteixeira@ilch.uminho.pt

JOGO É GUERRA (GAME IS WAR) é, segundo a fundacional obra de G. Lakoff & M. Johnson (1980) uma das metáforas concetuais mais produtivas para os nossos mecanismos cognitivos, produtividade essa que se reforça na medida em que se estende para outras zonas, como as da própria interação linguística humana (DISCUSSÃO É LUTA). E pela análise das capas de alguns jornais desportivos portugueses, verifica-se como, na verdade, os títulos de primeira página expressam ostensivamente o jogo de futebol através da referida metáfora JOGO É GUERRA. Analisa-se também como os processos metafóricos e metonímicos se interpenetram na medida em que a metáfora básica JOGO É GUERRA aparece indissociavelmente ligada à estrutura metonímica GUERRA IMPLICA FOGO e esta, por sua vez, à metáfora FOGO INTENSO É INFERNO. Demonstra-se, ainda, a especifici-

---

\* Este artigo retoma e desenvolve um trabalho anterior intitulado, “Texto jornalístico e metáforas de vida e morte no futebol”, in Silva, Augusto Soares; Martins, José Cândido; Magalhães, Luísa; Gonçalves, Miguel (Org.s), Comunicação, Cognição e Media, Volume 2, Publicações da Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2010, pp. 305-322. Acrescenta à análise e aos esquemas representativos de como a metáfora conceptual JOGO É GUERRA é apresentada nas capas dos jornais desportivos a especificidade portuguesa consubstanciada nas metáforas JOGADORES SÃO DRAGÕES/ ÁGUIAS/ LEÕES e na relacionada GANHAR É CAÇAR.

\*\* ILCH-Universidade do Minho

dade portuguesa de substituir os intervenientes por determinado tipo de animais, possibilitando assim o surgimento de outras estruturas metafóricas.

**Palavras-chave:** metáfora concetual, JOGO É GUERRA, futebol, escrita jornalística, capas de jornais.

GAME IS WAR is, according to the G. Lakoff & Mark Johnson's foundational book *Metaphors we live by*, one of the most productive metaphors used by our cognitive mechanisms (and also related with another main metaphor concerning human interaction: ARGUMENT IS WAR). And in fact, analyzing the covers of the most popular Portuguese sport newspapers, we can see how, in fact, the football game is verbalized as a war.

In this work we shall demonstrate how metonymy and metaphor work together: in our case, how basic metaphor GAME IS WAR is connected to the metonymy WAR IMPLIES FIRE and this one to the metaphor HARD FIRE IS HELL. Finally, we shall demonstrate the Portuguese particularity of substituting the players for a specific group of animals, which opens new metaphorical fields.

**Keywords:** conceptual metaphor, GAME IS WAR, football, journalistic writing, newspaper covers.

## 1. A ética da objetividade e as expressões metafóricas

### 1.1. Polémicas e demissões por causa de metáforas

No dia 24 de outubro de 2008 o Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas (CDSJ) emitiu uma “Recomendação sobre a linguagem violenta utilizada no noticiário desportivo” que provocou uma polémica que o jornal *Diário de Notícias* retratava assim:

“Sindicato arrasa estilo de jornalistas de desporto  
Polémica. Órgão do Sindicato de Jornalistas ataca jornalismo desportivo  
Director de ‘A Bola’ sai do sindicato e acusa-o de preconceituoso”.

No texto de Tiago Guilherme (*Diário de Notícias*, 30 de outubro de 2008) explica-se a situação causadora dos títulos e subtítulos acima referidos, da polémica e das demissões: tudo motivado tão-somente por... algumas expressões que descreviam um jogo:

Na sequência de um alerta do pai de um jovem praticante de hóquei em patins de 11 anos, o Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas (CD)

recomenda os (sic) jornalistas desportivos a “relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade”

O comunicado referia:

Transformar todos os desportos em competições de gladiadores, de luta livre ou de boxe ou futebol é redutor para o desporto, desaconselhável para os jornalistas e fastidioso para os leitores, ouvintes ou espectadores.

E indicava o tipo de expressões a banir:

«Em busca de vingar», «humilhar o adversário em sua própria casa», «revelando que o Alfena era mais um alvo a abater», «Vingança saborosa» e «decidiram partir para a humilhação do adversário». São alguns dos exemplos desta prosa que só pelo seu mau gosto já seria de bom-tom eliminar.

A recomendação aconselha, pois, a não concetualizar um jogo como uma guerra, com as expressões que isso acarreta (guerra, batalha, vingança, morte,...) mas antes “relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade” (para usar as palavras do CDSJ).

Deduz-se que, na visão do Sindicato dos Jornalistas

1) a forma como concetualizamos a realidade é “livre”, no sentido que a podemos mudar ou escolher livremente;

2) as expressões linguísticas metafóricas (mesmo que entendidas assim mesmo, metaforicamente) que remetem para determinadas concetualizações podem ser eticamente condenáveis e por isso a evitar;

3) a metaforização impede, de alguma forma, o “relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade”;

4) a perspectiva metafórica dificulta (pelo menos, ou impede mesmo) a descrição objetiva, verdadeira dos factos.

## 1.2. Verdade e metáfora: o mito do objetivismo

### 1.2.1. Categorização e verdade

Para podermos apreender o mundo em que nos inserimos, as coisas, as ações e experiências que vivenciamos, temos de organizar toda a nossa aprendizagem em modelos que nos forneçam as informações que melhor nos permitam, como a todos os seres vivos, a sobrevivência. Apreendemos, assim, o mundo e as nossas interações com ele de acordo com modelos que

vamos progressivamente adequando e que nos fornecem previsibilidades competitivamente vantajosas: o conceito de *cair*, quando adquirido, implica que o indivíduo saiba que é mais perigoso quando se está num ponto elevado, que isso pode ser mesmo fatal. Uma criança que não tenha este conceito suficientemente estabilizado está em desvantagem de apreensão do mundo e de sobrevivência perante outras. A vida real mostra-nos muitos casos disto mesmo.

Os conceitos, elaborados através das nossas categorizações, como os conceitos de *água*, *fogo*, *cair*, *pai*, *correr*, *morrer*, são, portanto, o resultado cognitivo das nossas vivências sentidas e imaginadas que a linguagem vai sistematizando, organizando, possibilitando manipulações, comparações e inter-relações que nos permitam inferir informação do conhecimento já concetualmente organizado. No dizer do neurocientista António Damásio

“A linguagem, com as suas palavras e frases [...] é uma conversão de imagens não linguísticas que representam entidades, eventos, relações e inferências. [...] A linguagem funciona [...] simbolizando em palavras e frases aquilo que começa por existir sob uma forma não verbal.” (Damásio 2004, *O sentimento de si*, p. 134)

E como é que convertemos as imagens em categorias? Não apreendendo “a verdade” das coisas, seja isso o que for, mas, da realidade a concetualizar, destacamos algumas das facetas possíveis, damos maior importância a umas, ignorando e desvalorizando outras. O que nos interessa são, portanto, as percepções que fazemos sobre a realidade, o que ela é para nós. Temos, por isso, o hábito de focalizar algumas dimensões e minimizar outras. Se no conceito de *cadeira* a vertente [ser de madeira/ser de metal/ser de plástico] é relativamente indiferente, já no conceito de *faca* é fundamental. Por outro lado, o aspeto da funcionalidade é muito mais variável neste último conceito do que no primeiro. Enquanto prototipicamente uma cadeira “serve para a gente se sentar”, uma faca, também prototipicamente, possui um leque mais abrangente de finalidades: para comer (carne, peixe, sobremesa – facas diferentes), para cortar pão, para queijos, para desfazer animais nos talhos, etc...

Nota-se, portanto, que as propriedades que destacamos nos objetos que suportam categorizações não são tanto propriedades dos objetos independentemente dos sujeitos, mas sobretudo propriedades interacionais que só têm sentido porque decorrem das relações com os sujeitos humanos. Con-

atualizar “água” como um líquido, essencial à vida, que existe nos rios e no mar, que quando cai do céu se designa “chuva”, etc., é destacar um conjunto de características em detrimento de outras. Não se pode, portanto, colocar a questão se as nossas concetualizações abarcam a “verdade” sobre a realidade, já que elas se formam na base do “interesse” que nós temos na nossa interação com essa mesma realidade.

### 1.2.2. Processo metafórico e verdade

Como é que apreendemos e manipulamos mentalmente a realidade?

Já se disse que o suporte da construção dos conceitos se realiza na categorização: organizamos categorias, construídas em protótipos que representam um modelo mental dinâmico que contém em estrutura tendencialmente hierarquizada as facetas (“traços”, diria a semântica composicional) que consideramos típicas e fundamentais para inserir uma parte da realidade dentro da categoria.

Assim, evitamos construir categorias diferentes para todas as porções diferentes da realidade: dois (muitos) pedaços de realidade diferente, ou seja, duas (muitas) “coisas” diferentes podem ser incluídas na mesma categoria. Dentro da categoria *fruto* há muitos objetos diferentes; e dentro da categoria *correr*, também há muitos processos de ação diversificados. As crianças de 5 anos costumam correr muito; os atletas olímpicos dos 100 metros também correm muito. Mas não é exatamente a mesma ação a designada por *correr*. No entanto aplicamos a mesma categoria linguístico-cognitiva. É o fenómeno da extensão categorial, muito ligado à tradicional questão da polissemia, sem a qual as línguas naturais dificilmente funcionariam.

Podemos dizer, portanto, que as categorias são polirrepresentativas: uma realidade é representada pela categoria com a qual a associamos, não tendo nós de construir uma categoria própria para cada coisa.

No respetivo processo de apreensão e interrelacionamento, as categorias não se organizam sumativamente. A nossa mente e o nosso léxico não são uma soma aleatória, como um dicionário. Procuramos sempre compreender o novo em função do já adquirido, ou seja as categorias básicas funcionam como modelos para podermos apreender as categorias mais complexas. E um dos processos de base é o metafórico.

Foi a obra de George Lakoff e Mark Johnson *Metaphors We Live By* (1980) que, sobretudo, veio valorizar a metáfora como o processo normal



de significação/ referencialidade linguística. Segundo Lakoff e Johnson, a metáfora é uma base fundamental de muitos dos nossos processos cognitivos, tendo permanecido fora de uma teoria linguístico-cognitiva mais do que devia e ocupado antes o centro da teoria literária.

Saussure já tinha dito que é muitas vezes mais fácil descobrir uma verdade do que conceder-lhe o lugar que lhe compete. A visão cognitiva sobre o processo metafórico não acrescenta uma grande novidade de dados, mas antes uma outra visão sobre os dados conhecidos.

No fundo, o que a metáfora enquanto mecanismo cognitivo faz é mostrar que {X} poderia pertencer à categorização {Y}: *Os teus olhos são dois rios*. Isto só é possível porque a categorização linguística se processa cognitivamente por modelos prototípicos e não pelas Condições Necessárias e Suficientes (CNS). Quer-se dizer, se {X} (*olhos*) e {Y} (*rios*) tivessem que ter em comum os célebres traços comuns, nunca poderiam pertencer à mesma categoria. Só que como a categorização se processa por módulos de traços que constituem conjuntos sem um núcleo central comum, é possível que dois conjuntos, desde que tenham **algo** (ainda que não essencial) em comum, possam sempre ser perspetivados sob a mesma categoria.

A metáfora é para a Linguística Cognitiva muito mais do que o resultado da criatividade individual, da não-normalidade de processos semânticos e é encarada como a forma recorrente como concetualizamos o mundo: do já conhecido para o desconhecido, do mais saliente para o que se quer salientar.

Assim, entre os termos que se empregam no processo metafórico, não há igualdade informacional, mas desigualdade, já que o metaforizante se destina a evidenciar, ressaltar ou destacar particularidades do metaforizado. Isto implica que o elemento metaforizante terá que ser perspetivado, em princípio, por parte de quem metaforiza, como mais conhecido e já compreendido pelos recetores nas vertentes a usar no processo metafórico. Não se compreende que alguém construa uma metáfora como “aquela mulher é uma padiola” numa comunidade em que esse mesmo alguém sabe que ninguém conhece o que é uma “padiola”. Por isso se diz que no processo metafórico se usa o conhecido para alcançar o desconhecido. Parte-se de uma base tida como plataforma de entendimento comum (B) e atribui-se esse conhecimento a uma realidade-alvo que se pretende categorizar (A). O processo metafórico assenta, assim, no simples esquema “A é B”:

**A=alvo a categorizar***A vida**Compreender*      *é**O tempo***B=base conhecida***uma viagem**ver**espaço*

Conseguimos, deste modo, graus de abstração progressivamente mais complexos nos processos de categorização. Repare-se como nos nossos conceitos nocionais e abstratos facilmente reconhecemos a base física ou menos abstrata das etapas anteriores: *ter*<*tenere* =”agarrar” >*ter* =”possuir físico” > *ter* = “posse nocional” (“ter razão”). A história das línguas fornece-nos exemplos sem conta destes processos: *compreender* (<”agarrar”), *suportar* (<”estar por baixo de uma coisa que se carrega e leva”), *comprar*<*comparar*<*com* +*par*= “pôr um par de coisas lado a lado”, ...

Como se depreende do exposto, o processo metafórico é um mecanismo absolutamente essencial para apreendermos determinados aspetos da realidade mais abstrata. Por exemplo, a percepção do espaço é sensorial, muito primitiva: até a maior parte dos animais tem a sua percepção do espaço e do que ele significa em termos vivenciais. Mas a do tempo, já não o é diretamente. Mesmo nas crianças, notamos que a percepção temporal é muito posterior à espacial. Como é que começamos a construir o modelo mental através do qual concetualizamos o tempo? Através do do espaço. Vemos o tempo como uma espécie de espaço, entre um antes e um depois, um para a frente e para trás, com uma direcionalidade, um percurso, etc. Por isso é que em todas as línguas as palavras usadas para as referências temporais e espaciais coincidem significativamente. Ou seja, o tempo é uma realidade *comparável* ao espaço, os fragmentos temporais podem ser representados/metaforizados pelos fragmentos espaciais.

É esta a função cognitiva básica do processo metafórico: utilizar as categorias mais salientemente conhecidas, mais fundamentais, como categorias fundacionais nas quais as outras, mais abstratas assentam. E não se pense, por isso, que se pode resumir o processo metafórico a um processo de adorno da linguagem. A complexidade do conhecimento implica complexidade metafórica.<sup>[1]</sup>

1 O conhecimento científico implica estruturação metafórica, não apenas porque uma teoria científica é sempre um modelo que retrata a realidade, mas mesmo porque relações como “5 é maior do que 4” se baseiam numa estrutura metafórica: QUANTIDADE É GRANDEZA (ver Lakoff e Johnson 1980).

Acontecendo, então, que determinados conceitos assentam fundacionalmente noutros, não podendo ser de outra maneira, como se deve encarar a respetiva “veracidade”? Ou seja, se concebemos a realidade A a partir da realidade B, devemos considerar verdadeira a referência a A a partir de B?

Concretizando: por encarmos a vida como uma viagem, usamos as expressões “os caminhos da vida”, “vida curta”, “andar doente” (=estar a viver doente”). Ou seja, referimos a vida com as mesmas referências das viagens. São “verdadeiras” estas formas que utilizamos? Pensando/falando da vida como pensamos/falamos de uma viagem não estamos a fugir à verdade das coisas?

Não. E não, porque nós sabemos que “vida” e “viagem” não são a mesma coisa, mas, isso sim, que podemos conceber a vida como UMA ESPÉCIE de viagem. Ou seja, nós intuímos os mecanismos cognitivos do processo metafórico: embora verbalmente se possam identificar as expressões entre o metaforizado (vida) e o metaforizante (viagem), entendemos que a identificação linguístico-expressiva não corresponde a uma identificação referencial real. Por isso entendemos que a palavra “caminhos” não expressa rigorosamente o mesmo em “caminhos da vida” e “caminhos florestais das montanhas do Gerês”.

E este aspeto é uma parte essencial da cognição e da linguagem humana: utilizar um modelo concetual para construir e referir outro através dos mecanismos cognitivos e expressivos do processo metafórico.

As referências metafóricas (“caminhos da vida”) não são, por isso mesmo, menos “verdadeiras” do que as referências sensorialmente diretas (“caminhos da montanha”). Aquelas, em muitos casos, são absolutamente necessárias, não como auxiliares para a referência (adornos ou figuras da linguagem como a Retórica tradicional via a questão) mas são a forma mais eficiente e direta como podemos expressar realidades mais complexas ou abstratas.

O “medo da metáfora”, como referem Lakoff e Johnson, que leva a considerá-la como para-racional (ou mesmo anti-racional) baseia-se na crença de que a linguagem rigorosa, verdadeira, denotativa e objetiva deve evitar expressões metafóricas. Ora tal não é possível. A linguagem do dia-a-dia está repleta de equivalências metafóricas. Quando dizemos que vamos “*digerir* a sugestão”, “*ver* a possibilidade de fazer X”, “*enfrentar* a realidade” estamos a utilizar modelos semânticos complexos construídos através da metaforização de modelos mais concretos. Vivemos através de metáforas, “*Metaphors We Live By*”, como ilustra a já citada obra emblemática de Lakoff e Johnson.

### 1.3. A experiência vivencial do confronto

Como já atrás foi referido, no processo cognitivo das concretizações, são os domínios experienciais mais vivencialmente primordiais os que nos servem para alicerçar os mais complexos e abstratos. Ora se há domínio experiencial que todo o organismo vivo tem de constante e ininterruptamente manter em funcionamento é o da preservação da vida. António Damásio utiliza para isto o conceito de *homeostasia*:

Todos os organismos vivos, desde a humilde ameba até ao ser humano, nascem com dispositivos que solucionam *automaticamente*, sem qualquer raciocínio prévio, os problemas básicos da vida. [...]

Na base da organização da homeostasia encontramos respostas simples, tais como a de *aproximação* (approach) ou de *retraimento* (withdrawal) de um organismo inteiro em relação a um determinado objecto; ou de *excitação* ou *quiescência*. Nos níveis mais altos de organização encontramos respostas *competitivas* ou de *cooperatividade*.” (Damásio 2003: 46-47)

Como é fácil de perceber, a experiência do confronto é indissociável da própria experiência do manter-se vivo, funcionando como umas das bases mais alicerçantes do nosso sistema perceptivo.

E é interessante, para a questão que agora nos ocupa, que Damásio refira dois aspetos complementares destas vivências experienciais: a competitividade e a cooperatividade, essenciais num jogo como o futebol (que aqui é a base do processo de referência metafórica), jogo esse que implica necessariamente a competitividade com o adversário e a cooperatividade com os outros elementos do grupo.

#### 1.3.1. As discussões e a guerra

ARGUMENT IS WAR é precisamente o exemplo de metáfora com o qual Lakoff inicia a obra de referência atrás citada (Lakoff e Johnson, 1980). Quando dizemos que aquilo que o oponente, numa discussão, afirma é “indefensável”, quando “defendemos” a nossa “posição”, quando “atacamos”

o argumento do outro, quando “atiramos” um argumento e “vencemos” a discussão, estamos a concetualizá-la e a verbalizá-la em termos de guerra:

*“A essência da metáfora é entender e experienciar um tipo de coisa em termos de outra. Não quer dizer que as discussões sejam subespécies de guerras. As discussões e as guerras são duas coisas de tipo diferente –discursos verbais e conflitos armados respectivamente—e as acções executadas são tipos diferentes de acções. Mas uma discussão estrutura-se parcialmente, pensa-se nela, executa-se e descreve-se em termos bélicos. O conceito estrutura-se metaforicamente, a actividade estrutura-se metaforicamente e, em consequência, a linguagem estrutura-se metaforicamente.” (Lakoff e Johnson 1980 (1998): 41-42)*

A “discussão” é o exemplo de uma atividade em que tem que haver oposição, onde cada um procura utilizar meios para obter uma finalidade que consiste em vencer o oponente. Não admira, por isso, que a discussão e a luta/ guerra sejam concetualizadas como tendo aspetos semelhantes, servindo a mais física (luta) para metaforizar um modelo entendido como substituto da verdadeira luta.

Ora é exatamente o que se passa com o jogo: construímos o modelo mental de jogo alicerçado, tal como o da discussão, no modelo de luta/ guerra: no jogo também há oponentes que utilizam meios e estratégias para obterem uma finalidade que passa por cada uma das partes tentar vencer a(s) outra(s).

Temos, assim, que os conceitos de “discussão” e “jogo” se estruturam a partir do de “luta/ guerra” (figura 1), sendo aqueles, portanto, metáforas estruturais deste último.

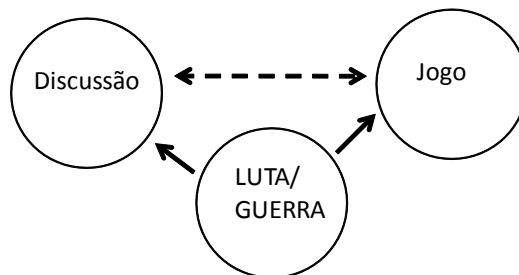


Figura 1

Por isso as verbalizações das três realidades são frequentemente comuns:

- O pugilista nacional não teve *argumentos* suficientes. (“discussão” em vez de “luta”)
- O Benfica vai *discutir* com o Porto a final da taça. (“discussão” em vez de “jogo”)
- O deputado *disparou* um argumento inesperado. (“luta” em vez de “discussão”)
- O ministrou *jogou à defesa* na resposta que deu. (“jogo” em vez de “discussão”)
- O avançado do Sporting *disparou* à barra. (“luta” em vez de “jogo”)

## 2. Jornalismo de guerra?

Por tudo o que atrás se disse, a estrutura metafórica de JOGO assenta na de GUERRA/ LUTA. Esta estrutura metafórica, comum às duas (ou três) entidades é uma estrutura muito (proto) típica dos estados de coisas que consideramos mais dinâmicos e abrangentes. Todas são ações contendo basicamente as seguintes vertentes ou vetores actanciais:

- uma finalidade
- dois ou mais intervenientes
- instrumentos variados (usados pelos últimos)
- resultados diversificados (de oposição essencialmente dual, mas com possibilidade de um terceiro termo “de compromisso”)
- consequências

Estes vetores podem ser complementados por outros que ajudam a apreender a ação de uma forma mais abrangente:

- mecanismos de preparação da ação
- mecanismos de interrupção da ação

O esquema da figura 2 procura explicitar a estrutura global destes estados de coisas.



Figura 2

O JOGO é, portanto, concebido como uma das ações mais prototípicas: humana, intencional, com instrumentos, finalidades, resultados e consequências, preparada e que pode ser interrompida.

Por que razão será a LUTA/ GUERRA o domínio origem para que o JOGO seja o domínio alvo por aquele metaforizado? Evidentemente pela experiência vivencial do confronto, inscrita na nossa matriz ontogenética e filogenética mais profunda.

Mas se isto é assim, se não podemos concetualizar o jogo sem ser a partir das experiências de confronto, ou seja, se temos que imaginar O JOGO COMO UMA ESPÉCIE DE GUERRA, dito doutro modo, como se fosse uma guerra metafórica, até que ponto nos podemos socialmente expressar deste modo? Como se viu, o Sindicato dos Jornalistas, no comunicado referido, aconselhou a evitar estas expressões. Mas será isto viável?

Evidentemente que não.

Não é preciso procurar muito para verificar que constantemente a linguagem utilizada no âmbito desportivo se expressa com base na concetualização JOGO É GUERRA. E não apenas no texto corrido das páginas interiores, mas mesmo (ou sobretudo) nos títulos garrafais de primeira página. É mais emotivo, mais “instintivo”, mais apelativo, porque, concetualmente, imageticamente, o jogo é mesmo uma espécie de guerra.<sup>[2]</sup> Acresce a tudo isto o facto de os títulos de capa dos jornais funcionarem como *slogans* publicitários, estruturados na base da mensagem inesperada que capte

2 A recolha das capas dos jornais compreende os três jornais (diários) desportivos portugueses, *O Jogo*, *A Bola* e *Record*. A recolha não obedeceu a nenhum critério, mas apenas às capas disponíveis em arquivo nos *sítios* dos referidos jornais. Como o *sítio* de *A Bola* não tem arquivo de capas das edições anteriores, aparece menos vezes na recolha.

a atenção através dos jogos de palavras, das metáforizações e desconstruções de estruturas lexicais fixas.<sup>[3]</sup>

## 2.1. Jogo é guerra<sup>[4]</sup>

As expressões que cobrem a verbalização desta estrutura metafórica são variadas: *guerra*, *luta*, *batalha*, *duelo*, entre outras. Não havendo, obviamente, entre elas equivalências sinonímicas perfeitas, frequentemente é o termo *guerra* que designa o confronto na sua globalidade, ficando as outras (*luta*, *batalha*, *duelo*) como expressões de momentos do confronto global. Por isso se optou por considerar que a expressão que prioritariamente verbaliza *jogo é guerra*.

A expressão metafórica *guerra* aparece por vezes, no entanto, como sinónimo de *jogo*:

“Martins não vai à guerra” = não participa no jogo (Figura 3); “Camacho ganha a guerra” = ganha o jogo (Figura 4).

Contudo, *guerra* não é a expressão mais frequente para metaforizar um único jogo, metaforizando antes o processo geral no qual cada jogo se insere: “Guerra aberta: Benfica e FC Porto atacam os mesmos alvos” (Figura 5). Ou então há jogos tão importantes que eles só por si equivalem a uma guerra completa. Quando o treinador da seleção portuguesa diz “Isto é uma guerra” (figura 6) faz a equivalência do jogo não apenas a uma luta, mas a algo mais complexo e abrangente.



Figura 3



Figura 4



Figura 5

3 Ver Teixeira 2007.

4 Se bem que a metáfora mais básica e genérica seja JOGO É GUERRA, neste trabalho o domínio de JOGO cobre apenas o futebol. Portanto, nas representações e esquemas a seguir apresentados deve entender-se JOGO É GUERRA como JOGO (DE FUTEBOL) É GUERRA.



Quando em questão está apenas um jogo, considera-se que isso pode ser somente um momento de um processo mais global e por isso prefere-se a referência a *batalha*: “Leão ganha batalha” (Figura 7).



Figura 6



Figura 7

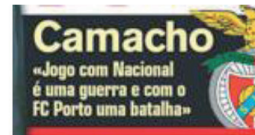


Figura 8

Esta distinção, que acompanha a diferença entre a realidade metaforizada “batalha é uma parte da guerra”, nem sempre se verifica: “Camacho: Jogo com o Nacional é uma guerra e com o FC Porto uma batalha” (Figura 8) onde, como se evidencia, *batalha/ guerra* referem, cada uma, apenas um jogo, mas apresentados com intensidades diferentes.

### 2.1.1 . A finalidade não é defender-se, é matar

A ação do jogo, mais do que na guerra, assenta sobretudo no ataque. Na verdade, se enquanto na guerra se compreendem as “guerras defensivas”, as guerras que têm por finalidade a pura defesa sem querer vencer o outro oponente, aqui isso não é aceitável. O jogo defensivo não é verdadeiro jogo: prototipicamente, jogar é atacar. Defender deve ser o primeiro estádio para a preparação do ataque. Se as guerras defensivas são aceitáveis, os jogos defensivos são-no muitíssimo menos. No protótipo de jogar (futebol) o atacar e o defender não têm o mesmo estatuto. Num jogo, dizer que uma equipa “só atacou” enquanto a outra “só defendeu” equivale a dizer que a que atacou jogou muito melhor.

As expressões linguísticas que revelam esta finalidade primordial são essencialmente, *atacar, vencer, matar, esmagar, arrasar, massacrar* e outras do género. Um primeiro esquema estrutural da metáfora JOGO É GUERRA poderá, assim, aparecer:

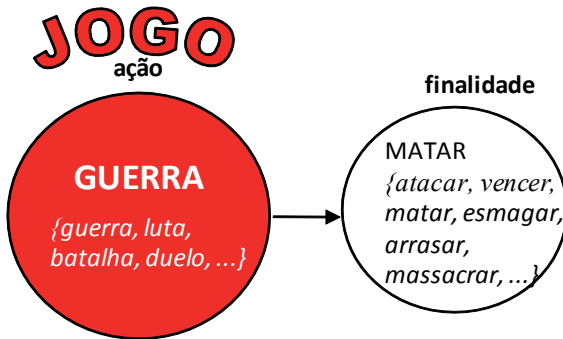


Figura 9

“Atacar” representa a finalidade de primeira instância, uma espécie de finalidade instrumental que tem por objetivo o “vencer”. E se relativamente à primeira expressão (*atacar*) há pouca variação (figura 10), já no que diz respeito ao *vencer* as possibilidades de verbalização são muito mais variadas: o *ganhar* e o *vencer* funcionam como termos mais ou menos neutros que se referem apenas ao resultado final de forma não emotiva. Mas como esta vertente, a emotividade, é tida como componente fundamental na imágética do jogo, frequentemente o título de capa tenta ilustrar não apenas o resultado, mas também o grau de intensidade com que esse resultado foi ou tem de ser conseguido: *matar* (figuras 11, 12 e 13) e expressões equivalentes como *abater* (figura 14), *degolar* (figura 15), *arrasar* (figura 16), *esmagar* (figura 17), *massacrar* (figura 18).



Figura 10



Figura 11



Figura 12



Figura 13



Figura 14



Figura 15



Figura 16



Figura 17



Figura 18

### 2.1.2. Os intervenientes são guerreiros

Se a finalidade é “matar” na “guerra” que é o jogo, então os intervenientes são “guerreiros” (Figura 19) e “matadores” (figura 13). Os que têm mais habilidade para “matar” o adversário são “atiradores especiais” (figura 20), complementando, assim, mais uma vertente do exército ou de “as tropas”, que deverão estar sempre “alerta” (figura 21).



Figura 19



Figura 20



Figura 21

Como já antes se fez notar, a metáfora da guerra, no futebol, é essencialmente a da guerra ofensiva e por isso os intervenientes são referidos destacando a faceta ofensiva, da conquista. No entanto, ocasiões há em que eles passam a intervenientes de uma guerra de sobrevivência, de uma guerra onde o importante foi não morrer. Deixam de ser “guerreiros-matadores” para serem “guerreiros-salvadores”.

É bom de entender que o guerreiro-salvador por excelência é o guarda-redes. Se o seu papel para “matar” o adversário é diminuto, o de não deixar “morrer” as suas “tropas” é fundamental. Por isso, quando é ele o principal responsável pela sobrevivência da equipa, ele é o grande “salvador” (figuras 22 e 23).



Figura 22



Figura 23



Figura 24

O “salvador” também pode ser qualquer “guerreiro” responsável por uma vitória. Não pode ser, no entanto, uma vitória normal; o papel de “salvador” só aparece quando a não-vitória implicaria alguma “catástrofe” para a equipa que metonimiza a nação (“nação” clubística ou nação-país – figura 24).

Os “salvadores” facilmente são identificados com “heróis”(figuras 25 e 26): reconhecem-se-lhes dons absolutamente fora do comum (será isto que justifica os ordenados multi-milionários de alguns?), dons esses que quase atingem o divino (figuras 27 e 28).



Figura 25



Figura 26



Figura 27



Figura 28

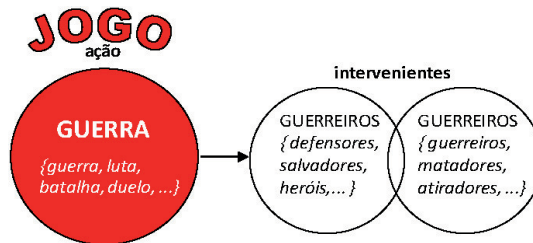


Figura 29

É interessante verificar que estes “heróis e santos” possuem frequentemente uma faceta essencialmente belicosa, mesmo nada pacífica. Eles são, por isso, o exemplar máximo do guerreiro que faz a síntese total: são “guerreiros-matadores” (porque comandaram a ofensiva) e “guerreiros-salvadores” (porque impediram o desastre da “nação”).

O esquema da figura 29 sintetiza o papel dos intervenientes nesta dupla faceta. Note-se que o esquema, ao fazer a interseção entre as duas zonas, pretende representar o papel duplo (salvador-matador) de que por vezes estes “guerreiros” estão investidos.

### 2.1.3. Não há guerreiros sem armas

Talvez não seja de admirar serem as armas de fogo aquelas que mais frequentemente metaforizam o “armamento” utilizado na “guerra” do jogo de futebol.



Figura 30



Figura 31



Figura 32

É ilustrativo o facto de o título “Mais Armas” (figura 30) corresponder ao subtítulo “Camacho vai ter maior poder de fogo”, evidenciando, desta forma a correspondência tacitamente aceite: um pontapé forte é “um tiro”, porque há algo (a bola) projetado violentamente percorrendo uma distância tida como muito longa. Assim, continuando esta vertente metafórica, quando o adversário é derrotado é porque foi “abatido a tiro” (figura 31). Se os “tiros” forem muitos e sucessivos terá sido “de rajada” (figura 32).



Figura 33



Figura 34



Figura 35

Se o conjunto dos “atiradores” forma a “artilharia (figura 33), esta é composta ainda por outras armas “explosivas”: “bombas” (figuras 34 e 35), “dinamite” (figura 36) e até “TNT” (figura 37).



Figura 36



Figura 37



Figura 38

É interessante verificar a concatenação metafórica que o remate (forte) da bola possibilita: a acentuação do movimento do projétil (bola) consubstancia-se no “tiro”, enquanto a acentuação da violência percebida no início da ação (chuto) se verbaliza num indicador de explosão (“bomba”, “dinamite” e outros explosivos – figura 39):

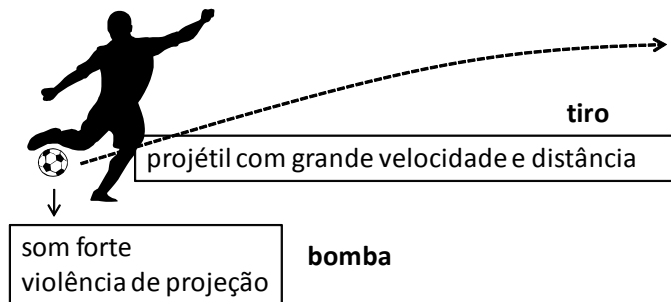


Figura 39



Figura 40

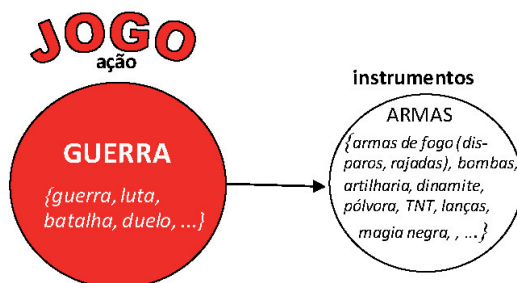


Figura 41

As “lanças” (os avançados designam-se também por “pontas de lança”) e até a “magia negra” (desconstruída a expressão, mas conservando a vertente de “arma misteriosa, impossível de contrariar” –figura 40) são o exemplo da utilização de realidades menos vulgares mas que podem ser entendidas como instrumentos de ataque e de “morte” na “guerra” em que o jogo de futebol é metaforizado.

#### 2.1.4. Os resultados são as feridas, a salvação ou a queda

Decorre do exposto, a forma como o jogo de futebol é perspetivado: um confronto, uma guerra de vida e morte. Esperar-se-ia, por conseguinte, que o resultado fosse expresso nestes termos. No entanto, relativamente ao resultado de um jogo, raramente aparecem expressões de morte, mas antes equivalências metafóricas.

A “salvação” acontece quando os “guerreiros” são “salvadores”, “heróis” ou “santos” (figuras 22 a 28 e 42).

A positividade do resultado é habitualmente expressa no termo “vitória”. Note-se, no entanto, que, ao contrário do que seria esperado numa visão demasiadamente simplista, “salvação” não equivale a “vitória”, mas à obtenção de um resultado que satisfaça no mínimo os objetivos pretendidos. A “salvação” consegue-se frequentemente com a vitória, é certo, mas também o pode ser com um empate ou mesmo derrota (“empate/ derrota saboroso(a); empate/derrota com sabor a vitória” como frequentemente aparece na linguagem futebolística).





Figura 42



Figura 43



Figura 44

O oposto da “salvação” não é, todavia, habitualmente expresso com a “morte”. É a metáfora da queda que expressa por norma o oposto da salvação (figura 43). E se esta podia não coincidir com a vitória, a queda pode não coincidir com a derrota, mas sim com a não obtenção dos objetivos pretendidos. “Vitória inglória”, “vitória com sabor a derrota” são expressões que refletem isso mesmo.

Quando a queda não é “normal”, quando não se enquadra dentro dos parâmetros tidos como habituais, a posição do “caído”, do derrotado, não é apenas física, mas moral: a queda equivale a humilhação (figura 44) e a vergonha (figura 45)!



Figura 45



Figura 46



Figura 47

Entre os momentos decisivos, finais, entre uma batalha e outra, entre a salvação e a derrota, há a recuperação das feridas. Por isso, cada jogo individual não é ele mesmo “a guerra”, mas um momento dela. A verdadeira

“guerra” é a competição total (campeonato, taça, época, rivalidade específica entre determinados clubes). E por isso uma derrota pode não equivaler à “queda” ou à “morte”, mas apenas a algumas feridas (figuras 46 e 47).

O esquema da figura 48 poderá ajudar a visualizar a tripartição dos resultados:



Figura 48

### 2.1.5. Guerra sem perdão

Se a finalidade da ação do jogo é “matar” o oponente, derrotá-lo, fazê-lo cair, compreende-se que não haja a possibilidade de perdão. O jogo é, assim, uma “guerra” mais “violenta” que a própria guerra, porque não é possível “perdoar” (figura 49).

E quando em confrontos anteriores já se foi derrotado, então a oportunidade é de vingança (figura 50) e de “ajuste de contas” (figura 51).



Figura 49



Figura 50



Figura 51

As consequências iniludíveis de o jogo ser a guerra, mas uma guerra “sem perdão” podem ser, então, esquematizadas:

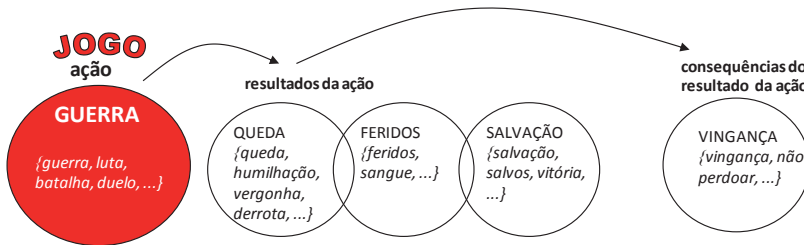


Figura 52

## 2.2. Quando não há guerra

### 2.2.1. As estratégias de preparação

*Si vis pacem para bellum*<sup>[5]</sup>, dizia-se na Roma antiga. No jogo, não. Como ninguém pode querer a paz, mas apenas a guerra, a preparação tem sempre finalidades bélicas, nunca pacíficas. A preparação faz parte, portanto, do âmbito da guerra. Mesmo mentalmente, é a batalha que é preparada (figura 53); o ambiente já é de guerra (figura 54) e os planos nunca são de defesa, mas de ataque (figura 55).



Figura 53



Figura 54



Figura 55

5 *Se queres a paz, prepara a guerra.*

### 2.2.2. As tréguas que interrompem a guerra

Mas toda a ação tem a possibilidade de ser interrompida. Na guerra há tréguas, os inimigos podem ser amigos de circunstância. E se o futebol é uma guerra, para a estrutura metafórica e alegórica ser perfeita, também tem de poder ter tudo isto:



Figura 56



Figura 57

como se pode ser amigo (de circunstância) e inimigo (no jogo) são possíveis as tréguas. Por isso, de rivais podem passar a “queridos inimigos” (figura 56, com o subtítulo “Dia de tréguas antes do assalto à Liga dos Campeões”) ou mesmo a amigos (figura 57).

### 2.3. Esquema metafórico global de JOGO DE FUTEBOL É GUERRA

Poder-se-ão, como síntese, representar num primeiro esquema global (figura 58) as principais vertentes que estruturam a metáfora sobre o jogo (de futebol) que se têm vindo a mostrar nas capas dos jornais apresentados.



Figura 58

### 3. A guerra e o fogo

O modelo metafórico GUERRA anda desde os inícios da hominização ligado ao de FOGO, sobretudo por relações metonímicas: expressões como “a ferro e fogo” ilustram isso mesmo; o fogo sempre foi uma das armas da guerra. E será fácil compreender que com a introdução das armas de fogo dos tempos modernos essa associação tenha ficado ainda mais vincada, já que a partir de então FOGO equivale a ARMAS (por um processo metafórico ou metonímico –ou então metafonímico<sup>[6]</sup> se se preferir). Daí que

6 Ver Goossens 1990.

os intervenientes (os “jogadores-guerreiros”) se constituam essencialmente como armas de ataque, frequentemente identificados com armas de fogo (figura 59).

O FOGO é, ainda, associado ao perigo e à ameaça de aniquilamento na luta. Por isso, quando o(s) “exército(s)” estão em perigo de serem vencidos é como se se adivinhasse que a “nação-clubes” que defendem “está a arder”: veja-se como o título “Lisboa a arder” pretende retratar a situação em que fica Lisboa quando os dois principais clubes da cidade são derrotados (figura 60).



Figura 59



Figura 60



Figura 61

O “fogo” pode ainda não estar completamente visível, mas pode deixar-se adivinhar quando o calor da luta já é tão intenso que implica que o “incêndio” final pode estar iminente. As brasas são o resultado de algo que já ardeu, mas igualmente a metáfora de um elemento pronto para atear ou reacender novos fogos. O elemento “brasa” representa, então, as sensações fortes e a ameaça de luta quando esta parece ser inevitável (figura 60).

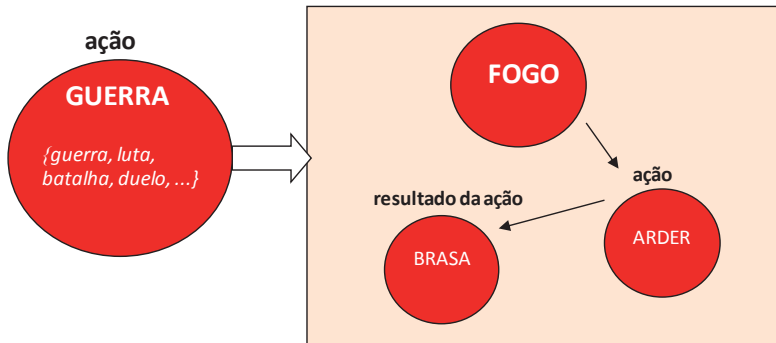


Figura 62

A figura 62 representa a relação entre os dois campos.

Será interessante notar as diferenças entre eles (jogo/guerra e jogo/fogo), já que não é idêntico o processo de concetualização que constitui e liga os dois.

A equivalência JOGO É GUERRA está, indubitavelmente, assente num processo de metaforização, como se tem vindo a ilustrar. Mas a relação entre JOGO e FOGO não é idêntica, aparece como mais complexa.

À primeira vista poderia dar a tentação de a tomar igualmente como uma equivalência metafórica: O JOGO É COMO UMA GUERRA – A GUERRA É COMO O FOGO. Tal como a guerra, o fogo também destrói, mata, é um inimigo, etc... No entanto, se isto poderá ser concetualmente verdade, não será menos verdade que a relação GUERRA-FOGO é primordialmente uma relação de associação por contiguidade metonímica de dois níveis: primeiro, a nível imagético, já que a guerra sempre esteve associada ao fogo como arma; depois, a nível sensório-percetivo, na medida em que todas as sensações fortes que experienciamos implicam um aumento da temperatura corporal. Não é de admirar que assim seja, já que, como a neurociência assinala, a formação da imagem mental de um objeto (realidade) implica também aspetos emotivos ligados a esse objeto/realidade:

“[guardamos] na memória não apenas os aspectos da estrutura física dum objecto –o potencial de reconstruir a sua forma, cor som, movimento habitual, o que quer que seja– mas também alguns aspectos do envolvimento motor do nosso organismo no processo de apreensão desses aspectos: as nossas reacções emocionais em relação a um objecto; o nosso estado físico ou mental na altura da apreensão do objecto. Consequentemente, o recordar de um objecto e a produção da sua imagem na mente são acompanhados pela reconstrução de

algumas das imagens que representam esses aspectos pertinentes.” (Damásio (1999) 2004:215-216)

E a comprovação disto, da associação cognitiva entre ALTA EMOÇÃO-ALTA TEMPERATURA CORPORAL, aparece expressa nas verbalizações com que referimos a excitação ligada às discussões/ lutas, ao amor ou ódio:

*Ferver em pouca água.  
Ficar com os calores.  
Arder em ódio/ em fúria/ com o desejo de vingança.  
Responder a quente*

Vê-se, assim, como, na realidade, as relações metafóricas e metonímicas se interpenetram e a validade de uma abordagem que encare estes fenômenos como fazendo parte de um contínuo basilar da nossa estrutura perceptiva depois verbalizada nas expressões linguísticas das línguas naturais.

Mas não termina no FOGO a associação com o jogo de futebol (expressa nas capas destes jornais). Sendo a guerra uma atividade concetualizada como “sem limites”, de “exponenciação máxima”, se o JOGO É GUERRA, então ele também deve ser “um fogo sem limites”. E aparece “o inferno” como representante máximo da equação do trio JOGO-GUERRA-FOGO (figura 63).

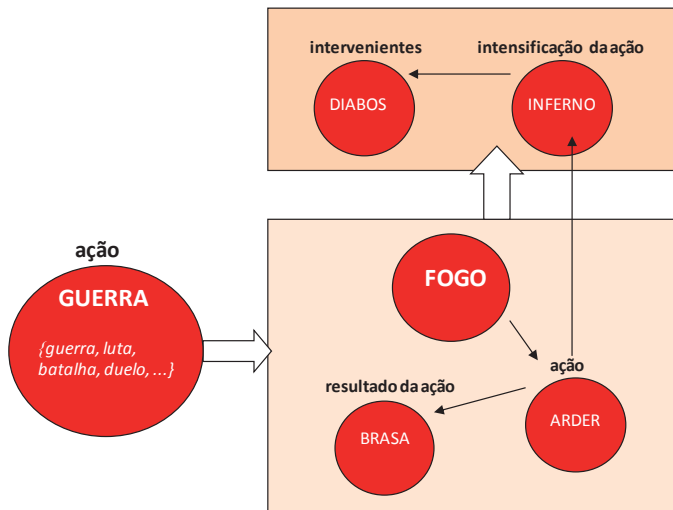


Figura 63



Assim, uma luta intensa num jogo foi “infernai” (figura 64) e mesmo o ambiente que rodeia os jogos pode ser “um inferno” (figura 65). E se o jogo se transforma em “inferno”, os intervenientes serão metaforizados pelos “poderosos do inferno”, os “diabos” (figura 66).



Figura 64



Figura 65



Figura 66

#### 4. A especificidade da “guerra portuguesa”

Cognitivamente, as relações metafóricas e metonímicas que os títulos apresentam como expressões do jogo de futebol implicam modelos cognitivos e culturais diversificados. Poderiam ser elencadas as seguintes distinções:

- 1) JOGO É GUERRA
- 2) GUERRA IMPLICA FOGO
- 3) FOGO INTENSO É INFERNO

A metáfora da associação (1) será a de âmbito mais universal, por tudo o que se tem dito desde Lakoff (1980). A experiência do confronto é profundamente humana, inscrita geneticamente e por isso esta base, quando tomada como princípio experiencial possibilitador de metaforizações, não o será apenas numa cultura ou época.

O processo incluído em (2) dificilmente não será também de carácter universal, se bem que se possa pensar uma cultura em que o fogo e as experiências de destruição a ele associadas não estejam presentes, ou pelo menos não o estejam da mesma forma em que nós o concebemos.

Em (3) a implicação metafórica será mais particular, nitidamente dependente da cultura cristã e das suas conceções do sobrenatural.

As três associações apresentadas, contudo, não são exclusivas do contexto desportivo português, podendo encontra-se noutras línguas e noutros

países expressões referentes ao futebol baseadas em estruturas metafóricas e metonímicas idênticas às atrás vistas (figuras 67, 68 e 69).



Figura 67

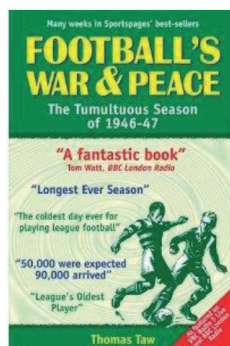


Figura 68



Figura 69

No entanto, o universo desportivo futebolístico português oferece a possibilidade de um domínio particular: o de metaforizar os jogadores dos três clubes mais populares como animais, nomeadamente águias, leões e dragões, correspondendo aos clubes SL Benfica, Sporting CP e FC Porto. Isto possibilita um novo campo metafórico: se os intervenientes são animais (figura 70), então a “guerra” transforma-se em “caça” (figuras 71 e 72).



Figura 70



Figura 71



Figura 72

Existe, por conseguinte, uma dupla estruturação metafórica: numa vertente JOGO É GUERRA (entre humanos) e noutra JOGO É CAÇA que pode ser esquematizada como aparece na figura 73:

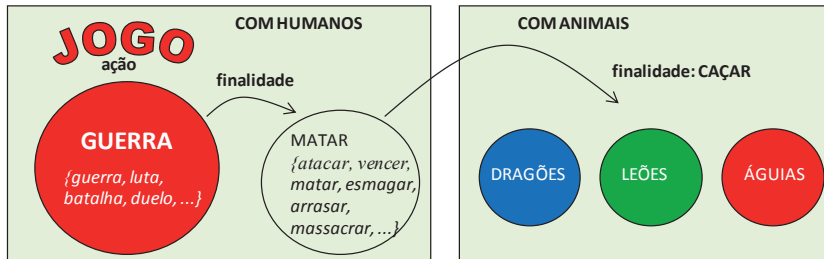


Figura 73

## 5. Conclusões

George Lakoff e Mark Johnson em *Metaphors We Live By* (1980), obra que representa um marco incontornável para a percepção do fenómeno metafórico, apresentam aquilo a que chamam “o medo à metáfora” como uma consequência do mito do objetivismo, quadro suporte dominante nas ciências e culturas ocidentais dos tempos modernos e contemporâneos.

O texto jornalístico sobre o futebol, por ser o desporto mais popular em Portugal, constitui-se em espaço privilegiado para verificar a contínua tensão entre os dois paradigmas: por um lado, o desejo e a assunção do “mito do objetivismo” que idealmente caracterizará a escrita jornalística e por outro lado o desejo do paradigma oposto, consubstanciado na mensagem emotiva e metafórica.

Através da apresentação das capas de alguns jornais desportivos portugueses, pôde constatar-se o facto de os títulos de primeira página expressarem o jogo de futebol através da metáfora JOGO É GUERRA.

Constatámos que esta metáfora se estrutura de tal forma que não são esquecidas todas as principais vertentes que possibilitam encarar o jogo como uma guerra: a finalidade de “matar”, os intervenientes que são “guerreiros-matadores” ou “guerreiros-defensores”, as “armas”, os resultados da ação desta “guerra”, as suas consequências e ainda os momentos da preparação ou de interrupção.

Verificámos também como os processos metafóricos e metonímicos se interpenetram na medida em que a metáfora básica JOGO É GUERRA aparece indissociavelmente ligada à estrutura metonímica GUERRA IMPLICA FOGO e esta, por sua vez, à metáfora FOGO INTENSO É INFERNO. Constatámos, ainda, a especificidade portuguesa de substituir os intervenientes

por determinado tipo de animais, possibilitando assim o surgimento de outras estruturas metafóricas (ver figuras 73 e 74).

Assim, para além da reflexão sobre a validade das propostas da perspectiva cognitiva sobre o processo metafórico, pretendeu-se evidenciar aquilo que na prática acontece: a impossibilidade de uma verbalização (jornalística ou não) experiencialista e emotivamente apelativa que se pretenda não-metafórica.

A utilização das metáforas de guerra para o jogo exponencia os sentimentos mais básicos e instintivos do espetador de futebol, defendem muitos. Talvez. Mas não é essa a questão que importa aqui, numa perspectiva de investigação e de constatação: o futebol assenta mesmo na nossa experiência de confronto, tal como as discussões, e pode ser –e é-o muitas vezes– verbalizado com metáforas de confronto e guerra.

Quer se queira quer não, o futebol é hoje, para uma parte muito significativa das sociedades de todo o globo, a continuação imagética da mítica arena romana. E nem falta a “Grande Arena” verde, o povo a circundá-la, os chamados VIPs, os novos “imperadores” sociais, ocupando o centro bem superior, agora designado “camarote presidencial” perante o qual os novos lutadores se voltam e inclinam, tal como os gladiadores antes do combate se inclinavam diante do trono imperial. A “morte” será sempre simbólica, mas o ritual permanece: “Aue Caesar, morituri te salutant!”<sup>7</sup>

---

7 “Avé César, os que vão morrer saúdam-te!”

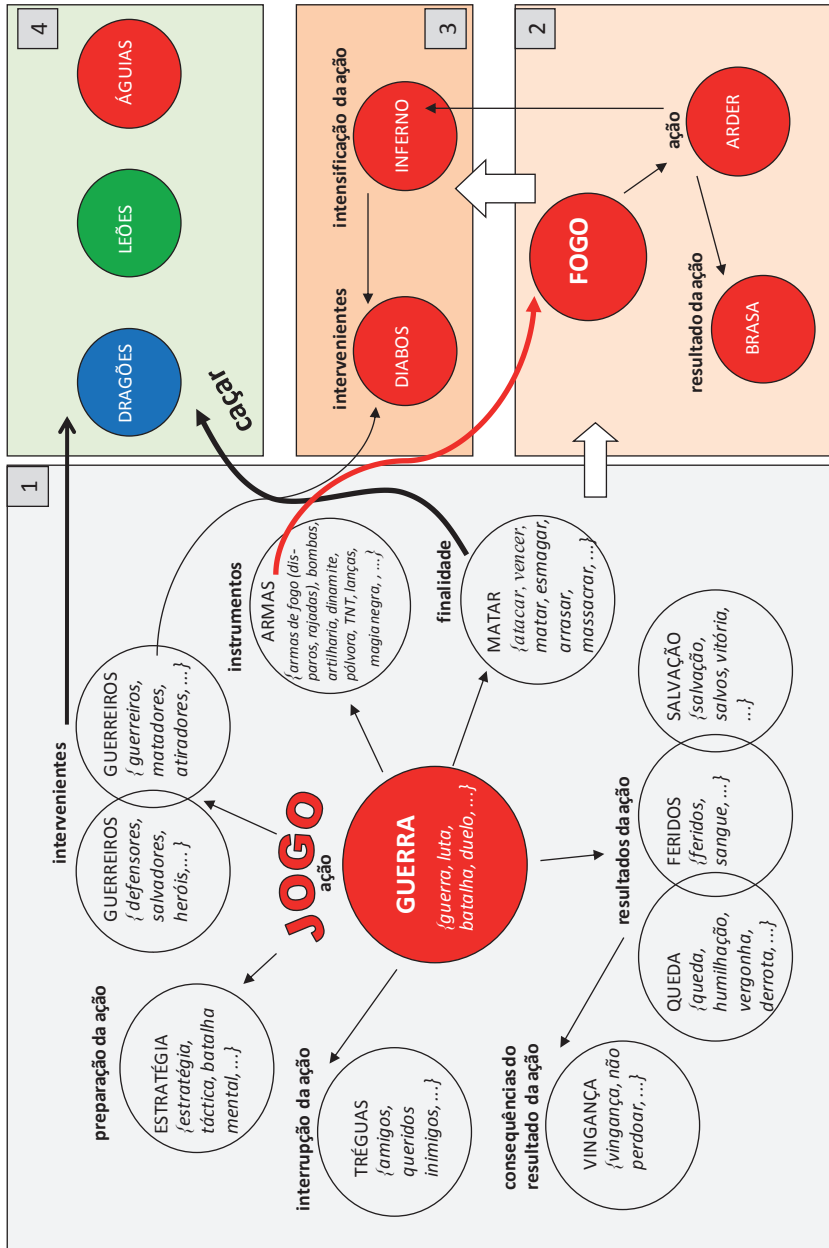


Figura 74

## Bibliografia<sup>[8]</sup>

- BISCEGLIA, C. (2002): *Lessico specialistico del calcio in italiano, spagnolo e portoghese. Varietà diatopiche in spagnolo e in portoghese. Un'analisi linguistica*, Tesi di Laurea, Università di Trieste.
- DAMÁSIO, António, 2003, *Ao Encontro de Espinosa: As emoções sociais e a Neurologia do Sentir*, Publicações Europa-América.
- DAMÁSIO, António, (1999) 2004, *O Sentimento de Si: O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*, Publicações Europa-América.
- GOOSSENS, Louis, 1990 “Metaphonymy. The interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action”, *Cognitive Linguistics* 1-3, pp. 323-340.
- LAKOFF, George & Johnson, Mark, 1980, *Metaphors We Live By*, The University of Chicago Press, Chicago.
- LAKOFF, George & Johnson, Mark , 1998, *Metáforas de la vida cotidiana*, Catedra, Madrid.
- LAVRIC, Eva, Gerhard Pisek, Wolfgang Stadler, Andrew Skinner (2008), *The Linguistics of Football*, Tübingen.
- LOUREDA LAMAS, Ó. (1997): “Hacia la caracterización de la función de la metáfora en el lenguaje del fútbol”, *Lenguaje y textos*, Universidad de La Coruña, 10.
- MAPELLI, G. (2000): *Il linguaggio del calcio nei giornali italiani e spagnoli*, Tesi di Laurea, Università di Bérgamo.
- MEDINA MONTERO, Francisco (2007): “La metáfora en el léxico futbolístico: el caso de los participantes en español, y sus posibles equivalentes en italiano”, in L. Luque Toro (ed.): *Léxico Español Actual*, Venezia: Università Ca' Foscari, pp. 197-240.
- MEDINA MONTERO, Francisco (2009): “La metáfora en el léxico futbolístico: el caso de la actividad deportiva en español, y algunas propuestas de traducción al italiano”, in L. Luque Toro (ed.): *Léxico Español Actual*, Venezia: Università Ca'Foscari, pp: 155-202.
- TEIXEIRA, José, 2007, “Mecanismos Metafóricos e Mecanismos Cognitivos: Provérbios e Publicidade”, in *Actas del VI Congreso de Lingüística General*. Madrid: Arco Libros (ISBN 978-84-7635-669-2).
- YANG, F. P. (2009): *War Metaphor in Sports News Reporting*, (online).

8 Agradeço a José Luis Cifuentes Honrubia várias informações sobre a literatura existente relativa ao tema aqui tratado.



# diacrítica

revista do centro de estudos humanísticos  
série ciências da linguagem

## 1. Apresentação

*Diacrítica – Série Ciências da Linguagem* é uma revista universitária, de periodicidade anual, editada pelo Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (CEHUM) e subsidiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. A revista está aberta a propostas de publicação de investigadores internos e externos ao CEHUM que se enquadrem no domínio dos estudos linguísticos. Para além de artigos, sujeitos a arbitragem científica, a revista pode publicar igualmente entrevistas e resenhas críticas desde que se enquadrem nos parâmetros temáticos e de qualidade estabelecidos pela Comissão Editorial. Os números editados da *Diacrítica – Série Ciências da Linguagem* a partir de 2003 estão disponíveis em linha na página do CEHUM (<http://ceh.ilch.uminho.pt/diacritica.htm>). As normas de publicação na revista encontram-se igualmente acessíveis em <http://ceh.ilch.uminho.pt>

## 2. Direção e Comissões Editorial, Científica e Redatorial

### Diretora:

Ana Gabriela Macedo (ILCH – U. do Minho)  
[gabrielam@ilch.uminho.pt](mailto:gabrielam@ilch.uminho.pt)

### Diretores-Adjuntos:

Carlos Mendes de Sousa (ILCH – U. do Minho)  
[mdesousa@ilch.uminho.pt](mailto:mdesousa@ilch.uminho.pt)

Vítor Moura (ILCH – U. do Minho)  
[vmoura@ilch.uminho.pt](mailto:vmoura@ilch.uminho.pt)



**Comissão Editorial:**

Pilar Barbosa (ILCH-U. do Minho)  
pbarbosa@ilch.uminho.pt

Cristina Flores (ILCH-U. do Minho)  
cflores@ilch.uminho.pt

José Teixeira (ILCH-U. do Minho)  
jsteixeira@ilch.uminho.pt

**Comissão Científica:**

Jorge Morais Barbosa (U. Coimbra); António Branco (U. Lisboa); Ana Brito (U. Porto); Ivo Castro (U. Lisboa); Antonia Coutinho (U. Nova de Lisboa); Maria João Freitas (U. Lisboa); Jürgen M. Meisel (U. Hamburgo / U. Calgary); José Luís Cifuentes Honrubia (U. Alicante); Mary Kato (U. Campinas); Rui Marques (U. Lisboa); Fátima Oliveira (U. Porto); Amadeu Torres (U. Católica Portuguesa); Graça Rio-Torto (U. Coimbra); José Luís Rodrigues (U. Santiago de Compostela); Eduardo Paiva Raposo (U. da Califórnia, Sta. Bárbara); Conceição Paiva (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Augusto Soares da Silva (U. Católica Portuguesa).

**Comissão Redatorial:**

A Comissão Redatorial da *Diacrítica – Série Ciências da Linguagem* integra, para cada número da revista, o conjunto de professores, investigadores e especialistas responsáveis pela revisão científica dos artigos propostos para publicação.

**3. Arbitragem Científica**

Os artigos propostos à *Diacrítica – Série Ciências da Linguagem* para publicação são submetidos à emissão de pareceres por dois avaliadores (ou três, quando necessário) na respetiva área científica em que o texto se enquadra.

Os artigos são enviados sob anonimato aos *blind referees*, internos e externos ao CEHUM, a quem é solicitado que o parecer emitido tenha em conta, de acordo com a ficha de avaliação adotada pela Revista:

- adequação às normas de publicação da Revista;
- adequação do tema do artigo ao âmbito da Revista;
- pertinência;
- originalidade;

- enquadramento teórico;
- metodologia da recolha e tratamento de dados;
- clareza da apresentação;
- argumentação e relação entre hipóteses de partida e resultados.

Os pareceres deverão incluir uma recomendação em relação a possível publicação, entre as seguintes: publicar sem quaisquer modificações; publicar com pequenas modificações; publicar com modificações significativas; o artigo não se revela adequado para publicação.

Será ainda solicitada a indicação de sugestões e sua justificação, com vista a uma otimização da qualidade científica do artigo submetido a parecer, a ser enviadas, sob anonimato, aos Autores.

A aprovação dos artigos terá lugar até 15 de junho de cada ano civil.

#### 4. Instruções para os Autores

- 1) Todos os artigos, entrevistas e resenhas propostos para publicação na *Diacrítica – Série Ciências da Linguagem* devem ser enviados para o endereço [diacritica.linguagem@ilch.uminho.pt](mailto:diacritica.linguagem@ilch.uminho.pt) até **31 de março** de cada ano civil e elaborados de acordo com as Normas de Publicação descritas neste documento.
- 2) Dos artigos a submeter a publicação na revista devem ser remetidas duas versões eletrónicas, apresentadas em tamanho A4:
  - uma versão anónima, em ficheiro Word;
  - uma versão identificada, em ficheiro pdf, com a afiliação de autor e o respetivo endereço eletrónico (conforme consta nas normas de publicação).
- 3) Os textos das entrevistas e resenhas serão enviados em duas versões eletrónicas, ambas identificadas, uma em ficheiro Word e outra em ficheiro pdf.
- 4) Impõe-se que todos os artigos propostos para publicação sejam originais inéditos, não tendo sido anteriormente publicados, completos ou em parte, quer no formato impresso quer no eletrónico.
- 5) Os textos publicados e as imagens (se as houver) são da responsabilidade dos respetivos Autores.

## 5. Normas de Publicação

### Informações Gerais

1. São aceites originais inéditos escritos em língua portuguesa, inglesa, francesa e espanhola.
2. O título, o resumo e as palavras-chave devem ser apresentados no idioma do texto do artigo e nos idiomas português e inglês.
3. Os artigos e as entrevistas não devem exceder 20 páginas (incluindo as notas e as referências).
4. As resenhas críticas não devem ir além dos 10 000 caracteres com espaços.
5. A afiliação de autores deve ser feita a dois níveis, após o título do artigo e em nota de rodapé, devendo conter informação completa sobre os autores.

**Obs.:** A partir do próximo n.º 26/3, correspondente à edição de 2012 da *Diacrítica – Série Ciências da Linguagem*, todos os textos propostos para publicação na revista e redigidos no idioma português deverão seguir o disposto no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor desde 2009.

### Afiliação de Autores

1. Após o título do artigo, alinhado à esquerda, deve constar o nome do Autor seguido, na linha imediata, do endereço de correio eletrónico.

Fonte: Times New Roman, Tamanho 12, Espaçamento entre linhas: Simples.

2. Em nota de rodapé, com remissão para o nome do Autor, deve ser feita menção à instituição a que pertence (a dois níveis: Universidade e Departamento ou Centro), bem como à cidade e ao país.

### Instruções de Formatação

#### Títulos

1. O título do original deverá estar em Negrito, Times New Roman 14, alinhado à esquerda.
2. Os títulos das secções e subsecções deverão estar em negrito e o tamanho da fonte deve ser Times New Roman 12.

3. Sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, sem numeração ou com numeração árabe (e.g. 1, 2.2., mas não 3.2.1.).

### **Resumo/Abstract e Palavras-chave/Keywords**

1. O resumo deverá ser escrito depois do título do artigo, sem parágrafo e com 1 cm de recuo a partir das margens esquerda e direita. Não deve constar a designação Resumo.
2. O texto do resumo não deverá exceder 150 palavras.
3. O número máximo de palavras-chave é 6.

### **Texto**

As páginas deverão ser numeradas.

Corpo de Texto:

- Tipo de letra: Times New Roman
- Tamanho: 12
- Espaçamento: 12 pt
- Alinhamento: Justificado
- Indentação de parágrafos: 1 cm
- Margem superior e esquerda: 3 cm
- Margem inferior e direita: 2 cm

### **Tabelas**

Não use formatações, bordas nem sombreamentos complicados. As tabelas devem ser identificadas com numeração consecutiva e título, aparecendo em cima da tabela (i.e. Tabela 1. Título). Sempre que possível as tabelas devem ser orientadas como “Retrato” e não como “Paisagem”.

### **Figuras**

Todas as figuras, incluindo tabelas e equações que sejam imagens, devem ser incluídas no corpo do texto com referência. As figuras devem ser identificadas com numeração consecutiva e título, aparecendo abaixo da figura (i.e. Figura 1. Título). Figuras em branco e preto produzem os melhores resultados, de modo que as coloridas devem ser evitadas.

### **Numeração de Exemplos, Regras e Fórmulas**

Cada item a apresentar (i.e. exemplo, regra ou fórmula) deve ser escrito numa linha de indentação separada, com o número entre parênteses. Devem ser usadas minúsculas pequenas para agrupar conjuntos de itens relacionados.

Exemplo:

- (2) a. Breogán. – Deica pasen as eleicións, non sí?  
 b. D. Pepito. – Iso mesmo: deica que as eleicións pasen.

No texto, devem-se referir os itens numerados como (2), (2a,b), (2a- c).

### **Citação de Formas/Exemplos**

Podem ser sublinhadas as palavras citadas no texto. Os exemplos numerados não.

As transcrições devem ser feitas dentro de parênteses rectos ou barras fonéticas. Exemplo: o sufixo [k], a palavra fé /fɛ/

As referências específicas a grafemas devem ser feitas da seguinte forma: a letra < q >

Devem-se transliterar ou transcrever todas as formas escritas numa língua que não use o alfabeto latino, a não ser que haja um motivo obrigatório para usar a ortografia original.

As formas escritas numa língua distinta da do artigo, devem ser explicadas/interpretadas depois da 1ª ocorrência, dentro de aspas. Exemplo: As palavras latinas *canis* ‘cão’ e *equus* ‘cavalos’ são nomes

### **Notas/Epígrafes**

As notas deverão ser em Times New Roman 8, com espaçamento de 10 pt e surgirão em pé de página, com a numeração seguida.

O algarismo que remete para a nota deverá ser colocado depois do sinal de pontuação. Exemplo: “como frequentemente pode ser demonstrado.”<sup>5</sup>”

Nas remissões de umas para outras páginas do artigo, usar-se-ão as expressões latinas consagradas (cf. *supra*, cf. *infra*), que virão sempre em itálico e por extenso.

As epígrafes, que deverão ser em itálico, e em Times New Roman 10, só necessitam da indicação do nome do autor, sendo opcional a indicação do título da obra.

## Referências

As citações pouco extensas (até três linhas, inclusive) podem ser incorporadas no texto, entre aspas. (Utilizar a seguinte sinalização para aspas: “...”; e no caso de uma citação com aspas dentro de aspas: “... ‘...’ ...”)

As citações mais longas serão recolhidas, ficando impressas em Times New Roman 10, sem aspas, alinhadas, à esquerda, pela indentação de parágrafo do texto.

As interpolações serão identificadas por meio de parênteses rectos [ ].

As omissões serão assinaladas por reticências dentro de parênteses curvos (...).

No texto, o título das publicações será em itálico e o dos artigos, colocado entre aspas.

Nas Referências devem apenas ser mencionados os autores e obras citadas no artigo.

As referências serão sempre feitas no corpo do texto, na forma abreviada da indicação, entre parênteses curvos, do nome do autor, data de publicação e, se for o caso, número de página. Se se tratar de uma citação indirecta, essas indicações serão precedidas da palavra *apud*.

Exemplos:

Um só autor: (Simenon, 1985: 7). Dois autores: (Sjöwall & Wahlöö, 1985). Nota: o símbolo “&” deverá ser utilizado apenas para referências entre parênteses. No corpo do texto deve-se utilizar “e” no idioma no qual o artigo for escrito.

Exemplo: “Martins e Oliveira (2008) afirmam que...”, ou “Martins and Oliveira (2008) state that...”.

Três ou mais autores: (Doyle et al., 1973). Nota: a primeira referência a textos de mais de dois autores deverá conter o nome de todos (até um limite de cinco autores), e as demais aparições deverão utilizar “et al.”.

Exemplo:

(a) primeira referência: “Conforme Silva, Martins e Lira (2009),...”;

(b) demais referências: “No entanto, Silva et al. (2009) sugerem...”.

Citação indirecta: (*apud* Chandler, 1974: 755).

Autor repetidamente citado: (*Idem*, 10) ou (*Ibidem*) no caso de ser citada a mesma obra na mesma página.

Será incluída no final, em Times New Roman 10, com o título “Referências”, se o texto for em português, e com o título “References”, se o texto for em inglês, a lista completa, por ordem alfabética de apelidos de autores, das obras que tenham sido referidas ao longo do texto.

Se houver duas ou mais referências do mesmo autor e do mesmo ano, acrescentar-se-ão à data as letras a, b, etc. : e.g. Van Dine (1946a), (1946b).

Qualquer informação adicional, tal como a indicação da data original de publicação de um artigo, deve ser apresentada entre parênteses rectos [ ].

O apelido do autor consultado deverá estar formatado com a fonte Maiúsculas pequenas (no Word, menu Formatar, Fonte, opção Maiúsculas pequenas).

Deverá sempre indicar-se a editora e a edição consultada. Poderá também indicar-se, se for considerada relevante, a data da primeira edição. Estas indicações deverão vir no fim da referência, entre parênteses rectos. Quando se trate de traduções, deverá vir sempre indicado o nome do tradutor.

### **Exemplos:**

#### LIVROS:

Dürrenmatt, Friedrich (1992), *Der Richter und sein Henker*, Zürich, Diogenes [1950]. Dürrenmatt, Friedrich (1993) *O juiz e o seu carrasco*, trad. Fátima Freire de Andrade, Porto, Asa. Boileau, Pierre & Thomas Narcejac (1982), *Le Roman policier*, Paris, Nathan.

#### COLETÂNEAS:

Alewyn, Richard (1968), “Anatomie des Detektivromans”, in Jochen Vogt (ed.) (1998), *Der Kriminalroman. Poetik.Theorie. Geschichte*, München, pp. 52-72.

#### REVISTAS:

Jameson, Fredric R. (1970), “On Raymond Chandler”, *The Southern Review* 6, pp. 624-650. Pizer, John (1987), “History, Genre and ‘Ursprung’ in Benjamin’s Early Aesthetics”, *The German Quaterly*, vol. 60, nº 1, pp. 68-87.

#### DOCUMENTO NA INTERNET:

Apelido, nome próprio (ano), *Título do Documento*, [em linha] disponível no endereço [consultado em data]. CRUP (1996/1997), *Repensar o Ensino Superior*, Texto do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, disponível em <http://www.crup.pt/>, consultado em 10/07/2005

## LOCAIS NA INTERNET E PÁGINAS PESSOAIS OU DE INSTITUIÇÕES:

Nome, [em linha] disponível em endereço [consultado em data]. Centro de Estudos Humanísticos, disponível em <http://ceh.ilch.uminho.pt/>, consultado em 25/01/10

## PUBLICAÇÕES EM REVISTAS NA INTERNET:

Apelido, nome próprio (ano), «Título do Artigo», *Título da Revista*, volume, número, número das páginas, [em linha] disponível em endereço [consultado em data].

CASSEY, Andrew J. (2007), “State Trade Missions”, *Paper Seminar*, School of Economic Sciences, Washington State University, Spring 2008: 1-29, disponível em [http://www.ses.wsu.edu/seminar/papers\\_Spring08/Cassey\\_State\\_trade\\_missions\\_4.pdf](http://www.ses.wsu.edu/seminar/papers_Spring08/Cassey_State_trade_missions_4.pdf), consultado em 04/05/08 or deverá seguir as mesmas normas já referidas para os artigos.



**Depuis, il y a e il y a... que em francês contemporâneo**

Silvia Lima Gonçalves Araújo

**História e filologia no resgate da memória linguística e literária**

Ana Paula Banza

**A colocação dos pronomes átonos em orações infinitivas no português europeu**

Pilar Barbosa | Olga Rodygina

**Da variação e mudança na história do português: um dicionário manuscrito setecentista**

Anabela Leal de Barros

**Lopo Lias: entre Orzelhão e Compostela**

José António Souto Cabo

**On verbal agreement variation in european portuguese: syntactic conditions for the 3SG/3PL alternation**

Adriana Cardoso | Ernestina Carrilho | Sandra Pereira

**A gestão de turnos em reuniões de docentes**

Elvira Fernandes

**Teer/aver + participio passado no 'Livro dos Ofícios' do Infante D. Pedro**

Mafalda Frade

**Um manual de ensino primário esquecido em finais do Antigo Regime: a *Eschola Popular das Primeiras Letras*, de Jerónimo Soares Barbosa (1796)**

Rolf Kemmler

**Léxico e adaptação textual na produção de material de leitura extensiva em PL2**

Ana Martins

**Construções modais com *ter*: gramaticalização e variação**

Maria da Conceição de Paiva | Elzimar de Castro M. de Barros

**Futebol, inferno, jogo e guerra: as realizações linguísticas do jogo como metáfora nas capas dos jornais desportivos portugueses**

José Teixeira